



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

**PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE DE
CURUÇÁ**

Belém
2010

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ligia T. L. Simonian.

Belém
2010

IANE MARIA DA SILVA BATISTA

PARTICIPAÇÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Ligia T. L. Simonian
Orientadora; NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Nírvea Ravena
Examinadora interna; NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Denise Machado Cardoso
Examinadora externa; IFCH/UFPA

Dedico esta dissertação aos meus pais Ronaldo (*in memoriam*) e Neide, que muito cedo me transmitiram um legado de amor ao conhecimento e aos livros;

À minha tia Margarida, que em toda minha vida, me encorajou, incentivou e aconselhou;

Aos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá: catadores de caranguejo, marisqueiras, pescadores artesanais e agricultores familiares, cujo apoio foi essencial à concretização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

A produção deste trabalho não teria sido possível sem o apoio e a atenção de diversas pessoas e instituições, aos quais gostaria de manifestar a minha gratidão e meu reconhecimento. Nestes termos, agradeço a professora Ligia Simonian, pela orientação competente, generosa e paciente em mais esta jornada da minha vida acadêmica. Ao setor técnico-administrativo do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – coordenação de mestrado, secretaria, biblioteca, informática etc. – pelo apoio “logístico” dispensado ao longo do curso, especialmente a Ruth, Rosângela e Herbert, sempre muito prestativos e gentis.

Aos professores do PLADES cujos ensinamentos ajudaram a ampliar o meu campo de conhecimento. Aos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais e Geografia, respectivamente, onde cursei disciplinas optativas, agradeço a acolhida e a convivência profícua.

Aos meus familiares sou imensamente grata: pelo carinho, pelo incentivo constante, pelas orações, através dos quais apesar de distantes, se fizeram presentes nessa caminhada. Ao meu pai, cuja vida foi interrompida antes da conclusão deste trabalho, agradeço o amor e a torcida incondicionais. Homem de pouco estudo, mas de muita sabedoria, nunca mediu esforços para que os filhos estudassem e nos legou princípios éticos e morais sólidos.

Palavras são insuficientes para descrever o quanto sou grata às pessoas que direta e/ou indiretamente cuidaram do meu filho para que eu pudesse me dedicar ao curso: à creche Sorena, onde ele estudou em período integral nos últimos quatro anos, especialmente à Irmã Ana, pelos conselhos, pelas orações e pela torcida; agradeço ainda à Irmã Lurdinha, tia Michelli e tia Naza. À Cléo – Cleclê – sou grata por sua dedicação e cuidados, não somente a meu filho mas também a mim. Seu apoio ao longo destes anos foi fundamental em nossas vidas. E, muito mais que uma babá e/ou secretária do lar ela se tornou uma amiga muito querida de toda minha família.

Sou especialmente grata aos interlocutores da pesquisa de campo, que gentilmente me concederam entrevistas, responderam aos questionários, esclareceram minhas dúvidas, forneceram informações, disponibilizaram dados e documentos e, sobretudo, o seu tempo. Nesse sentido, agradeço a Jorge Macedo da Rocha, idealizador da RESEX, pelos diálogos tecidos, pelos materiais concedidos e pelas sugestões oferecidas; a Maninho, pela paciência em me ouvir e responder as minhas incontáveis perguntas, muitas vezes formuladas ao telefone, que ele nunca deixou de atender; ao Ney, a Sandra, a Kelma, Maria do Rosário, D. Odenize, Seu Bené, seu Codó, seu Abel, seu Nilson entre outros, agradeço a atenção e gentilezas a mim dispensadas e as informações prestadas.

Agradeço, ainda, a Geraldo Reis e Júlio César Nascimento, respectivamente ex e atual secretários de Integração Municipal de Curuçá, pelo apoio concedido através do repasse de dados, documentos e informações; ao Rodrigo Jorge, analista ambiental responsável pela gestão da Unidade junto ao ICMBIO, agradeço a solicitude com que sempre me atendeu, esclareceu os meus questionamentos e me manteve a par da agenda do órgão gestor da RESEX.

Sou muitíssimo grata, em termos gerais, a funcionários do ICMBIO, INCRA, EMATER, da prefeitura municipal de Curuçá, de suas secretarias e de seu Arquivo Público; dirigentes e associados do sindicato de trabalhadores rurais; da colônia de pesca Z-5; membros da AUREMAG; lideranças comunitárias; especialmente aos usuários da RESEX Mãe Grande – catadores de caranguejo, marisqueiras, pescadores artesanais, agricultores familiares – cujo apoio foi crucial para a concretização da pesquisa.

À minha querida amiga Ana e sua família agradeço pela acolhida sempre gentil e calorosa ao longo da pesquisa de campo; pelos mesmos motivos sou grata à Socorro, a quem também agradeço a leitura das “versões” da dissertação, os deleites gastronômicos proporcionados e os diálogos fruídos; ao Paulo Henrique, agradeço a companhia agradável, sobretudo por me fazer rir, tornando o trabalho de campo mais ameno.

À coordenação do convênio SEDUC/FUNCAP na unidade de atendimento socioeducativo do Telégrafo, agradeço pela flexibilização dos horários de trabalho, possibilitando a execução das atividades do curso.

À Prof^a. Dr^a. Denise Machado Cardoso e à Prof^a. Dr^a. Nírvea Ravena, por terem gentilmente aceito participar da Banca Examinadora deste trabalho. Ao Prof. Dr. José Bittencourt da Silva, agradeço pelas sugestões e críticas efetuadas por ocasião da qualificação do projeto de pesquisa, as quais foram, na medida do possível, incorporadas na versão final da dissertação.

A todos aqueles que de algum modo contribuíram para a execução deste trabalho, direta ou indiretamente, muito obrigada!

Entre as liberdades relevantes inclui-se a de agir como cidadão que tem sua importância reconhecida e cujas opiniões são levadas em conta, em vez de viver como vassalo bem alimentado, bem vestido e bem entretido.

Amartya Sen

RESUMO

A problemática central desta dissertação é a participação dos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá nos processos de discussão, formulação, implementação e gestão desta unidade de conservação. Objetiva-se, ainda, analisar a organização social desses sujeitos, especialmente no que respeita às suas instituições representativas e associativas bem como as implicações políticas, econômicas e socioambientais da instalação da RESEX. Este estudo baseou-se em levantamento de dados bibliográficos e documentais – incluindo atas, relatórios, fotografias e mapas – e pesquisa de campo para a coleta de dados. As evidências produzidas revelaram que não obstante a criação de instrumentos e espaços institucionais de cunho participativo, o engajamento das populações usuárias nos processos decisórios concernentes à gestão da UC em questão é afetado por condicionantes diversos, os quais obstam uma participação efetiva. A persistência de práticas insustentáveis de manejo dos recursos naturais, motivada por fatores endógenos e exógenos e os percalços da organização social, denotam dificuldades à concretização da sustentabilidade no contexto estudado. Almeja-se, então, que a análise dessa realidade, efetuada neste trabalho, concorra para o equacionamento das problemáticas evidenciadas. Espera-se, ainda, que este estudo contribua com as reflexões acerca da organização social, participação e sustentabilidade em unidades de conservação na Amazônia.

PALAVRAS-CHAVE: Participação. Organização Social. Sustentabilidade. Desenvolvimento. RESEX Mãe Grande de Curuçá.

ABSTRACT

The main issue of this dissertation is the user participation of the Extractive Reserve (RESEX) – Mãe Grande de Curuçá during the processes of discussion, formulation, implementation and management of that unit of conservation. It also aims to analyze the social organization of the people in the reserve, specially their representative and social institutions, as well as the political, economic and socio-environmental implications of the RESEX installation. This study is based on a survey of documents and bibliographical data – including meeting minutes, reports, photographs and maps – and field research to collect the data. The evidences produced revealed that despite the creation of instruments and participative institutional spaces, the commitment of local users in the decision making process concerning the conservation unit (CU) management has been affected by several conditioning factors, which prevent an effective participation. The persistence of unsustainable management practices of natural resources, motivated by endogenous and exogenous factors and the limits of the social organization show difficulties to achieve sustainability under the context studied. Thus, one expects that analyzes of this reality, done by this study, contribute to the solution of the problems detected. It is also expected that the study also contributes with reflection on the social organization, participation and sustainability in conservation unities in the Amazon.

KEYWORDS: Participation. Social Organization. Sustainability. Development. RESEX Mãe Grande de Curuçá.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Localização da RESEX Mãe Grande de Curuçá	20
Mapa 2: Localização do município de Curuçá no contexto microrregional	69
Gráfico 1: Índice de filiação em organizações representativas e/ou associativas em Curuçá	90
Quadro 1: Relação das associações comunitárias de produtores e de moradores identificadas em Curuçá	96/97
Mapa 3: Comunidades que fizeram parte da amostragem da pesquisa	99
Quadro 2: recursos financeiros obtidos por AC de Curuçá através de emendas parlamentares	102
Gráfico 2: Índice de escolaridade entre os comunitários arrolados na pesquisa	106
Quadro 3: Palestras ministradas no âmbito do PGP	123
Organograma 1: Composição do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá	129

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografias 1 e 2: Ruínas de uma salina construída por jesuítas em Curuçá no século XVIII	74
Fotografias 3 e 4: Desfile do bloco Pretinhos do Mangue	78
Fotografia 5: Imagem de São Benedito Achado, ao lado da Igreja Matriz de Curuçá	80
Fotografia 6: Círio de Nossa Senhora do Rosário	80
Fotografia 7: Paula Santana, produtora atual de cerâmica em Pacamorema	82
Fotografia 8: Objetos artesanais de casca de coco e sobras de madeira, produzidos por Nélio Garcia Gomes, em Caratateua	82
Fotografias 8 e 9: Peixes capturados por pescador artesanal no rio Pacamorema	84
Fotografias 10 e 11: Casa de farinha em Pacamorema e canoas utilizadas para pesca artesanal na comunidade Ponta de Ramos	84
Fotografias 12 e 13: Paisagens típicas de manguezal em Curuçá	85
Fotografias 14 e 15: Sede administrativa da CP-Z5 de Curuçá	91
Fotografia 16: Sede administrativa do STTR – Curuçá	91
Fotografias 17 e 18: Equipamentos inativos na AC Pedras Grandes	104
Fotografias 19 e 20: Veículo pertencente à AC de Caratateua, sem uso há vários meses por falta de manutenção e combustível	104
Fotografia 21: Vicente dos Reis Luz, presidente da Associação dos Pescadores de Caratateua	110
Fotografia 22: Plenário da 8ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá	137
Fotografia 23: Placa demarcadora da RESEX Mãe Grande na comunidade Caratateua	143
Fotografia 24: Casa do Pescador – sede da AUREMAG	146
Fotografias 25 e 26: Casa de pescador antes do projeto e casa obtida pelo projeto	152
Fotografia 27: Instalações sanitárias feitas pela família Ferreira, em banheiro anexado a casa	153
Fotografia 28: Banheiro a céu aberto utilizado pela maior parte dos beneficiários do Projeto de Habitação	153
Fotografias 29, 30 e 31: Respectivamente, Paulo Ronaldo da Silva Ferreira ao lado do <i>freezer</i> obtido através dos créditos de instalação, redes de pesca e placa de venda de gelo em uma “casa da reserva”	156
Fotografia 32: Bilhete de passagem para a praia da Romana pelo projeto Roteiro do Sol 2009, da Prefeitura Municipal de Curuçá	158
Fotografias 33 e 34: Barraca oficial de apoio aos turistas e veículo transportando turistas, o primeiro a circular na praia	160
Fotografias 35 e 36: Embarque de retorno dos turistas na lancha do projeto Roteiro do Sol e comunicado de passeio para a praia da Romana exposto no trapiche municipal	160
Fotografias 37 e 38: Lixo abandonado pelos turistas na Praia da Romana e latinhas de alumínio recolhidas por José Corrêa, pescador e um dos três moradores permanentes da praia, para posterior comercialização	160
Fotografias 39 e 40: Exterior da casa de José Corrêa e o pescador consertando rede de pesca no interior da residência.	161
Fotografias 41 e 42: Visão panorâmica da praia da Romana	161
Fotografias 43 e 44: Lagos naturais na praia da Romana formados pelas águas das chuvas	161

Fotografia 45: Visão panorâmica do projeto Orla dos Andirás	162
Fotografia 46: Técnica de captura de peixes conhecida como estacada	165
Fotografias 47 e 48: Currais instalados à margem e ao longo dos cursos d'água, respectivamente	166
Fotografias 49 a 54: Construções imobiliárias que promoveram o aterramento do mangue na comunidade Ponta de Ramos	170/171
Fotografia 55: Unidade produtora de camarão marinho na comunidade de Caratateua, área da RESEX Mãe Grande de Curuçá	172

LISTA DE SIGLAS

AC – Associação Comunitária
ACIC – Associação Comercial e Industrial de Curuçá
ADA – Agência de Desenvolvimento da Amazônia
AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMPRO – Associação dos Moradores e Parceiros da Ilha do Recreio
AP – Áreas Protegidas
APRONOVIC – Associação de Produtores Rurais “Nova Vista” de Curuçá
ASCAR – Associação Comunitária de Caratateua
ASFAC – Associação dos Filhos e Amigos de Curuçá
AUREMAG – Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá
BASA – Banco da Amazônia Sociedade Anônima
CadÚnico – Cadastro Único
CCR – Comitês Comunitários da Reserva
CEB – Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CEPNOR – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte
CNS – Conselho Nacional de Seringueiros
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CP-Z5 – Colônia de Pesca Z-5, de Curuçá
DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis
EIA / RIMA – Estudos de Impactos Ambientais / Relatório de Impactos Ambientais
EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FETAGRI – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará
FLONA – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
IBAMA – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IESAM – Instituto de Estudos Superiores da Amazônia
IFCH – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará
III GERCO – Terceiro Seminário Regionalizado de Gerenciamento Costeiro
IN – Instrução Normativa
INCA – Instituto Nacional do Câncer
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB – Movimento dos Atingidos pela Barragem
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNLM – Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MOPEPA – Movimento de Pescadores do Pará
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
NE – Norma de Execução
ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas
OP – Orçamento Participativo
PAE – Projeto de Assentamento Extrativista
PGP – Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande de Curuçá
PF – Polícia Federal
PFL – Partido da Frente Liberal
PIN – Programa de Integração Nacional
PNB – Produto Nacional Bruto
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNMA – Política Nacional do Meio Ambiente
PNRA – Programa Nacional da Reforma Agrária
POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e Minerais da Amazônia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT – Partido dos Trabalhadores
RAIS – Relação Anual de Informações Sociais
RDS – Reserva do Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Pequenas e Médias Empresas
SECTAM – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SEIM – Secretaria de Integração Municipal
SEMA – Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SINTRAF – Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA – Superintendência do Plano de Desenvolvimento Econômico da Amazônia
STTR – Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curuçá
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TCC – Trabalhos de Conclusão de Curso
TER – Tribunal Regional Eleitoral do Pará
TI – Terras Indígenas
UC – Unidades de Conservação
UCUS – Unidades de Conservação de Uso Sustentável
UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA	23
1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO	31
2 MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONCEPÇÕES E ENFOQUES TEÓRICOS	32
2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS	32
2.1.1 Movimentos sociais antigos e recentes: vertentes interpretativas e revisões conceituais	34
2.2 PARTICIPAÇÃO	37
2.2.1 Aspectos conceituais e históricos da participação	39
2.2.2 Aspectos históricos da participação no Brasil	42
2.2.3 Tipos, níveis e condicionantes da participação	45
2.3 DESENVOLVIMENTO	51
2.3.1 Desenvolvimento como sinônimo de progresso e crescimento econômico e os efeitos desta concepção no planejamento estatal da Amazônia	53
2.3.2 Desenvolvimento sustentável: aspectos históricos e conceituais e “contradiscursos” da sustentabilidade	58
2.3.3 Capital social e suas implicações para o desenvolvimento	61
2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	63
2.4.1 Aspectos históricos e conceituais e possibilidades, impasses e desafios das UC na Amazônia	63
3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	68
3.1 ASPECTOS FÍSICOS E TERRITORIAIS	68
3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS	71
3.2.1 Os curuçaenses e a Cabanagem	75
3.3 ASPECTOS CULTURAIIS	77
3.4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	83
4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	88
4.1 INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS E ASSOCIATIVAS DE PESCADORES	88

E AGRICULTORES EM CURUÇÁ	
4.1.1 Instâncias de representação formal: STTR de Curuçá e CP Z-5	90
4.1.2 Associativismo comunitário	96
4.2 Comunidades X administração pública: a Secretaria de Integração Municipal	111
5 RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ: FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO	114
5.1 GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA RESEX MAE GRANDE DE CURUÇÁ	114
5.1.1 Mobilização social, debates e embates em torno da criação da RESEX Mãe Grande	116
5.1.2 Arranjos institucionais, práticas de mediação e instrumentos de gestão da Resex Mãe Grande	119
5.1.3 Gestão da RESEX Mãe Grande: instrumentos e canais de participação	120
5.1.4 O Conselho deliberativo da RESEX Mãe Grande	127
5.2 PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA RESEX MÃE GRANDE: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS	130
6 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ	140
6.1 RESEX MÃE GRANDE: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CURUÇÁ?	140
6. 2 “CASAS DA RESERVA”: PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA AOS EXTRATIVISTAS OU PLATAFORMA POLÍTICOELEITOREIRA?	148
6.3 DIFICULDADES QUANTO À OPÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE NA RESEX MÃE GRANDE	157
6.3.1 Políticas públicas locais de desenvolvimento X sustentabilidade	158
6.3.2 Tendências recentes quanto ao manejo dos recursos naturais na RESEX Mãe Grande	163
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS	180

1 INTRODUÇÃO

A participação da sociedade civil na gestão pública projeta-se, na atualidade, como condição *sine qua non* para o desenvolvimento. Reivindicada pelas organizações sociais e preconizada por instituições multilaterais de financiamento, a participação constitui-se em imperativo, sobretudo no que tange às Unidades de Conservação de Uso Sustentável (UCUS). Estas demandam o envolvimento efetivo da população usuária em seus processos de implementação e gestão.

O envolvimento dos atores sociais nos processos decisórios, envolvendo planejamento, execução e avaliação de políticas públicas e/ou projetos que vão atingi-los, surgiu a partir da percepção da necessidade de revisão das diretrizes adotadas na formulação das políticas de desenvolvimento. Como posto por Bandeira (1999), historicamente elas se efetivaram de modo centralizado e foram impostas verticalmente. Com efeito, a constatação de que a falta de participação da comunidade na concepção, controle e implementação de tais ações tende a reduzir a sua eficácia, implicou na formulação e disseminação de estratégias participativas e arranjos institucionais, com vistas a integrar a sociedade civil organizada no planejamento do desenvolvimento.

No campo político, a problemática da participação remete, necessariamente, à ampliação da democracia no cenário mundial, sobretudo com os processos de descolonização da Ásia e da África e a redemocratização de países da América Latina, ocorridos na segunda metade do século XX (HOBSBAWM, 1998). A demanda por participação de segmentos sociais diversos nos processos políticos amplia-se, passando, inclusive, a ser defendida pelos organismos internacionais, especialmente a partir da década iniciada em 1990 (BANDEIRA, 1999). Concomitantemente, e segundo Furriela (2002), o princípio da participação pública na tomada de decisões passou a integrar o ordenamento jurídico de muitos países, adquirindo facetas diversificadas.

Por outro lado, redefinições no papel do Estado, impostas pelas políticas neoliberais, a emergência do campo socioambientalista (SANTOS, 2005; SORRENTINO, 2001; VIOLA, 1992) e mudanças na concepção de desenvolvimento, aguçaram a percepção da importância da participação da sociedade civil nos processos decisórios que lhes afeta direta e/ou indiretamente. Este processo engendrou modelos novos de desenvolvimento, em contraposição ao paradigma tradicional, baseado no crescimento econômico e intensificação

das atividades produtivas, num padrão de produção e consumo, definido por Altvater (1993) como fordista fossilístico. A percepção dos limites deste modelo, disseminada sobretudo no campo científico, colocou a problemática ambiental no centro das discussões acerca do desenvolvimento, levantando a necessidade de reorientação dos processos produtivos.

A associação entre manejo dos recursos naturais e desenvolvimento econômico levou, conforme Becker (1997), à politização da discussão ambiental. Em consequência, atores novos entram em cena, os quais, segundo Frey (2005), transformam e reestruturam o processo político. As políticas ambientais paulatinamente, vão deixando de ser de responsabilidade exclusiva dos governos e passam a incorporar outros setores como as organizações não governamentais (ONG), os movimentos sociais e associações civis. Por outro lado, segmentos sociais historicamente excluídos e/ou afetados de modo negativo por tais processos (re) organizam-se, inserindo-se no debate, potencializando ações e propondo estratégias de revisão do modelo, baseadas em seus modos de vida e em sua relação com a natureza.

À dimensão econômica incorporou-se outras variáveis, inserindo a questão do desenvolvimento numa perspectiva multidimensional. Nessa direção, propõe-se e passa a almejar-se um desenvolvimento “sustentável”,¹ resultado da combinação de crescimento econômico equitativo, preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais, aumento da qualidade de vida da população e respeito à diversidade e aos mecanismos endógenos de interação entre seres humanos e natureza (SACHS, 1993). Evidencia-se, desse modo, uma concepção nova de desenvolvimento, considerando dimensões múltiplas, principalmente a socioeconômica, a sociopolítica e a ambiental, superando a ideia reducionista de desenvolvimento como sinônimo de progresso e crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países.

A incorporação destas dimensões ao conceito de desenvolvimento refletiu-se na configuração de um modelo novo de utilização e conservação dos recursos naturais. O mesmo converge para o manejo praticado por grupos humanos, comumente denominados pela literatura de populações tradicionais e/ou povos da floresta². A sobrevivência e reprodução, modo de ocupação do espaço e manejo dos recursos naturais de tais grupos é determinada por especificidades ambientais e socioculturais.

¹ As definições, aspectos históricos e marcos referenciais deste conceito são abordados no Capítulo 3.

² Adota-se aqui a concepção de populações tradicionais como aquelas que acumularam saberes e competências no manejo ambiental, caracterizando um modo de vida adaptativo, com forte inserção no espaço local, e que interagem no seu cotidiano com processos de transformações, numa perspectiva diacrônica, servindo-se de recursos e saberes acumulados culturalmente. Parte-se do conhecimento de que as populações tradicionais da Amazônia, historicamente adaptadas aos recursos naturais, acumulam saberes sobre os ecossistemas, do qual retiram grande parte dos elementos de sua subsistência, seja para alimentação, seja para a confecção de moradia, instrumentos de pesca etc. (D'INCAO, 1994; FURTADO, 1987).

Dessa maneira, a atividade produtiva dessas comunidades não pode ser dissociada do seu contexto socioambiental. Pois a sua percepção da natureza contempla não apenas o espaço físico, mas sobretudo os aspectos culturais (FURTADO, 1997). Portanto, tais grupos têm uma percepção peculiar das características do seu meio, seja ele rio, lago ou floresta, que pode contribuir eficazmente para a conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, comunidades extrativistas da/na Amazônia, organizadas no âmbito do Conselho Nacional de Seringueiros (CNS),³ propõem a criação de Reservas Extrativistas (RESEX) como alternativa aos impactos provocados pelas políticas desenvolvimentistas efetivadas na região.

Sob essa perspectiva, e de acordo com Castro (1998), valoriza-se o local, o território sobre o qual os grupos sociais desenvolvem suas atividades produtivas, utilizando os recursos naturais para sua reprodução socioeconômica. Então, o reconhecimento das populações tradicionais como detentoras de saberes e de práticas de manejo dos recursos naturais refletiu-se em mudanças institucionais. Tal reconhecimento implicou num processo gradual de institucionalização, formulação e implementação de políticas públicas socioambientais, notadamente unidades de conservação de uso sustentável (UCUS), sob a égide da participação das populações usuárias.

Um avanço importante nessa direção foi a regulamentação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 1992. Este, constituiu um aparato técnico, jurídico e conceitual que organizou a gestão de UC no Brasil, definindo suas categorias e objetivos de conservação (CASTRO JÚNIOR, COUTINHO, FREITAS, 2009; MELLO, 2007). O modelo proposto preconiza a formação de conselhos gestores de tais UC com representação de esferas distintas do governo, da sociedade civil organizada e, obrigatoriamente, das populações usuárias. Adota-se, então, uma perspectiva de cogestão no manejo dessas UC, implicando, de um lado, a atuação do estado, responsável pela política institucional de conservação e gestão territorial da biodiversidade no Brasil, e, de outro, os grupos sociais que ocupam tais espaços.

A pensar como Simões e Simões (2005), a gestão dos recursos naturais, constitui, então, um campo de mediação, permeado por atores sociais os mais diversos. Entre estes, destacam-se as categorias de usuários de UC, instituições de ensino, pesquisa e extensão, agentes de órgãos ambientais governamentais e não governamentais, políticos oriundos de esferas distintas de governo etc. Há que se ressaltar, portanto, a coexistência de projetos, interesses, práticas e representações distintos entre os segmentos envolvidos e/ou afetados na

³ Fundou-se o CNS no ano de 1985, a partir de um processo que teve à frente o seringueiro e líder sindical Chico Mendes, cuja atuação em defesa do meio ambiente promoveu uma visibilidade pública ampla dos povos da floresta e angariou apoios, inclusive internacionais, as suas demandas.

administração e manejo de territórios designados à conservação (GUERRA, COELHO, 2009), especialmente os de uso sustentável, como as RESEX.

As RESEX são propostas enquanto estratégias de regularização fundiária, meio de inclusão social, garantias de direitos às populações tradicionais (ALLEGRETTI, 1994; ARNT, 1994; BATISTA, 2004; BRASIL, 2000; GUERRA, COELHO, 2009; SILVA, 2007, 2003; SIMONIAN, 2007a, 2000); como um projeto de reordenação dos modos de exploração e de gestão dos recursos naturais (SIMÕES, SIMÕES, 2005) e/ou ainda como um modelo inovador de reforma agrária (BECKER, 2006). O processo de criação, implementação e gestão destas UC, porém, dada a diversidade de atores envolvidos, pressupõe conflitos, parcerias, negociações e engendra projetos e aspirações individuais e/ou coletivos.

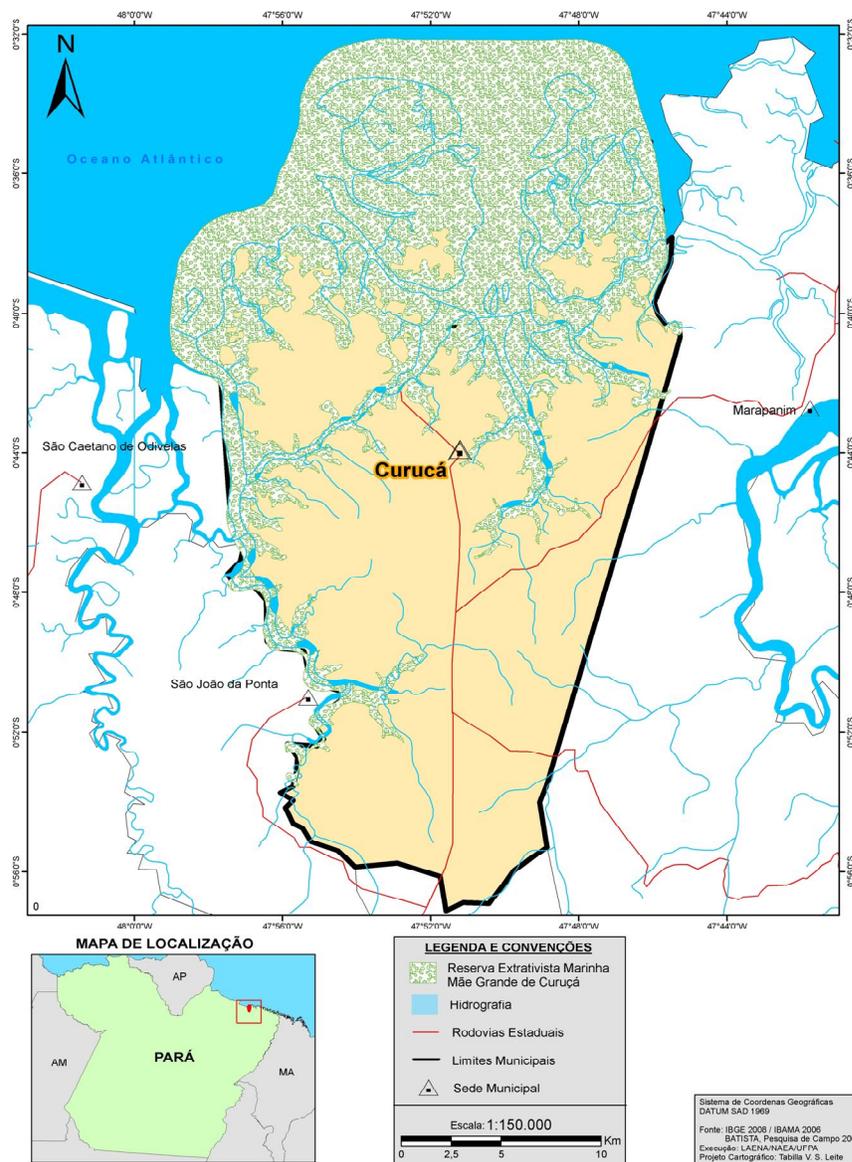
As implicações de tal processo têm reflexos, sobretudo no nível local. Este, é considerado por Hébette (2004) como a esfera nitidamente privilegiada das manipulações políticas. Por seu turno, Dowbor (2008) defende a instância local como o espaço mais oportuno para a efetivação de mecanismos participativos e de democratização das decisões. Divergências analíticas à parte, certamente é neste âmbito que os usuários de UCUS organizam a vida cotidiana, sua reprodução socioeconômica e suas representações culturais, as quais afetam e são afetadas pelas políticas conservacionistas.

Com base no panorama acima, e a considerar o entendimento de Simonian (2007a), que associa a discussão da sustentabilidade à relação entre recursos naturais, manejo adequado dos ecossistemas e as questões sociais envolvidas, a problemática desta dissertação consiste na análise da organização sociopolítica dos usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá⁴. Nessa direção, enfocou-se a participação de pescadores artesanais, extrativistas, marisqueiras, caranguejeiros etc., nos processos de discussão, formulação, implementação e gestão da RESEX e das políticas públicas a ela dirigidas. As implicações políticas, socioambientais e econômicas da instituição desta UC no espaço local também são discutidas.

A RESEX em questão localiza-se no município de Curuçá, nordeste paraense, conforme se vê no mapa 01, abaixo. Criou-se essa Reserva por meio do Decreto S./n., de 13 de dezembro de 2002. Nessa ocasião se definiu para a mesma uma área de aproximadamente 37.062 hectares, sendo constituída de 52 comunidades e envolvendo as zonas urbana e rural do município. Segundo Pae ... (2007) e Rocha (2007), neste território vivem

⁴ A RESEX em estudo recebeu esta denominação em homenagem ao rio que atravessa a cidade de Curuçá – rio Grande – e por evocar a ideia de superabundância. Com efeito, o mangue é considerado pelos seus usuários como supermercado, mina, onde os recursos estão disponíveis, prontos a ser fruídos, bastando, para isto, apanhá-los (BATISTA, 2009, notas de campo – n. c.).

aproximadamente seis mil famílias que praticam atividades de pesca, agricultura e/ou extrativismo dos produtos do mangue.



Mapa 1: Localização da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010; IBAMA (2008); Adaptado por Tabilla Leite.

Em termos empíricos, o estudo fundamentou-se na análise da organização social local, por meio das instituições representativas dos usuários da RESEX e associações comunitárias. Examinou-se a atuação de tais entidades na esfera do Conselho Deliberativo, instrumento legalmente constituído como gestor da RESEX Mãe Grande. Enfocou-se, ainda, os Comitês Comunitários da Reserva (CCR), instituídos no sentido de “alavancar” a participação das

comunidades na gestão da UC em questão e o Projeto “Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande Curuçá”, viabilizado por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

No decurso da pesquisa de campo, sobretudo por meio da aplicação de questionários e realização de entrevistas, buscou-se identificar as implicações socioeconômicas, políticas e ambientais da criação desta UC no município de Curuçá. Conceitualmente, baseou-se nas categorias analíticas *unidades de conservação, participação e desenvolvimento*, em suas várias acepções, modalidades, dimensões e níveis. E, a pressupor, com base na literatura consultada, que instrumentos participativos, em geral, são gestados no âmbito de *movimentos sociais*, esta categoria também é discutida.

A escolha por este objeto foi definida após *survey* realizado na área, cujas evidências produzidas suscitaram algumas reflexões. Em que pese a exigência formal de participação da comunidade usuária na gestão das RESEX, como requisito ao desenvolvimento sustentável, evidenciou-se uma fragilidade organizativa da população usuária da UC em questão, a obstar a construção de um projeto efetivo de desenvolvimento local. Tal realidade refletia-se em várias questões: a disseminação do uso insustentável dos recursos naturais, sobretudo os encontrados no mangue, desarticulação e disputa entre as instituições representativas e associativas, persistência de ações clientelistas e assistencialistas.

Observou-se, ainda, dificuldades de toda ordem no processo de formulação do Plano de Manejo,⁵ cuja elaboração, decorridos oito anos de criação da RESEX, não foi concluída. Associava-se a este quadro a ausência de políticas públicas específicas aos segmentos locais. Exemplares a esse respeito, são o seguro-defeso, todavia inexistente no município, a diminuição sistemática dos estoques pesqueiros; um índice de inadimplência de 100% nos financiamentos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para projetos de agricultura e pesca⁶.

O debate instigante, em curso no município, acerca da construção de uma estação de transbordo de minério de ferro e da implantação de um porto para escoamento da produção paraense, também despertou o interesse pelo estudo da área. Na discussão coletiva local, existem os que apóiam incondicionalmente tais empreendimentos, defendendo-os como

⁵ O SNUC define o plano de manejo como o “[...] documento técnico mediante o qual, com seu fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade” (UNIDADES..., 2008, p. 16).

⁶ Conforme relatos de funcionários do Banco da Amazônia (BASA) e do escritório local da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER).

fundamentais para alavancar o desenvolvimento do município. Outros manifestam preocupações com o fluxo migratório desenfreado provável, o não aproveitamento da mão-de-obra local e os impactos ambientais que podem decorrer dessas instalações⁷.

Por outro lado, diálogos iniciais com interlocutores diversos, oriundos de categorias sociais distintas no contexto local – políticos, funcionários públicos, pescadores, líderes comunitários etc. – manifestaram indícios de conflitos políticos e discursivos em torno da RESEX. Pelo que se pôde averiguar, inicialmente (BATISTA, 2009, n. c.), tais conflitos estariam sendo motivados pelo repasse de recursos federais, pela visibilidade da UC e pelo programa de construção de casas para os pescadores, financiado pelo Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA) e executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A partir da constatação destas evidências e, com base na pesquisa bibliográfica inicial, percebeu-se que, apesar do discurso fundamentado nas concepções novas de desenvolvimento, veiculados pela agenda ambiental, a construção de modelos sustentáveis, no plano concreto, apresenta limitações diversas. Questiona-se, então: a sociedade local possui organização sociopolítica articulada e eficiente para fazer frente às problemáticas apontadas? De que maneira está sendo viabilizada a participação efetiva das comunidades na gestão da RESEX Mãe Grande de modo a garantir o atendimento de suas demandas socioeconômicas e, ao mesmo tempo, promover o uso sustentável dos recursos naturais existentes nesta UC – finalidade precípua de sua constituição?

Destarte, propôs-se este estudo, no intuito de responder a estas questões. Desse modo, o período analisado remonta ao limiar da década iniciada em 1990, quando iniciaram as primeiras discussões acerca da necessidade de implementação de uma UC no município de Curuçá, e se estende até os dias atuais. Outra questão fundamental norteadora deste trabalho refere-se à identificação e avaliação das mudanças ocorridas com a criação da RESEX em termos de apropriação e uso dos recursos naturais existentes em seu território.

Ao se proceder à análise da organização sociopolítica da população usuária no contexto da RESEX Mãe Grande, através do mote da participação, buscou-se ainda:

- Identificar os fatores que motivaram a criação da RESEX Mãe Grande e os atores sociais que articularam este movimento;
- Analisar a participação da população local no processo de implementação da RESEX;

⁷ Segundo Ligia T. L. Simonian (2009, informação verbal), enquanto a população discute e não chega a um consenso, a empresa que potencialmente irá explorar o empreendimento, já encomendou até as balsas para a criação do porto, mesmo sem ainda ter o licenciamento para a sua instalação.

- Discutir a atuação do Conselho Deliberativo como instrumento de gestão participativa da RESEX;
- Identificar as implicações políticas, econômicas e socioambientais da criação de uma UCUS no município de Curuçá;
- Analisar a atuação das associações comunitárias integrantes do Conselho na gestão da RESEX;
- Avaliar a atuação dos CCR como instrumento de participação comunitária;
- Identificar as possibilidades, impasses, limitações e fatores condicionantes da participação entre o público alvo da pesquisa, na gestão da RESEX e seus efeitos no contexto estudado.

Acredita-se que a organização social é um instrumento importante para a viabilização da democracia e da participação ativa em processos de tomada de decisão sobre questões de interesse público. Nesses termos, espera-se que este resultado da pesquisa, a dissertação, contribua com as reflexões acerca da organização social, participação e desenvolvimento em UC na Amazônia. Almeja-se, ainda, que os conhecimentos novos aqui revelados possam ser eventualmente apropriados pelo Estado e sociedade na expectativa de garantir a efetividade do desenvolvimento e da sustentabilidade na RESEX Mãe Grande.

1.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A considerar o caráter eminentemente plural, a complexidade e as especificidades inerentes ao campo socioambiental (FLORIANI, 2004; PHILIPPI JUNIOR *et al.* 2000), a execução da pesquisa que culminou nesta dissertação pautou-se por uma perspectiva interdisciplinar⁸. Segundo Morin (2009), a constituição de um objeto interdisciplinar favorece a criação do intercâmbio e da cooperação entre as ciências e desenvolve a policompetência do pesquisador⁹. O estudo constituiu-se, ainda, conforme os ensinamentos de Günther (2006), Brandão (2003) e Neves (1996) em uma pesquisa qualitativa. Tal abordagem, para Brandão

⁸ Esta perspectiva é entendida, conforme Floriani (2004), como a articulação das disciplinas diversas visando melhor compreender e administrar situações de acomodação, tensão ou conflito explícito entre as necessidades humanas, as práticas sociais e as dinâmicas naturais.

⁹ O autor define como policompetente o pesquisador que, a partir da associação de diversos campos de saberes, na conclusão de seus trabalhos contempla uma análise das “[...] múltiplas dimensões da aventura humana” (MORIN, 2009, p. 110).

(2003) tem como marca o saber do outro, pressupondo uma interação entre os sujeitos que pesquisam e os sujeitos possuidores de histórias passíveis de serem desveladas.

Efetuiu-se também pesquisa de campo (MALINOWSKI, 1978; OLIVEIRA, 1996), e fez-se uso de material bibliográfico e documental além de imagens e produção fotográfica (NOVAES, 2008; SARDELICH, 2006; SIMONIAN, 2007b). Conforme Doimo (1995, p. 32), em estudos de um campo eticopolítico como o dos movimentos e/ou organizações sociais, tem-se que “[...] resgatar suas conexões ativas e suas redes internas através de procedimentos como a observação participante, o exame de documentos primários, a análise de discurso e entrevistas com atores relevantes”. Tais instrumentos, em conjunto com outros, adotou-se nesta pesquisa, conforme explicitado adiante.

Os procedimentos metodológicos norteadores da pesquisa realizada e que fundamentaram este trabalho foram desenvolvidos em etapas distintas. No estágio inicial, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de identificar livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso (TCC), dissertações de mestrado, teses de doutorado etc. que pudessem fornecer subsídios teóricos e metodológicos ao estudo. Como se vê em Gil (1999), a consulta de material publicado é imperativa em qualquer pesquisa, tanto para construir a fundamentação teórica do objeto pesquisado quanto pela necessidade de identificação do estágio dos conhecimentos acerca deste.

Ressalte-se que, no decorrer do estudo, eventualmente recorreu-se a esta atividade de localização e consulta de fontes diversas de informação escrita, para coletar dados gerais ou específicos (ALMEIDA JÚNIOR, 2008) pertinentes à problemática em discussão. Deste modo, efetuou-se a pesquisa bibliográfica nas bibliotecas: Central da Universidade Federal do Pará (UFPA), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Biblioteca Pública Municipal de Curuçá entre outras. Ainda, consultaram-se documentos e imagens existentes no Arquivo Público Municipal deste município.

No contexto inicial da pesquisa, procedeu-se também à consulta de documentos, institucionais ou não, como atas de reuniões, regimentos internos de organizações comunitárias, relatórios de viagens, mapas, fotografias, estatutos de associações, convites para reuniões, diagnóstico das comunidades e abaixo-assinados. A pesquisa documental, constituída segundo Neves (1996) pelo exame de materiais que ainda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados tendo em vista uma interpretação nova

ou complementar, contribuiu sobremaneira para a melhor elucidação das questões suscitadas no decurso do estudo. Levantou-se, ainda, dados quantitativos referentes às associações locais, como quantidade de membros, situação jurídica, recursos financeiros pleiteados e/ou obtidos, periodicidade de reuniões etc., com o fito de subsidiar o estudo com dados estatísticos.

A pesquisa documental e o levantamento de dados estatísticos foram realizados nos arquivos cartográficos do IBAMA em Belém, na sede administrativa da Colônia de Pesca de Curuçá (CP-Z5), no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curuçá (STRR), na sede da Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá (AUREMAG), escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) de Curuçá. Ainda, nas Secretarias Municipais de Agricultura, de Pesca e da recém criada Secretaria de Integração Municipal¹⁰ e nas sedes das associações comunitárias contatadas no decorrer do estudo. Aplicaram-se, então, os ensinamentos de Yin (2001), que enfatiza a relevância da busca sistemática por documentos em qualquer planejamento para coleta de dados durante a pesquisa de campo, através de visitas a bibliotecas locais ou a outros centros de referência.

Associado à pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho em campo mostrou-se essencial à produção de evidências. Nesta etapa do estudo, seguiu-se os preceitos de Malinowski (1978) e de Oliveira (1996), exercitando-se o “olhar” e o “ouvir”, atos por meios dos quais o pesquisador busca a compreensão da “[...] sociedade e a cultura do Outro ‘de dentro’ em sua verdadeira interioridade” (OLIVEIRA, 1996, p. 31). Nesta perspectiva, considerou-se a proposta metodológica para a análise dos movimentos e/ou organizações sociais sugerida por Gohn (2000), que considera fundamental o estudo dos seus elementos internos e externos.

Sob tal perspectiva, os elementos internos de uma organização constituem-se nas suas demandas e reivindicações, repertórios de ações coletivas geradas, composição social, ideologias, práticas. Por outro lado, os externos referem-se ao contexto do cenário sociopolítico e cultural no qual o movimento se insere, articulações e redes externas interlocutoras do movimento, suas relações com os órgãos estatais, igrejas e outras instituições da sociedade civil, relações com a mídia etc. (GOHN, 2000). Conforme essa autora é mister pesquisar, ainda, as representações que estes atores sociais têm de si próprios e

¹⁰ A consulta aos arquivos dessas instituições foi fundamental para a pesquisa, no sentido de analisar sua atuação no processo de criação da RESEX Mãe Grande e suas relações com os movimentos associativistas locais.

do outro; suas conquistas e derrotas e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias.

Na perspectiva de contemplar tais fatores, privilegiou-se na pesquisa de campo o estabelecimento de períodos de permanência no município de Curuçá com hospedagem na residência de famílias locais. As idas a campo ocorreram ao longo dos anos de 2008, 2009 e primeiro semestre de 2010, implicando em períodos sequenciais nos meses de janeiro e julho quando realizou-se as entrevistas e aplicou-se os questionários e, ainda fez-se visitas esporádicas. Estas, para eventual complementação de coleta de dados e esclarecimento de dúvidas.

Neste período, participou-se, ainda, de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Deliberativo da RESEX e de eventos ligados, de algum modo, ao objeto da pesquisa. Nesta direção, destaca-se a participação no V Fórum de Debates Ecológico, Econômico e social das Ilhas e Comunidades Adjacentes, organizado anualmente pela Associação dos Moradores e Parceiros da Ilha do Recreio (AMPRO) e no Seminário Políticas públicas e sustentabilidade na RESEX Marinha Mãe Grande de Curuçá, realizado no âmbito do Fórum Social Mundial 2009. Desse modo, esteve-se aproximadamente 60 dias em campo.

O “mergulho” no trabalho de campo é de suma importância. Pois, além dos componentes da organização social do grupo como suas leis, regularidades e instituições, que podem ser registrados documentalmente, há as circunstâncias imponderáveis da vida cotidiana (BARROS, 2004). Estas são captadas apenas na vivência junto ao grupo, uma vez que não são percebidas por meio de perguntas e, raramente, em documentos. Em face da importância desses elementos subjetivos, como opiniões, ideais, convicções, motivos impulsionadores das ações, captáveis somente através da observação *in loco*, o trabalho de campo só pode ser visto como essencial.

Nesta etapa, em campo, utilizou-se como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários e a técnica da entrevista. Esta se desdobrou em dois tipos: informal e estruturada. De acordo com Gil (1999), entrevistas informais são recomendadas no sentido de fornecer uma visão aproximativa do problema pesquisado. Neste sentido, e como posto pelo mesmo autor, é interessante recorrer a “informantes-chaves”, especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais. Então, fez-se uso desta técnica, contemplando-se informantes selecionados através de sua condição de lideranças locais, especialistas na questão abordada e/ou moradores antigos.

Enquadraram-se nesses critérios o presidente do STTR local, a presidente da CP do município, a presidente da AUREMAG bem como os sócios fundadores da RESEX, técnicos do IBAMA responsáveis pela implantação e gestão de UC, prefeito municipal, secretários municipais de pesca, agricultura, meio ambiente e integração municipal, funcionário da EMATER local responsável pela análise de projetos, presidente de ONG com atuação no município etc. As entrevistas estruturadas, caracterizadas por uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação é invariável para todos os entrevistados, possibilitando o tratamento quantitativo dos dados (GIL, 1999) foram efetuadas com usuários da RESEX Mãe Grande, a exemplo de pescadores, agricultores, extrativistas e marisqueiras, membros das AC integrantes do Conselho Deliberativo e membros dos CCR.

Estas entrevistas versaram sobre a participação em organizações comunitárias, entidades associativas e/ou representativas e no contexto da RESEX; manifestações de associativismo e cooperativismo local; participação em cursos, oficinas e reuniões; acesso a programas de crédito e assistência técnica, relações entre o poder público e a sociedade civil, percepções a respeito das práticas de manejo antes e depois da implantação da RESEX, bem como concepções acerca dos objetivos e quanto à atuação desta. Inquiriu-se, ainda, sobre redes de solidariedade na esfera do parentesco, da vizinhança e da comunidade, e percepções sobre a preservação dos recursos naturais e relação com a natureza.

Dentre os dados arrolados têm-se também técnicas utilizadas na exploração dos recursos naturais, transporte da produção, grau de beneficiamento dos produtos, modalidades de comercialização entre outras variáveis. O objetivo foi identificar o grau de participação nas organizações comunitárias locais, os modos de gestão do trabalho nos estabelecimentos familiares, práticas produtivas e modalidades de manejo dos recursos naturais. A posse dessas informações propiciou a construção do histórico e da dinâmica de criação da RESEX, a apreensão de modos e critérios de interação social, bem como as estratégias de reprodução social das famílias e suas concepções sobre a conservação da floresta. E foi essencial para o delineamento do perfil da organização comunitária local.

A considerar a abordagem interdisciplinar, a pesquisa insere-se, ainda, na perspectiva do campo de análise social da microhistória. Esta consiste em proposição do campo da História Social que defende a delimitação temática específica do espaço local, no caso a RESEX Mãe Grande, alçado em categoria central de análise. Este entendimento, segundo Levi (1992), constitui uma nova possibilidade de estudo no quadro das interdependências entre agentes e fatores determinantes de experiências históricas eleitas pela lupa do historiador.

Nesta concepção, cada detalhe aparente, insignificante para um olhar apressado ou na busca exclusiva dos contornos de grande porte, adquire valor e significado na rede de relações plurais de seus elementos constitutivos múltiplos, podendo ser interpretado por sua inserção num contexto mais amplo. Do ponto de vista metodológico, a microhistória representa um avanço na ciência histórica, pois ao operar com escala de observação reduzida, dá voz a personagens que, de outra maneira, ficariam no esquecimento (VAINFAS, 2002). Refuta-se, assim, segundo Levi (1992), a redução do trabalho do historiador a uma atividade puramente retórica que interpreta somente os textos, isto é, as fontes propriamente ditas, e não os acontecimentos em si.

A investigação acerca das condições ambientais, históricas, culturais e socioeconômicas dos sujeitos pesquisados – usuários da RESEX Mãe Grande pressupôs, outrossim, uma “pesquisa participante”, preconizada por Malinowski (1978) como o único modo possível de o pesquisador conhecer o “outro” em profundidade. Segundo este entendimento, é possível superar os pressupostos evolutivos e o etnocentrismo¹¹. A leitura de Malinowski (1978) ensina que a investigação feita pelo pesquisador sobre o “Outro”, seja este entendido como as sociedades tribais – os primeiros ‘objetos’ de estudo deste antropólogo – ou os grupos inseridos nas sociedades urbanas contemporâneas há que, necessariamente, ser permeada por um “mergulho” no trabalho de campo¹².

No processo de coleta e análise dos dados fez-se uso da história oral, uma ferramenta importante e que foi desenvolvida a partir da Antropologia, a qual vem abrindo um caminho de conhecimento e possibilidades de valorização de grupos sociais em geral invisíveis na documentação escrita (MONTENEGRO, 1992). Esta técnica caracteriza-se pelo registro da história de vida de indivíduos que, ao focalizar suas memórias pessoais, constroem também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento e das etapas diversas da trajetória do grupo social ao qual pertencem¹³. Por registrar as experiências vividas pelos informantes em

¹¹ Sob esse prisma, o pesquisador precisaria passar longos períodos de convivência com os grupos estudados – se possível morar nas proximidades de suas casas – , acompanhar de perto suas atividades diárias, desde as mais triviais até as mais solenes, aprender a língua nativa evitando intérpretes tendenciosos, enfim, absorver os valores e sentimentos do grupo observando cuidadosamente os fazeres e os dizeres das pessoas.

¹² Em consonância com esta perspectiva, e conforme Barros (2004), quando um indivíduo é focalizado na sua trajetória individual, nos seus gestos cotidianos, agindo sob pressão em determinadas circunstâncias, negociando sua vida diária e o direito de prosseguir no seio de determinada comunidade ou ambiente social, revela-se em toda sua humanidade possível, explicitando, inclusive, contradições, que enriquecem sobremaneira o trabalho do pesquisador.

¹³ Segundo Brandão (1996), muitas dessas memórias são chamadas de subterrâneas, porque ficam à margem da história oficial.

fitas magnéticas de áudio ou vídeo, tal técnica é um instrumento fundamental para a compreensão do passado recente.

O cientista social, sobretudo o historiador, ante o desenvolvimento do método da história oral, não mais depende, unicamente, dos textos escritos para estudar o passado. A observação das trajetórias individuais¹⁴ permite ter uma percepção melhor da relação entre as experiências relatadas e a memória coletiva (BRANDÃO, 1996). Esta percepção é corroborada por Thompson (2002), em consistente análise sobre a contribuição da história oral para a compreensão do passado. Conforme este autor, ao transformar os “objetos” de estudo em “sujeitos”, a evidência oral contribui para uma história mais rica, viva, comovente, e, sobretudo, verdadeira (THOMPSON, 2002). Neste sentido, a fonte oral constituiu-se em ferramenta essencial para a realização desta pesquisa.

E, a considerar a tendência de utilização da dimensão imagética como documento no processo de construção do conhecimento (SARDELICH, 2006), ilustrou-se este trabalho com mapas e fotografias¹⁵. A pensar-se com Simonian (2007b, p. 7), “[...] o uso de imagens nos registros do conhecimento contribui significativamente no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais”. O uso da fotografia nas ciências sociais, conforme postulado por Simonian (2006) e Samain (1995), consolidou-se com Malinowski.

A experiência prolongada de campo desse autor com a população pesquisada engendrou um bem sucedido processo de compatibilização entre texto e imagem¹⁶. E, apesar das dificuldades e limites que o âmbito acadêmico impõe ao uso das imagens no discurso científico (SARDELICH, 2006), de maneira cada vez mais freqüente estas vêm sendo estudadas como modalidades de linguagem (NOVAES, 2008), e incorporadas às produções acadêmicas, sobretudo no campo da história e da antropologia.

No que concerne à amostragem, realizou-se 30 entrevistas individuais, e uma entrevista coletiva, com os sócios da Associação dos Caranguejeiros do Arapuri no contexto de uma

¹⁴ Nesta perspectiva, a história oral permite ao pesquisador apreender nas falas dos atores sociais os significados das lutas, tensões, conquistas, enfim, das experiências por eles vivenciadas.

¹⁵ De acordo com Sardelich (2006), antropólogos, sociólogos e historiadores interessam-se pela utilização de imagens como fonte documental, instrumento, produto de pesquisa ou ainda, como veículo de intervenção politicocultural.

¹⁶ Ao analisar as fotografias presentes nas obras de Malinowski, Samain (1995, p. 27) constata que para aquele antropólogo o verbal e o pictórico, isto é, desenhos, esquemas e fotografias, são elementos fundamentais para uma “[...] antropologia descritiva aprofundada”, posto que tanto o texto como a imagem não falam por si sós, sendo necessária uma interrelação constante entre ambos.

reunião em sua sede comunitária,¹⁷ ocasiões em que se produziu aproximadamente 30 horas de gravação em áudio. Aplicou-se os questionários a 60 usuários da RESEX Mãe Grande. Com esse grupo que compôs a amostra, o critério de escolha norteou-se por sua condição de associados das organizações comunitárias integrantes do Conselho Deliberativo desta UC e/ou componentes dos CCR.

Em campo verificou-se a existência de 56 associações comunitárias, das quais 20 foram incluídas no contexto da pesquisa, perfazendo uma amostra de 36% do total. Destas, 12 integram o órgão gestor da RESEX Mãe Grande. Lideranças e membros de oito instituições que não compõem este órgão também foram contemplados na pesquisa.

Neste sentido, de acordo com os objetivos propostos, e em consonância com a bibliografia, documentação e legislação consultadas, sujeitos sociais e instituições relevantes no processo de criação, implementação e gestão atual da RESEX enfocada foram contemplados no estudo. Pescadores, agricultores, extrativistas, marisqueiras, gestores públicos e secretários municipais, técnicos de extensão rural, lideranças formais e informais, funcionários do órgão gestor da RESEX – o ICMBIO, dirigentes de órgãos representativos das categorias de pesca e agricultura entre outros, foram ouvidos.

Neste processo, responderam a indagações, dúvidas e questionamentos. O registro de suas falas, bem como seus silêncios e hesitações face a determinadas questões, forneceram evidências diversas, fundamentais à consecução dos objetivos propostos pela pesquisa. Tais evidências foram analisadas e interpretadas, e em consonância com os dados bibliográficos e documentais coletados, subsidiaram a produção textual desta dissertação.

Há de ressaltar-se que a permanência em campo, bem como as demais etapas deste estudo, estão pautadas pelos critérios da eficiência e da ética. A considerar a perspectiva analítica de Simonian (2005, p. 121), a pesquisa embasada nestes princípios pode desdobrar-se em “[...] múltiplas possibilidades de uso para a população envolvida, seja subsidiando laudos ou perícias antropológicas ou contribuindo para o fortalecimento da identidade sociocultural local”. Neste sentido, espera-se que o trabalho gere subsídios ao fortalecimento e organização da sociedade local, especialmente no sentido de fomentar a construção efetiva do desenvolvimento sustentável no contexto da RESEX Mãe Grande.

¹⁷ Essa associação é membro do Conselho Deliberativo da RESEX. O objetivo da reunião era discutir junto ao serviço de extensão rural, um projeto comunitário de criação de camarão (*Litopenaeus vannamei*, Boone) e/ou de galinha caipira (*Gallus gallus domesticus*).

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Com o objetivo de facilitar o entendimento da problemática em questão, esta dissertação está estruturada em cinco capítulos. No capítulo dois, são apresentadas algumas considerações teóricas acerca dos movimentos sociais, suas vertentes interpretativas e revisões conceituais; concepções e enfoques do desenvolvimento, com ênfase no desenvolvimento sustentável; aspectos conceituais, níveis, tipos e condicionantes da participação dos atores sociais, e, por fim, discorre-se acerca das UC. No capítulo três contextualiza-se o *locus* da pesquisa, destacando-se seus aspectos fisicoterritoriais, históricos, culturais e socioeconômicos.

A seguir, no capítulo quatro, discorre-se acerca da organização social no contexto da RESEX Mãe Grande, enfatizando-se as instituições representativas e associativas dos usuários desta UC. No capítulo cinco, analisa-se o processo de concepção, implementação e gestão da RESEX, ressaltando-se seus instrumentos e canais de participação. A abordagem efetuada no capítulo seis remete a implicações políticas, econômicas e socioambientais da criação da RESEX Mãe Grande no município de Curuçá, considerando as perspectivas novas engendradas por tal processo. Neste capítulo discute-se, ainda, as dificuldades na opção pela sustentabilidade nesta UC e as tendências recentes no que tange ao manejo dos recursos naturais. E, por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: CONCEPÇÕES E ENFOQUES TEÓRICOS

As formulações teóricas sobre participação, desenvolvimento e UC ao longo da História, apresentaram enfoques analíticos os mais diversos. A seguir discorre-se acerca dessas categorias. Esse debate será permeado pelas concepções de movimento social, democracia, sociedade civil, Estado, associativismo, capital social, cidadania e sustentabilidade fundamentais para a construção teórica deste trabalho. A análise de tais conceitos aponta para uma demanda cada vez maior de participação social na gestão pública, reivindicada pelos movimentos sociais e por agências de fomento ao desenvolvimento. Por outro lado, evidencia-se a necessidade de ampliação e democratização dos canais de participação.

2.1 MOVIMENTOS SOCIAIS

A considerar que a efetivação dos canais de participação perpassa pela organização da sociedade civil, remetendo necessariamente à problemática da constituição/organização de movimentos sociais, é mister a abordagem desta categoria analítica no âmbito deste trabalho. A expressão movimentos sociais é empregada em sentidos distintos. Boudon e Bourricaud (2001) apresentam alguns enfoques: a expressão, num sentido meramente descritivo, designaria processos variados. Entre estes, o processo de lutas das feministas pela emancipação das mulheres, os abolicionistas etc.

Em outro sentido, e ainda segundo estes autores, pretender-se-ia caracterizar os aspectos dinâmicos da vida social que seriam apreensíveis em sua capacidade de mobilizar-se e organizar-se e em sua capacidade de inovar e criar. Por sua vez, Scherer-Warren (2001, p. 45) define movimento social como

[...] um conjunto de referências simbólicas, num campo de valores sociais e de práticas sociais, que vai sendo construído na memória e na ação coletiva, penetrando em vários níveis, nas relações familiares, comunitárias, societárias, no local, no nacional e no planetário.

Então, segundo essa autora, há que se fazer referência a movimentos sociais quando começam a surgir práticas de lutas pela cidadania que transcendem as reivindicações específicas de cada grupo associativo isoladamente. Nesta direção, eles constituir-se-iam, portanto, em um

conjunto mais amplo de práticas sociais, políticas e culturais, resultado de redes múltiplas de relações sociais entre sujeitos e associações civis, com vistas à realização de um projeto de mudança.

Gohn (2000) considera os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, posto que, independente de suas demandas, se desenvolvem num contexto de correlação de força social. Tais movimentos constituem-se, então, fundamentalmente em processos políticossociais. Jacobi (1999) aponta na mesma direção ao considerar a participação social como um importante instrumento de fortalecimento da sociedade civil, principalmente dos setores mais excluídos. Isto torna-se particularmente significativo no contexto brasileiro, em que durante a maior parte de sua história, as organizações sociais estiveram tolhidas ou tuteladas pelo Estado.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, identificou-se, ainda, a conceituação de movimentos sociais formulada por Gohn (2000, p. 251).

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum.

Nesse processo, os indivíduos passariam de atores sociais – ocupantes de diferentes lugares na estrutura social – a sujeitos, autores de ações históricas superadoras das ações contidas no desempenho individual ou grupal. Igualmente, ao participar direta e/ou indiretamente da luta política de um país, os movimentos sociais gerariam inovações nas esferas pública e privada, contribuindo para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.

Vidal (2006), com base na definição do cientista político alemão Raschke, compreende movimento social como uma organização estruturada e identificável, com elevada integração simbólica, agrupando os membros na defesa ou promoção dos seus objetivos, podendo originar mudanças sociais ou impedi-las. Nessa direção, Souza (2000) define movimentos sociais como modos de enfrentamento das contradições sociais que se expressam em reações coletivas a algo apresentado como bloqueio ou afronta aos interesses e necessidades coletivas de determinado grupo social. Dessa maneira, a importância destes movimentos estaria no papel que eles passaram a desempenhar no processo de organização popular, a partir da superação das saídas individuais à busca por alternativas coletivas no enfrentamento da problemática social.

De acordo com Boudon e Bourricaud (2001), a história de todo movimento social começa com uma fase de mobilização. Porém, essa condição não é suficiente. É necessário também que os indivíduos, livres das amarras tradicionais, desenvolvam uma capacidade organizacional. Esta capacidade possibilita a definição de “[...] objetivos comuns e mobilizar os recursos necessários para atingir esses objetivos” (BOUDON, BOURRICAUD, 2001, p. 373). A retomar-se os estudos de Gohn (2008), relaciona-se essa capacidade organizacional ao conjunto de crenças, valores, ideologias, modos de conceber e de fazer as ações sociais coletivas concretas, que constituem o projeto sociopolítico e cultural de um grupo, organização ou movimento social.

2.1.1 Movimentos sociais antigos e recentes: vertentes interpretativas e revisões conceituais

De acordo com Scherer-Warren (2001), a categoria **movimento social** surgiu por volta de 1840 para designar o movimento operário europeu. Posteriormente, foi desenvolvida no âmbito do marxismo para representar a organização racional da classe trabalhadora em sindicatos e partidos empenhados na transformação das relações capitalistas de produção. Neste sentido, e conforme o modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais, estes constituiriam movimentos revolucionários, entendidos como mobilizações de massa visando apossar-se do poder de um Estado antagônico (Alexander, 1998). Segundo esse autor, esta perspectiva analítica estaria, então, impregnada de materialismo ontológico e realismo epistemológico. Os aspectos simbólicos, sobretudo os de conotação cultural, portanto, não seriam considerados.

Conforme Touraine, que se ocupou da análise da reconstrução histórica dos movimentos sociais “clássicos” e do seu quadro teórico, estes apresentavam uma orientação tática para o poder, a violência e o controle: “[...] imagens mais simbólicas incluíam a violência: a ocupação da Bastilha ou do Palácio de Inverno, manifestações de massa dissolvidas pela polícia, ocupações de fábricas e greve geral” (TOURAINÉ, 1992, *apud* ALEXANDER, 1998). O discurso dos agentes destes “velhos movimentos sociais”, restringia o seu foco de ação ao campo da economia:

Em consequência disso, a narrativa revolucionária declarou que só depois do estabelecimento de novas formas de estrutura, somente depois que as transformações técnicas permitissem a redistribuição equitativa de bens e serviços, é que considerações de ordem ética, moral e cultural seriam levadas em conta (ALEXANDER, 1998, p. 2)

Evidencia-se, portanto, que os interesses econômicos e materiais, tão caros à nascente sociedade industrial, sobrepujariam as dimensões subjetivas, afetivas e culturais dos movimentos sociais.

Todavia, as transformações na sociedade contemporânea, sobretudo as engendradas pelo fenômeno da globalização, refletem-se sobremaneira no contexto institucional dos movimentos sociais da atualidade, promovendo sua diversificação e complexificação. O meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008) e a emergência de novos atores sociais e cenários políticos desfavoráveis ou inoperantes demandam modalidades de articulação mais dinâmicas. Neste contexto, e nas décadas recentes, emergem os Novos Movimentos Sociais (SCHERER-WARREN, 2001), como os socioambientalistas, pela qualidade de vida, pelo reconhecimento da diversidade étnica e/ou de gênero etc.

Estes movimentos novos pressupõem, então, a manifestação de uma multiplicidade de atores sociais com especificidades diversas. Nestes termos, contribuem para a ampliação do exercício da participação na esfera pública na atualidade. Tais movimentos, segundo Alexander (1998, p. 6) concentram-se nos códigos, no conhecimento e na linguagem.

O modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram e os novos movimentos sociais são o resultado de tudo isso. Sociedades pós-materialistas, pós-industriais, pós-afluentas, baseadas na informação, constituem arranjos estruturais que criam, exatamente nessa ordem, novas formas de estratificação, novos grupos de conflito, novos padrões de dominação e novas percepções dos objetivos e interesses em jogo.

Desta maneira, o modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais, cuja visão reduzir-se-ia a mera análise das relações de poder (FERREIRA, 2001) seria insuficiente para analisar as organizações sociais atuais. Estas demandam uma compreensão mais ampla do sistema social, sobretudo no que concerne à dimensão subjetiva – construção de uma identidade coletiva, do sentimento de pertença, valores e ideologias do grupo¹⁸.

Desse modo, então, o foco dos movimentos sociais desloca-se do aspecto meramente econômico reivindicador da redistribuição de recursos fundamentais,¹⁹ passando a pressupor a participação em diversos espaços: mobilizações de base local na esfera pública, empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil, participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado. E, nos últimos anos, a busca de uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental e não

¹⁸ Bordieu enfatiza o aspecto simbólico da luta contra o neoliberalismo, considerando uma “fraqueza” dos movimentos sociais a subestimação desta dimensão. Segundo o autor, “[...] lidamos com adversários que se armam com teorias, e trata-se de enfrentá-los com armas intelectuais e culturais” (BOURDIEU, 1998, p. 73).

¹⁹ Touraine (1992, *apud* ALEXANDER, 1998), refere-se a estes movimentos que contestavam a organização capitalista como movimentos sociais radicais.

governamental em parcerias com a sociedade civil organizada (SCHERER-WARREN, 2006). Esta ampliação dos canais e focos de atuação dos movimentos sociais reflete-se sobremaneira no campo socioambiental, especialmente no que respeita à organização de populações extrativistas, cuja abordagem far-se-á adiante.

Neste contexto, a articulação coletiva é fundamental:

Na sociedade das redes (para usar uma terminologia de Manuel Castells), o associativismo localizado (ONGs comunitárias e associações locais) ou setorizado (ONG feministas, ecologistas, étnicas e outras) ou, ainda, os movimentos sociais de base locais (de moradores, sem teto, sem terra etc.) percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania (SCHERER-WARREN, 2006, p. 113).

A autora apresenta, então, o conceito de redes de movimento social. Estas se caracterizam pela busca de articulações mais horizontalizadas, evitando o centralismo e a burocratização governamental (SCHERER-WARREN, 1999). Nestes termos, envolveriam a participação de atores múltiplos para a realização de metas ou projetos comuns, construídos diante de conflitos ou de ações solidárias no sentido de transcender as experiências empíricas, concretas, datadas e localizadas dos sujeitos/atores coletivos. Este diálogo coletivo permitiria aos movimentos sociais passarem da defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural. Neste sentido, as redes pressupõem a identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, que definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas a serem combatidas e transformadas.

A complexidade da sociedade contemporânea, em que o global e o local interrelacionam-se continuamente através das novas tecnologias da informação (FRIEDMAN, 2005; SANTOS, 2008; SCHERER-WARREN, 2006, 1999), de certa maneira, impõe aos movimentos sociais da atualidade a organização em redes. Sobretudo na esfera ambiental, em que os problemas locais assumem implicações em escala transnacional e/ou planetária é mister à busca de soluções em conjunto. No decorrer da pesquisa empírica que subsidiou este trabalho, observou-se nitidamente a articulação do movimento socioambientalista local com outras esferas de atuação e grupos de apoio e assessoria como ONG, instituições de ensino e pesquisa, meios de comunicação e outros.

Com base nas várias definições de movimento social ora evidenciadas depreende-se, então, o seu caráter plural, conforme posto pela literatura consultada que, quase à unanimidade, refere-se a *movimentos sociais*, múltiplos em seus objetivos, modos de mobilização, ideologias e estratégias de ação. Abstrai-se, ainda, no que tange aos movimentos sociais da atualidade, a superação dos interesses particularizados rumo à construção de

organizações formais e/ou informais instituídas em um processo de demanda coletiva por direitos, ideais e reivindicações comuns. Neste sentido, a relevância de tais movimentos consiste em sua viabilização como canais de participação dos sujeitos sociais na esfera pública.

2.2 PARTICIPAÇÃO

As democracias representativas, em sua configuração atual, são incapazes de absorver integralmente a demanda cada vez mais imperiosa de participação dos sujeitos sociais nos processos que lhes dizem respeito (FURRIELA, 2002). No final da década iniciada em 1980, governos locais introduziram mecanismos de incentivo à participação das comunidades no processo decisório das políticas públicas locais (ABERS, KECK, 2008; SOUZA, 2001). Na gênese desse processo, há que se destacar as experiências do Orçamento Participativo (OP), engendradas por administrações municipais vinculadas ao Partido dos Trabalhadores. Tais experiências pautaram-se pela participação popular no processo orçamentário, incidindo em decisões sobre a alocação de recursos públicos.

Além destas iniciativas, em diferentes esferas de governo, passam a ser criadas instâncias visando ampliar a possibilidade de participação da sociedade na defesa de seus interesses. Tais espaços multiplicaram-se no Brasil, no contexto de redemocratização. Com efeito, a Carta Constitucional promulgada em 1988 estabeleceu mecanismos importantes direcionados à participação popular na gestão de políticas públicas, especialmente por meio de conselhos gestores das mais diversas áreas: saúde pública, educação, meio ambiente, agricultura etc. A institucionalização de conselhos gestores, definidos por Abers, Keck (2008, p. 100), como um “arranjo de governança na formulação de políticas públicas”, ensejou um processo inovador na conjuntura de abertura democrática do país, tendo sido ampliado de modo expressivo posteriormente.

A problemática da participação no processo de desenvolvimento é crucial numa região como a Amazônia, historicamente marcada por políticas estatais de intervenção, que promoveram o uso insustentável de sua base natural. Tais políticas ampliaram as mazelas sociais e a concentração de riquezas e de poder econômico, alijando as populações locais de qualquer grau de participação nas decisões que afetaram seu modo de vida, no contexto das políticas de “integração” da região. Este processo começou a ser revertido, na prática, a partir

do ano de 1985, com a criação do CNS no Acre, que com base na organização social dos seringueiros passa a demandar sua participação na gestão dos recursos naturais, notadamente os extrativistas, fundamentais à sua sobrevivência.

A participação é um conceito que se tornou presente nas discussões atuais sobre gestão (CARDOSO, 2007), constituindo-se condição para o desenvolvimento sustentável (STEINBRENNER, HURTIENNE, POKORNY, 2007) e para o protagonismo da sociedade civil (GOHN, 2008). A pensar como Abers, Keck (2008), a ampliação da participação em ações do domínio público fomenta mudanças nas convicções dos sujeitos sociais sobre seu papel político, bem como a capacidade de resposta das instituições às suas demandas. Há que se ressaltar, no entanto que o conceito é complexo, envolvendo várias definições, e diversos tipos e dimensões.

Com efeito, na literatura especializada (BORDENAVE, 2007; DEMO, 1988, 1986; GOHN, 2008, 2007, 2004, JACOBI, 2000, 1999; SCHERER-WARREN, 1999; TEIXEIRA, 2002) há referências à participação social, popular ou comunitária, participação política, participação corporativa, assistencialista, participação eleitoral, consultiva, participação cidadã entre outras. Deste modo, convém apresentar algumas considerações acerca destas diferentes definições e modalidades de participação.

Conforme a definição do Manual de Participação do Banco Mundial participação é “um processo no qual os envolvidos influenciam e compartilham o controle sobre iniciativas de desenvolvimento e as decisões e os recursos que os afetam” (WORLD BANK, 1996, *apud* SCHMITZ, SIMÕES, 2005, p. 79). Acepção similar é encontrada em SCHMITZ (2005) ao considerar participação como um sistema de ação concreto em que diferentes atores são envolvidos nos processos decisórios. Para este autor a margem de atuação de cada indivíduo resultaria de um acordo formal, negociado no “jogo livre das forças, exemplarmente pressão política, e das regras estabelecidas.

Gohn (2008) entende a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social. Nessa direção, tal fenômeno torna-o protagonista de sua história, “[...] desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sócio-política a um grupo ou ação coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova” (GOHN, 2008, p. 30). Esta concepção concebe, então, o mecanismo da participação como um instrumento de fortalecimento da sociedade civil, através da potencialização dos sujeitos sociais.

Bordenave (2007) Nogueira (2005) e Teixeira (2002), por sua vez, postulam que, independentemente das modalidades que pode assumir, participação significa “fazer parte”,

“tomar parte”, “ser parte” de um ato ou processo, de uma atividade pública e/ou de ações coletivas. Neste sentido “[...] referir a “parte” implica pensar o todo, a sociedade, o Estado, a relação das partes entre si e destas com o todo e, como este não é homogêneo, diferenciam-se os interesses, aspirações, valores e recursos de poder (TEIXEIRA, 2002, p. 27). Sob essa perspectiva analítica, então, a participação supõe uma relação de poder, efetivada não somente por meio do Estado, mas entre os próprios sujeitos, demandando determinados procedimentos e recursos²⁰ para sua materialização.

Em consonância com as definições supramencionadas, abstrai-se que a participação pressupõe uma modificação nas relações entre a sociedade e o Estado, fomentando uma “[...] nova cultura política” (TEIXEIRA, 2002, p. 28) pautada pela valorização da ação coletiva, construção de identidades e efetivação de direitos (GOHN, 2008, 2007; JACOBI, 2000, 1999; SCHERER-WARREN, 2001; TEIXEIRA, 2002). Contudo, analisando-se essa questão ao longo da história, vislumbra-se que ainda há um longo percurso a ser percorrido para a construção deste tipo específico de participação: a que leva à mudança e à transformação social, como evidenciar-se-á adiante ao se discutir os condicionantes, as limitações e as possibilidades dos processos participativos.

2.2.1 Aspectos conceituais e históricos da participação

A amplitude conceitual das formulações teóricas sobre a participação aponta para definições diversas, conforme já enfatizado, que refletem as várias maneiras de entendimento dos processos participativos. A discussão do conceito, todavia, não pode ser dissociada dos debates acerca das categorias democracia e cidadania, associativismo e sociedade civil (FURRIELA, 2002; GOHN, 2007; TEIXEIRA, 2002). Segundo Furriela (2002), o conceito de participação pública ou participação popular foi introduzido no vocabulário e na agenda das instituições fomentadoras do desenvolvimento, no final dos anos iniciados em 1970. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a incluir o componente “participação” como um dos elementos centrais dos projetos que promovia.

A pensar com Furriela (2002), tal prática implicava o entendimento de participação pública como redistribuição de poder, em benefício de sujeitos até então desfavorecidos. Em termos cronológicos, a origem do tema da participação direta remonta à *polis* grega, em que o viés participativo tinha um sentido decisional (GOHN, 2007; TEIXEIRA, 2002) levado a

²⁰ Estes recursos, segundo Nogueira (2005), referem-se aos instrumentais políticos, técnicos, financeiros e intelectuais.

efeito nas assembléias da ágora, em que os cidadãos eram convocados a tomar eles próprios as decisões de governo (BOBBIO, 2005). Este autor, em artigo comparativo entre a democracia dos antigos e a dos modernos, explica que os antigos entendiam por democracia, a direta. Ao passo que para os modernos ela seria a democracia representativa. No entanto, segundo Furriela (2002) esta visão e prática não subsistiram no tempo, posto que, desde o século XVIII a democracia participativa vem sendo postulada por alguns pensadores.

Um dos principais pensadores a preconizar a democracia participativa teria sido Rousseau ([1762] 2005), em sua obra *O Contrato Social*, onde postula que todos os indivíduos são livres e iguais, tendo a prerrogativa de participar das decisões acerca de interesse geral, as quais seriam tomadas por consenso. A viabilidade de tal mecanismo, porém, somente seria possível em situações especiais, em que o conjunto de cidadãos tivesse uma dimensão que permitisse o seu agrupamento. Além disso, conforme posto por Furriela (2002), Rousseau defendia a igualdade de condições entre os membros do grupo, que não poderiam ser discriminados por diferenças sociais e culturais²¹.

A constatação da impossibilidade de uma sociedade homogênea proposta por Rousseau levou John Stuart Mill (1806-1837) a defender um governo representativo, sobretudo em territórios de grandes dimensões. Apesar disto, e segundo Pateman (1992), Mill propunha a participação direta em escalas territoriais menores e no ambiente de trabalho. Para este autor a participação, em nível local, continha uma dimensão educativa fundamental: a “aprendizagem” da democracia. Em outras palavras, para que os indivíduos pudessem desenvolver a capacidade de participar efetivamente do governo, da sociedade, “[...] as qualidades necessárias, subjacentes a essa participação devem ser fomentadas e desenvolvidas a nível local” (PATEMAN, 1992, p. 46). A função educativa da participação seria fundamental, então, para a construção de uma sociedade politicamente mais ativa.

Em abordagem analítica sobre democracia e participação na reforma do Estado brasileiro, Silva (2003) postula que qualquer reflexão acerca de participação como pano de fundo da democracia, demanda uma abordagem das principais teorias da democracia burguesa no século XX, notadamente os modelos elitista e participativo. As formulações do modelo denominado democracia de equilíbrio ou elitista/pluralista foram sistematizadas por Schumpeter (1984) na obra *Capitalismo, socialismo e democracia*, sendo posteriormente aprimoradas por Dahl (1996). De acordo com Silva (2003), esse modelo parte do pressuposto de que a sociedade é formada por indivíduos consumidores de bens políticos, que se associam

²¹ Segundo Gohn (2007) e Pateman (1992), Rousseau pode ser considerado o teórico por excelência da participação.

a grupos distintos em busca da maximização de seus interesses. Ao sistema democrático caberia garantir o equilíbrio entre a procura e a oferta de bens políticos.

A democracia, conforme os teóricos desse modelo seria um método de escolha e de autorização de governos, ou seja, um “[...] acordo institucional para se chegar a decisões políticas em que indivíduos adquirem poder de decisão por meio de uma luta competitiva pelos votos da população” (SCHUMPETER, 1984, p. 336). A soberania do eleitor então consistiria, segundo Silva (2003), em escolher periodicamente entre os competidores, leia-se candidatos, apresentados no mercado político, os supostamente mais aptos para governar.

Segundo Silva (2003), os teóricos pluralistas, especialmente Dahl (1996) contribuíram com o modelo schumpeteriano, agregando à sua análise as conexões das elites com os grupos de interesse como associações comunitárias, sindicatos, grupos religiosos etc. Tal perspectiva enfatizava o modo como os líderes eram eleitos, expressando uma preocupação com a excessiva concentração de poder em uma elite fixa (SILVA, 2003). Sob esse enfoque analítico, a participação dos grupos de interesse constituiria um requisito para evitar a tirania das elites. Então, o potencial de participação estaria relacionado à capacidade do grupo de interesse em mobilizar seus recursos de poder e de participar com vantagens do mercado competitivo de bens públicos.

No entanto, segundo Silva (2003), apesar da ênfase no direito do cidadão de participar de grupos de interesses, defendia-se a necessidade de um certo grau de apatia para manter a estabilidade do regime, pois o aumento da participação poderia gerar conflitos sociais. Note-se, então, que o modelo elitista/pluralista destaca “[...] a importância do consenso em torno das regras estabelecidas como condição para manter a estabilidade do sistema e da necessidade de uma burocracia especializada com legitimidade para tomar as decisões” (SILVA, 2003, p. 15). Neste contexto, o “cidadão” eleitor seria apenas chamado a votar, mas não participaria do processo decisório.

No que se refere ao modelo de democracia participativa, este foi engendrado na Europa durante os anos 1960, em uma conjuntura de intensas mobilizações políticas dos movimentos popular e sindical e do descontentamento com os regimes do leste europeu. De modo geral, segundo Silva (2003) a democracia participativa funcionaria como uma democracia direta na base e como um sistema representativo em outros níveis. Os teóricos defensores deste modelo defendiam as necessidades da participação no processo de tomada de decisões das políticas estatais e a criação de mecanismos de controle nos locais de trabalho e sobre os partidos políticos.

Dentro dessa vertente teórica destacam-se os argumentos de Pateman (1992) – que defende a participação como fomentadora de atitudes de cooperação, integração e comprometimento com as decisões, e do aumento do senso de eficácia política. Ainda, destaca-se Held (1987, *apud* SILVA, 2003) que aponta a ampliação dos canais de participação para além dos convencionais como partidos políticos concorrentes e eleições periódicas. Tal processo encerraria um modo de exercício de controle dos indivíduos sobre o curso da vida diária e os rumos da política nacional.

A democracia participativa, portanto, pressupõe a ampliação dos espaços de atuação para além da escolha do governo, colocando na agenda política modalidades de autogestão ou de democracia direta. A análise das abordagens teóricas mais recentes revela, porém, uma tendência de compatibilização da participação com a representação. Em que pese o papel crucial do Estado na condução da gestão pública, evidencia-se um processo de consolidação das instâncias participativas, que segundo Jacobi (1997) gradativamente vão se transformando em espaços públicos de interação, mas também de negociação.

2.2.2 Aspectos históricos da participação no Brasil

No contexto brasileiro, até o final da década de 1970, o modelo de gestão pública era baseado na concentração do poder decisório e executivo no nível do governo federal, definindo-se, residualmente, atribuições e competências para o nível estadual e atribuições de interesse local para os municípios (JACOBI, 2000). O texto constitucional, promulgado em 1988, depositário dos embates entre democracia representativa e democracia direta (SANTOS, 2005), abre margem para uma descentralização fiscal dos municípios. Ainda, institui mecanismos para o exercício da democracia direta e conseqüente participação dos cidadãos, como a instituição do plebiscito, referendo, a iniciativa popular de projeto de lei, os conselhos, fóruns e comitês e outros canais de participação popular.

No período pós-constituente houve uma generalização do discurso da participação, tanto no interior da sociedade civil quanto no interior do próprio Estado

[...] temas como democracia participativa, controle social sobre o Estado, realização de parcerias entre Estado e sociedade estavam na pauta de diversos atores políticos. Espaços de cogestão, como os conselhos setoriais ou temáticos nos níveis federal, estadual e municipal, ganharam forma, seja pela pressão da sociedade civil, seja pelos canais institucionais (formais) de participação. Em muitos casos, a própria constituição exigia a criação e implementação de conselhos estaduais e municipais como implementação de políticas públicas e repasse de verbas da União (SANTOS, 2005, p. 37)

Ressalte-se que as diretrizes legais contidas na constituição, ao discorrer sobre o aparato legal voltado à gestão ambiental e regulação do uso dos recursos naturais no país (no capítulo 225, dedicado ao meio ambiente), postularam a participação pública em conselhos gestores, conselhos consultivos de unidades de conservação, comitês de bacia, audiências públicas, entre outros.

A generalização do discurso da participação, impulsionada pelo processo de redemocratização iniciado na década de 1980, é acentuada a partir dos anos 1990. Desde então, conforme Jacobi (2000), a participação vem sendo amparada e institucionalizada no âmbito das democracias representativas.

A participação popular se transforma no referencial não só para ampliar as possibilidades de acesso dos setores populares segundo uma perspectiva de desenvolvimento da sociedade civil e de fortalecimento dos mecanismos democráticos, mas também para garantir a execução eficiente de programas de compensação social no contexto das políticas de ajuste estrutural e de liberalização da economia e de privatização do patrimônio do Estado (JACOBI, 2000, p. 11).

Então, atores dos mais diversos passam a defender a participação popular como elemento essencial ao desenvolvimento, como meio de garantir sustentabilidade, seja do ponto de vista econômico, social ou ambiental (STEINBRENNER, 2007). Agências multilaterais de financiamento atrelam a liberação de recursos à participação do público alvo dos projetos (BANDEIRA, 1999). Segundo Steinbrenner (2007), uma das conexões desse argumento é a implicação de que a participação da sociedade civil é importante para assegurar a transparência das ações e permitir o combate eficiente à corrupção no setor público.

Nesse contexto novo, de redefinições do papel do Estado, a nível global, e de reabertura democrática, a nível nacional, as organizações sociais, historicamente excluídas dos processos decisórios, são “chamadas” a participar.

Há uma crescente consciência por parte dos governos de que os recursos necessários para o desenvolvimento das regiões carentes são tão enormes, que uma alta proporção deles deve ser obtida nas próprias áreas beneficiárias. Ora, o mais importante recurso no processo de desenvolvimento são as próprias pessoas e, por conseguinte, os governos procuram a participação delas em escala massiva. (BORDENAVE, 2007, p. 09).

Todavia, além dessa necessidade econômica da participação, segundo Bordenave (2007) há um reconhecimento da necessidade política da mesma, posto que estratégias centralizadoras quase sempre fracassaram na mobilização de recursos econômicos e na tomada de decisões em nível local. Deste modo, a participação popular e a descentralização das decisões constituiriam os caminhos mais eficientes para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento. Romper-se-ia, então, com uma participação tradicionalmente

canalizada através dos partidos políticos, e que agora poder-se-ia manifestar através dos movimentos sociais.

Historicamente, porém, no contexto de concentração de decisões na esfera governamental, a ausência de participação das comunidades na elaboração de políticas públicas, não era sequer aventada. Nas formulações tradicionais sobre o desenvolvimento, enfatizava-se os “obstáculos” que dificultavam a sua concretização nos países ditos subdesenvolvidos. Segundo Souza (2000), estes óbices eram sempre atribuídos a questões de “atraso” cultural e à incapacidade de tais países alçarem aos padrões de consumo das nações consideradas desenvolvidas.

Nesta conjuntura, não se atribuíra nenhum papel relevante nos processos de desenvolvimento à participação social. Em regiões marcadas pelas relações de dependência, como na América Latina, essa concepção era reforçada por ideologias. Sobretudo a nacional-desenvolvimentista, que justificava a industrialização e o viés econômico como questões básicas do desenvolvimento/subdesenvolvimento.

A associação do desenvolvimento ao crescimento econômico excluía a dimensão histórica do processo de desenvolvimento. Para Limoeiro (1977), este processo era analisado como parte de um contexto mais amplo: a ideologia do desenvolvimento, intrínseca a um sistema específico global – o capitalismo, que em seus processos de expansão, depara-se com as singularidades sociais, históricas e culturais das mais diversas partes do mundo. A falta de consideração dos aspectos socioculturais em muitos programas e projetos de desenvolvimento, todavia, era recorrente, sobretudo nos países latino-americanos e africanos²² (SCHRODER, 1997). Esses contextos reforçavam ainda mais a necessidade de organização das populações destas regiões no sentido de enfrentamento dos problemas ambientais, sociais, de saúde pública e outros geralmente trazidos a reboque do crescimento econômico.

Nota-se em Demo (1986), que a problemática da participação remete invariavelmente ao campo das relações de poder, se alojando a outra questão que lhe é complementar e ao mesmo tempo antagonista: a dominação ao longo da história. A considerar a tendência histórica predominante de opressão de grupos minoritários dominantes que tentam impor-se e a seus privilégios à maioria, este autor enfatiza o caráter conflituoso das relações sociais.

²² “Incapazes” de sair de sua condição de pobreza “natural”, estas regiões minimizavam os efeitos devastadores da exploração capitalista, segundo Meillassoux (1992), através da captação de dinheiro das classes menos atingidas, a ser empregado na ajuda aos famintos, preparo de terras para o cultivo, ensino de algumas técnicas, enfim, projetos muito localizados, de alcance limitado e efêmeros, constituindo-se simplesmente numa espécie de “política de caridade”.

Nesse sentido, participação não se dá, se conquista, conforme Demo (1986, p. 69) “[...] num contexto de esforço conscientizado das tendências históricas contrárias”.

Ressalte-se, que na atualidade, apesar da defesa da participação popular como elemento fundamental ao desenvolvimento, a construção de processos participativos ainda permanece mais no plano da retórica do que na prática conforme constatado por Jacobi (2000), Scherer-Warren (2001), Gohn (2007) e Simonian (2000). Segundo Jacobi (2000), poucas são de fato as experiências que assumem uma “radicalidade democrática” na gestão da coisa pública ou que ampliam concretamente o potencial participativo. Certamente a trajetória política do Brasil, marcada por práticas estatistas, centralizadoras e patrimonialistas, com predomínio de ações clientelistas (CARVALHO, 2008) é fator importante para explicar os percalços à consolidação da cidadania e da participação no contexto brasileiro.

2.2.3 Tipos, níveis, condicionantes e problemas da participação

Com base na caracterização do mundo moderno, ancorado na sociedade de classes, do sistema capitalista e do Estado democrático representativo, Nogueira (2005, p. 130) visualiza quatro modalidades de participação, que têm “coexistido e se combinado de diferentes maneiras conforme as diferentes circunstâncias histórico-sociais”. São elas: a assistencialista, a corporativa, a eleitoral e a política. A participação assistencialista, de caráter filantrópico ou solidário refere-se a práticas de auxílio mútuo, relevante entre segmentos marginalizados, e predominando em grupos com menor consciência política coletiva. A participação corporativa estaria ligada à defesa de interesses específicos de determinadas categorias profissionais, estando na gênese do sindicalismo moderno.

Estas modalidades de participação, segundo o autor, constituiriam uma espécie de dimensão pré-política das organizações sociais modernas, mas nem por isso irrelevantes, posto que paulatinamente vão engendrando um associativismo para além do mero horizonte assistencialista e/ou corporativista. Nesta direção, a terceira modalidade de participação identificada por Nogueira (2005) remete ao campo político propriamente dito, através da participação eleitoral. Esta interfere diretamente na governabilidade, com efeitos sobre toda a coletividade, porém com limitações, na medida em que o voto ou a filiação partidária são condicionados por diversos fatores.

A participação política constituir-se-ia na inclusão, complementação e superação das modalidades anteriormente descritas.

É mediante a participação política que a “vontade geral” – o pacto social – se objetiva, se recree e se fortalece [...]. Por intermédio da participação política, indivíduos e grupos interferem para fazer com que diferenças e interesses se explicitem num terreno comum organizado por leis e instituições, bem como para fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado (NOGUEIRA, 2005, p. 133).

É essa participação, segundo o entendimento de Nogueira que promove a consolidação, e a dinamização da cidadania, constituindo-se, então, como a maneira mais completa do exercício de participar.

Nesta perspectiva, Teixeira (2002) considera participação política atividades diversas, como o comparecimento a reuniões partidárias, comícios, grupos difusores de informação, inscrição em associações culturais, recreativas, religiosas, realização de protestos, marchas, ocupações de prédios públicos. Este autor apresenta, ainda, uma distinção entre participação orientada para a decisão e participação orientada para a expressão. Aquela caracteriza-se pela intervenção organizada dos atores da sociedade civil nos processos decisórios, sendo enfatizada como fundamental e definidora. Esta, de caráter mais simbólico, é assinalada pela expressão, marcando presença na cena política, com poucos efeitos nas esferas de decisão.

Em acepção similar, Jacobi (2000) enfatiza a distinção entre participação consultiva e participação resolutiva e fiscalizadora. Sem interferir diretamente no processo decisório, a participação consultiva pode ocorrer tanto na fase de planejamento quanto na fase de definição e implantação de políticas públicas. Por outro lado, a participação resolutiva e fiscalizadora implica a intervenção no curso da atividade pública e deliberação nos processos decisórios, implicando, assim, o efetivo envolvimento dos atores sociais na gestão da coisa pública.

Por sua vez, Bordenave (2007) propõe um entendimento acerca dos distintos tipos e graus de participação, a partir dos limites e possibilidades de envolvimento e influência nas ações que afetam a coletividade. Destacar-se-iam, então, as seguintes modalidades de participação:

1. A participação de fato, presente, desde os primórdios da humanidade, nas tarefas de subsistência, nos cultos religiosos, na recreação e na defesa contra os inimigos;
2. Participação espontânea, caracterizada pela formação de grupos fluidos, sem organização estável ou propósitos definidos;
3. Participação imposta, em que o indivíduo é obrigado a fazer parte de grupos e realizar determinadas atividades, como os ritos de passagem indígenas, a frequência à missa e o voto obrigatório nas eleições;

4. Participação voluntária, onde o grupo é criado pelos próprios participantes, que definem sua organização, seus objetivos e métodos de trabalho, exemplarmente sindicatos, cooperativas, partidos políticos etc.;
5. Participação provocada, em que os atores sociais são “provocados” a participar por agentes externos e a;
6. Participação concedida, estratégia de poder exercida por governos (em processos de planejamento participativo) e/ou empresas (exemplarmente ao outorgar participação nos lucros a seus trabalhadores).

Abstrai-se, então, que assim como existem diversas maneiras de participar, os graus de influência nos processos de participação também são variados. Nesta direção, Pateman (1992) define três tipos de situações de participação: a pseudo-participação, caracterizada pela mera consulta a um assunto; a participação parcial, em que muitos atores tomam parte no processo, mas apenas um pequeno segmento decide efetivamente e a participação plena, em que cada indivíduo exerce igual influência nas deliberações e decisões.

Neste sentido, é fundamental, de acordo com Bordenave (2007), o grau de controle dos membros sobre os processos decisórios, bem como a importância das decisões das quais se pode participar. Nestes termos, os diferentes níveis de participação variam de acordo com o menor ou maior acesso ao controle das decisões. Então, o grau mais elevado de participação seria a autogestão, onde, segundo o autor o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes sem referência a uma autoridade externa. Por outro lado, a mera informação, quando dirigentes informam os membros da organização sobre decisões já tomadas, representaria o menor grau de participação.

Evidencia-se, então, que os tipos e níveis de participação diferem quanto aos sujeitos convidados a participar, às atribuições conferidas aos participantes e o grau de poder efetivo atribuído a estes (FURRIELA, 2002). Nesta direção, autores como Demo (1988, 1986), Jacobi (2000, 1999), Nogueira (2005) e Teixeira (2002) dão ênfase à qualidade da participação e a sua dimensão decisória. A considerar a inserção dos sujeitos sociais em processos participativos como condição *sine qua non* para a ampliação da cidadania e a dinamização democrática, Demo (1988, 1986) faz críticas contundentes ao que considera tutela do Estado sobre os canais de participação. Tal tutela reflete-se, entre outros fatores, na dependência administrativa e financeira de determinadas instituições da sociedade civil em relação a instâncias estatais.

Em virtude disso, Demo (1988) assevera que os fenômenos participativos necessitam manifestar minimamente quatro “marcas qualitativas” para alçarem o atributo de qualidade

política: representatividade, legitimidade, participação da base e planejamento participativo auto-sustentado. Segundo este autor, “[...] a participação fora destes horizontes aproxima-se da farsa ou é incompetente” (DEMO, 1988, p. 45). Nesse contexto, a representatividade refere-se às lideranças, que devem ser escolhidas em eleições livres e abertas, sem margem para manobras ou vitaliciedade. Tais lideranças devem pautar-se pela prestação de contas, rotatividade e entender-se como a serviço da comunidade. Então, lideranças centralizadoras, externas ou impostas não se enquadram neste quesito.

A legitimidade pressupõe o processo participativo fundamentado no estado de direito, “[...] que regulamenta de modo democrático e comunitário as regras de jogo da vida em comum” (DEMO, 1988, p. 48). Esta regulamentação é geralmente evidenciada nos estatutos das organizações. A participação da base, segundo este autor, constitui a “alma” dos processos participativos, sobretudo na realidade brasileira, assinalada historicamente pelas relações verticais de poder e exclusão socioeconômica de amplos segmentos populacionais.

Por fim, o planejamento participativo auto-sustentado alude a

[...] organização política competente de uma comunidade com vistas a descobrir criticamente os problemas que a afetam e a formular conjuntamente estratégias de solução, despertando para a iniciativa própria e criando soluções possíveis (DEMO, 1988, p. 55).

Sob esse prisma, participar pressupõe engajamento político dos grupos sociais na defesa de seus interesses e demandas. Tal engajamento não prescinde de apoios externos, mas em última instância deve ser fomentado pela própria comunidade. Isto se faz necessário sobretudo para promover a superação das práticas autoritárias, populistas, assistencialistas, patrimonialistas etc. tradicionalmente constantes no cenário político do estado brasileiro.

A análise das formulações teóricas acerca da participação evidencia que o nível mais almejado e adequado à consolidação da democracia seria a participação plena, preconizada por Pateman (1992), pautadas pelas variáveis qualitativas postuladas por Demo (1988), culminando no nível de autogestão enfatizado por Bordenave (2007). No entanto, e conforme já posto, existem circunstâncias diversas que condicionam os tipos, os níveis e a qualidade da participação. Estas referem-se, conforme Bordenave (2007), a determinadas qualidades pessoais, sobretudo das lideranças, à filosofia da instituição e seu “ambiente” e estrutura internos, que podem ser propícios ou desfavoráveis à dinâmica participativa. Ainda, à estratificação social, cuja influência sobre processos participativos é significativa, sobretudo em sociedades historicamente desiguais, como a brasileira.

Tais fatores condicionantes remetem a práticas muito comuns no contexto das organizações sociais, como o predomínio de lideranças autoritárias ou que se mantém *ad infinitum* à frente dos grupos unicamente em função do carisma pessoal. Isto, aliás, remete a outra problemática: a falta de rodízio na direção das instituições, denotando a constituição de “[...] lideranças tendencialmente vitalícias” (Demo 1988, p. 52). A ausência de prestação de contas, tanto de recursos financeiros e materiais, como da participação em eventos – seminários, congressos, simpósios em que se representa a organização, também é recorrente.

Além dos fatores condicionantes mencionados, a literatura pertinente revela outros entraves à efetivação de práticas participativas, definidos por Abers, Keck (2004), como “problemas da participação”, relacionados com o processo de implementação, a desigualdade e a cooptação. O problema da implementação refere-se a capacidade de grupos mais articulados de impedir a integração de outros grupos nas instâncias decisórias. Isto, mesmo com a implantação de estratégias participativas por parte de um ator institucional, como o estado.

Por outro lado, embora tais estratégias visem garantir a participação coletiva, as desigualdades socioeconômicas obstem a participação de determinados grupos sociais. O problema da cooptação manifesta-se no acesso à informação e aos recursos. Estes, geralmente são apropriados pelo governo, em detrimento dos demais membros das esferas participativas, oportunizando, assim, a manipulação da participação.

Os problemas apontados por Abers, Keck (2004), são visíveis na realidade estudada, onde a cooptação de lideranças, a manipulação exercida por determinados membros do grupo em favor de seus interesses pessoais sobre os demais e o apadrinhamento são práticas comuns. Estas, geralmente são consubstanciadas em medidas assistencialistas, exercidas por determinados atores, notadamente candidatos a cargos eletivos, que utilizam as instituições como espaços estratégicos no curso da conquista de votos. Exemplares deste processo são a doação de camisas de futebol ao time local, a distribuição de cestas básicas às famílias carentes – identificadas como tal no âmbito do grupo – e mesmo a prestação de favores pessoais às lideranças, não raro implicando em distribuição de dividendos monetários.

Nesse contexto, e a considerar o *locus* da participação, notadamente em unidades de conservação, mote deste estudo, abstrai-se que, de maneira geral, o processo de organização da sociedade local ainda é muito incipiente. Dentre as modalidades participativas elencadas, e

na realidade estudada, evidencia-se o predomínio da participação consultiva,²³ com pouca influência dos sujeitos sociais nos processos de deliberação e instâncias decisórias.

Desse modo, evidencia-se que muito ainda há de ser feito em direção à viabilização de um cenário participativo mais democrático. Todavia, e a considerar a literatura consultada, a ausência e/ou insuficiência dos requisitos necessários à efetivação da participação, não devem constituir impedimentos ao exercício desta. Do contrário, poder-se-ia engendrar um círculo vicioso, em que, segundo Teixeira (2002, p. 29) “[...] certas condições impedem a participação e, ao mesmo tempo, as mudanças não se realizam porque não há participação”. A educação e a informação são preconizados por autores diversos como Demo (1988), Furriela (2002) e Gohn (2007) como condições fundamentais à superação destes óbices.

Estudo recente de Santos Júnior (2006), no contexto da Reserva Extrativista de Soure, ilustra as dificuldades dos processos participativos na região amazônica. A pesquisa detectou que boa parte dos integrantes das comunidades aparentemente não atingiu o nível de gerar decisões coletivas ou decisões de consenso. Verificou-se, também, que a referida RESEX ainda não possui o plano de manejo, documento essencial para definir as prioridades e os critérios de exploração dos recursos naturais da fauna e da flora, além da prestação de serviços de ecoturismo (SANTOS JÚNIOR, 2006). Por sua vez, na RESEX Mãe Grande, *locus* da pesquisa, a pesquisa de campo efetuada apontou para uma realidade não muito diferente.

A literatura que fundamenta esta dissertação, no entanto, revelou algumas experiências exitosas, ainda que pontuais. Apesar das conseqüências danosas das políticas públicas à região e de toda a ideologia subjacente na promoção do desenvolvimento no planeta, a população amazônica tem se mobilizado na direção da defesa de seus interesses sistematicamente negados (MOREIRA, 2004). Diversos grupos sociais como pescadores, pequenos agricultores, posseiros, índios, remanescentes de quilombos, quebradores de coco babaçu, etc., atingidos pela ameaça ao seu meio natural e, por conseqüência, às suas condições de vida, têm formado movimentos sociais mais amplos.

Conforme posto por Hébette (2004), Moreira (2004), Monteiro, Monteiro (2006); Simonian (2001) tais grupos se organizam na busca de soluções. Neste processo, constroem articulações entre si e estabelecem parcerias com instituições religiosas, acadêmicas, sindicais, órgãos de assistência técnica, organizações não-governamentais e outros. Essas “unidades de mobilização”, conforme definidas por Almeida (1994), têm adquirido maior

²³ Conforme será evidenciado em capítulo adiante.

visibilidade ao transcender as lutas localizadas (MOREIRA, 2004) e ampliar o seu foco de ação, em consonância com o que propõe Scherer-Warren (2006), com suas redes de movimento social.

Exemplar nessa direção é o Movimento dos Atingidos pela Barragem (MAB), que conta com a representação dos mais diversos grupos atingidos direta ou indiretamente pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí. Destaca-se, ainda, a emergência do acampamento na região sudeste do estado do Pará. Este, segundo Almeida (2006), tem se configurado como um dos principais instrumentos de luta pela reforma agrária na região²⁴.

Conclui-se, então que, apesar dos fatores condicionantes, a participação em processos organizativos é condição essencial para o desenvolvimento. As transformações político-institucionais que culminaram com o surgimento de políticas públicas pautadas pelo componente participativo são uma demonstração disto. Neste sentido, de maneira geral, anseia-se pelo fortalecimento da organização social no sentido da articulação de demandas e da capacidade de mobilização para lutar por elas nas várias esferas de poder. A participação caracteriza-se, então como um instrumento de fortalecimento da sociedade civil, fundamental nas reflexões sobre o desenvolvimento na contemporaneidade.

2.3 DESENVOLVIMENTO

Contemporaneamente, e segundo Furtado (2000), o conceito de desenvolvimento é considerado a partir de duas perspectivas analíticas distintas: uma refere-se à elevação da eficácia de um sistema social de produção mediante a acumulação e o progresso de técnicas; e outra associa o desenvolvimento ao grau de satisfação das necessidades humanas. Os debates internos concernentes a esta problemática revelam uma tendência ao questionamento e à superação da perspectiva de desenvolvimento como a expressão de uma dinâmica natural, evolucionista. Nessa direção, e conforme Léna (2005, p. 358), o desenvolvimento passa a ser analisado como um processo caótico assinalado pela coexistência de causalidades distintas e contraditórias, como síntese das próprias transformações em curso na sociedade.

²⁴ O acampamento emerge de um processo de luta desencadeado a partir de 1997, tendo como epicentro a cidade de Marabá, sudeste do estado do Pará. Os trabalhadores rurais da região com maior concentração de projetos de assentamento no Brasil passam a realizar acampamentos no pátio da sede do INCRA. A escolha pela cidade se reflete por ser a referência econômica e política da região e sediar, além da superintendência regional do INCRA, bancos públicos e privados, órgãos de comunicação e várias instituições federais (BASA, IBAMA, Polícia Federal, Ministério Público Federal, INSS etc.) (ALMEIDA, 2006).

A concepção de desenvolvimento pautada no crescimento econômico e na noção de progresso norteou a expansão da economia “moderna”,²⁵ instrumentalizando a dinâmica capitalista, tendo predominado até um passado bem recente no cenário político-econômico mundial. Por certo, o processo de transformação de valores de uso em valores de troca (LÉNA, 2005), inerente à economia capitalista, aumentou a riqueza global, em termos estritamente materiais, de modo sem precedentes na história. Em contrapartida, este modelo utilitarista, fomentou a construção de uma ética pautada na apropriação, exploração e controle da natureza (ALMINO, 2006) com efeitos funestos sobre modos de vida tradicionais e a reprodução dos recursos naturais. Além disto, aprofundou a concentração de renda e as desigualdades sociais.

A constatação das limitações de tal modelo, evidenciadas inclusive no campo da ciência, e propaladas pelos sujeitos tradicionalmente excluídos das benesses do crescimento econômico e dos avanços científicos e tecnológicos, engendrou percepções novas de desenvolvimento. Outras dimensões, então, passaram a ser consideradas. Entre estas a qualidade de vida, o acesso à educação e à saúde, e mais recentemente, a sustentabilidade e a liberdade²⁶. A influência de características da organização social, como as redes de relações, regras de comportamento, confiança, valores, normas de reciprocidade etc. definidos por Putnam (2002) como capital social também passa a ser ponderadas. A pensar como este autor, a existência desse conjunto de fatores socioculturais em uma comunidade possibilitaria o desencadeamento de ações colaborativas, com resultados benéficos à coletividade.

Nesse contexto, emerge o conceito de desenvolvimento sustentável, propondo a utilização mais racional dos recursos naturais e incorporando a dimensão do futuro nas decisões do presente. Este “paradigma novo”, então, adquire especial relevância tanto nas discussões teóricas acerca do desenvolvimento, especialmente no campo das ciências socioeconômicas, como nas políticas públicas norteadoras dos processos de desenvolvimento no contexto contemporâneo. De fato, atores os mais diversos – organismos multilaterais, ONG, empresas privadas, instituições estatais, órgãos de ensino e pesquisa etc. – apropriam-se do discurso da sustentabilidade, no sentido de legitimar determinadas práticas e/ou angariar simpatias junto ao consumidor²⁷.

²⁵ Esta é entendida por Léna (2005, p. 359) como a “[...] contínua incorporação de espaços, bens e pessoas à lógica mercantil”, fenômeno também denominado por alguns autores de “mercantilização” ou “mercadorização” do mundo.

²⁶ A respeito do desenvolvimento com enfoque nas liberdades humanas ver Sen (2010).

²⁷ Aqui refere-se aos produtos denominados “verdes” e/ou sustentáveis.

Na região amazônica, um dos reflexos desta perspectiva nova constitui-se na criação de UC – como a RESEX Mãe Grande de Curuçá – consideradas como emblemáticas do novo modelo desenvolvimentista. Neste sentido, a abordagem das diferentes concepções de desenvolvimento, bem como de seus efeitos concretos no contexto regional é essencial nas pesquisas que têm como *locus* a Amazônia.

2.3.1 Desenvolvimento como sinônimo de progresso e crescimento econômico e os efeitos desta concepção no planejamento estatal da Amazônia

A concepção de desenvolvimento, em sua gênese, está relacionada à ideia de progresso, cujas origens podem ser encontradas no movimento iluminista do século XVIII. Este, em contraposição a uma visão teocêntrica de mundo, até então vigente, defensora e justificadora da imutabilidade da realidade social, engendrou uma concepção dos seres humanos como sujeitos da história. Tal concepção defendia a possibilidade do desenvolvimento a partir da organização social e não mais dos desígnios divinos.

As raízes da ideia de progresso vinculam-se, então, e segundo Furtado (2000), a três correntes do pensamento europeu: uma pautada na visão de história como marcha *progressiva* para o racional; uma adepta da acumulação de riqueza como promessa de um futuro melhor e outra defensora da influência européia sobre os demais povos da Terra como instrumento de acesso destes a patamares superiores de “civilização”. Constatação similar é encontrada em Hermet (2002, p. 27) ao discorrer sobre a “pré-história” do desenvolvimento.

No século XIX, ninguém, em lugar algum, falava de desenvolvimento. Falava-se apenas de progresso, referindo-se à esperança oferecida a europeus e a norte-americanos, ou de civilização, fazendo uma alusão à tarefa que estes julgavam ter que cumprir para o bem dos povos exóticos.

Verifica-se, como elemento comum a estas concepções a pretensão de que os padrões de consumo praticados nos países considerados “desenvolvidos” poder-se-iam tornar acessíveis às populações dos países ditos subdesenvolvidos ou atrasados tecnologicamente.

Destarte, abstrai-se que tais concepções de desenvolvimento, embora dominantes no contexto dos Estados nacionais, sobretudo na condução de políticas econômicas, apresentam limitações. Como posto por Ianni (1971), a mais evidente refere-se ao reducionismo econômico, que subordina as outras esferas do sistema social como a cultura e as relações de classe aos fatores econômicos. Além disto, estas perspectivas de desenvolvimento não levam em consideração as especificidades históricas de cada realidade nacional ou regional.

Ora, o que determina a posição ocupada por cada sociedade no sistema social, caracterizando-a como “desenvolvida” ou “subdesenvolvida”, “avançada” ou “atrasada”, é justamente sua trajetória histórica. Sua condição de (ex) colônia, mera fornecedora de matérias primas, ou (ex) metrópole, maximizadora de lucros através do sistema de pacto colonial; sua inserção precoce ou tardia no sistema de mercados; seu percentual de investimentos em educação, saúde, saneamento básico etc., o seu grau de domínio de Tecnologia da Informação entre outras variáveis.

Embora ignorando as peculiaridades históricoculturais, as diferenças entre os níveis de desenvolvimento das nações foram objeto de estudo de vários teóricos, que formularam explicações à luz de várias conjecturas. A considerar como modelo a Europa, a Teoria da Modernização de Rostow (1970), concebe o desenvolvimento como uma seqüência de fases ou estágios de crescimento necessários à sua obtenção. Numa perspectiva shumpteriana, o promotor do desenvolvimento, nessa concepção, seria o empresário, o agente privado. Todavia, essa teoria também está circunscrita ao viés econômico. Nas cinco etapas do desenvolvido apresentadas por Rostow não se vislumbra preocupação com o aspecto social, nem se evidencia a quem o bem-estar social, fim maior do desenvolvimento, se destinaria.

Em face da evidente inadequação da transposição de modelos “prontos e acabados” para realidades distintas, desenvolvem-se, então, sobretudo no seio das nações “subdesenvolvidas” outras orientações na explicação do desenvolvimento. Em relação à América Latina, exemplarmente, desenvolveu-se nos anos 40/50 do século passado, o ideário do nacional-desenvolvimentismo, gerado no interior da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Este, influenciado pelo pensamento keynesiano propugnava o incremento da participação do Estado na economia. Isto ocorreu, de acordo com Mantega (1995), de modo a facilitar a passagem dos países periféricos basicamente agroexportadores em nações desenvolvidas por meio da industrialização nacional.

Então, no âmbito teórico, a CEPAL forneceu propostas de superação do subdesenvolvimento brasileiro. No campo político, essas propostas inspiraram planos de desenvolvimento de governos. Especialmente, o fortalecimento da indústria nacional foi colocado em prática no segundo governo Vargas e no governo de Juscelino Kubitschek, ambos caracterizados por uma inspiração populista. Entretanto, a busca do desenvolvimento econômico baseado na industrialização não modificou as condições sociais da maioria da população e, após o golpe militar de 1964, com a introdução de um novo pacto de poder, a ideologia cepalina gradativamente perde terreno. Há que ressaltar que o pensamento da

CEPAL dava ênfase demasiada às questões econômicas, deixando de integrar determinados aspectos políticos e sociais nas análises das forças sociais latinoamericanas.

Em contraposição a este enfoque, na década iniciada em 1970, Cardoso e Falleto, numa perspectiva materialista-dialética, de inspiração marxista, desenvolvem o conceito de “dependência”. A construção deste conceito integrava uma análise econômica, social e política, discutindo as estruturas de dominação de classes e grupos sociais das sociedades dependentes, bem como dos seus meios políticos para a imposição dos seus interesses ao conjunto da sociedade (REIS, 2006). Nessa perspectiva, para Cardoso e Falleto (1979), o desenvolvimento configura-se como um processo histórico, considerado como resultado da interação de grupos e classes sociais com interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico.

Através do conceito de dependência, tais autores integraram de maneira dialética, elementos externos e internos dos processos de desenvolvimento. Isto lhes permitiu compreender que a periferia, expressão cunhada no âmbito cepalino, não era exterior ao centro. Assim, a relação entre centro e periferia deixou de ser percebida como uma relação entre países exportadores de matérias-primas e de produtos agrícolas e países industrializados, visão cara à CEPAL, e sim como uma relação entre países com graus distintos de industrialização.

Deste modo, Cardoso e Falleto (1979) defendem a tese do desenvolvimento dependente-associado, o desenvolvimento capitalista possível nos países “atrasados” da América Latina. Sob este enfoque analítico, seria possível, então, a acumulação industrial, apesar da manutenção dos laços de dependência em relação ao capital estrangeiro e da exclusão de determinados setores sociais.

Independentemente da aplicabilidade dessas teorias à realidade brasileira, é evidente que a política de desenvolvimento no Brasil, acelerada a partir de 1930, buscando a implantação do sistema capitalista moderno, teve como pano de fundo, a ideologia estatista-desenvolvimentista. O Estado exerceu um forte poder de intervenção na economia, suprimindo em muitos aspectos o livre jogo do mercado. No período que se estende do pós-guerra até meados da década iniciada em 1980, uma ampla estrutura institucional intervencionista e regulatória foi montada, com a presença marcante do Estado, em todos os setores da vida econômica do país.

A ação estatal, assim delineada, assumiu um posicionamento estratégico na Amazônia. Nestes termos, configura modelos novos de organização socioespacial do território (GONÇALVES, 2008), cuja efetivação no planejamento regional segundo Becker (2006) foi

efetuada no período entre 1966 e 1985. Nesse contexto, o Estado engendra, nas palavras desta mesma autora (BECKER, 2006, p. 26), um “[...] novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais”. Tal projeto, a pensar como Castro (2010), associava o conceito de integração ao de desenvolvimento.

A pensar como Becker (2006) e Gonçalves (2008), a ocupação do território amazônico neste período é vista como válvula de escape para as tensões sociais do Nordeste provocadas pela expulsão dos pequenos agricultores devido à modernização agrícola. Então, buscava-se desmobilizar a luta pela reforma agrária naquela região e através da colonização oficial, preencher o “vazio demográfico” da Amazônia. Aventava-se, ainda, a possibilidade da eclosão de movimentos guerrilheiros nas fronteiras pan-amazônicas. Por conseguinte, o primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-1971) definiu os rumos da estratégia estatal, considerando o binômio colonização e segurança.

Nesse contexto, o interesse pela exploração dos recursos minerais e florestais é aguçado e incentivado pelo Estado. Para tal, se fazia necessário atrair capital, o que demandava investimentos em infraestrutura de comunicações, transporte e energia. Projetam-se e implementam-se, então, ao longo das décadas seguintes vários planos, projetos, programas²⁸ para e na região. Instituições são criadas com o objetivo de fomentar a economia regional, a exemplo da SUDAM,²⁹ que substituiu a SPVEA³⁰ e o BASA³¹.

Com financiamento de instituições multilaterais, o governo oferece amplos subsídios, através de políticas de incentivos fiscais à instalação de grandes empresas na Amazônia. Promove, ainda, uma campanha em larga escala buscando atrair mão de obra para ocupar o território e atuar nas grandes obras de infraestrutura, principalmente na construção de estradas, como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém etc.

A construção de hidrelétricas, a implantação dos grandes projetos pecuários e mineradores e madeireiros, a abertura de estradas, constituíram, segundo Gonçalves (2008) o novo padrão de ocupação regional: o padrão **estrada-terra firme-subsolo**³². Se no período da exploração de borracha os migrantes se concentravam ao longo dos rios, agora eles se

²⁸ Entre estes, menciona-se o PIN – Programa de Integração Nacional; PND – Plano Nacional de Desenvolvimento; POLAMAZÔNIA – Programa de Polos Agropecuários e minerais da Amazônia etc.

²⁹ Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

³⁰ Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

³¹ Banco da Amazônia Sociedade Anônima.

³² Este padrão teria substituído o anterior, baseado no sistema **rio – várzea – floresta** (GONÇALVES, 2008).

concentram à margem das estradas³³. Ao lado das cidades planejadas, principalmente *company towns*,³⁴ caracterizadas como enclaves posto que completamente dissociadas da realidade do entorno, surgem núcleos de ocupação espontânea, expressão da segmentação entre a força de trabalho qualificada e não qualificada.

Segundo Becker (2006), sob o influxo da nova circulação, resultado da atração exercida pelas rodovias, que atraía a população para a terra firme e para novas áreas, a Amazônia urbanizou-se e industrializou-se, embora com problemas graves nas esferas social e ambiental. Os impactos deste novo padrão de ocupação do território sobre a dinâmica socioambiental da região foram imensos. Inúmeros exemplos poderiam ser citados a este respeito. Toma-se como caso emblemático a construção da hidrelétrica de Tucuruí, obra essencial à produção de energia, necessária ao funcionamento das indústrias instaladas na região. A formação do lago desmobilizou várias comunidades tradicionais, vilas e povoados indígenas, repercutindo na qualidade da água à montante e a jusante, provocando alterações na produção de peixe e provocando a migração da população autóctone para a sede das cidades próximas³⁵.

As estratégias territoriais de apropriação física e controle do território (BECKER, 2006), caracterizadas pelas redes de circulação rodoviária, de telecomunicações, políticas de subsídios fiscais e indução de fluxos migratórios, no período em questão, compuseram uma malha tecno-política de controle social do território³⁶. A Amazônia configurava-se, então, como a grande fronteira de expansão territorial demográfica e econômica nacional (BECKER, 2006). A condução deste projeto de desenvolvimento, baseado no fomento à industrialização por parte do Estado, gerou, no país, um tipo de capitalismo ancorado e dependente da proteção do setor público (BRITO, 2001), engendrando, segundo Diniz (1997) um superdimensionamento do papel estatal.

Este panorama começa a se modificar a partir da década de 1980, com base em dois processos distintos: o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista, provocado pelas crises do petróleo e a arrancada das taxas de juros no mercado internacional; e o surgimento

³³ O projeto oficial de colonização e reforma agrária previa o estabelecimento dos colonos ao longo da faixa de 100 Km de cada lado das rodovias federais na Amazônia.

³⁴ Exemplarmente Carajás, Vila dos Cabanos, Porto Trombetas etc.

³⁵ Parte desta população, ainda hoje, luta na esfera judicial para receber indenizações a que faria jus por parte do Estado. Ressalte-se que os diversos grupos atingidos direta ou indiretamente pela construção da Hidrelétrica de Tucuruí, organizaram-se na defesa de seus direitos através do MAB – Movimento dos Atingidos pela Barragem.

³⁶ A expressão, cunhada por Berta Becker, é baseada conceitualmente na concepção de “produção do espaço”, de Lefebvre, segundo a qual “[...] após a construção do território, fundamento concreto do Estado, este passa a produzir um espaço político, o seu próprio espaço, para exercer o controle social, espaço constituído de normas, leis, hierarquias” (BECKER, 2006, p. 26).

de um movimento de resistência das populações locais à expropriação da terra, efetuada sobretudo por madeireiros e pecuaristas. A crise no modelo de financiamento estatal do desenvolvimento e desequilíbrio das contas públicas nacionais, entre outras variáveis, evidenciou uma necessidade de reformulação do papel do Estado. Por outro lado, a própria concepção de desenvolvimento, tradicionalmente associado ao crescimento econômico, começa a ser redefinida, incorporando o ideário da sustentabilidade.

2.3.2 Desenvolvimento sustentável: aspectos históricos e conceituais e “contradiscursos” da sustentabilidade

Historicamente norteado pelo viés econômico, nas décadas recentes o debate sobre o desenvolvimento incorporou o discurso da sustentabilidade. A combinação de crescimento econômico equitativo, preservação do meio ambiente, conservação dos recursos naturais e aumento da qualidade de vida da população tornaram-se requisitos imprescindíveis ao planejamento do desenvolvimento. Tais questões adquirem centralidade, de acordo com Ribeiro (2009, p. 67) “[...] em vistas de uma crescente percepção e consciência de estarmos diante de uma crise da evolução, cujos sinais mais visíveis são as mudanças climáticas e a extinção acelerada das espécies”. Destarte, o componente sustentável inaugura, então, um padrão novo de relação do homem com a natureza.

A partir da percepção deste quadro, uma revisão das estratégias de desenvolvimento foi construída, numa agenda internacional, cujos marcos referenciais, segundo Mello (2005, pp.50-1), foram a “Conferência da Biosfera (Paris, 1968), os estudos sobre “Os limites do crescimento” (Meadows et al., 1972), o Relatório de Roma (FAO), e o “Nosso futuro comum (Brundtland, 1987)”. Em consequência disto instaurou-se, em esferas diversificadas, um debate em torno da reorientação dos processos produtivos, implicando em uma reformulação do paradigma de desenvolvimento até então vigente.

Na origem deste debate, destaca-se a concepção de ecodesenvolvimento, preconizada por Ignacy Sachs (2004), cuja abordagem propugnava o desenvolvimento socioeconômico equitativo. O ecodesenvolvimento representaria, então, um requisito de crescimento qualitativo, incorporando estratégias de baixo consumo energético, reciclagem de materiais e tecnologia apropriada. Segundo esse princípio, e de acordo com Mello (2005), o desenvolvimento deveria ser endógeno, participativo, autônomo e autoconfiante e não baseado na transposição de modelos de fora. Deveria, ainda, se apoiar sobre a lógica das necessidades e não da produção, buscando a harmonia com a natureza.

Esta visão se tornou referência internacional nos debates acerca da problemática do desenvolvimento. E é no cerne deste debate que emerge o conceito de desenvolvimento sustentável. Na fórmula consagrada pelo Relatório Brundtland, o termo desenvolvimento sustentável é definido como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as capacidades das gerações futuras de atender suas próprias necessidades. Esta definição abriu margem a múltiplas interpretações, processo dinâmico de reelaboração, apropriação, questionamentos e críticas ao conceito. Todavia, há que se ressaltar que, apesar das dificuldades técnicas e políticas da aplicação do conceito de desenvolvimento sustentável (ALMINO, 2006), ele tem o mérito de apontar erros cometidos no passado quanto às maneiras de encarar o progresso, o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Destarte, a literatura pertinente demonstra que o conceito de desenvolvimento sustentável possui várias definições e significados (LÉNA, 2005; MELLO, 1995) e, por isso mesmo, é apropriado sob modos muito diversos (BECKER, 2006). Tal polissemia tem engendrado revisões e críticas acerca do conceito. Há referências, inclusive, a um “contradiscurso” (FERNANDES, GUERRA, 2006) do desenvolvimento sustentável.

Uma das principais ideias subjacente a estas críticas é a da “banalização” da sustentabilidade (BURSZTYN, FONSECA, 2009; REDCLIFT, 2006), que teria passado a ser utilizada “[...] como sufixo para qualquer coisa julgada desejável” (REDCLIFT, 2006, p. 51). Um efeito nocivo deste processo, segundo Bursztyn e Fonseca (2009) seria a ampliação da distância entre o discurso politicamente correto e a eficácia concreta das políticas ambientais e de desenvolvimento.

De acordo com Redclift (2006), os “novos” discursos da sustentabilidade, ao incorporar questões mais amplas, para além do campo ambiental, como equidade, governabilidade, cidadania, justiça social, direitos das espécies etc., acabaram por escamotear e/ou marginalizar as desigualdades e diferenças culturais determinantes da agenda ambiental internacional. Acepção similar é encontrada em Bursztyn e Fonseca (2009, p. 22).

Conceitos e critérios como *empowerment* (empoderamento), participação, capital social, *accountability* (responsabilização), descentralização, educação de qualidade, combate à corrupção, eficiência dos mercados, mão-de-obra qualificada, igualdade de gênero, respeito à propriedade e à livre iniciativa, distribuição equitativa de renda, entre outros, aparecem em uma agenda cada vez mais ampla e repleta de boas intenções. A sua praticidade, entretanto, é limitada justamente pelo fato de ser genérica, muito abrangente e, com frequência, distante das realidades específicas nas quais se tenta implementá-las.

A tendência dominante da reprodução de modelos alheios como parâmetros referenciais do desenvolvimento, desconsiderando-se as especificidades dos países, bem como a

generalização do discurso da sustentabilidade seriam, então, algumas das ideias subjacentes a este enfoque crítico.

Outro problema apontado na definição do termo diz respeito às necessidades das gerações futuras, dado o cenário de escassez dos recursos naturais e a impossibilidade, óbvia, destas gerações acessarem o mercado presente (BANERJEE, 2006; FERNANDES, 2006). Além disto, não se vislumbraria neste “modelo novo” de desenvolvimento, uma “[...] perspectiva crítica das formas de apropriação da natureza inauguradas pelo capitalismo” (FERNANDES, 2006, p. 131). Tal concepção parte do pressuposto da impossibilidade de operacionalização da sustentabilidade sem a construção de um modelo societário novo.

Em que pese as críticas efetuadas e as contradições apontadas à proposta de desenvolvimento sustentável, é possível identificar na literatura consultada a respeito, a persistência do conceito, sobretudo no planejamento de políticas públicas. No que concerne à Amazônia, a sustentabilidade passa a permear as discussões acerca do modelo e das estratégias de desenvolvimento da região, a partir da configuração de um vetor tecnocológico (BECKER, 2006), efetuado a partir de 1985, no contexto de redução do papel do Estado e emergência do movimento socioambientalista. A expressão mais significativa de operacionalização dos preceitos do desenvolvimento sustentável na região é a criação das UC, a exemplo da RESEX Mãe Grande de Curuçá, cuja experiência é abordada neste trabalho.

No âmbito dos debates sobre desenvolvimento é importante mencionar, ainda, uma orientação nova que entrou em cena a partir dos anos 1990: a substituição das abordagens centradas no nível de abrangência territorial das grandes regiões – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul por iniciativas de abrangência sub-regional ou local. Nesse contexto, o desenvolvimento local é conceituado como um processo endógeno de mudança, levando ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2006). Tal perspectiva privilegiaria as singularidades do contexto local enquanto espaço socialmente produzido através das relações sociais, políticas econômicas e culturais delineadas nesse espaço, não se restringindo à ótica do mercado.

Outrossim, a busca desse desenvolvimento implica numa condição: a necessidade do fortalecimento da sociedade civil, a partir da articulação de vários elementos, destacando-se: a) o capital social, caracterizado por relações sociais estabelecidas culturalmente pelos laços de confiança, solidariedade, tolerância, reciprocidade e cooperação mútua entre membros de uma comunidade (PUTNAM, 2002); b) a revisão do conceito de governança, que deixa de enfocar somente as ações do governo, passando a considerar a iniciativa privada e a sociedade

civil como atores do desenvolvimento; c) a formação de redes de cooperação envolvendo alianças entre a comunidade, o mercado e o Estado.

Segundo Zapata (2006), essa proposta contempla uma concepção de desenvolvimento de “baixo para cima”, incorporando uma visão mais integral do processo. A valorização da identidade sociocultural de cada território constituiria a sua característica principal. Ao apoiar-se nas associações comunitárias e nas instituições locais, fortalecendo e diversificando a economia local, promover-se-ia uma verdadeira melhora na qualidade de vida das pessoas. Embora a discussão sobre desenvolvimento local represente um avanço significativo, alguns fatores de limitação de experiências locais ainda se fazem muito presentes, tais como: insuficiência de capital social, isto é, falta de cooperação entre os atores sociais; contínuas mudanças político-administrativas que implicam em descontinuidade de políticas exitosas, devido à troca de governos; dificuldade de acesso à informação, corporativismo entre outros.

A partir desta breve exposição, e em consonância com as várias definições de desenvolvimento, evidencia-se que, entre o ideário e a promoção concreta do desenvolvimento local sustentável existe um longo percurso. Não obstante os impasses e limites de sua operacionalização há que se ressaltar a relevância da incorporação de outras dimensões ao seu campo teórico.

A eficiência econômica, a justiça social, o equilíbrio ambiental, o respeito às especificidades e a valorização das potencialidades locais, ainda que de modo incipiente, adquirem cada vez mais espaço no discurso contemporâneo do desenvolvimento, bem como nos processos decisórios. Oxalá estas perspectivas novas conduzam a um desenvolvimento alternativo multidimensional, pautado pela eficiência econômica, justiça social, equilíbrio na exploração dos recursos naturais e participação qualitativa da sociedade civil organizada.

2.3.3 Capital social e suas implicações para o desenvolvimento

Disseminada a partir dos anos iniciados na década de 1990, a expressão “capital social” decorre da ampliação teórica do termo “capital” (MORAES, 2003; WOOLCOCK, NARAYAN, 2002). Nestes termos, atribui-se significado e relevância à qualidade das relações sociais para o processo de desenvolvimento. O termo foi popularizado por Putnam (2002), que explicou os desníveis socioeconômicos entre regiões distintas da Itália a partir de fatores socioculturais, como as tradições cívicas e a capacidade de organização social.

Definido como o conjunto de características da organização social, incluindo as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, reciprocidade, canais de informação

etc. (PUTNAM, 2002), que permitem a ação coletiva (WOOLCOCK, NARAYAN, 2002), o capital social adquire relevo nas discussões sobre o desenvolvimento. Importa ressaltar que, não obstante a relevância das conclusões de Putnam sobre o papel dos fatores socioculturais nos processos de desenvolvimento, a concepção de capital social deste autor foi alvo de críticas diversas. Entre estas, e de acordo com Moraes (2003), destaca-se o papel determinista atribuído aos fatores históricos e culturais na determinação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico.

Sob essa perspectiva, a produção de capital social em uma comunidade seria determinada historicamente pelo acúmulo de práticas culturais de seus membros. Este entendimento, todavia, é considerado reducionista.

Argumentos que vão além dessa visão dizem que os sistemas sociais não são influenciados somente por questões culturais, mas também por componentes sociais, onde os agentes sociais podem promover mudanças e alternativas de “rotas” no processo de desenvolvimento e nas “escolhas” feitas (MORAES, 2003, p. 129).

Essas modificações permitiriam a institucionalização de práticas fomentadoras de capital social, independentemente da trajetória histórica do grupo social.

Woolcock, Narayan (2002) ampliaram o conceito, identificando quatro perspectivas nas análises sobre capital social e desenvolvimento econômico: a visão comunitária, que associa capital social com organizações locais como clubes, associações e grupos cívicos; a visão de redes, a qual destaca a importância das “relaciones que se dan dentro y entre entidades organizacionales como los grupos comunitarios y las empresas” (WOOLCOCK; NARAYAN, 2002, p. 6); a visão institucional, pautada no entendimento de que a vitalidade das redes comunitárias e da sociedade civil, é sobretudo, resultado de seu contexto político, social e institucional e a visão sinérgica cujo desafio seria a integração das perspectivas sinérgica e institucional.

É evidente, então, que a formação de capital social depende da conjugação de fatores diversos. A capacidade organizativa dos grupos sociais, a qualidade das relações estabelecidas com os agentes externos, o predomínio dos interesses coletivos sobre os individuais são fatores importantes nesse contexto. Ressalte-se, ainda, a interação entre as comunidades e as instituições, apontada por Woolcock, Narayan (2002) como fundamentais nos processos de desenvolvimento.

2.4 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Historicamente os recursos naturais sempre foram apropriados pelos seres humanos para sua sobrevivência (SILVA, 2007, SIMONIAN, 2000). De acordo com Simonian (2000), em praticamente todas as sociedades, mesmo as que não produziam excedentes ou desconheciam as modalidades estatais de organização, observou-se políticas e ações acerca da conservação desses recursos. Desse modo, encontrava-se entre essas sociedades “[...] algum tipo de cuidado com o ambiente, com as áreas de suprimento, com o patrimônio natural-cultural/histórico e também áreas de reserva” (SIMONIAN, 2000, p. 11). Então, ações voltadas para a sustentabilidade não são uma prerrogativa da contemporaneidade.

No âmbito deste estudo, voltado para a discussão de práticas organizativas e participativas, enfoca-se a política recente de constituição de unidades de conservação, especificamente as RESEX. Em consonância com as transformações ocorridas na sociedade brasileira e com a emergência das questões ambientais na arena política nacional e internacional, as décadas recentes produziram um gradual processo de institucionalização, formulação e implementação de políticas públicas na área ambiental (SANTOS, 2005). Neste contexto, destacam-se as lutas de populações tradicionais da Amazônia pela criação de UC na região.

2.4.1 Aspectos históricos e conceituais e possibilidades, impasses e desafios das UC na Amazônia

Na Amazônia as políticas estatais e ações privadas de intervenção, caracterizaram-se, de maneira sistemática pela imposição vertical. A história do planejamento do desenvolvimento na região é marcada pela tônica da falta de articulação com os atores locais e pela desconsideração das especificidades ambientais, culturais e socioeconômicas regionais. Nesse contexto, segundo Maciel (2003), as políticas desenvolvimentistas impostas pelo Estado, a partir de meados do século XX, resultaram num processo de desarticulação da atividade extrativa.

Este processo causou danos socioeconômicos e ambientais às populações tradicionais. Conforme evidenciado por vasta literatura (ALLEGRETTI, 1994b; ALMEIDA, 2006; CASTRO, 2010; D’INCAO, SILVEIRA, 1994; LÉNA, 2005; LÉNA, HÉBETTE, 2004; MOREIRA, 2004; OLIVEIRA, 1991; OLIVEIRA, 1988), tais efeitos são resultado dos

processos de expansão da fronteira capitalista do país para a região amazônica. Neste sentido, a emergência da organização social dos seringueiros do Acre, liderados por Chico Mendes, na década iniciada em 1980, marca uma fase emblemática dos processos de organização da sociedade civil no contexto amazônico.

Ante a necessidade de promover a regularização fundiária dos antigos seringais e o atendimento das demandas por melhores condições de vida (ALLEGRETTI, 1994a, 1994b), as comunidades afetadas reagem e se articulam na defesa de seus interesses. Nesse contexto, o movimento social de moradores florestais organizados propôs a criação de unidades de conservação na região. Tal proposta foi formulada com vistas a garantir direitos de posse e de uso sobre áreas de floresta ocupadas por seguidas gerações de seringueiros e suas famílias.

Estas UC, segundo Anderson (1994), Allegretti (1994a, 1994b), Menezes (1994) e Maciel (2003), surgem, portanto, como alternativas não apenas para a exploração racional dos recursos naturais, mas também para a conservação da biodiversidade e minimização do problema fundiário na região. Tais UC emergem então como uma alternativa de reversão das políticas desenvolvimentistas anteriores. Essa política foi apresentada pelo movimento social de moradores florestais organizados, através do CNS como um sistema inovador, combinando um regime de manejo e de direitos de propriedade na região.

Incorporada ao Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) em 1987, a proposta recebeu a denominação de Projeto de Assentamento Extrativista (PAE). A responsabilidade pela criação e implantação seria do INCRA, conforme a definição da Portaria nº 627 (ALLEGRETTI, 1994a). Posteriormente, de acordo com Menezes (1994), em janeiro de 1990, as RESEX são regulamentadas, também, no âmbito do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através do Decreto nº. 98.897, em cumprimento a Lei 7.804, de 18 de julho de 1989, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Esta modalidade de uso da terra associado a regras de conservação e a mecanismos que asseguram o cumprimento das regras (ALLEGRETTI, 1994a), portanto, é reconhecida oficialmente pelo poder público, através de duas instâncias: no contexto da Reforma Agrária, como PAE (INCRA) e no âmbito da Política Nacional de Meio Ambiente (IBAMA), como RESEX³⁷. Quando as reservas extrativistas são constituídas em áreas litorâneas, integrando

³⁷ Segundo Menezes (1994), a razão de terem sido implementadas, no âmbito oficial, a cargo de duas instituições diferentes, está no fato de constituírem uma unidade que contempla em um mesmo processo duas áreas que são tratadas por diferentes organismos na instância do poder: a produção e a conservação, o que levou a proposta dos trabalhadores extrativistas a receber dois conceitos oficiais, consolidados sob a mesma modalidade jurídica: concessão de uso da terra.

territorialmente, além de áreas florestais de terra firme, áreas estuarinas passam a ser designadas reservas extrativistas marinhas, como é o caso da RESEX em estudo.

O inciso I do Art. 2 do SNUC conceitua Unidade de Conservação como

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000, Art. 2º).

Baseado nesta definição, o SNUC sistematiza dois tipos de Unidades de Conservação (UC): as de Uso Sustentável, cujos recursos naturais podem ser utilizados pela população residente, com base em plano de manejo, e as de Proteção Integral, cujos recursos naturais devem ser preservados, sendo admitido seu uso apenas indiretamente, através de atividades educacionais, científicas e recreativas ou de lazer.

A modalidade de UC que se convencionou adotar na região, como resultado da luta dos seringueiros pela sua sobrevivência na floresta foi a de Reservas Extrativistas. Estas são áreas utilizadas por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, a nível complementar, na agricultura de subsistência e na criação de pequenos animais (BRASIL, 2000). Os objetivos básicos de uma RESEX são proteger os meios de vida e a cultura destas populações e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da área. E, conforme definido legalmente, são de domínio público com seu uso concedido às populações extrativistas tradicionais.

Deste modo, as RESEX, aliadas a outras modalidades de proteção da natureza como Terras Indígenas (TI) e Áreas Protegidas (AP) constituíram um modelo endógeno de preservação e uso dos recursos naturais da Amazônia, com ênfase na população usuária

A importância principal das reservas extrativistas é seu antropocentrismo: elas foram criadas para proteger em primeiro lugar o homem, e com ele, as demais espécies ali existentes. Esta preocupação com o morador das reservas é a resposta mais concreta à decisão de imprimir uma nova filosofia de desenvolvimento, colocando o homem como centro e ator principal do processo, e dando prova clara de respeito ao direito do homem de se desenvolver em um meio natural conservado, que possa ser legado a gerações futuras (RUEDA, 1997, p. 172).

Evidencia-se, então, as experiências das UC como tentativas de superar as políticas desenvolvimentistas anteriores, pautadas na atuação centralizadora e autoritária do Estado brasileiro, e na exploração intensiva dos recursos naturais.

Decerto, tais políticas, operacionalizadas através da ação estruturada do Estado foram assinaladas

[...] pelos conflitos sociais, entre as populações tradicionais, fazendeiros e posseiros entre outros, e os impactos ambientais, refletidos no desmatamento provocado pela abertura das estradas, exploração intensa dos recursos madeireiros, expansão agropecuária acelerada e intensa mobilidade espacial da população (MELLO, 2006, p. 299).

Naquele contexto, obviamente, questões de ordem conservacionista ou de sustentabilidade ambiental não eram critérios considerados na incorporação dos espaços e na implantação das redes de infraestrutura.

A abertura democrática, que oportunizou canais novos de discussão, a disseminação das ideias ambientalistas e sua inclusão na agenda internacional também contribuíram com a mudança no enfoque do desenvolvimento. Nessa direção, há que se ressaltar o avanço, ao menos em termos formais, representado pela promulgação da nova carta constitucional, em 1988, conforme assinalado por Mello (2006, p. 69)

O clima de mobilização e debate nacional em torno da nova constituição brasileira colocou em relevo as posições conservacionistas, como o artigo 225, que trata da proteção do meio ambiente no desenvolvimento do país, e o artigo 21, sobre a promoção de planos de ordenação territorial e de desenvolvimento econômico e social englobando a dimensão ambiental.

Abstrai-se que estas mudanças institucionais refletiram, em parte, a pressão organizada da sociedade. De fato, a pensar como Silva (2007, p. 55), pode-se afirmar que as RESEX representaram “[...] a culminância histórica de um processo de luta que começou com os seringueiros do Acre, espalhou-se para diversos estados da Amazônia e alcançou, posteriormente, outras regiões brasileiras”.

Na perspectiva de criação das UC na Amazônia, particularmente RESEX, se ressalta a promoção de alternativas produtivas na busca do desenvolvimento sustentável (ALLEGRETTI, 1994a). De acordo com esta autora, ao contrário do modelo desenvolvimentista implantado pelos governos militares, esse entendimento permite uma combinação entre o uso do potencial de recursos existentes, uma adequada distribuição de renda e a conservação do meio ambiente. Conseqüentemente, o mesmo também contempla o crescimento econômico, a equidade social e a conservação da natureza como dimensões diferentes, porém complementares e indissociáveis de um mesmo processo. Nesse contexto, as RESEX destacam-se, então, como uma modalidade de ocupação da terra, de preservação do meio ambiente e de busca por equidade econômica e social.

Neste sentido, vislumbra-se efetivamente uma mudança na orientação das políticas de desenvolvimento regional anteriores, caracterizadas pelo profundo desrespeito às diferenças sociais e ecológicas, destruindo modos de vida e saberes locais historicamente construídos

(BECKER, 2006) e a inserção definitiva da variável ambiental na agenda regional. Entretanto, apesar dos avanços representados pela criação das UC, segundo Mello (2006) os resultados concretos da política ambiental na região ainda são pouco expressivos. Ainda de acordo com esta autora, a promoção de outros modos de utilização dos recursos naturais, especialmente a madeira, não estaria sendo assegurada.

Nesta direção, estudos de Simonian (2007a, 2000), respaldados em extensa e intensa atividade de pesquisa de campo, apontam para um manejo negativo dos recursos naturais em UC. Tal manejo negativo é resultado tanto do envolvimento do Estado em políticas e ações que validam este manejo, como de ações da própria população tradicional assentada nestas áreas. Destarte, segundo a autora, as tendências recentes quanto à sustentabilidade do desenvolvimento socioeconômico na Amazônia caracterizam-se pelo alcance limitado dos programas e projetos voltados para as RESEX.

Tais limitações dizem respeito, entre outros fatores, à escassez crescente de recursos financeiros, à falta de capacitação técnica e baixo nível de escolaridade no interior das RESEX bem como a gestão corrupta no seio de órgãos gestores destas unidades. Todos estes fatores, então, estariam a ameaçar a viabilização da sustentabilidade na região, particularmente nas UC. Esta constatação remete ao pensamento de Léna (2005, p. 368) de que o desenvolvimento sustentável “[...] não surgirá de algum processo mecânico, mas sim de uma ação voluntária, de mudanças de comportamentos, que supõem uma definição de finalidades apoiada em valores e princípios”. A considerar que a mudança de valores pressupõe um processo longo de re(educação), negociação e conflito, infere-se que muito ainda há que ser feito no processo de construção da sustentabilidade nas RESEX.

Com base no arcabouço teórico acima, nas pesquisas de campo efetuadas em etapas diversas, bem como na análise documental realizada, formulou-se duas hipóteses que nortearam este estudo. A primeira aponta que, apesar dos arranjos institucionais estabelecidos para promover a participação da população usuária nos processos de implementação e gestão desta UC, tal finalidade não foi satisfatoriamente atingida. Isto devido às condições de fragilidade organizativa existente, provocada por fatores diversos, de ordem socioeconômica, política, cultural, inibidores de práticas participativas.

A segunda indica que, além da debilidade organizacional, está em curso um quadro de persistência de práticas insustentáveis de manejo dos recursos naturais existentes na RESEX e em seu entorno. Este processo, intensificado recentemente por atores e fatores exógenos, está a inviabilizar a construção do desenvolvimento sustentável local.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

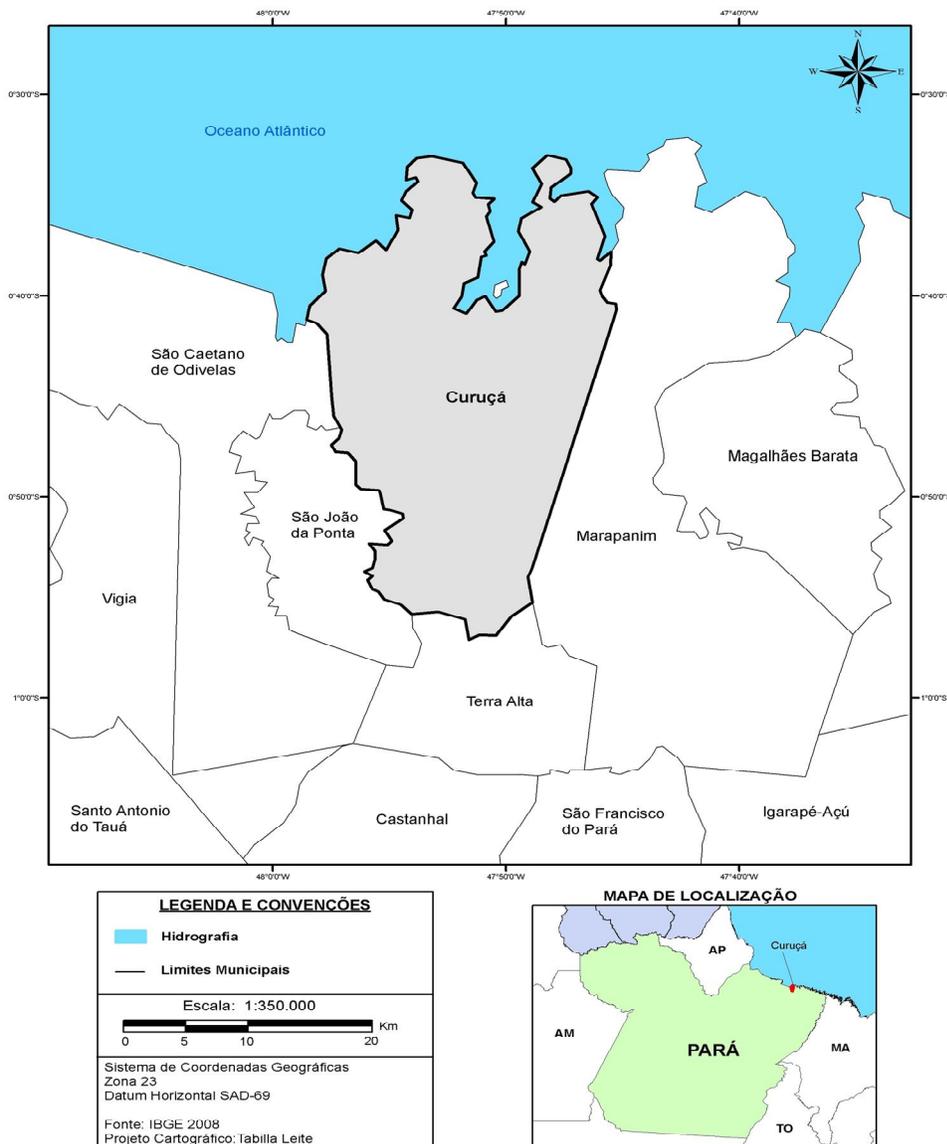
O município de Curuçá, *locus* desta pesquisa, está situado na região nordeste do estado do Pará, cuja localização visualiza-se no mapa 2, na página seguinte. Ao longo da história, este território vem sendo ocupado e apropriado por diferentes sujeitos – jesuítas, caboclos, extrativistas, empresários – e constituindo um cenário para diversificados projetos e políticas estatais. Entre estes, destaca-se a criação da RESEX Mãe Grande, no limiar do século XXI, cuja implementação e mecanismos de gestão são abordados neste estudo. A seguir, são apresentados aspectos físicos, históricos, culturais e socioeconômicos, constituindo assim, uma caracterização geral da área estudada.

3.1 ASPECTOS FÍSICOS E TERRITORIAIS

Curuçá situa-se na costa paraense, na zona fisiográfica do Salgado,³⁸ distando 134 km da capital do estado, Belém. Sua extensão territorial é calculada em 672,61 km² (IBGE, 2010; CURUÇÁ, 2009a;). Limita-se ao norte com o Oceano Atlântico, ao sul com o município de Terra Alta, a leste com o município de Marapanim e a oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta (CUNHA, 2007). De acordo com o último censo do IBGE, realizado no ano de 2007, a estimativa populacional é de 33.768 habitantes, sendo a população urbana estimada em 13.027 e a rural, 20.741 habitantes³⁹. Porém, diagnóstico local recente (CURUÇÁ, 2009a), produzido pela administração municipal, aponta para uma população atual total de 36.650 habitantes.

³⁸ A zona fisiográfica do Salgado é constituída pela zona costeira do estado do Pará situada a leste da desembocadura do rio Amazonas. Esta microrregião possui 225 km de extensão, sendo limitada ao norte e nordeste pelo oceano Atlântico, ao leste e ao sul pela zona Bragantina e a oeste pela baía de Marajó, destacando-se por suas formas recortadas com ilhas, penínsulas e baías situadas na desembocadura de rios de curto percurso (BASTOS, 1995).

³⁹ Este mesmo censo estimou para 2009 uma população de 36.748 habitantes.



Mapa 2: Localização do município de Curuçá no contexto microrregional.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010; IBGE (2008); Adaptado por Tabilla Leite.

Com uma altitude de 37 m e solos em geral silicoargilosos e silicosos, a paisagem do município é marcada por restingas que intercalam as zonas de mangue. O ecossistema manguezal é responsável por filtrar um grande volume de sedimentos finos, de textura argilosa, e que são empurrados para o mar e devolvidos para a margem dos estuários da costa de Curuçá (CURUÇÁ, 2009a). A costa curuçãense está inserida nas terras altas que formam o *divortium aquarium* que deságua no Atlântico. A paisagem dessa costa é constituída de pequenos recortes de ilhas. Segundo Curuçá (2009a), esse sistema hidrogeomorfológico

permite a formação de praias arenosas como a da Romana com 14 quilômetros de areias límpidas.

Conforme constatado por Figueiredo (2007), a cobertura vegetal original do município foi removida em consequência dos desmatamentos ocorridos de maneira intensiva ou extensiva para o plantio de espécies agrícolas de subsistência ou devido a ocupação das margens da rodovia PA-163. Por esta razão, atualmente a cobertura vegetal da região seria predominantemente de florestas secundárias. Este quadro é inteiramente diverso do apontado por Cunha (1939) na década de 30, do século passado.

Naquele contexto, o autor fazia referência à prodigalidade das matas do município, então abundantes em espécies vegetais, como acapu (*Vouacapouo americana* Aubl.), pau amarelo (*Maclura tinctoria*), piquiá (*Aspidosperma desmanthum* Benth), sapucaia (*Lecythis pisonis* Cambess.), maçaranduba (*Manilkara huberi* Ducke), angelim (*Andira anthelmia*) etc. e animais como veado (*Mazama spp*), paca (*Agouti paca*), cotia (*Dosyprocto ozaroe*), tatu (*Tolipeutes matacus*), caititu (*Tayassu tajacu* Linnaeus), além de pássaros como jacu (*Penelope ochrogaster* Pelzeln), mutum (*Crax fasciolata* Spix.), inhambu (*Crypturellus obsoletus*).

Assim manifestava-se Cunha (1939, p. 42): “[...] reunindo as diversas reservas de mattas existentes no município, poderemos ainda dispor, pelo menos de 20.000 hectares de terras virgens”. Aludindo a “quasi infinita” variedade de vegetação daquelas terras, esse autor referia-se, também, às propriedades medicinais do leite do Amapá (*Brosimum spp.*), sucuba (*Himatanthus articulata.*), quebra-pedra (*Phyllanthus niruri* L.), muirapuama (*Ptychopetalum uncinatum*) entre outros. As evidências recentes, que apontam uma progressiva diminuição nos estoques dos recursos naturais da região refletem a insustentabilidade sistemática das atividades econômicas desenvolvidas na área ao longo do tempo.

O município possui várias ilhas de considerável extensão e de formação recente, como Mutucal, Ipomonga, Mariteua, Pacamorema,⁴⁰ Cipoteua e Santa Rosa, que “[...] se comunicam com uma infinidade de furos e possuem belas praias como as das Ilhas Mariteua e Cipoteua localizadas ao norte do município” (FIGUEIREDO, 2007, p. 46). No que respeita à hidrografia, e em conformidade com Curuçá (2009a), o município de Curuçá é banhado pelo Oceano Atlântico, que fica ao Norte, pelo rio Cajutuba a Leste, servindo de limite com o

⁴⁰ A ilha Pacamorema foi abordada em obra produzida pela orientadora deste trabalho e pelas alunas da disciplina Antropologia do Desenvolvimento, cursada no âmbito do programa de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, turma 2008 (SIMONIAN, *et al.*, 2010).

município de Marapanim e rio Mocajuba a oeste estabelecendo limites com os municípios de São João da Ponta e São Caetano de Odivelas.

3.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

A origem de Curuçá remonta a meados do século XVII, com a instalação de uma missão jesuítica na região, povoada por índios Tupinambás,⁴¹ que trabalhavam nas salinas, pescarias e cultivo de mandioca e algodão (LEITE, 1943; LUSTOSA, 1976; MONTEIRO, 1963). A instalação dos jesuítas na região foi institucionalizada através de Provisão Régia de 23 de setembro de 1652, sancionada pelo rei de Portugal Dom João IV (FERREIRA, 2005). Na obra Tesouro descoberto no Rio Amazonas, o Padre João Daniel faz referência à Curuçá e a suas características geográficas:

É o Cruçá ãa quase península rodeada de baías; e podendo estar situada sobre alguma, com o regalo da sua boa vista, e com o salutífero de ares, e ventos geraes, ou ainda sobre as bizarras praias do mar, que lhe fica vizinho, está situada sobre um triste garapé, ou como escondida no mato, ou envergonhada de aparecer, e ser vista se faz triste e melancólica. E por tão retirada é pouco freqüentada dos viajantes porque só lá vai quem tem negócio (DANIEL, 1976, p. 79).

De acordo com este autor, o caráter reservado da vila teria sido o motivo de sua destinação para os serviços da Companhia de Jesus⁴². Segundo Palma Muniz (1917), inicialmente a povoação localizava-se onde hoje é o distrito de Abade a três quilômetros da atual sede do município, só posteriormente é que foi transferida para o local onde a cidade está situada atualmente, no intuito de sua proteção contra as investidas dos colonos sobre os indígenas.

O estabelecimento dos jesuítas na região insere-se na política de expansão das fronteiras do império ultramarino português, levada a efeito na Amazônia através da ocupação militar e religiosa. A instalação da Ordem jesuítica na região Norte, efetivou-se em 1653, pelo padre João Souto Maior, a partir da edificação do colégio de Santo Alexandre e a Igreja de São Francisco Xavier, no Largo da Sé, na cidade de Belém do Pará (SANTOS, 2006). Assim como outras ordens religiosas estabelecidas na região, os jesuítas foram incumbidos de

⁴¹ Sobre a ocupação destes indígenas no litoral paraense, Moura (1934, p. 253) assevera que: “Os Tupynambás ocupavam a larga cinta da costa marítima do Pará, desde o Guajará até o Gurupy, levando a sua ocupação até as margens dos rios que afluem nessa extensa zona”. Desse modo, esta nação teria sido a primeira contatada por Francisco Caldeira Castelo Branco, em 1616, quando da fundação de Belém.

⁴² De acordo com Lustosa (1976, p. 140), o primeiro vigário de Curuçá provavelmente teria sido o Padre Aleixo Tolosa, que faleceu, com idade avançada, em 1819.

cristianizar os nativos e garantir a soberania da Coroa Portuguesa e a organização do trabalho indígena nos aldeamentos. Porém, dentre as ordens religiosas instaladas na Amazônia portuguesa, os inacianos ocuparam um lugar de destaque.

Cresceu a Companhia em poder e riqueza; com o comércio de drogas do sertão – especiarias da floresta amazônica – e missões Amazônia acima, os jesuítas armaram-se de poder espiritual e temporal, da mesma, ocuparam os religiosos das Mercês o segundo lugar na conquista de riquezas, seguido pelos Carmelitas (SANTOS, 2006, p. 181).

O êxito dos empreendimentos jesuíticos era facilitado por incentivos oficiais do governo português como o alvará expedido em 22 de novembro de 1558, através do qual D. João III concedia-lhes isenção do pagamento de impostos, bem como “[...] licença para o resgate de escravos, despacharem ou receberem qualquer coisa na colônia” (SANTOS, 2006, p. 163). Esta prerrogativa garantia aos religiosos amplas vantagens na obtenção e comercialização de insumos, fomentando o equilíbrio financeiro da companhia, em detrimento dos colonos.

A presença da Companhia de Jesus na região em Curuçá é evidenciada nos trechos abaixo:

No Curuçá tiveram os Jesuítas Aldeia e Fazenda. A Aldeia sucedeu a Gonçari e Mamaiacu como Aldeia dada por El-Rei para prover ao sustento e gastos do Colégio do Pará, e obedeceu a uma dupla ideia, a de ficarem os índios mais ao abrigo das investidas dos colonos, e beneficiarem a fazenda, de duas léguas de terra, que deixara ao Colégio Francisco Rodrigues, antigo noviço da Companhia (LEITE, 1943, p. 289).

Com a denominação de Curuçá, fundaram os Padres jesuítas à margem esquerda do rio Curuçá-miri, na zona dita do Salgado, depois da chegada do Pe. Antônio Vieira ao Grão-Pará, uma fazenda com índios dessa zona, adquirindo ela um alto grau de prosperidade, principalmente com a salga de peixe e grandes roças de mandioca e algodão (MUNIZ, 1917, p. 451).

Supostamente, os índios da aldeia de Curuçá, diversamente da maioria dos outros aldeamentos, eram livres. Pois, “[...] apesar de serem dados para o serviço do Colégio, recebiam salário” (LEITE, 1943, p. 289). A condição de liberdade dos índios, porém era contestada pelo então governador e capitão general do Grão Pará e Maranhão em correspondência⁴³ ao Marquês de Pombal⁴⁴.

⁴³ A 56ª Carta de Francisco Xavier de Mendonça Furtado sob o título “Memória das Fazendas que até agora tenho podido averiguar que têm os padres da Companhia nesta Capitania do Pará, e das Notícias que até agora achei delas”, subtítulo “*Fazendas pertencentes ao Colégio de Santa Alexandrina, desta cidade*” (MENDONÇA, 1963, p. 485-486).

⁴⁴ Sebastião José de Carvalho e Melo, foi o principal ministro no reinado de D. José I (1750-77), período em que, a partir de amplas prerrogativas que lhe foram concedidas procedeu a uma política reformista nas áreas econômica e educacional (SANTOS, 2006, WEHLING, 1999).

Nesta, Mendonça Furtado acusava os jesuítas de terem transferido irregularmente os moradores de Gonçari, provocando inclusive o despovoamento desta aldeia, sob o pretexto de povoar a nova fazenda (MENDONÇA, 1963), para a qual também teriam sido deslocados indivíduos residentes em outras localidades

A esta gente foi juntando os mesmos padres dos degradados das outras aldeias, condenados por eles aquele desterro perpétuo, no qual ficaram reduzidos ao estado de servos adscretícios, e mais alguns dos seus chamados escravos resgatados nas tropas em que os mesmos padres eram juízes privativos, e nas quais não observaram nunca a lei que havia a este respeito, como estes mesmos padres declararam na Junta das Missões, e de que assinaram um termo do qual em outra carta remeto a V. Exa. a cópia (MENDONÇA, 1963, p. 485-486).

Esta carta, datada de oito de fevereiro de 1754, demonstra um panorama de crescente animosidade instalado gradativamente entre o governo português e a Companhia de Jesus, recrudescendo durante a administração do Marquês de Pombal, cujo projeto de “reforma iluminista” culminou com a expulsão da Companhia.

Neste contexto, a pujante representatividade econômica dos jesuítas, passou a incomodar a administração colonial. Isto é particularmente relevante no que se refere a fazenda Curuçá, que teria atingido patamares elevados de prosperidade, sendo considerada pela administração portuguesa na colônia como a mais importante na região:

A mais importante fazenda que tem o Colégio é a do Cruçá, ou em português, a da Cruz, no têrmo da vila da Vigia. [...] nela lavram os padres algodões, farinhas, tabacos, arroz e mais legumes. Têm nelas umas grandes feitorias de peixe salgado que lhes rendem muito dinheiro. Têm mais umas grandes salinas, cujo rendimento é considerável. Fora esta fazenda têm no rio Mocajuba duas léguas de terra que compraram a um Pedro da Costa; paiol que presentemente estão povoando a gado. *Estas propriedades são as que constituem a fazenda a que êles chamam Cruçá, que na verdade é uma populosíssima vila* (grifos meus) (MENDONÇA, IHGB, 1963, p. 485).

De acordo com a narrativa de Mendonça Furtado, então, a exploração dos recursos naturais da região forneciam aos jesuítas consideráveis rendimentos. As fotografias 1 e 2, abaixo, ilustram ruínas de uma salinas construída por estes religiosos no século XVIII.



Fotografias 1 e 2: Ruínas de uma salina construída por jesuítas em Curuçá no século XVIII.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Curuçá, 2010.

O espaço conquistado pelos inácianos, todavia, seria tolhido. De acordo com Santos (2006), no contexto de definição da expulsão dos jesuítas e demarcação das fronteiras amazônicas, entre espanhóis e portugueses, algumas medidas foram tomadas. Entre estas, destaca-se o afastamento dos jesuítas da administração temporal das aldeias indígenas e a elevação destas à condição de vilas, abolindo-se os nomes “gentílicos” e substituindo-os por topônimos portugueses. Deste modo, e no âmbito da lei pombalina, instituída em três de setembro de 1755, que expulsou aqueles religiosos do Brasil, a localidade foi elevada à categoria de vila por Mendonça Furtado, precisamente em três de julho de 1757, com o nome de Vila Nova D’el Rei⁴⁵.

De acordo com Torres (2005, p. 114), a localidade sofreu ao longo do tempo, várias outras intervenções político-administrativas.

A vila de Curuçá foi em 1833, anexada ao município da Vigia, em 21 de novembro de 1850 retornou a seu predicado anterior de Vila e de Município, sua sede foi transferida para a Ponta do Abade em 1854 (resolução 269, de 16 de outubro), mas devido à resistência dos habitantes não chegou a ser cumprida.

Os moradores também teriam se revoltado com a anexação ao município da Vigia, desencadeando um processo de conturbações políticas, inclusive, conforme posto por Muniz (1917), tornando-se necessária a presença de um agente externo, representante do governo provincial, para acalmar os ânimos.

Já no contexto do regime republicano, em 14 de maio de 1895 a então vila foi elevada à categoria de cidade, incorporando definitivamente o nome Curuçá, através da lei nº 236,

⁴⁵ Segundo Palma Muniz (1973), a fazenda Curuçá, juntamente com as de Mamayacu e São Caetano foram judicialmente seqüestradas, em cumprimento à lei pombalina de 1755, apesar dos veementes protestos dos jesuítas.

promulgada pelo governador Lauro Sodré (CUNHA, 1939). Segundo este autor, com a implantação do “regimen revolucionário de 1930”, Curuçá perdeu mais uma vez o *status* de município, passando, novamente, a pertencer a Vigia, como sub-prefeitura. Em 1931, constituiu com Marapanim um único município, obtendo o título de “Inspeccoria”.

Um ano depois, precisamente a 27 de junho de 1932, Curuçá foi desmembrada de Marapanim e anexada a Castanhal, tendo retomado a categoria de município em 28 de dezembro de 1933, através do Decreto n. 1.136⁴⁶. Em 1991, o distrito de Terra Alta foi desmembrado de Curuçá, tornando-se município. Por outro lado, e de acordo com Figueiredo (2007), Furtado, Santana, Silveira (2009) e Torres (2005), o distrito de Abade, embora tenha perdido a condição de sede, é o porto principal, situado a quatro km do centro do município.

3.2.1 Os curuçaenses e a Cabanagem

Cunha (1939), Hurley (1936) e Rayol (1943) fazem referência à participação da então Vila Nova D’el Rei nos acontecimentos da Cabanagem, revelando que a população local não ficou alheia aos embates entre os cabanos e as forças legalistas, que ocorreram na década iniciada em 1830. Porém, não há consenso entre estes autores sobre a posição adotada pelos curuçaenses nesse evento. Rayol (1943) relata o deslocamento de populares de Curuçá para a Vigia para combater contra as autoridades locais, que haviam sido depostas pela população vigiense, mas logo em seguida reconduzidas aos cargos pelas forças legalistas.

Por seu turno, Cunha (1939, p. 29), identifica os curuçaenses como partidários da legalidade que, temerosos das forças cabanas, trataram de se organizar para combatê-las:

Nesses dias de apreensões e terror, alguém vindo dos lados do Mahú, contou na villa que um numeroso bando de cabanos achava-se acampado á margem daquelle rio, no logar Pau-Grande e se aprestava para vir atacar a villa. A noticia era a confirmação dos boatos que já vinham circulando neste sentido. E’ facil de avaliar-se, o alvoroço, a inquietação, o pavor de que se viram tomados os pacatos moradores da villa de Curuçá. Entretanto, passado o primeiro momento da justa apreensão, reuniram-se os maioraes da localidade e tratou-se decididamente de oppor tenaz resistência, fosse qual fosse o desfecho da lucta que se aproximava. O primiero serviço foi reunir armamentos, afim de verificar-se com quantas armas de fogo podia-se contar naquella cruel emergência. E cada um foi buscar a sua arma [...].

Nesse ínterim, reforços teriam sido solicitados à Vigia, onde existia uma “força” militar. Ainda segundo Cunha (1939, p. 30), as mulheres receavam se deslocar às casas de forno,

⁴⁶ Não foi possível esclarecer, em campo, as motivações para tantas e tão rápidas mudanças de caráter administrativo.

geralmente afastadas, para fazer a farinha e os homens temiam demorar-se nas pescarias, porque “[...] não se sabia a hora da chegada daquelles gratuitos inimigos”.

Hurley (1934, p. 105-106), por sua vez, ao comentar o aparente estado de abandono em que as forças legais teriam encontrado a vila, atribui tal situação a uma aliança entre estas e os moradores locais.

Na tarde de 3 de Março de 1836, occupou a Villa Nova de 'El Rei (Curuçá) o commandante João Antônio Martins, com cem paizanos da Vigia, o qual a encontrou deserta. Só duas pessoas alli se achavam e receberam esse primeiro destacamento da tropa legal: o vigario e o sachristão. Esse facto, por si só, vem demonstrar que a população ou era cabana, ou estava solidaria com a Cabanagem, salvo a hypothese, aliás inverosimel, de terem os habitantes, sido forçados pelos cabanos, a evacuar a Villa. Seja lá o que for, o que é certo é que Curuçá era um deserto, ao ser ocupada pelas forças da Vigia.

Até que ponto o presumido esvaziamento da localidade representou o apoio da população local ao movimento cabano não é algo esclarecido por Hurley. Cunha (1939), ao relatar o início dos embates, também não elucida esta questão.

Segundo este autor, as lutas iniciaram com aproximadamente 80 homens posicionados em pontos estratégicos, entre os quais o Jutahy⁴⁷. Porém não evidencia se entre estes havia moradores locais ou apenas membros das forças oficiais. Ressalta, porém, que após ofensivas de ambos os lados, com baixas consideráveis entre os cabanos, estes bateram em retirada, configurando-se assim, uma vitória da legalidade contra os “rebeldes”.

Se a participação dos locais na Cabanagem é controversa, a considerar as versões apresentadas pelos autores mencionados, minimamente alguns se posicionaram a favor dos cabanos. Hurley (1934) faz referência a um número de 453 cabanos que, sobre o comando de Bernardino Antônio Campo Verde, teriam atacado a vila. Por seu turno, Cunha (1939, p. 31) menciona um morador da localidade Mahú, hábil “[...] conhecedor do matto” que havia aderido aos cabanos e, juntamente com Thomaz de Aquino e Gabrielzinho, “[...] era o que estava escalado para conduzir a horda atacante a Curuçá”. Nestes termos, depreende-se que certamente os cabanos contaram com algum apoio interno, ainda que mínimo.

É certo, ainda, que a Vila Nova D’el Rei foi alvo de ataques, que culminaram, inclusive, na destruição de prédios e documentos públicos (BATISTA, 2009, n. c.). Infelizmente, além das obras produzidas pelos autores indicados acima, não se encontrou registros escritos destes acontecimentos. E as tentativas de esclarecê-los, através da técnica da história oral junto a moradores antigos, revelaram-se infrutíferas.

⁴⁷ O Jutahy era uma fonte de água situada a uns trezentos metros da Igreja Matriz, considerada ponto estratégico de ataque pois os cabanos forçosamente precisariam passar por ali para adentrar na cidade (CUNHA, 1939).

Em que pese a escassez de estudos sobre a questão, cumpre ressaltar a existência de quilombos diversos entre os rios Mojuim e Mocajuba, em territórios hoje pertencentes aos municípios de Curuçá e São Caetano de Odivelas (SALLES, 2005, 2004). Entre estes, teria se destacado o mocambo Mocajuba. Segundo este mesmo autor, em 1813, uma denúncia de depredações de sítios vizinhos, supostamente efetuada pelos negros habitantes daquele mocambo foi oficiada ao governador do Grão Pará, que determinou diligências na área. Estas resultaram improfícuas, legando àquela zona um certo “esquecimento” por parte da administração pública.

No entanto, algum tempo depois, precisamente na década iniciada em 1850, o mocambo Mocajuba voltou a atrair a atenção das autoridades. Segundo Salles (2005, p. 260)

É provável [...] que durante a Cabanagem Mocajuba, tenha se tornado um dos principais focos de atração do negro fugido. Por volta de 1850 já era apontado como o principal mocambo localizado nas proximidades de Belém. Era um dos mais populosos e deu muito trabalho às tropas do governo.

De acordo com este autor, apesar dos esforços envidados pela administração provincial no sentido de destruir o território em questão, as expedições militares lograram vários insucessos, prolongando-se os ataques sucessivos a Mocajuba por quatro anos – 1855 a 1859.

A pensar como Salles (2005), este período extenso demonstraria a capacidade de resistência dos quilombolas diante das tropas do governo. O autor defende que isto seria um indicativo de que tais mocambos “[...] tiveram elevado índice de organização e que em torno dele os negros estabeleceram um verdadeiro cinturão de segurança” (SALLES, 2005, p. 262). Infelizmente, e conforme posto por este mesmo autor, esse processo passou quase despercebido dos historiadores paraenses e foi minimizado pela imprensa do período. Desse modo, pesquisas e estudos se fazem necessários, no sentido de elucidar as histórias destes sujeitos, seus modos de atuação, estratégias organizativas etc.

3.3 ASPECTOS CULTURAIS

No que concerne ao aspecto cultural, o município de Curuçá é marcado pelas manifestações folclóricas populares, como os cordões de pássaros, quadrilhas juninas, e as festividades religiosas. Há de se destacar o bloco carnavalesco Pretinhos do Mangue, cujos participantes, que já ultrapassam a marca de 3.000, cobrem-se com a lama do manguezal e

saem desfilando pela cidade todos os anos, no período de carnaval. Segundo seus idealizadores, o bloco objetiva chamar a atenção para a consciência ambiental da população, com vistas à preservação dos recursos naturais.



Fotografias 3 e 4: Desfile do bloco Pretinhos do Manguê.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Curuçá.

Por sua vez, as festas de cunho religioso, segundo Cunha (1939, p. 24) sempre ocuparam um lugar de destaque no calendário festivo do município, desde os tempos idos de vila Nova D'El Rei, onde cada sítio cultuava um santo de devoção

Aqui era N. S. da Conceição, ali a S. S. Trindade, mais além o Divino Espírito Santo. Nessas épocas recuadas salientava-se a espontaneidade com que as pessoas visinhas porfiavam em abrilhantar as noites festivas, que decorriam num ambiente de respeito e cordialidade [...].

Dentre estas festas, destacava-se a do Divino, antecedida de esmolação e anunciada festivamente com fogos de artifício, convidando os fiéis para a festividade. Segundo Cunha (1939, p. 24) a noite de chegada do santo era “[...] um acontecimento nas redondezas, que punha em alvoroço todos os moradores”. Após um jantar farto oferecido aos presentes, seguia-se a ladainha. Finda esta, servia-se café com beiju-xica, iguaria confeccionada da goma de mandioca, e/ou farinha de tapioca.

Após a cerimônia propriamente religiosa seguiam-se, então, as danças, que inclusive possuíam um regulamento próprio (CUNHA, 1939, p. 27), com o fito de assegurar o “[...] respeito e a disciplina para o brilhantismo da festa e satisfação dos donos da casa [...]”, conforme descrito abaixo

- 1º. Teremos a 1ª e a 2ª quadrilhas e mesmo a 3ª, conforme o número de damas e cavalheiros, dançando doze pares de cada vez
- 2º. Quem dansar na 1ª não dansará na 2ª e vice-versa.

- 3°. Não é permitido o contracto de damas, devendo estas dansarem com o 1° cavalheiro que se offerecer após a execução da parte.
- 4°. Prohibe-se aos cavalheiros dansarem duas partes em seguida com a mesma dama.
- 5°. Não se admite conversa do cavalheiro com a dama respectiva no decorrer da dansa.
- 6°. Desta porta p'ra dentro, - e mostrava a porta do corredor, - só passará o cavalheiro que for chamado pelo dono da casa.

Tal regulamento, justificado como medida asseguradora da ordem era lido pelo mestre-sala, que também era o responsável pelo seu cumprimento. Não se sabe se as normas eram infringidas ou não, mas por certo contribuíam para uma certa “democratização” da dança ao proibir a monopolização dos pares.

Na atualidade, as festas religiosas mais tradicionais são a Festividade de Nossa Senhora do Rosário, padroeira local, que ocorre anualmente no 3° domingo do mês de setembro e a do Glorioso São Benedito Achado, cujas festas têm início no 2° domingo de dezembro. A devoção a São Benedito em Curuçá teria iniciado na década de 1790, supostamente o período de chegada dos primeiros escravos africanos a Curuçá. Segundo Ferreira (2005), o santo recebeu a denominação de São Benedito Achado, devido sua imagem ter sido encontrada no ano de 1891 por algumas crianças que brincavam próximo ao mar.

Em relação ao culto a Nossa Senhora do Rosário, Ferreira (2005) conta que a devoção foi introduzida pelos jesuítas que se instalaram na região no século XVII. Segundo este autor, relatos de moradores locais indicam que a primeira igreja dedicada àquela santa, na época da fundação do município, localizava-se no povoado de Abade. Porém, com a transferência do povoado para o local onde está instalada a atual sede do município, e tendo sido deixada naquela localidade, a imagem da santa inexplicavelmente sumia e aparecia no local onde hoje se encontra a igreja matriz do município. Os populares, então, entenderam este fenômeno como uma expressão do desejo divino de que se construísse uma nova igreja nesse local para sua veneração.

Relata-se, ainda, que por ocasião das lutas entre os cabanos e as forças legalistas que defendiam Curuçá, no dia 04 de abril de 1836, os que não puderam participar dos embates, como crianças, mulheres e homens inválidos reuniram-se na Igreja. Então, junto à imagem da padroeira, rezaram pela vitória da legalidade em Curuçá (CUNHA, 1939; FERREIRA, 2005; HURLEY, 1934) no que teriam sido atendidos visto que, de acordo com estes autores, as forças legais venceram a batalha sobre os revoltosos cabanos.



Fotografia 5: Imagem de São Benedito Achado, ao lado da Igreja matriz de Curuçá.
Fonte: Jorge Taiguara Frazão – arquivo pessoal.



Fotografia 6: Círio de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: Arquivo Público Municipal de Curuçá.

No que tange às manifestações folclóricas, a tradição dos cordões parece ser bem antiga no município. Embora não tenha sido possível precisar suas origens, Hurley, em obra

publicada em 1934, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), sobre as festas juninas paraenses faz referências a sua representatividade no cenário folclórico local

Muitos “cordões de bichos” acorrem á cidade exibindo-se, em várias casas, sendo digno de destaque o do “Pinicapao”, do Abbade; o do “Pavão”, do Bairro Alto; o da “Garça” do Umarisal; o do “Araçary”, da praia Suyá; o da “Onça”, da povoação São Pedro, á margem da rodovia Curuçá-Castanhal (HURLEY, 1934, p. 146).

O autor destaca, no enredo destes cordões, a presença de objetos ou utensílios da lavoura, como o forno de torrar a farinha, a lenha, o terçado, a mandioca, a goma de tapioca etc., além da incorporação de elementos do universo mágico-religioso, com traços de pajelança, das comunidades locais.

Em campo teve-se a oportunidade de participar do Festival do Folclore, que ocorre durante o mês de julho e mobiliza a sociedade local em três dias de festa, com apresentações de quadrilhas juninas, grupos de carimbó, cordões de pássaro, exposição de artesanato, comercialização de comidas típicas etc. Nessa ocasião, percebeu-se a incorporação do discurso da preservação ambiental em algumas apresentações, notadamente dos Cordões de Pássaro “Tá Eu e Tá Tu” e “Juruti”, apresentados por comunidades locais (BATISTA, 2009, 2008, n. c.). Todavia, não se vislumbram políticas públicas de incentivo a essas manifestações culturais fora desses períodos, já integrados ao calendário festivo anual do município.

Curuçá reivindica o título de berço do carimbó, sendo bastante mencionado entre os interlocutores da pesquisa o senhor Zeferino Leal, vulgo Nego Róia, que dirigia o conjunto de carimbó conhecido como “Bico de Arara”. Este fez várias apresentações na capital e no interior do estado do Pará durante as décadas de 1920 a 1960 do século passado (CUNHA, 2007). Segundo depoimento de sua esposa a Cunha (2007), por ser analfabeto, humilde e sem ambições, Nego Róia foi enganado diversas vezes, tanto na função de agente de polícia como no meio artístico. Ainda conforme Cunha (2007) é a ele que se deve a divulgação do carimbó no estado do Pará, embora nunca tenha sido reconhecido como tal, devido ao descaso das autoridades competentes.

Outro aspecto interessante a ser considerado em relação a cultura no município de Curuçá refere-se à prática do artesanato. A prática de tal atividade foi vislumbrada *in loco* nas comunidades de Caratateua e Pacamorema. Naquela comunidade destaca-se a produção de objetos confeccionados em coco e sobras de madeira. Em Pacamorema, por seu turno, destaca-se a produção cerâmica. Segundo Simonian *et al.* (2010), nesta ilha, a produção de artefatos remonta ao período de ocupação indígena na região. A tradição se manteve, sobretudo pelas mãos das mulheres locais, que em décadas passadas, utilizavam a argila – de

qualidade excelente – e outros recursos existentes na ilha e produziam potes e outros bens utilitários, de acordo com essas mesmas autoras. Em outras comunidades, se pratica artesanato com diferentes materiais (FURTADO, SANTANA, SILVEIRA, 2009), a exemplo de Lauro Sodré, onde se utilizam as ostras cultivadas na localidade.



Fotografia 7: Paula Santana, produtora atual de cerâmica em Pacamorema

Fonte: L. Simonian, 2010.



Fotografia 8: objetos artesanais de casca de coco e sobras de madeira, produzidos por Nélio Garcia Gomes, em Caratateua

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Lendas diversas fazem parte do imaginário dos pescadores locais. Estas, geralmente remetem a figuras encantadas que habitam os manguezais e as margens e profundezas dos rios e praias (BEZERRA, 1995; FARIAS, 2008). Dentre a diversidade de lendas, destacam-se as da cobra grande, iara, a do morro da princesa encantada, a pedra encantada da ilha Ipomonga, o jacaré da pedra do Mururu, os marinheiros do navio fantasma, do curupira etc. ((BEZERRA, 1995; FARIAS, 2008). Tais narrativas, de modo geral, são variações de outras, contadas em vários recantos da Amazônia. Ressalte-se que todas estão diretamente ligadas ao mundo do trabalho dos pescadores, que ouviram-nas de seus antepassados e transmitem-nas às novas gerações. E, de acordo com Bezerra (1995), alguns se declaram testemunhas oculares dos “causos” narrados.

3.3 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

A economia do município converge para as atividades de pesca, o extrativismo e a agricultura de subsistência com predomínio da lavoura de mandioca (*Manihot utilíssima*), cultivo de hortaliças e frutas variadas, geralmente para consumo familiar e/ou comercializadas na própria comunidade. Dentre as culturas destaca-se banana (*Musa paradisiaca*), coco (*Cocos nucifera*), laranja (*Citrus aurantium* L), maracujá (*Passiflora spp*), pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), urucum (*Bixa orellana*), abacaxi (*Ananas comosus*), feijão (*Phaseolus vulgaris*), melancia (*Citrullus lanatus*), milho (*Zea mays*) e arroz (*Oryza sativa*). Em pequena escala tem-se criação de gado bovino, suíno e ovino, galinhas (*Galus domesticus*), produção de ovos e de mel de abelha (*Apis mellifera*), de acordo com dados de IBGE (2010) e conforme evidenciado em campo.

A localização geográfica de Curuçá no estuário amazônico, próximo à costa atlântica, conforme evidenciado no anexo 01, a torna propícia às atividades ligadas a pesca e a extração de mariscos. Além disso, a pensar como Torres (2005) mesmo a chegada dos jesuítas tendo sido uma referência importante para a sociedade local, a herança indígena anterior, ligada à prática da pesca, foi fundamental para a definição da mesma como uma sociedade pesqueira.

Os mangues, rios, estuário com abundante diversidade para a pesca, atendiam aos interesses da Coroa Portuguesa de penetração e fixação na região. Esse passado, ligado a atividade pesqueira, foi determinante para os jesuítas estabelecerem em Abade uma feitoria de pesca, a disponibilidade de alimentos era essencial para permitir a fixação e a interiorização da colonização. O peixe, rica fonte de proteína, abundante em todo o estuário, conservado pelo sal, permitia seu transporte durante longas viagens (TORRES, 2005, p. 117).

Tem-se então, que norteadas pela obra colonizadora, a sociedade local continuou se dedicando as atividades pesqueiras, porém agora, além do consumo doméstico, visa-se o abastecimento dos mercados local, nacional e internacional.

Há que se ressaltar, entretanto, que a prática da agricultura também é muito importante. Esta é associada às atividades de pesca e ao extrativismo, ocorrendo variações no predomínio de uma ou de outra, de acordo com as características geográficas e localização de cada comunidade. Dessa maneira, e na atualidade, a economia do município gira em torno da pesca, da pequena agricultura familiar e da extração de mariscos, como caranguejos (*Ucides cordatus*) e mexilhões (*Mytella spp.*).

Segundo Rocha (2007), os trabalhadores extrativistas dividem-se em duas categorias: os da maré – redeiros, espinheleiros, tarrafiadores, curralistas, camaroeiros e catadores de mexilhão; e os do mangue – caranguejeiros, tapadores, tiradores de turú (*Neoteredo reynei*) e

de sururu (*Mytella guianensis*). Tais denominações fazem referência à modalidade de instrumento utilizado na atividade extrativa e/ou à espécie coletada.

A pensar como Furtado (1993) e Witkoski (2007), a diversidade de atividades praticadas, envolvendo recursos do meio terrestre e haliêutico caracteriza estes sujeitos – que são ao mesmo tempo pescadores, agricultores, criadores e extrativistas – como polivalentes. Isto implica em “[...] uma racionalidade econômica, em função dos ambientes onde desenvolvem suas atividades, as *terras, florestas e águas de trabalho*” (WITKOSKI, 2007, p. 438, grifos do autor). Desse modo, o mangue, a roça, a maré, enquanto espaços (re) produtivos encerram sutilezas, relações sociais diversas e modos distintos de utilização dos recursos aí existentes, capitais à reprodução socioeconômica de seus usuários.



Fotografias 8 e 9: Peixes capturados por pescador artesanal no rio Pacamorema.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.



Fotografias 10 e 11: Casa de farinha em Pacamorema e canoas utilizadas para pesca artesanal, na comunidade Ponta de Ramos.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.

Os manguezais, na RESEX Mãe Grande, constituem o ecossistema mais representativo e importante no que concerne à reprodução socioeconômica das populações locais

(BATISTA, 2009, 2008, n. c.; EQUIPE RENAS, 2003). Nestes termos, destaca-se nas falas dos pescadores e extrativistas como sua principal fonte de subsistência. Segundo Prost *et al.* (2001), tal ecossistema faz parte das zonas úmidas de importância internacional definidas pela convenção de RAMSAR, em 1971, da qual o Brasil é signatário.

Os manguezais podem ser encontrados ao longo da costa e ao longo da foz e curso dos rios, sendo geralmente constituídos pelas espécies *Rizophora mangle* L., (mangueiro ou mangue vermelho), *Avicennia germinans* H.B.K. (siriúba) e *Laguncaria racemosa* Gaertn. (tinteiro) (EQUIPE RENAS, 2003; PROST *et al.*, 2001). Segundo Bastos (1995) o manguezal é naturalmente rico em recursos alimentares, sendo um criadouro natural e abrigo de diversas espécies de peixes e mariscos em geral. Além disso, protege o litoral de erosão e retêm os sedimentos, evitando, assim, processos de assoreamento de águas adjacentes.



Fotografias 12 e 13: Paisagens típicas de manguezal em Curuçá.
Fotos Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.

Esta vegetação também tem outros usos no cotidiano das comunidades pesqueiras, constituindo-se em importante fonte de madeira, utilizada na construção de barcos, casas, cercados e confecção de carvão e lenha (BATISTA, 2009, n. c.). Em campo observou-se currais de pesca construídos com varas retiradas dos manguezais. Conforme Bastos (1995), as cascas e folhas contêm tanino, substância com propriedades adstringentes, aplicado na curtição de couro, tingimento de velas de embarcações e como remédios em quadros hemorrágicos e de desintérias. É de ressaltar-se também o valor protéico e econômico alto da fauna dos manguezais, cujos caranguejos (*Ucides cordatus*), ostras (*Ostrea virginica*), mariscos, camarões etc. são capturados, consumidos e comercializados em larga escala.

Estudos de Bastos (1995), Figueiredo (2007), Prost, Mendes (2001) e Santana (2001) indicam que a localização da vegetação de manguezal, próxima de praias, a torna suscetível

ao turismo predatório, a especulação imobiliária e a abertura de estradas. Tais práticas, ao promoverem o aterramento e/ou a retirada de madeiras e extração de dunas para a construção civil, interferem diretamente nos ecossistemas formadores da paisagem litorânea, afetando a reprodução socioeconômica das comunidades locais, cuja subsistência depende dos recursos naturais do mangue.

O Diagnóstico do Município de Curuçá (CURUÇÁ, 2009a), realizado nos meses iniciais do primeiro semestre do ano de 2009 pela equipe da Secretaria de Integração Municipal (SEIM), evidencia uma realidade de infraestrutura escassa em termos de postos de saúde, iluminação pública, estradas, serviços de água e esgoto e saneamento básico na maioria das comunidades. A conjuntura socioeconômica do município aponta, além disso, para problemas diversos. Entre estes, conforme apontado por diversos interlocutores da pesquisa, destacam-se a prostituição infantil e um elevado índice de ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis (DST), inclusive a síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Ainda no que concerne às questões socioeconômicas, constatou-se em campo uma dependência, por parte considerável da população local, das políticas assistencialistas do governo federal. Com efeito, de acordo com informações do Cadastro Único (CadÚnico)⁴⁸ da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, existem atualmente 4.355 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Curuçá (BRASIL, 2010). A considerar a média estimada de cinco pessoas por domicílio neste município (BRASIL, 2000) e a totalidade populacional prevista pelo IBGE para 2009, de 36.748 habitantes (IBGE, 2010), tem-se 21.775 indivíduos, precisamente 59,27% da população total inserida nesta política pública.

Não obstante a relevância deste programa no sentido de proporcionar condições mínimas de existência a segmentos de baixa renda, leia-se aqueles com renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo, não se verificou iniciativas de superação deste quadro, a exemplo de programas de geração de emprego e renda, os quais poderiam incrementar as atividades produtivas da população usuária da RESEX. Os desdobramentos dessa realidade constituem um objeto pertinente de estudo e necessitam ser mais aprofundados.

Outro grave problema, diretamente relacionado à própria sobrevivência dos pescadores e relatado com frequência, diz respeito à “invasão” de pescadores de municípios próximos, como Marapanim, Vigia e São Caetano de Odivelas que vêm aumentando ainda mais a pesca predatória nas praias e ilhas de Curuçá⁴⁹. A considerar esse quadro, abstrai-se que a criação de

⁴⁸ Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda.

⁴⁹ A discussão desta problemática será aprofundada no capítulo 6.

uma unidade de conservação de uso sustentável no município, assentada nos princípios de utilização racional dos recursos naturais renováveis e promoção do bem-estar social e econômico dos grupos humanos nela existentes, representaria um instrumento oportuno na gestão e resolução destas problemáticas.

4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

A considerar o mote deste estudo, a organização social e a participação dos usuários da RESEX em seus processos de implementação e gestão, torna-se pertinente apresentar as instituições representativas de tais usuários e discutir, ainda que sucintamente, os processos organizativos locais, suas características, modos de atuação, estratégias de ação, problemáticas vivenciadas, entre outros fatores. Ressalte-se que, por ora, esta abordagem será feita de maneira a contemplar estes aspectos genericamente, com o fito de subsidiar um entendimento acerca da organização sociopolítica local, em termos gerais.

4.1 INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS E ASSOCIATIVAS DE PESCADORES E AGRICULTORES EM CURUÇÁ

No decurso de constituição das sociedades humanas, estas engendraram modos de agrupamento e interação diversos, de natureza lúdica, religiosa, política, militar entre outras. No contexto contemporâneo, assinalado por um conjunto de complexas e intensas transformações, as quais afetam segmentos sociais os mais distintos, a inserção, mesmo que apenas no plano formal, em instituições coletivas, torna-se imperativa. E, a pensar como Furriela (2002) e Gohn (2007), as tradições centralizadoras e autoritárias marcantes na cultura política brasileira, não impediram a emergência de uma diversidade de modos de engajamento dos mais variados segmentos da sociedade civil⁵⁰ na gestão de seus interesses.

Essa diversidade se reflete na agregação de indivíduos, que, com maior ou menor grau de organização, reúnem-se em associações comunitárias, comitês, conselhos, sindicatos, cooperativas, ONG etc. Estas modalidades de articulação da sociedade civil organizada constituem importantes canais de demandas por políticas públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas (SCHERER-WARREN, 2006). Ademais, estas instituições engendram a identificação de problemas, formulação de demandas, elaboração de

⁵⁰ No contexto desta dissertação, adota-se a concepção gramsciana de sociedade civil, entendida como “[...] o conjunto das organizações que não fazem parte da sociedade política, nem tampouco das relações de mercado. Precisamente, são organizações como os sindicatos, associações comunitárias, comissões de fábricas, frações parlamentares, organizações de mulheres, imprensa, clubes, organizações culturais, ligas de jovens etc.” (SILVA, 2007, p. 91).

proposições e construção de alternativas face a questões que permeiam e/ou afetam sistemática e/ou pontualmente os seus membros.

Estes canais de atuação e articulação da sociedade civil constituem precisamente organizações sociais, definidas por Silva (2007, p. 103-104) como “[...] organismos sociais, criados racionalmente por indivíduos ou grupos que se propõem à busca de interesses comuns, pelo menos do ponto de vista estatutário [...] com regras, normas, papéis e objetivos bem definidos”. Dentre tais organizações destacam-se as associações civis definidas por Scherer-Warren (2001, p. 42) como “[...] formas organizadas de ações coletivas, empiricamente localizáveis e delimitadas, criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns”.

A considerar estes pressupostos e, no rol de organizações sociais existentes, há que salientar as associações comunitárias, instituídas geralmente em nível local, onde articulam suas demandas, elaboram estratégias de ação e formulam proposições para a superação das problemáticas detectadas; e as associações de classe, notadamente sindicatos e associações profissionais organizadas em defesa dos interesses de determinada categoria de trabalhadores.

Nestes termos, e em consonância com as atividades produtivas predominantes entre a população pesquisada, no que concerne à organização social em Curuçá destacam-se associações comunitárias e de classe, o sindicato de trabalhadores rurais, bem como a colônia de pescadores do município. Precisamente, estas constituem as instituições representativas de agricultores e pescadores, respectivamente, no município de Curuçá. A considerar as suas especificidades, a associação dos usuários da UC, instituída recentemente, após a criação da RESEX, e ator relevante na gestão desta, será abordada em outro tópico deste trabalho. O gráfico 1, na página seguinte, ilustra o percentual de filiação a entidades associativas e/ou representativas no município de Curuçá.

ÍNDICE DE FILIAÇÃO EM UMA OU MAIS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS EM CURUÇÁ (STTR, CP-Z5, AC)

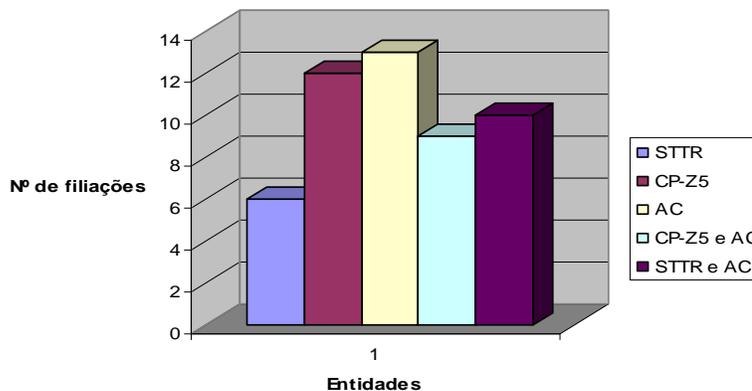


Gráfico 1: Índice de filiação em organizações representativas e/ou associativas em Curuçá

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

4.1.1 Instâncias de representação formal: STTR de Curuçá e CP Z-5

De acordo com Mello (1995) e Rocha *et al.* (1996) as colônias de pesca foram criadas a partir de 1919 por intermédio da Marinha de Guerra do Brasil, visando a utilização das embarcações dos pescadores no controle da costa brasileira e águas interiores. Inclusive as primeiras colônias teriam sido fundadas em Belém, capital do estado do Pará e posteriormente disseminaram-se por todo o litoral do país (ROCHA *et al.*, 2006). Todavia, conforme entrevista realizada com sua atual presidente, a fundação da colônia de pescadores de Curuçá ocorreu em 20 de junho de 1902.

Embora não existam documentos deste período, os quais teriam sido extraviados, uma pesquisa feita no cartório local indicou esta data, que inclusive consta em estatuto e nos demais documentos da instituição, conforme informado pela presidente da instituição⁵¹. De todo modo, na literatura histórica consultada (CUNHA, 1939) há referências a atuação desta colônia na década de 1930 do século passado⁵².

⁵¹ Maria do Rosário Saraiva das Chagas. Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2009.

⁵² Não foi possível explicitar em campo os fatores deste desacordo de informações. A hipótese mais plausível é a de que os pescadores locais tenham criado uma entidade representativa e/ou associativa, que foi posteriormente enquadrada nos moldes de colônia de pesca, embora, a ponderar sobre a precariedade dos sistemas de registro civil e de seu armazenamento e manutenção em tempos pretéritos, não se possa descartar um eventual engano em relação a esta data.

Conforme demonstrado por Almeida (1994) e Sousa (2002), a questão do sindicalismo rural tem estado presente no cenário político brasileiro recente. O STTR de Curuçá foi criado em 1963 e é filiado a redes sindicais diversas, com atuação em âmbito regional e nacional, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Pará (FETAGRI), e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). O STTR e a CP Z-5 congregam um número expressivo de associados. Note-se, porém, que este número é bastante variável, oscilando de acordo com as taxas de inadimplência. Conforme a estimativa ativa⁵³ mais recente, referente ao período 2008-2009, a CP-Z5 de Curuçá possui 1.128 filiados. Por sua vez, o STTR conta atualmente com 2.400 sócios⁵⁴.



Fotografias 14 e 15: sede administrativa da CP-Z5 de Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.



Fotografia 16: Sede administrativa do STTR – Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.

⁵³ Estimativa de filiados adimplentes com as taxas da CP-Z5.

⁵⁴ Conforme informações obtidas junto às secretarias destas instituições no contexto da pesquisa de campo.

A filiação a estas entidades, mediante inscrição formal e pagamento de taxas mensais, não é compulsória⁵⁵. No entanto, assegura, de acordo com seus estatutos, um conjunto de direitos e garantias previdenciárias aos seus associados, como aposentadoria por tempo de serviço, salário maternidade, auxílio-doença entre outros, além da oferta de serviços de atendimento médico, odontológico e oftalmológico. Inclusive, parte significativa das falas de pescadores e agricultores contatados no decorrer da pesquisa, pertinentes a estas duas instituições, referem-se à qualidade e/ou eficácia da prestação destes serviços.

É unânime entre os pescadores e agricultores ouvidos em campo a percepção da importância da vinculação a estas entidades. Porém, apesar de se declararem filiados a um ou a outro órgão, a maioria relatou que se encontra inadimplente junto às instituições. Embora a taxa mensal seja considerada razoável por parte dos sócios – catorze reais para o STTR e oito para a CP-Z5, há uma dificuldade em efetuar o pagamento por motivos diversos. Entre estes, destacam-se a distância entre as comunidades e a sede do município, onde os órgãos estão localizados, o descontentamento com a sua atuação e/ou simplesmente a impossibilidade de dispor do valor cobrado.

Com base nos dados coletados em campo, abstrai-se que a filiação nestas organizações é motivada, de modo geral, pelo fito de assegurar benefícios, sobretudo os de cunho previdenciário.

Não paguei o sindicato em vão porque quando foi pra me aposentar foi só por que ele [o presidente] assinou. Porque se o sindicato não der a assinatura dele não adianta ir o papel [...] as mulheres pra ganhar o dinheiro dos filhos, têm que pagar o sindicato [...] porque, olha, é melhor pagar, porque uma cobra morde, cai num toco, corre pro sindicato, o sindicato ampara. Eu aconselho os meus filhos a pagar⁵⁶.

A necessidade do porte da carteira de pescador, emitida pela colônia, quando no exercício da pesca em embarcações a motor também é um motivo apontado para a inscrição neste órgão. Conforme verbalizado por Benedito M. da Silva,⁵⁷ “[...] a gente paga por uma segurança que eles prometem pra gente. Por eu ser pescador, eu tenho meu trabalho, se alguém quiser implicar comigo, eu apresento a minha carteira de pescador”.

Desse modo, embora formalmente tais instituições representem pescadores e agricultores, no plano concreto, não se vislumbrou quaisquer ações viabilizadoras de uma efetiva participação destes na gestão do STTR e da CP-Z5, que acaba sendo restrita aos seus dirigentes. Reuniões, assembléias ordinárias e extraordinárias são convocadas

⁵⁵ No entanto, no caso dos pescadores que trabalham em barcos pesqueiros, é necessário estar filiado à colônia de pesca, que emite a guia de pesca, documento que dá respaldo legal ao pescador em caso de fiscalização dos órgãos competentes (IBAMA, Capitania dos Portos etc.).

⁵⁶ Ana Pereira, Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

⁵⁷ Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

esporadicamente, em geral para informar a respeito de programas de fomento às atividades produtivas, tipo PRONAF, e da oferta de cursos – de *marketing*, organização social, gestão ambiental, elaboração de projetos etc. – genericamente denominados “de capacitação”.

Nessas ocasiões, além dos esclarecimentos pertinentes à pauta preestabelecida, pouco ou nada se delibera acerca das problemáticas vivenciadas pelos diversos sujeitos sociais, particularmente no que respeita a dependência dos atravessadores e o manejo negativo dos recursos naturais praticado por indivíduos oriundos de outros municípios. Além disto, a aplicabilidade dos cursos mencionados, eventualmente oferecidos em parceria com órgãos como MPEG, SEBRAE, FETAGRI entre outros é, minimamente, discutível.

De modo geral, os trabalhadores não dispõem dos recursos humanos e materiais necessários à aplicação dos conhecimentos obtidos na teoria em suas atividades cotidianas, sejam estas na esfera produtiva, seja na salvaguarda dos recursos naturais existentes em seus territórios. Exemplar a este respeito é a fala de um pescador e agente ambiental voluntário, conforme demonstrado pelo certificado de conclusão de curso homônimo,

[...] os caras que vêm de fora [praticar a pesca e a coleta de crustáceos] andam armados. A gente falou com a dona Maria [presidente da CP] pra arrumar uma voadeira pra dar uma volta no porto onde a gente sabe que tem gente de fora, mas nunca vejo ninguém [...] como é que nós vamos enfrentar esse pessoal, que anda armado?⁵⁸

As respostas ao questionário aplicado indicam que, em termos gerais, os associados esperam mais da atuação do STTR e da CP Z-5 que somente concessão de benefícios previdenciários. Precisamente, entre os pescadores nota-se uma insatisfação generalizada em torno da inexistência do seguro defeso no município, pois, apesar de a pesca representar a atividade econômica principal, mesmo os filiados à colônia não recebem este recurso nos períodos de reprodução de peixes e mariscos da região, o que é determinado pela Lei Federal 10.779/03⁵⁹.

Os trabalhadores da pesca atribuem esta realidade à inoperância da CP Z-5. Por seu turno, a presidente desta defende-se, pontuando que a concessão deste benefício está esbarrando na ausência de uma legislação específica envolvendo as espécies da região. Nesta direção, atribui aos deputados estaduais a responsabilidade na elaboração dos mecanismos legais necessários à operacionalização do seguro-defeso em Curuçá, a exemplo do que já ocorre em outros municípios, como em Bragança do Pará.

⁵⁸ Raimundo Pereira de Sousa. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

⁵⁹ Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de modo artesanal.

No que concerne à atuação do STTR, críticas diversas também são efetuadas. A mais enfatizada refere-se a falta de apoio técnico na execução de projetos agrícolas financiados por programas federais, notadamente PRONAF e FNO, o que, na concepção dos agricultores, influencia diretamente no seu desempenho, na produtividade dos cultivos e, por conseguinte em sua capacidade para quitar os empréstimos tomados. Ressalte-se, ainda, indícios de irregularidades administrativas e desvio de recursos financeiros na gestão anterior do STTR, mencionados por interlocutores diversos em campo (BATISTA, 2009, n.c). Embora não se tenha tido acesso a documentos comprobatórios desta situação, o presidente anterior não completou o mandato, precisamente por conta das denúncias de tais irregularidades.

A pesquisa de campo evidenciou que, embora associados ao STTR ou à CP Z-5, pescadores e agricultores de Curuçá não têm sido atendidos satisfatoriamente em suas demandas. Evidencia-se a existência de um descrédito de parte expressiva dos associados quanto à ação efetiva destes órgãos no sentido de implementar projetos que gerem benefícios à população local (BATISTA, 2010, 2009, n. c.). Por outro lado, os dirigentes queixam-se da dificuldade de “organização” dos seus associados. A presidente da CP Z-5 menciona que a própria dinâmica da atividade pesqueira, sujeita às oscilações das marés e dos ventos, implica em dificuldades para a mobilização dos pescadores seja para participar das assembléias do órgão, seja para fortalecer um movimento em defesa de seus direitos.

Note-se que estas entidades representam basicamente os mesmos sujeitos: pescadores e agricultores de Curuçá, visto que, conforme já assinalado, as atividades de pesca e agricultura coexistem em praticamente todas as localidades do interior, ainda que, a depender da localização, em algumas haja predomínio da pesca e, em outras, da agricultura. No entanto, não há registros de ações conjuntas e/ou parcerias institucionalizadas entre elas, no sentido de combater os problemas enfrentados pelos seus associados. Desse modo, cada uma age estritamente dentro do seu “domínio”.

Ademais, a considerar a trajetória de vida dos atuais dirigentes do STTR e da CP Z-5, verifica-se a inexistência de vínculos efetivos por parte destes com as atividades da lavoura e da pesca, embora ambos façam referências a suas origens familiares nestas ocupações. No caso da presidenta da CP Z-5, entre os próprios filiados questiona-se a sua condição de representante da categoria, justamente por não ser considerada como pescadora, e sim como “herdeira” do pai, presidente do órgão por vários anos (BATISTA, 2009, n. c.), inclusive em um momento de intervenção.

Por outro lado, o ex-presidente do STTR, é oriundo das fileiras militares, onde ocupava o cargo de sargento da Força Aérea. E, não obstante a família possuir terras em uma

localidade do município, aparentemente o fato de a esposa ser funcionária da Previdência Social, com “[...] experiência e conhecimento junto a movimentos sindicais rurais”⁶⁰ influenciou a decisão deste de enveredar pelos rumos do sindicalismo rural.

Esse ex-presidente passou a compor os quadros da direção do STTR desde 1998, exercendo cargos em diretorias diversas, até ser eleito à presidência no ano de 2006. No último pleito eleitoral realizado em 2008 foi candidato a vice-prefeito na chapa de Josué Neves, que buscava a reeleição pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Embora tenha utilizado a bandeira do sindicalismo rural na campanha política, conforme se pôde constatar em campo (BATISTA, 2009, n. c.), não logrou eleger-se. Não se sabe se a derrota há que ser atribuída apenas à avaliação negativa da gestão municipal anterior. Porém, é evidente que a condição de dirigente do STTR não se traduziu no incremento de votos para a chapa. Desse modo, e em consonância com os dados coletados, evidencia-se o caráter débil da representatividade de tais lideranças.

Atualmente, nota-se com preocupação, a ocupação da estrutura física do STTR por secretarias municipais. Com efeito, as secretarias municipais de aquicultura e pesca, agricultura, meio ambiente e integração municipal encontram-se alocadas naquele espaço. Inclusive, e conforme constatado em campo (BATISTA, 2009, n. c.), a sua atual presidente vinha acumulando até recentemente esta função com o cargo de secretária de meio ambiente, situação ilegal que persistiu por meses e só foi extinta após intervenção do Ministério Público Federal (MPF).

Embora a locação dos espaços represente um aporte relevante ao orçamento desse sindicato e tenha um caráter provisório,⁶¹ a coexistência das funções sindicais com a atuação das secretarias referidas indica uma sobreposição de atividades, de natureza minimamente discutível. Isto, por certo, aponta para uma descaracterização do serviço sindical, na medida em que não há uma distinção nítida entre as ações de um e de outros.

Diante desse quadro, abstrai-se que, embora formalmente a CP Z-5 e o STTR sejam instâncias de representação dos interesses de agricultores e pescadores de Curuçá, a prática de tais instituições vem contrariando essa perspectiva. Em lugar da “[...] arregimentação da força social do trabalhador e exercício de luta na reivindicação de seus direitos” (SOUSA, 2000, p. 52), estes espaços têm se constituído mecanismos para acesso ao poder (DEMO, 1988) e

⁶⁰ Stiverson Nazareno Modesto da Silva, presidente do STTR de Curuçá na primeira fase da pesquisa de campo que embasou esta dissertação. Entrevista concedida à autora em 15 de janeiro de 2009.

⁶¹ Segundo o secretário de Integração Municipal de Curuçá, está a se aguardar a conclusão das obras de reforma da sede da Prefeitura e a construção e ampliação de novos espaços para a alocação das secretarias mencionadas e outras (BATISTA, 2010, n. c.).

instituições de prestação de serviços, sobretudo médicos e previdenciários. A considerar as problemáticas locais, as quais têm sido agudizadas, sobretudo por fatores externos, torna-se imperativo a superação do viés meramente assistencialista.

Ademais, requer-se um trabalho articulado entre sindicato e colônia e entre estes e seus filiados no sentido de garantir os direitos destes trabalhadores. Isto demanda a elaboração coletiva de estratégias de enfrentamento dos problemas e construção de alternativas. Porém, o êxito deste processo dependerá da horizontalização das relações entre dirigentes e associados, ainda marcadas nitidamente pelo fator hierárquico. Ou seja, pescadores e agricultores necessitam efetivamente ter “vez” e “voz” no âmbito das suas entidades.

4.1.2 Associativismo comunitário

Em termos gerais, um número expressivo de curuçaenses participa de atividades alusivas a associações diversas, realidade similar à encontrada por Simonian *et al.* (2004) em outro espaço da Amazônia. De fato, conforme se pode ver em Curuçá (2009a), praticamente todas as comunidades do município possuem associações comunitárias, de moradores, de produtores, de agricultores e pescadores, o que foi constatado em campo e é demonstrado no quadro n. 1, abaixo. Recentemente, com a institucionalização da RESEX Mãe Grande, começaram a surgir também, as de cunho ambiental, a exemplo das criadas no contexto do Projeto de Gestão Participativa da RESEX, o qual será abordado adiante.

AC da Vila de Mutucal	AC de Pinheiro
Associação de Agricultores do Município de Curuçá (ASSANC – Área I)	AC Boa União do Candeuá *
AC de Agricultores do Bairro Novo (ASCABAN – Área III)	Associação dos Caranguejeiros do Arapuri *
AC de Agricultores do Bairro Rodoviário	Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá *
AC Andirás de Pecuária e Agricultura (ACANPA)	AC de Pedras Grandes *
AC de Agricultores da Ocupação Campo Verde	Associação das Marisqueiras da comunidade de Pauxis
Associação dos Trabalhadores Rurais Mauense	AC do bairro União *
Associação dos Pequenos e Micros Agricultores da Comunidade de Marauzinho	Associação Agropesqueira da comunidade do Coqueiro
AC dos Pescadores Artesanais de Tucumateua *	Associação Agropesqueira da comunidade de Arapiranga de Fora
Associação Agro-Pesqueira de Araquaim	Associação dos pescadores e marisqueiras da comunidade de Boa Vista do Muriá
Associação Rural Comunitária Rio Tijoca	AC de Pacamorema *
AC de Agricultores Rurais de Acaputeua	Associação Agropesqueira da comunidade do Andirá

Associação de Agricultores e Pescadores de Beira-Mar	AC dos moradores do Arupi
AC de Caratateua – ASCAR *	AC dos moradores do Km-4
Associação dos Produtores Rurais de Piquiateua – Curuçá-Pa	AC dos moradores do Ananim
Associação dos Pescadores Curuçabade	AC dos moradores da Ponta da Rua
Clube de Mães de Curuçá	AC dos moradores do Itajuba
Associação dos Produtores Rurais da Vila do Prata	Associação das catadoras do bairro do Moreirão
AC de Boa Vista do Iririteua – Raízes para o futuro *	AC dos moradores do Caju
AC Agrícola Terra Nova	Associação Agropesqueira da comunidade Ponta de Ramos *
Associação de Produtores Rurais Nova Vista de Curuçá	Associação Cultural Canarinho de Araquain
Associação das Marisqueiras na área da RESEX Mãe Grande de Curuçá *	Associação Agropesqueira da comunidade de Algodal – Ilha de Fora
Associação dos Amigos do Bosque e Ipupura *	Associação dos moradores e parceiros do Recreio – AMPRO *
Associação dos Amigos do Bosque Boa Lembrança e Reserva Peixe Boi *	Associação dos pescadores artesanais de Caratateua *
AC de Bairro Novo de São Pedro *	Associação agrícola comunitária Rio Branco – Santo Antônio do Tijoca
Associação de Moradores do Km 50	AC de Cabeceira – ramal da Boa Vista
Associação de Moradores do Bairro Novo (AMOBAN) *	AC de Magalhães Barata *
Associação Rural Agrícola do Pindorama	AC de Lauro Sodré *
	AC do Livramento *

Quadro 1: Relação das Associações comunitárias (AC), de produtores e de moradores identificadas em Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009. Adaptada a partir das entrevistas efetuadas, questionários aplicados e dados coletados junto ao escritório local da EMATER e à Secretaria de Integração Municipal (SEIM).

* Associações que fizeram parte da amostragem da pesquisa.

Segundo Souza (2000), a organização do cotidiano leva a criação de canais particulares de expressão, assim como engendra relações que, ainda que de modo limitado, cumprem diversas funções. Desse modo, as associações comunitárias constituem-se modalidades de ação coletiva, geralmente organizadas a nível local em torno de problemáticas e objetivos comuns, como a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos da cidadania, formulação de demandas comunitárias etc. (SCHERER-WARREN, 2001). Tais associações podem envolver ainda, atividades de natureza lúdica, esportiva e/ou religiosa.

Em Curuçá, festas tradicionais ligadas às atividades produtivas, torneios de futebol e festas do santo padroeiro local⁶² são organizadas no âmbito de associações comunitárias

⁶² Nesta direção, destaque-se o festival do camarão, no segundo sábado do mês de setembro e a Feira da Cultura, no dia 28 de julho, ambos realizados anualmente na comunidade de Caratateua. Inclusive, de acordo com informações de interlocutores locais, o prédio do posto de saúde e as instalações da pré-escola desta localidade foram construídos com recursos obtidos naquele festival. Também são tradicionais a festa dos veteranos, em

diversas, estabelecidas territorialmente nos locais de moradia e de reprodução socioeconômica, genericamente denominados pelos seus moradores de comunidade⁶³. O atributo de comunidade a essas localidades do interior do município, também é utilizado no âmbito do poder público em documentos diversos (CURUÇÁ, 2009a, CURUÇÁ, 2009b; ROCHA, 2007) e como modo de divisão administrativa⁶⁴. Nesse ponto importa tecer algumas considerações acerca da definição de comunidade e da concepção adotada na esfera desta pesquisa.

No contexto recente a ideia de comunidade foi engendrada no âmbito da Teologia da Libertação, difundida pela Igreja Católica, a partir da década iniciada em 1970, em torno das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) (BATISTA, 2002; SIMONIAN, *et al.*, 2004; SOUSA, 2002). As CEB, definidas por Betto (1981) como a reunião de pessoas pertencentes a mesma igreja e oriundas das classes populares, se disseminaram pelo Brasil e no estado do Pará, tendo importante atuação em Bragança (BATISTA, 2001) e Cametá (SOUSA, 2002). Ressalte-se, porém, que apesar de ter viabilizado importantes conquistas, sobretudo no campo educacional (BATISTA, 2002), a dimensão eclesial dessas comunidades implica num viés reducionista e excludente de moradores de tais espaços que porventura professem outras denominações religiosas⁶⁵.

Decerto, e de acordo com os ensinamentos de Wagley (1977, p. 40), por toda parte as pessoas vivem em

[...] comunidades – em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas.

Aceção similar é encontrada em Souza (2000), que define comunidade como o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e, face a elas, organizam o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria. De acordo com estes entendimentos, a substância da comunidade extrapola o aspecto físico da área de moradia, bem como seus limites territoriais.

Pacamorema; o festival do coco, em Boa Vista do Iriteua e a festa do Cruzeiro, time de futebol da comunidade de Candeuca.

⁶³ De fato, os interlocutores arrolados no decurso da pesquisa nas localidades do interior do município, referem-se ao espaço de moradia e exercício das atividades produtivas como comunidade.

⁶⁴ A saber, o município de Curuçá está dividido administrativamente em oito pólos, envolvendo as 52 comunidades existentes (CURUÇÁ, 2009a).

⁶⁵ Inclusive, um exemplo dessa situação foi encontrada por Simonian *et al.* (2004) na ilha de Trambioca, Barcarena-PA, onde famílias evangélicas não se consideravam participantes da “comunidade”, pois associavam-na às famílias católicas do lugar e suas realizações.

Desse modo, os interesses e preocupações comuns de grupos que convivem numa mesma área, marcados por condições comuns de existência (SOUZA, 2000); o compartilhamento da herança cultural da região (WAGLEY, 1977); a construção de sociabilidades cotidianas e o sentimento de pertencimento (FONTES, 2003) constituem elementos relevantes definidores de uma comunidade, independentemente de outras variáveis, como as de cunho religioso. É de se ressaltar que conflitos e disputas, também presentes no interior de uma comunidade, em certa medida, são fatores inerentes à dinâmica dos processos associativos. Precisamente, é em consonância com esta perspectiva analítica que a categoria comunidade e suas variações⁶⁶ é considerada nesta dissertação. O mapa 3, abaixo, indica as comunidades que compuseram a amostragem da pesquisa que embasou este trabalho.



Mapa 3: Comunidades que fizeram parte da amostragem da pesquisa.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009, 2010; IBGE (2008); Adaptado por Tabilla Leite.

⁶⁶ Quais sejam: trabalho comunitário, ação comunitária, problemas comunitários entre outros.

Conforme já assinalado, associações as mais diversas são encontradas no interior das comunidades curuçaenses, sobretudo as associações comunitárias, doravante denominadas AC. A pensar como Simonian *et al.* (2004), as exigências do sistema econômico e político global que propugna a organização institucional como elemento relevante, sobretudo para captação de recursos financeiros, têm estimulado a criação de tais organizações.

Há que se ressaltar que, independentemente do exercício do associativismo no âmbito das AC, práticas sistemáticas de ajuda mútua entre os comunitários foram relatadas em localidades diversas, através de mutirões em atividades da comunidade ou por meio da “troca” de dias de trabalho⁶⁷. Segundo interlocutores da pesquisa, tais práticas “[...] sempre existiram (na comunidade), desde a época dos pais e avós (informação verbal)”⁶⁸. De fato, Cunha (1939, p. 28), mencionava os *motiruns* ou *potiruns* como um concorrido motivo para a “[...] reunião do povo daquele tempo”.

O dono do serviço, o lavrador, derrubava também com adjutório, aquela porção de matta [...]. Quando chegava o dia da planta, anunciado com antecedência, era de ver-se ao longo dos caminhos, a enfieira de gente que chegava, moçoilas de alvas toalhas sobre os ombros, rapazes com suas enxadas para a porfia da cavação (abrir covas para o plantio) e os velhos com seu reluzentes terçados para o corte da maniva.

Naquela ocasião, invariavelmente, antes do início dos trabalhos o “dono do serviço” oferecia uma refeição aos convivas, que geralmente consistia na manicuera⁶⁹. Segundo este autor, depois de todos servidos, se tomava o caminho da roça, e por vezes, em torno do meio dia as atividades, que chegavam a envolver dezenas e até centenas de pessoas, já estavam concluídas.

Relata ainda Cunha (1939), que o processo do “adjutório” envolvia outras fases da atividade produtiva, além do plantio, como a capina⁷⁰. A pesquisa de campo revelou que, embora atualmente, os mutirões não mais mobilizem grandes contingentes populacionais como no passado, tal prática persiste nas comunidades e também abrange etapas distintas do calendário agrícola:

⁶⁷ Inclusive, de acordo com o seu atual presidente, foi o trabalho coletivo nos mutirões nas roças de mandioca que inspirou a criação da AC Boa União do Candeuca, na comunidade homônima, e sua posterior regularização e registro junto aos órgãos competentes.

⁶⁸ Abel Pereira Filho, entrevista concedida à autora, em 17 de julho de 2009.

⁶⁹ Bebida produzida a partir do suco extraído da mandiocaba (*Manihot utilissima ssp.*), adicionada de arroz e fervida por várias horas, adquirindo um sabor naturalmente açucarado, e de fácil digestão (BATISTA, 2009, n. c.; CUNHA, 1939).

⁷⁰ Em lavouras de mandioca, capina é o processo pelo qual se “tira o mato”, ou seja, se efetua a manutenção das áreas cultivadas, capinando o terreno e arrancando as ervas daninhas. Geralmente é realizada duas vezes por ano na plantação (BATISTA, 2009, n. c.).

[...] [aqui] em Candeua há trabalhos de mutirão na lavoura. Broca, cada um tira o seu dia. Capina, um ajudando o outro. Na roça deste ano deu 13, 14 pessoas conforme..., todo mundo paga, ninguém fica devendo um pro outro⁷¹.

Nestes termos, e a considerar a descrição dos entrevistados, o mutirão é caracterizado pela reunião de diversos moradores de uma comunidade, para a realização de atividades coletivas em benefício desta, ou que, atendendo a um convite de um de seus membros, prestam-lhe o auxílio solicitado – cultivo, colheita, produção da farinha etc. – o qual geralmente é retribuído em ocasião oportuna. Neste último caso, configura-se a “troca” dos dias de serviço entre os comunitários.

O apoio também é prestado em casos de impossibilidade do exercício da atividade produtiva, provocada por doenças e/ou acidentes: “[...] no caso da pessoa doente a comunidade se reúne e vai dar uma manhã de serviço”⁷². Estas relações de ajuda mútua são caracterizadas pela espontaneidade. De fato, segundo os ensinamentos de Witkoski (2007), não existe um conjunto de regras ou normas que instituem tais práticas, cuja principal exigência é o conhecimento empírico do trabalho a ser realizado. Definidas por este autor como um capital simbólico, a persistência dessas relações sociais revela-se um componente relevante na reprodução socioeconômica de populações tradicionais da Amazônia.

Além da promoção de atividades festivas ligadas ao calendário produtivo e religioso, as AC de Curuçá têm atuado na defesa de interesses da comunidade diante da ação deletéria de agentes externos. Por exemplo, na comunidade São Pedro, a AC local denunciou, junto ao IBAMA, a derrubada de árvores centenárias e o cultivo de maconha (*Cannabis sativa*) às margens do igarapé homônimo que corta a localidade. Essa denúncia resultou na prisão do infrator, porém acarretou ameaças à família do líder comunitário⁷³.

Situação similar ocorreu na comunidade Candeua, onde um indivíduo iniciou uma criação de porcos à beira do rio, poluindo, assim, a principal fonte de água local. Também neste contexto, a AC Boa União do Candeua se posicionou contra o empreendimento, o qual teve inclusive desdobramentos policiais, mas, ao final, se reconheceu o direito da comunidade nessa questão.

Ações coletivas em prol da manutenção do espaço físico da comunidade, através de mutirões para limpeza de ruas, calçadas, de margens dos igarapés, pintura de postes, bem como reparos na sede comunitária etc. também são encetadas por AC. Mas sua atuação não se

⁷¹ Jonílson Pereira Macedo, Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

⁷² Idem.

⁷³ Josiel Pinheiro dos Santos. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009. Ainda segundo este líder, apesar de parcela significativa dos trabalhadores locais ser filiada ao STTR, este órgão não se manifestou sobre a situação, embora tenha sido procurado para tal (BATISTA, 2009, n. c.).

restringe ao território da comunidade. De modo geral, as associações buscam junto ao poder público melhorias para suas comunidades, sobretudo no que se refere a serviços de infraestrutura (BATISTA, 2009, n. c.). Isto é reforçado pelo argumento de que “[...] os governos trabalham com associações”⁷⁴. O quadro 2, abaixo, é ilustrativo de alguns recursos financeiros obtidas por AC junto a políticos, precisamente deputados estaduais.

Instituição	Benefício obtido	Fonte	Finalidade
AC de Pedras Grandes	5.000,00 15.000,00	-Emenda parlamentar dep. est. Ana Cunha -Idem	- <i>Aquisição de 5 máquinas de costura industrial</i> - <i>Aquisição de computadores para cursos de informática</i>
Associação de Pescadores de Caratateua	Kombi	-Emenda parlamentar dep. est. Mário Couto	- <i>A serviço do posto de saúde comunitário</i>
Associação Beneficente de Moradores e Agricultores de São Pedro	5.000,00	-Emenda parlamentar dep. est. Airton Faleiro	- <i>Aquisição de máquinas de costura</i>
<i>Associação Comunitária Livramento</i>	<i>3.000,00</i>	<i>-Emenda parlamentar dep. est. Mário Couto</i>	<i>- Construção da sede comunitária</i>

Quadro 2: Recursos financeiros obtidos por AC de Curuçá através de emendas parlamentares.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.

As AC constituem-se, portanto, em canais de mediação entre a comunidade e as diferentes esferas de poder. Neste ponto, o papel do líder comunitário é essencial. É ele que encaminha as demandas comunitárias aos órgãos competentes, representa a comunidade em determinados espaços e viabiliza a comunicação entre seus membros e órgãos diversos como STTR, CP Z-5, secretarias municipais entre outros⁷⁵. No entanto, apesar dos esforços de algumas lideranças e da importância das ações, ainda que pontuais, desenvolvidas pelas AC, fatores diversos estão a tolher o seu potencial de organização social das populações locais.

Pelo que se pôde constatar em campo, uma quantidade expressiva de associações encontra-se em situação irregular. A não realização de eleições no tempo devido, a utilização de recursos obtidos para finalidades distintas daquelas para as quais foram pleiteados, falta de prestação de contas de recursos recebidos bem como a desatualização cadastral junto aos

⁷⁴ Edevaldo José da Paixão Costa. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

⁷⁵ Em várias comunidades, é o líder comunitário que recebe as contas da concessionária de energia elétrica para efetuar a distribuição aos moradores, conforme presenciado em Boa Vista do Iriteua.

órgãos competentes são apenas alguns dos problemas existentes em tais AC. Porém, essas questões refletem outras mais complexas, como por exemplo, a desinformação, falta de capacitação técnica e de assessoria contínua no sentido de subsidiar as ações e projetos das comunidades.

Emblemática dessa realidade é a situação das AC mencionadas no quadro 2, visualizado acima. O recurso destinado à Associação Beneficente de Moradores e Agricultores de São Pedro para a aquisição de máquinas de costura a serem utilizadas em cursos profissionalizantes na comunidade, foi utilizada, segundo o presidente da entidade, na compra de tijolos e de um terreno pra construção de sua sede. O veículo adquirido pela Associação de Pescadores de Caratateua para atender ao posto de saúde local, encontra-se na residência do presidente da associação, sem funcionamento há algum tempo. Inclusive, e de acordo com Vicente Luz,⁷⁶ “[...] a *Kombi* serve para levar pacientes (ao hospital), a comunidade (o paciente) é que abastece, mas tá mais ou menos [há] quatro meses parada, só sai pra uma emergência”.

Por seu turno, a construção da sede da AC Livramento não foi concluída. Segundo o presidente desta, o recurso obtido não foi suficiente e, como a comunidade não dispõe de recursos para terminar a obra, o prédio permanece inacabado e sem estrutura para atender as necessidades locais. Em Pedras Grandes, cujo aporte de recursos foi mais expressivo, o contexto é semelhante. Os computadores e máquinas de costura adquiridos estão completamente inativos no prédio da AC.

Segundo os dirigentes desta associação, a comunidade não tem condições de arcar com os custos da manutenção dos equipamentos, sobretudo os de energia elétrica nem dispõe dos recursos humanos necessários (BATISTA, 2009, n. c.). Desse modo, ainda estão a aguardar a anunciada “parceria” da prefeitura municipal no atendimento de tais demandas,⁷⁷ a qual ainda não se concretizou. As fotografias 17 a 20, a seguir, ilustram a conjuntura vivenciada por essas duas associações.

⁷⁶ Presidente da AC mencionada. Informação verbal repassada à autora em março de 2010.

⁷⁷ Com efeito, o prefeito municipal e o secretário de Integração Municipal estiveram na comunidade no primeiro semestre de 2009 conhecendo as instalações da AC e os equipamentos obtidos através da emenda parlamentar.



Fotografia 17 e 18: equipamentos inativos na AC Pedras Grandes. Ao fundo, vêem-se as caixas de monitores de computador.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.



Fotografias 19 e 20. Veículo pertencente à Associação Comunitária de Caratateua, sem uso há vários meses por falta de manutenção e combustível.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

A dificuldade de quitar os empréstimos obtidos através do PRONAF para o cultivo de culturas perenes ou temporárias é uma problemática comum às diversas comunidades curuçauenses. Nas falas dos interlocutores destacam-se, como fatores determinantes desse processo, a falta e/ou ineficácia da assistência técnica e a discrepância entre o calendário agrícola dos produtores, baseado no conhecimento empírico dos períodos mais adequados ao plantio, e o “oficial”, adotado pelas instituições bancárias para o repasse dos recursos.

Exemplos diversos retratam esse quadro. Segundo Jonílson Macedo,⁷⁸ em Candeuca “[...] muitas pessoas da comunidade receberam financiamento pra maracujá, mas ninguém quitou [...] a EMATER nunca fez visita depois do cultivo [...] se tivesse mais apoio técnico, assessoria, provavelmente teria pagado”.

Na comunidade Livramento, onde produtores diversos receberam financiamento para o cultivo de feijão (*Vigna unguiculata*), ocorrência similar aconteceu. A respeito e conforme Edevaldo Costa⁷⁹ “[...] não deu certo porque a semente chegou fora de época [...] a época de plantar feijão é maio, mas foi plantado em julho”. Por seu turno, os técnicos do escritório local da EMATER revelaram que o quadro de funcionários é reduzido e, portanto, insuficiente para o atendimento das atribuições complexas da assistência técnica no município.

Ainda nesse contexto, aproximadamente 15 famílias de Murajá lograram aprovar – por intermédio da Associação Comunitária de Murajá – projetos para culturas permanentes, via PRONAF, isso no ano de 2008 e como posto por Joel Leal Coelho (2009), vulgo Cael⁸⁰. No entanto, o período do cultivo foi prejudicado devido ao repasse tardio dos recursos. Uma das consequências diretas desse retardo foi uma colheita falha, o que implicou em incapacidade de quitação das dívidas.

Nós não tivemos muito êxito, porque é o seguinte [...] o calendário agrícola do banco, ele nunca bate com o nosso. Nós trabalhamos aqui, começamos roçar no mês de setembro, pra queimar em dezembro, pra plantar em janeiro. De dezembro a janeiro a gente planta [...] e o banco, ele só libera o dinheiro em março, abril. Então, quando ele chega a liberar o dinheiro você já tá sem condições. É por isso que nunca dá certo o calendário agrícola do agricultor com o do banco! É por isso que as pessoas têm dificuldade de pagar o banco, devido o atraso do repasse do dinheiro⁸¹.

Esse conjunto de fatores acabou por gerar um quadro de inadimplência generalizada no município junto ao PRONAF. Na primeira etapa da pesquisa de campo, efetuada nos meses iniciais de 2009, tal situação havia atingido o patamar de 100%, impossibilitando, desse modo, a aquisição de financiamentos novos.

Uma análise acurada das situações negativas constatadas em campo revela, não obstante as questões de ordem moral e penal, que as razões são diversas⁸². Assim, as mesmas são problemáticas vivenciadas pelas instituições organizativas das comunidades de Curuçá – como desvio de finalidade dos recursos, improbidade administrativa por parte dos dirigentes etc. Mas é de ressaltar-se que é dominante a falta de apoio político, de recursos humanos, de

⁷⁸ Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

⁷⁹ Idem à nota de rodapé 74.

⁸⁰ Conforme entrevista concedida à autora em 19 de janeiro de 2009; então, esse senhor era o presidente da AC local.

⁸¹ Idem à nota de rodapé anterior.

⁸² Também, identificou-se que tais questões nunca foram e continuam não sendo levadas a juízo, no município.

conhecimento técnico e mesmo de recursos financeiros para a manutenção dos projetos. Conseqüentemente, esses acabam por se tornar inviáveis e não cumprem seus objetivos quanto ao atendimento de demandas específicas da população local.

Há que se destacar, nesse contexto, os baixos índices de escolarização formal existentes entre os comunitários que fizeram parte da amostragem da pesquisa. Com efeito, entre estes predomina o ensino fundamental incompleto, conforme se visualiza no gráfico 2, abaixo.

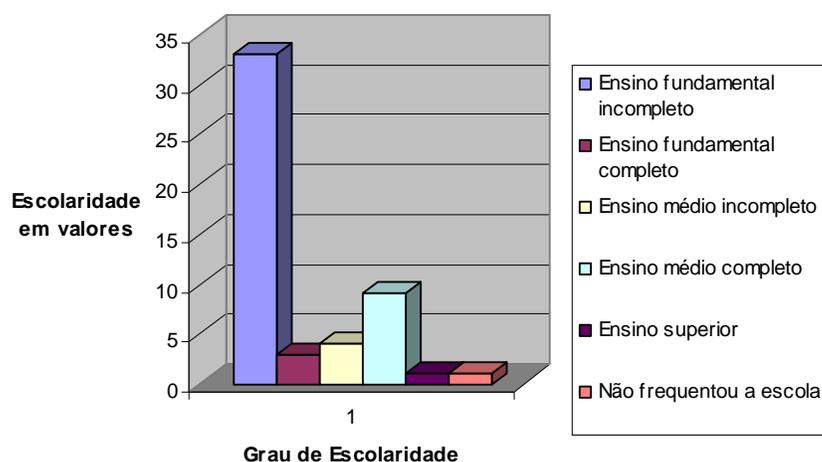


Gráfico 2: Índice de escolaridade entre os comunitários arrolados na pesquisa.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

A considerar que as atividades pertinentes ao associativismo requerem determinados conhecimentos específicos acerca da organização e funcionamento de instituições coletivas, abstrai-se que níveis reduzidos de educação formal entre lideranças e membros de AC restringem sua efetividade.

Com efeito, na comunidade São Pedro, um interlocutor da pesquisa⁸³ explanou como a falta de informação acerca de questões legais inviabilizou um projeto coletivo na localidade. Os comunitários se reuniram com o fito de “[...] conseguir ajuda pra trabalhar na agricultura [...] o pessoal falava que através de uma associação organizada era mais fácil [...]”⁸⁴. Então, de acordo com os objetivos almejados, se pensava em instalar uma organização nos moldes de

⁸³ Ver nota de rodapé n. 73.

⁸⁴ Idem.

cooperativa. Todavia, a entidade foi registrada junto aos órgãos competentes como *beneficente*, inviabilizando, desse modo, a obtenção dos recursos desejados.

Ademais, e a pensar como Sen (2010), as disposições estabelecidas pela sociedade nas áreas de educação e saúde, definidas por este autor como oportunidades sociais, engendram perspectivas de uma vida melhor e asseguram uma participação mais efetiva em atividades econômicas e políticas. Do mesmo modo, a ausência de tais oportunidades acarreta obstáculos aos processos participativos.

Por exemplo, o analfabetismo pode ser uma barreira formidável à participação em atividades econômicas que requeiram produção segundo especificações ou que exijam rigoroso controle de qualidade (uma exigência sempre crescente no comércio globalizado). De modo semelhante, a participação política pode ser tolhida pela incapacidade de ler jornais ou de comunicar-se por escrito com outros indivíduos envolvidos em atividades políticas (SEN, 2010, p. 59).

Nesta perspectiva, o conhecimento e a informação constituem componentes fundamentais ao exercício da participação, sobretudo no âmbito do associativismo comunitário, *locus* privilegiado de discussão e busca de equacionamento das problemáticas locais.

Outro limite quanto aos processos organizativos dos usuários da RESEX Mãe Grande diz respeito à permanência ilegal de lideranças eleitas para a presidência das organizações locais. Precisamente, isso ocorre ante a postergação do final do mandato para o qual tais presidentes ou presidentas são eleitas, fato que se tornou corriqueiro. A razão apresentada pelas lideranças para justificar este fato é praticamente unânime: ninguém da comunidade estaria disposto a assumir as responsabilidades e agruras do cargo. Desse modo, não se exercita a rotatividade, a qual, segundo Demo (1988), constitui elemento necessário à legitimação da representatividade das lideranças.

O depoimento a seguir é ilustrativo desta situação: “Seu Abel já é presidente há uns seis anos. Terminou o mandato, mas houve uma reunião e ele continuou porque não houve concorrente. Ninguém quis! Mas até aqui ele é um bom presidente!”⁸⁵. Em que medida tal realidade pode ser uma reminiscência da experiência do coronelismo (LEAL, [1949] 1997) e principalmente quanto ao continuísmo político, é algo a ser mais investigado e aprofundado do ponto de vista analítico. Tal realidade, como posto por Simonian *et. al* (2010) ao analisarem a política na povoação Pacamorema, pode também estar ligada a processos de inação ou acomodação social.

Segundo os ensinamentos de Silva (2007), o exercício da liderança existe em qualquer formação societária, sendo exercitada por indivíduos que por distintas razões, tendem a

⁸⁵ Ilza Negrão. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

influenciar o comportamento de outros, bem como a exercer o comando, a organização e a direção de ações coletivas. Em Curuçá, pôde-se evidenciar que, de maneira geral, o carisma pessoal, a “herança” familiar e/ou a prática de atividades que implicam num contato direto com os demais, como o comércio são as principais particularidades dos líderes locais.

Nessa direção há que se destacar o atual presidente da AC de Magalhães Barata, Gilvano Paixão Barroso. O trabalho com a compra de hortaliças e venda de adubo orgânico em comunidades diversas, o tornou conhecido em todo o município, bem como o fato de “pagar direito” os fornecedores, adquirindo a confiança destes (BATISTA, 2009, n. c.). Ademais, segundo seu próprio relato e os de outros ouvidos na localidade, o pai, já falecido, era muito popular e, de certo modo, esta popularidade foi mantida pelo filho, tendo sido provavelmente alavancada pela atuação deste na presidência do Clube Asas, time de futebol local, por três anos⁸⁶.

Independentemente das qualidades pessoais de determinadas lideranças, cujo empenho na resolução dos problemas comunitários é reconhecido e até exaltado (BATISTA, 2010, 2009, n. c.), a renovação nos quadros dirigentes das associações é fundamental ao exercício da democracia nestes espaços bem como à formação de novos líderes. Destarte, a constituição de “lideranças tendencialmente vitalícias” (DEMO, 1988) acaba por concentrar o poder decisório nas mãos de grupos familiares, gerando desconfiças e conflitos no interior das comunidades, como se depreende deste excerto: “[...] têm pessoas que só pensa na família deles e o povo fica de lado [...] a associação é praticamente toda a família do G. [...] toda a família ganhou tudo que podia ganhar!”⁸⁷.

De acordo com Souza (2000) em um trabalho comunitário, cujas ações são desenvolvidas através de um único grupo ou indivíduo, há uma inclinação a se personalizar os interesses e afastar-se do coletivo. Nessa direção, e em mais de uma comunidade, tomou-se conhecimento de apropriação de bens pertencentes a AC por parte dos dirigentes, seja no exercício da função seja após o fim do mandato. A considerar a tendência comum entre instituições públicas, candidatos a cargos eletivos e outros agentes externos, de estabelecer

⁸⁶ Ressalte-se que Gilvano obteve a maioria dos votos na eleição, mesmo concorrendo com a candidata apoiada pelo prefeito municipal.

⁸⁷ Claudomiro Pinheiro Barbosa. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009. O interlocutor se refere ao projeto do INCRA (abordado em tópico específico nesta dissertação) que viabilizou a construção de casas para pescadores e o fornecimento de apetrechos de pesca e produtos eletrodomésticos. E, de fato, conforme constatado em entrevistas, a direção desta AC é formada por membros de uma mesma família. Neste caso específico os conflitos levaram à criação de outra AC, e embora a que já existia continue representando a comunidade formalmente, inclusive como membro do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande, moradores diversos da localidade questionam a sua representatividade.

relações com as comunidades através de suas lideranças,⁸⁸ sejam estas legítimas ou não, torna-se crucial uma avaliação contínua no interior das AC do modo como os interesses da comunidade estão sendo representados, conduzidos e/ou negociados.

Desse modo, a ausência de prestação de contas por parte das lideranças e a utilização do “nome” da comunidade para o atendimento de interesses particulares, revelam-se práticas nocivas no interior das AC, o que acaba por inviabilizar a construção de um projeto comunitário que efetivamente reflita os interesses coletivos. Note-se que, geralmente, tais práticas engendram uma postura personalista onde a liderança se confunde com a instituição. Em evento de que se participou, no contexto da pesquisa de campo, organizado por uma associação de moradores, as falas de participantes diversos explicitam esta relação.

De fato, embora a entidade exista desde o ano de 1999, e organize um fórum de discussão anual, vários indivíduos disseram desconhecê-la, embora tenham admitido “conhecer muito bem” o “trabalho” do seu presidente, que, aliás, se mantém neste cargo desde a fundação da referida associação. A legitimidade das lideranças então é um fator importante a ser considerado nesse processo, posto que a considerar os requisitos postulados por Demo (1988),⁸⁹ as diversas situações encontradas fornecem indícios de que estão a pautar-se pela ilegitimidade.

Esta realidade foi documentada por Silva (2007) junto às populações tradicionais sul-amapaenses. Neste contexto, aquele autor identificou a formação de elites locais oriundas de lideranças históricas ligadas ao processo de institucionalização das UC locais e suas respectivas organizações.

[...] grande parte daqueles envolvidos no gerenciamento organizacional local, vêm as associações e cooperativas como um meio para acessar benefícios variados, que vão desde o monopólio sobre combustíveis, motor de energia elétrica comunitário, combustível, embarcações e tratores para transporte de produtos até o gerenciamento de projetos e programas voltados a geração de renda familiar (SILVA, 2007, p. 305).

Em Curuçá, um dos “benefícios” potenciais observados no exercício das atividades organizativas comunitárias é a projeção políticoeleitoral. Vários presidentes e/ou ex-presidentes de AC lançaram-se candidatos a vereador por partidos políticos diversos nas eleições de 2000, 2004 e 2008 embora, de acordo com dados capturados do *site* do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE) nenhum tenha logrado êxito.

⁸⁸ A propósito, um líder comunitário eleito em uma eleição com duas chapas concorrentes informou que na véspera do pleito o prefeito municipal esteve na comunidade pedindo votos à candidata da chapa adversária.

⁸⁹ A pensar como Demo (1988), lideranças legítimas são aquelas eleitas diretamente e sem artifícios, que prestam contas de seus atos e se colocam efetivamente a serviço da comunidade.



Fotografia 21: Vicente dos Reis Luz, presidente da Associação dos Pescadores de Caratateua, candidato a vereador pelo Partido Verde (PV) nas eleições de 2008. Ao seu lado, o livro de atas desta associação, mantido em sua casa.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Embora não seja o objetivo deste estudo efetuar uma análise *strictu sensu* acerca das perspectivas político-partidárias no âmbito das AC, é incontestável que estas representam um capital eleitoral em potencial. Segundo as lideranças comunitárias ouvidas em Curuçá a demanda dos candidatos a cargos eletivos por reuniões com as AC na proximidade de períodos de eleição é comum. Nesta perspectiva, garantir o apoio da liderança comunitária é o passo inicial em direção à conquista de votos na localidade.

Ressalte-se que, em alguns casos, apesar de não ter concorrido ao pleito, alguns líderes comunitários manifestaram abertamente o apoio a um determinado candidato⁹⁰. Nesse sentido, ilustra a fala de Ilza Negrão (2009),⁹¹ uma interlocutora da pesquisa: “[...] aqui apoiaram o Geraldo Reis, [...] foi apoiado pela associação, participava das reuniões da associação. O presidente pedia voto para o seu Geraldo”. Num desses casos, na comunidade Lauro Sodré, o candidato apoiado pela AC foi eleito, porém, de acordo com o que se pôde

⁹⁰ A exemplo do ocorrido nas comunidades Candeuca e Lauro Sodré.

⁹¹ Conforme Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

verificar em campo, sua atuação na comunidade traduz-se em práticas meramente assistencialistas. O que, aliás, a pensar como Simonian *et al.* (2004), é comum no contexto amazônico, onde políticos costumam projetar-se através de ações paternalistas, e geralmente com o apoio de segmentos do movimento social local.

A considerar os tipos de liderança – racional-legal, autoritária e carismática – esboçados por Weber (2004), é evidente em Curuçá o predomínio e a manutenção de líderes com base no carisma pessoal. De acordo com a perspectiva analítica deste autor, o estabelecimento de tais lideranças consolida-se pelo reconhecimento de suas qualidades diante dos seus seguidores, com os quais estabelecem laços de lealdade. O insucesso de líderes comunitários diversos nos pleitos eletivos demonstra, todavia, que estas relações não estão a ser ratificadas no âmbito político-partidário, o que conferiria legitimação eleitoral a estes sujeitos, conforme preconizado por Weber.

Ante a realidade analisada, depreende-se que muito ainda há que ser feito no sentido de instrumentalizar o potencial de organização representado pelas AC, rumo à promoção do desenvolvimento comunitário. A considerar os ensinamentos de Souza (2000, p. 37), a organização social não há que ser vislumbrada como mera estrutura formal, mas como “[...] articulação consciente, permanente, dinâmica, dos grupos de uma população, ao redor de interesses comuns”. Nessa perspectiva, tal articulação há que ser construída coletivamente e retroalimentada na realidade cotidiana da comunidade.

4.2 Comunidades X administração pública: a Secretaria de Integração Municipal

Na relação com as organizações sociais, o Estado, em seus diversos níveis, e, sobretudo através de seus agentes políticos, tem desempenhado vários papéis. E, a considerar a valorização da identidade sociocultural de cada território, propugnada pelo ideário de desenvolvimento local (ZAPATA, 2006), os canais organizativos locais adquirem relevo nas políticas públicas, ao menos formalmente. Nessa direção, a atual administração municipal de Curuçá (2009-2012) com o objetivo de “[...] construir um novo modelo de desenvolvimento” para o município, através do princípio da “[...] integração produtiva, social e cultural das comunidades” (CURUÇÁ, 2009c, p. 4), criou a Secretaria de Integração Municipal (SEIM).

Neste contexto, são diretrizes da referida Secretaria:

- a) Promover ações que incentivem e possibilitem maior integração do Governo Municipal e as comunidades do município, tanto do ponto de vista infra-estrutural como econômico, social e cultural, de forma que acordos, consensos e pactos possam ser estabelecidos, garantindo a inserção econômica do Município ao desenvolvimento das comunidades (sic);

- b) [...] fazer o planejamento e organização das políticas públicas que deverão ser dirigidas às comunidades;
- c) Promover a descentralização administrativa como forma de atender a todas as comunidades, levando o Município (administração) para perto dos cidadãos, de forma a alcançar um melhor atendimento de suas necessidades, permitindo a identificação de políticas públicas necessárias à diminuição de gargalos e entraves (sic), além do incremento das potencialidades municipais (CURUÇÁ, 2009c, p. 5).

Nesta perspectiva, o órgão neófito foi apresentado ao público em reunião realizada em 12 de janeiro de 2009, na sede da câmara municipal de Curuçá, entre o prefeito municipal e os presidentes das associações comunitárias, com o objetivo de “[...] apresentar aos presidentes das comunidades a nova Secretaria de Integração Municipal, seus objetivos e missão junto às comunidades (CURUÇÁ, 2009c, p. 9). Nesta reunião, as lideranças comunitárias teriam apontado como uma das principais dificuldades enfrentadas pelas AC a questão documental. Desse modo, a SEIM assumiu a atribuição de auxiliar as comunidades sobre os aspectos formais e legais do associativismo⁹².

Dado o pouco tempo de existência, ainda não é possível efetuar um exame acurado acerca das ações da SEIM. Mas, por certo, as suas propostas são interessantes. Entrevistas com o ex e o atual secretário da pasta, bem como documentos da secretaria (CURUÇÁ, 2009a; CURUÇÁ, 2009b), indicam um trabalho de campo em comunidades diversas, com o fito de identificar as problemáticas e demandas locais e viabilizar o seu equacionamento.

Nesta direção, algumas ações já foram realizadas, como a disponibilização de dois ônibus para o transporte da produção das comunidades, duas vezes por semana, até a capital, Belém, favorecendo a obtenção de lucros maiores pelos produtores. E, ainda, a execução de um programa de consultas oftalmológicas e fornecimento de óculos a 800 pescadores,⁹³ a partir da constatação de um índice elevado de problemas de visão entre esta categoria, devido à exposição sistemática aos raios solares, inerente a atividade pesqueira.

Entretanto, e apesar do avanço representado pelo “estreitamento de laços” do poder público local com as comunidades através da SEIM, há que se avaliar as implicações desta relação, sobretudo no que tange às organizações comunitárias. A considerar as particularidades das AC locais, já assinaladas, teme-se o engendramento de um processo de tutela destas instituições, sob o disfarce de “parceria” e sua utilização para obtenção de dividendos eleitorais em pleitos vindouros. A enveredar por tais rumos, o poder público estará contribuindo para manter a população local na condição de simples objeto dos programas

⁹² Inclusive, e no contexto desta reunião, a SEIM recebeu a documentação de 38 associações para a declaração de Imposto de Renda e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) 2008 (CURUÇÁ, 2009c, p. 9).

⁹³ Conforme informação verbal repassada à autora por Júlio César Nascimento Gusmão, atual secretário de integração municipal de Curuçá, em abril de 2010.

governamentais. E, precisamente, a superação dessa condição é requisito fundamental para a promoção de um desenvolvimento que se almeja sustentável.

5 RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ: FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO

A criação de unidades de conservação de uso sustentável na Amazônia insere-se na problemática da sustentabilidade do desenvolvimento, constituindo-se como modalidades de ocupação da terra, de preservação do meio ambiente e de busca por equidade econômico-social. Nesta perspectiva, a participação das populações usuárias é condição fundamental na gestão de tais áreas, em conformidade com a percepção de que políticas públicas apoiadas em mecanismos locais e participativos são mais efetivas e eficazes. Este capítulo discute precisamente o processo de constituição da RESEX Mãe Grande de Curuçá e seus instrumentos e instâncias de gestão. Aborda-se, ainda, os tipos, níveis e fatores condicionantes de participação dos usuários da UC nesse contexto.

5.1 GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: A EXPERIÊNCIA DA RESEX MAE GRANDE DE CURUÇÁ

A participação dos atores sociais na elaboração de projetos que vão atingi-los surgiu a partir da percepção da necessidade de revisão das estratégias tradicionalmente adotadas na formulação de políticas regionais no Brasil. Estas, segundo Bandeira (1999), não se ajustam às realidades e necessidades de uma economia globalizada e aos novos papéis assumidos pelo setor público, não contemplam as especificidades regionais e locais, nem envolvem segmentos relevantes da sociedade civil, sendo formuladas geralmente de cima para baixo. Ainda de acordo com Bandeira (1999), a falta de participação da comunidade é apontada como uma das principais causas do fracasso de políticas, programas e projetos, pois quando esta é tratada apenas como objeto e não como sujeito do processo de concepção e implementação dessas iniciativas, tende a não se identificar com elas.

Esta tendência reduz a sustentação política desses programas e projetos, que acabam não sobrevivendo às administrações responsáveis pelo seu lançamento e são substituídos por outros. De acordo com Bandeira (1999, p. 12), isto fomenta um “[...] ciclo patético que envolve grande desperdício de recursos e só contribui para aumentar o descrédito em relação à eficácia das ações do setor público”. Esse entendimento é corroborado por Dowbor (2008, p. 34), segundo o qual

É indiscutível que aproximar o poder de decisão e de controle sobre os processos de desenvolvimento das pessoas que arcarão com o benefício ou o prejuízo e que estão, portanto, diretamente interessadas nos resultados, constitui simplesmente boa política administrativa.

Sob tal perspectiva a participação seria um modo de garantir a eficácia e a eficiência das políticas públicas, constituindo-se, a considerar o entendimento de Nogueira (2005), como recurso gerencial da administração pública.

Busca-se, então, substituir as estratégias centralizadoras, impostas verticalmente, por outras do tipo horizontal, nas quais se procura fortalecer as comunidades para assumir um papel efetivo nos processos de planejamento e tomada de decisão, priorizando-se, assim, o saber intrínseco a essas sociedades. A participação comunitária nos processos de tomada de decisão, controle e implementação das ações, característica da sustentabilidade institucional (SILVA, 2003, RIBEIRO, 2002), apresenta-se, portanto, na atualidade, como condição essencial para a construção efetiva do desenvolvimento sustentável.

Segundo Bordenave (2007), a participação é uma condição inerente à vida do ser humano, nas mais diferentes esferas: na família, na comunidade, no trabalho, na luta política, tendo se delineado através das modalidades históricas que a vida social foi tomando ao longo do tempo. Sob essa perspectiva, a participação é requisito de realização do próprio homem. E, embora durante a maior parte da história da humanidade, a participação nos processos decisórios tenha estado limitada a grupos restritos, que por meio de coerção, violência física ou moral, ou controle das mentalidades impunham-se sobre os demais, atualmente a participação coloca-se como um imperativo. Sobretudo as instituições internacionais de fomento ao desenvolvimento, exigem a participação das comunidades nos projetos e políticas públicas a elas dirigidas.

Nesse contexto, um requisito indispensável para o processo de implantação de reservas extrativistas é a instituição, pela população destinatária, de associações e/ou cooperativas representativas das comunidades extrativistas⁹⁴ (BRASIL, Lei, 2000). Evidencia-se então, a necessidade de organização sócio-política da população usuária da unidade de conservação, de modo a garantir sua efetiva participação no processo de gestão e implementação de políticas públicas voltadas à área bem como garantir o usufruto sustentável dos recursos naturais nela existentes. No entanto, a pensar como Sen (2010), a realização da participação não depende somente dos arranjos institucionais, mas também da prática efetiva. E esta é

⁹⁴ Sob essa perspectiva, tais instituições são as intermediárias da relação entre o poder público e a população local.

afetada por fatores de diversos tipos, que segundo Bordenave (2007), condicionam o grau, o nível e a qualidade do processo participativo.

Por certo, a criação e gestão de UCUS demandam certo grau de organização da comunidade, no sentido de efetivar sua participação nos processos decisórios, muitas vezes inexistente ou “[...] forjada em associações de fachada” (VIANNA, 2008, p. 296). Ademais, os canais participativos podem ser conduzidos, apropriados e/ou manipulados por grupos mais qualificados, do ponto de vista técnico, em detrimento de uma maioria desprovida de acesso a informação. Por outro lado, em alguns casos, o exercício da participação ocorre dentro de condições predeterminadas (SOUZA, 2000), exprimindo-se através da execução de decisões tomadas em outras instâncias e consoante interesses exógenos.

A despeito destes condicionantes, e a considerar que, historicamente, as políticas públicas implementadas em Curuçá, não promoveram a equidade social, o uso racional dos recursos naturais existentes no município nem fomentaram estratégias dinamizadoras da reprodução socioeconômica da população, premissas do desenvolvimento sustentável, a implementação da RESEX Mãe Grande adquire grande relevância no contexto local. Um breve delineamento histórico do processo de criação da RESEX, e seus instrumentos de gestão, com ênfase na participação dos diversos atores sociais neste processo, é o mote principal deste capítulo. A seguir discorre-se acerca do processo de constituição desta UC, resultado da mobilização da sociedade local.

5.1.1 Mobilização social, debates e embates em torno da criação da RESEX Mãe Grande

A criação da RESEX Marinha Mãe Grande foi precedida de um processo de mobilização, debates e embates alimentados pela percepção da exaustão dos recursos naturais do litoral paraense, particularmente os existentes nos manguezais (ROCHA, 2007). De acordo com este autor, as discussões acerca da necessidade de garantir a manutenção dos recursos do ecossistema manguezal no município de Curuçá remontam ao ano de 1993. Naquela ocasião, um grupo de extensionistas do escritório local da EMATER, além de pesquisadores e lideranças pesqueiras estabeleceu um diálogo em torno desta problemática.

De acordo com Jorge Macedo da Rocha,⁹⁵ inicialmente as assembléias de discussão eram tímidas, com pouca participação da população local. No entanto, gradativamente,

⁹⁵ Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2009. Este foi apontado unanimemente entre os interlocutores da pesquisa como o principal articulador da criação da RESEX Mãe Grande. Foi eleito vice-prefeito do município de Curuçá no último pleito eleitoral na chapa Curuçá para todos.

parceiros novos foram incorporados ao processo, como a Câmara Municipal de Curuçá, as Igrejas locais, comerciantes, a CP Z-5, o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Curuçá, o Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA), associações comunitárias, escolas⁹⁶ entre outros⁹⁷. Em que pese a repercussão tímida no momento inicial, o debate foi ampliado e renovado a partir de maio/junho do ano de 1997

envolvendo então vinte e oito comunidades estuarinas e interiores, quando ampliaram-se os debates sobre a direta e indireta dependência do ecossistema manguezal e a forte pressão predatória e especulativa que o mesmo vem sofrendo, quando todos passam a concordar que os estoques de peixes, crustáceos e moluscos estão sumindo (ROCHA, 2007, p. 8).

A realização do III Seminário Regionalizado de Gerenciamento Costeiro (III GERCO), ocorrido no município de Curuçá no período de 20 a 22 de março de 1998 aguçou as discussões ao trazer à tona o conhecimento acerca das UC de terra firme. Então, a ideia de constituição de uma RESEX começou a ser aventada

A considerar a persistência de padrões insustentáveis no manejo dos recursos do mangue, principal fonte de subsistência da população extrativista local, como o uso do tapa, do gancho e do laço⁹⁸ (ROCHA, 2007), buscou-se então, alternativas para a exploração racional de tais recursos, além de políticas públicas para o seu ordenamento. Segundo Jorge Macedo da Rocha (informação verbal),⁹⁹ inicialmente procurava-se construir estratégias para o enfrentamento das problemáticas socioambientais evidenciadas, mas ainda não havia clareza do caminho a seguir. Nesses termos, o III GERCO foi decisivo na medida em que despertou a atenção dos sujeitos locais acerca da viabilidade das UC de uso sustentável. Desse modo, direcionou-se o foco dos debates e mobilizações para a reivindicação de uma RESEX no município.

No período de 1999 a 2001, ocorreram os trâmites formais necessários à constituição da RESEX, como vistorias prévias da área e elaboração de laudos biológico e socioeconômico, em anuência ao parágrafo 2º do Art. 22, Cap. IV do SNUC¹⁰⁰. Finalmente, o processo

⁹⁶ De fato, um dos sócios fundadores da AUREMAG e atualmente no cargo de segundo secretário desta, Alcinei Negrão Flexa teve conhecimento sobre as discussões da RESEX na escola em que estudava (BATISTA, 2009, n. c.).

⁹⁷ Teve atuação destacada neste momento a Associação dos Filhos e Amigos de Curuçá (ASFAC), entidade já extinta (ROCHA, 2007).

⁹⁸ Estas são modalidades de técnicas de captura de peixes e crustáceos utilizadas em Mãe Grande; seu uso e efeitos na reprodução dos recursos locais serão abordados adiante, precisamente no capítulo 6.

⁹⁹ Idem à nota de rodapé 95.

¹⁰⁰ “A criação de uma unidade de conservação deve ser precedida de estudos técnicos e de consulta pública que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, conforme se dispuser em regulamento” (UNIDADES..., 2008).

culminou com a criação da RESEX Marinha Mãe Grande, em 12 de dezembro de 2002, conforme já mencionado.

Consoante às expectativas geradas, institucionalmente esta UC vem ao encontro das demandas formuladas pela população local, com o fito de “[...]assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local [...]” conforme explicitado no artigo 1º do seu Decreto de criação (BRASIL, 2002, p. 1). No entanto, a implementação efetiva da RESEX, bem como a viabilização de seus objetivos, enfrentou e enfrenta óbices diversos, os quais serão analisados no contexto desta dissertação, e ainda encontra-se em curso.

Em pesquisa de campo, evidenciou-se, de modo recorrente, nas falas dos interlocutores envolvidos desde o início no processo de criação da RESEX uma descrença generalizada em relação à efetiva viabilidade do projeto (BATISTA, 2010, 2009, 2008, n. c.). Segundo interlocutores como Nivalda Borges,¹⁰¹ Sandra Gonçalves,¹⁰² Manoel Garcia Gomes, Miguel Farias de Oliveira,¹⁰³ Jorge Macedo da Rocha¹⁰⁴ entre outros, somente quando a RESEX adquiriu visibilidade, com a agregação de políticas públicas destinadas ao município por seu intermédio, é que passou a ser mais valorizada pelo conjunto da população local.

[...] quando realmente chegou a política pública de implementação das casas para os pescadores, os apetrechos de pesca, a possibilidade de eles ganharem o PRONAF A, enfim, quando veio a sede da Reserva, quando a Secretaria de Agroextrativismo da Amazônia mandou o recurso e foi implantada a Casa do Pescador, aí caiu a ficha (sic)! Foi quando as pessoas passaram a perceber o nosso discurso...¹⁰⁵.

Conforme Nélio Gomes,¹⁰⁶ como tradicionalmente os extrativistas não tinham vez nem voz nos processos políticos locais, manifestaram desconfiança diante do discurso de que a RESEX iria defender seus interesses.

De fato, a constatação de que “muitos não acreditavam no projeto” foi apontada como a maior dificuldade enfrentada no início dos debates. Desse modo, efetuou-se um processo de mobilização dos pescadores, marisqueiras, camaroeiros, caranguejeiros, ou seja, dos usuários diretos dos recursos do mangue, “de praia em praia, de comunidade em comunidade”, no sentido de engajá-los nas lutas pela implementação da RESEX. No entendimento de Miguel Farias de Oliveira¹⁰⁷ “[...] teve que haver um processo de convencimento, através de reuniões,

¹⁰¹ Entrevista concedida à autora em 27 de abril de 2010.

¹⁰² Entrevista concedida à autora em 10 de janeiro de 2009.

¹⁰³ Entrevista concedida à autora no dia 12 de janeiro de 2009.

¹⁰⁴ Idem à nota de rodapé n. 95.

¹⁰⁵ Ibidem.

¹⁰⁶ Vice-presidenta atual da AUREMAG. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2010.

¹⁰⁷ Idem à nota de rodapé n. 99.

visitas às praias [...]”. Nesse contexto, e conforme Rocha (2007), enfatizou-se a problemática da exaustão dos estoques pesqueiros e dos crustáceos e moluscos, situação inclusive já há muito percebida pelos extrativistas, e que não era externada devido à ausência de canais adequados e efetivos de discussão.

O projeto de implantação da UC encontrou resistências também na esfera política municipal e na direção de órgãos de assistência técnica ao trabalhador rural (ROCHA, entrevistas, 2009, 2010). Oposição semelhante foi encontrada no âmbito da então Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTAM) que se manifestou contrária a criação da RESEX, pois considerava tal medida uma política de intervenção da União no Estado do Pará¹⁰⁸. O gestor municipal naquela ocasião manifestou-se frontalmente contra a atuação da RESEX, não tendo disponibilizado nenhum tipo de apoio institucional a esta.

Nesse contexto, o apoio das instituições parcerias foi essencial. Segundo Brasil (2004), o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Norte (CEPNOR), EMATER e MPEG, colaboraram ativamente no processo de concepção e formulação do projeto e em ações de assessoria, capacitação e treinamento; ao passo que o STR e a CP Z-5 do município, além de prestarem apoio logístico para o trabalho de campo nas comunidades, contribuíram com a sensibilização e mobilização dos comunitários. Portanto, a despeito das resistências, com o apoio e assessoria destes órgãos e outros como o CNS, o MPF e, sobretudo do Centro Nacional de Populações Tradicionais (CNPT), o processo de implementação da RESEX seguiu seu curso.

5.1.2 Arranjos institucionais, práticas de mediação e instrumentos de gestão da RESEX Mãe Grande

As RESEX integram o grupo das UC de uso sustentável,¹⁰⁹ cujo objetivo básico, de acordo com o SNUC, é “compatibilizar a *conservação da natureza* com o *uso sustentável* de parcela de seus recursos naturais” (UNIDADES..., 2008, p. 19, grifos da autora). Nos termos desta lei, compreende-se conservação da natureza como

[...] o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das

¹⁰⁸ Conforme informação verbal repassada por Valdemar Londres Vergara Filho, técnico do CNPT, que assessorou institucionalmente o processo de criação da RESEX.

¹⁰⁹ Estas abrangem ainda as áreas de proteção ambiental; áreas de relevante interesse ecológico; florestas nacionais; reservas de fauna; reservas de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural (UNIDADES..., 2008).

gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (UNIDADES..., 2008, p. 15).

Por sua vez, uso sustentável é definido como

[...] exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (UNIDADES..., 2008, p. 16).

No texto legal evidencia-se a influência dos ditames do desenvolvimento sustentável preconizados pelo Relatório Brundtland, no sentido de conciliar a ocupação humana e a utilização racional dos recursos naturais.

Deste modo, e a considerar o quadro de insustentabilidade no manejo dos recursos existentes nos ambientes estuarinos do litoral paraense, exemplarmente no município de Curuçá, conclui-se que a implantação de uma RESEX na área representaria um modelo promissor na administração e resolução desta problemática. Nesse contexto, arranjos institucionais, instrumentos e mecanismos diversos foram formulados e executados, em distintas esferas, com o fito de promover a operacionalização da RESEX, bem como a efetivação de seus objetivos. Entre esses, destacam-se a Portaria Interministerial nº. 13, de 19 de setembro de 2002, que reconheceu os usuários das RESEX como beneficiários do PNRA, a ser abordado no próximo capítulo e o Convênio MMA/FNMA nº. 019/2004, que viabilizou o Projeto “Mãe Grande: Gestão Participativa na RESEX de Curuçá”.

5.1.3 Gestão da RESEX Mãe Grande: instrumentos e canais de participação

Conforme já assinalado, a participação da população usuária é condição fundamental ao processo de constituição de uma UC de uso sustentável. Nesses termos, uma das diretrizes que regem o SNUC é assegurar a “[...] participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (UNIDADES..., 2008, p. 18). Em consonância com este princípio, efetuou-se o convênio MMA/FNMA nº 019/2004 entre este ministério e a Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua,¹¹⁰ entidade representativa das comunidades naquela ocasião.

Esse convênio foi celebrado com o fito de promover a execução do Projeto “Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande de Curuçá: um processo de mobilização dos atores

¹¹⁰ Dada a inexistência de uma entidade representativa de toda a população potencialmente usuária da RESEX no início das discussões, a qual só veio a ser criada posteriormente, a AUREMAG, e considerando a exigência formal da sociedade civil organizada no processo de constituição de UC de uso sustentável, este papel foi assumido inicialmente pela Associação dos Pescadores Artesanais de Tucumateua. Esta vem a ser uma das 52 comunidades componentes de Mãe Grande.

sociais relevantes à gestão da Unidade de Conservação – RESEX – Reserva Extrativa Mãe Grande de Curuçá” (BRASIL, 2004). O mesmo pautou-se pelos seguintes objetivos:

- a) Instituir o Conselho da Unidade de Conservação¹¹¹ e seu respectivo regimento interno;
- b) Realizar um diagnóstico socioambiental participativo da reserva extrativista Mãe Grande de Curuçá, com vistas a subsidiar a elaboração do posterior Plano de Uso da área;
- c) Elaboração de material didático a partir do diagnóstico socioambiental realizado e,
- d) Promover um processo de divulgação do material didático da Reserva Extrativista Mãe Grande, destacando sua importância e objetivando os atores (BRASIL, 2004).

Nota-se, então, os preceitos da participação e da sustentabilidade a nortear estas iniciativas de “mobilização” e “defesa dos interesses” dos agentes sociais potencialmente envolvidos e/ou atingidos pelas ações da RESEX.

Neste ponto, importa discorrer acerca dos desdobramentos e implicações de tais iniciativas no processo de implementação e gestão desta UC no município de Curuçá. Destaca-se como ações relevantes deste processo a constituição do Conselho Deliberativo e dos CCR. Vislumbra-se, porém, a partir da análise dos dados, que a existência destes canais é insuficiente e/ou ineficiente para assegurar a participação efetiva dos usuários na gestão da RESEX Mãe Grande, embora representem um avanço importante nesta direção.

A execução do Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande de Curuçá, doravante denominado PGP, tornou-se, segundo Rocha (2007), uma ferramenta relevante no debate de políticas públicas para as comunidades pesqueiras de Curuçá, incorporando nas discussões os extrativistas do mangue, categorias historicamente excluídas. Desse modo, problemáticas locais, antes desconsideradas, passaram a ser discutidas por agentes diversos. “A questão dos rios, igarapés, matas ciliares, o defeso das espécies marinhas ameaçadas, pesquisas científicas e uma série de temas socioculturais e ambientais brotam e passam a fazer parte das agendas desses agentes, a partir exatamente dessas demandas locais” (ROCHA, 2007, p. 4). Com o PGP buscava-se, então, garantir e ampliar a participação da sociedade civil no debate destas questões.

A percepção da redução dos recursos naturais do mangue e da maré, ou seja, de mexilhões, caranguejos e espécies pesqueiras entre outros, e a construção de alternativas para o equacionamento desta problemática permeou o processo. Nessa direção, subsidiou-se, inclusive, o início das discussões acerca dos planos de utilização e de manejo da RESEX. Conforme Rocha (2007), para facilitar a participação dos usuários, as comunidades

¹¹¹ Dada a relevância do Conselho Deliberativo quanto aos objetivos da pesquisa, esse será abordado em tópico específico, adiante.

integrantes da Reserva foram agrupadas em oito pólos, de modo a facilitar a identificação das entidades representativas dos extrativistas e sua integração às instituições públicas parceiras.

A metodologia utilizada consistia na realização de reuniões e assembléias, com o fito de “[...] garantir a participação ativa dos diversos grupos comunitários na apresentação das demandas locais, assim como na elaboração dos diagnósticos socioambientais” (ROCHA, 2007, p. 11). Realizou-se, ainda, seminários temáticos sobre atividades produtivas diversas. Nestes encontros se propôs a criação dos “Comitês Comunitários da Reserva” (ROCHA, 2007), que seriam formados por cinco representantes de cada comunidade.

Com estes, se pretendia estabelecer um elo entre as comunidades e as lideranças que estavam a conduzir o processo de implementação da RESEX e, ainda, o apoio às ações desta UC nas localidades, inclusive em termos de fiscalização, conforme ilustra o depoimento a seguir: “Vai ajudar muito a gente no controle do desmatamento, o bate-veneno no igarapé, a tiração de caranguejo de tapa, de laço. A Reserva veio aqui e formou um grupo de cinco pra combater isso”¹¹². Buscava-se construir, assim, uma relação de parceria permanente com as comunidades. Porém, de acordo com lideranças entrevistadas, por razões diversas a primeira tentativa nesse sentido fracassou e os Comitês não funcionaram, na prática.

De acordo com Rocha (2007, p. 8), o PGP pautou-se pela execução de “[...] uma sequência de ações mobilizadoras de atores sociais comprometidos com a defesa dos recursos do litoral do município e oportunizar às suas populações tradicionais maior engajamento e ganhos com isso”. Nesse contexto, dentre as atividades desenvolvidas no âmbito do projeto, destacam-se:

- a) Reuniões com órgãos parceiros para preparação de material didático para divulgação;
- b) Reuniões com membros dos Comitês para discussão das regras de utilização dos recursos existentes na RESEX e a importância da base comunitária na formação do Conselho Deliberativo;
- c) Apresentação às comunidades de diagnóstico sobre os recursos hídricos da RESEX;
- d) Reuniões preparatórias para a criação do Conselho.

Tais ações se inseriam, então, num processo de fomento da gestão participativa da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

¹¹² Idem à nota de rodapé n. 70

Além destas atividades foi promovido, ao longo do ano de 2004, um ciclo de palestras, ministradas por parceiros diversos na efetivação da RESEX, conforme demonstra o Quadro 3, abaixo.

TEMA	PALESTRANTE
Gestão, uso e mobilização social em defesa dos recursos naturais do município de Curuçá	CNPT/IBAMA
Diagnóstico socioambiental	MPEG
Extensão pesqueira e uso sustentável dos recursos do litoral de Curuçá	EMATER-PA, Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) CEPNOR
Pesquisas sobre os recursos pesqueiros do município de Curuçá	UFPA
A maricultura na comunidade de Lauro Sodré	Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM) SEBRAE
Estudo socioeconômico da atividade de extração do caranguejo	Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA)
RESEX Mãe Grande como beneficiária do Programa de Reforma Agrária do governo federal	INCRA
Fortalecimento da agricultura familiar, com ênfase nas culturas de subsistência, do bacuri e açaí	EMBRAPA
Projetos de recuperação e proteção às nascentes nas comunidades da área da RESEX	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) CNPT
Cidadania pesqueira	CNPT
Impacto ambiental no ambiente pesqueiro e Plano Diretor	MPEG

Quadro n. 3: Palestras ministradas no âmbito do PGP

Fonte: Rocha (2007), adaptado por Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Segundo Rocha (2007) este conjunto de temáticas foi apresentado e debatido em vários encontros com a sociedade local, tendo subsidiado, inclusive, a criação do Conselho Deliberativo. Verifica-se que os temas abordados nas palestras, bem como na pauta de reuniões, convergem para a utilização sustentável dos recursos naturais existentes no município e a importância da organização social no contexto de implementação da Reserva.

No âmbito do PGP, elaborou-se, ainda, o “Diagnóstico Etnoecológico da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá”, em parceria com pesquisadores do MPEG. Segundo Rocha (2007) e Equipe Renas (2003), este documento contribuiu na identificação das problemáticas socioambientais existentes nas comunidades locais, além de possibilitar maior visibilidade ao PGP e ao município de Curuçá, sobretudo no que tange aos recursos do seu litoral. No que se refere ao processo de divulgação, confeccionou-se folders e cartilhas

informativos acerca dos objetivos, atribuições e ações da RESEX e realizados debates e entrevistas nas rádios comunitárias do município e elaborou-se, também, um documentário. De acordo com Rocha (2007), a exposição deste material foi efetuada em escolas, associações comunitárias e comunidades integrantes da UC.

A análise de entrevistas realizadas e da documentação consultada revela que, num primeiro momento, o processo de implementação da RESEX Mãe Grande foi norteadado pela mobilização dos atores locais, pela identificação e discussão dos problemas socioambientais e pelo repasse de informações pertinentes à UC. De fato, diversos interlocutores da pesquisa mencionaram ter participado de reuniões e atividades pautadas por estes propósitos. Ao se inquirir sobre o conhecimento obtido acerca dos objetivos e ações desta UC, obteve-se, entre outras, as seguintes respostas:

- O principal foco dela são os manguezais, o desmatamento e em primeiro lugar, a consciência de cada um ¹¹³;
- Ela foi criada pra dar proteção pro nosso meio ambiente, pro nosso litoral [...] pra área extrativista ¹¹⁴;
- A Reserva é para o pescador artesanal ter a sua sustentabilidade, o pescador pegar o peixe e vender ele mesmo pra não depender do atravessador, que ele vende o peixe mais caro e ganha mais ¹¹⁵;
- [...] (que) a gente tem que ter um cuidado com a área, de não desmatar, preservar os igarapés, o meio ambiente ¹¹⁶.

De que modo estas informações e ensinamentos foram apropriados e/ou refletiram-se na prática cotidiana dos usuários da RESEX Mãe Grande é uma questão relevante e será abordada oportunamente.

Nesse contexto, há que se destacar, ainda, a criação da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista (AUREMAG), de iniciativa das lideranças locais, fundada em 05 de maio de 2003, com o objetivo de “[...] proporcionar aos seus membros uma forma de *participação* comunitária ativa, e a *representá-los* e *defendê-los* em seus interesses políticos, socioculturais e ambientais” (RESERVA..., 2003, p. 1, Art. 1º, grifos nossos). A área de atuação da referida associação, inclusive para fins de admissão de associados, abrange o território delimitado no mapeamento da RESEX (RESERVA..., 2003, p. 1), do que se

¹¹³ Nílson Monteiro do Nascimento. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

¹¹⁴ Eremito Monteiro de Almeida. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

¹¹⁵ Nivalda Andrade Borges. Entrevista concedida à autora em 22 de julho de 2009.

¹¹⁶ Rosil Monteiro Cabral. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

depreende uma proposta de abrangência integral, em termos de representação, das comunidades constituintes dessa UC.

Nessa direção, e de acordo com o seu estatuto social, precisamente no artigo 2º, os sócios da AUREMAG propõem-se a promover:

- I. Apoio e estímulo à defesa dos recursos do mangue e da maré, assegurando-os às presentes e futuras gerações.
- II. Defesa da vegetação nativa, dos mananciais que integram os Ecossistemas do Município e dos interesses das populações tradicionais dos nossos povoados pesqueiros.
- III. Estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa dos interesses ambientais, econômicos, sociais, culturais e políticos dos seus associados [...] (RESERVA..., 2003).

Importa ressaltar que esta associação foi criada no âmbito da execução do PGP, e em consonância com as diretrizes do SNUC, que postulam a participação da população usuária na gestão de UC de uso sustentável.

A partir da instalação do Conselho Deliberativo da RESEX, em 23 de novembro de 2005, a AUREMAG passou a representar formal e institucionalmente todos os seus usuários desta UC – agricultores, pescadores, extrativistas em geral. Neste ponto, há que se tecer algumas considerações acerca da representatividade e a atuação desta instituição. A AUREMAG foi constituída com 22 sócios fundadores, composição que permanece até hoje, com uma exceção¹¹⁷. Entre seus membros, pescadores, marisqueiras, caranguejeiros e lideranças oriundas dos movimentos sociais locais e pastorais da Igreja Católica.

Ao se questionar esse quantitativo, em entrevistas efetuadas com o anterior e a atual presidenta desta associação, estes revelaram que, apesar do trabalho de mobilização e incentivo à filiação dos usuários da RESEX na instituição, poucos se dispuseram a participar. Em geral, todos alegaram a falta de tempo disponível, conforme informações prestadas pela presidenta atual da associação. No entanto, a realização de um procedimento formal envolvendo os extrativistas e a AUREMAG, aparentemente desprovido de esclarecimentos, provocou questionamentos posteriores, inclusive colocando em xeque a legitimidade da instituição.

Com a inclusão da RESEX Mãe Grande no Programa Nacional de Reforma Agrária, exigiu-se o cadastramento das famílias potencialmente beneficiárias junto à AUREMAG. Objetivou-se, assim, comprovar o pertencimento a uma das categorias de usuários da UC, para poder fazer jus aos benefícios fomentados pelo INCRA. Tal cadastro, portanto, não implicava na filiação à AUREMAG.

¹¹⁷ Um dos sócios fundadores faleceu.

Todavia, segundo informações do ex-presidente dessa associação, corroboradas por interlocutores diversos, beneficiários do Projeto, efetuou-se um desconto de R\$ 100,00 no recurso de apoio, de R\$ 2.400,00 de cada um dos 2.000 usuários cadastrados na primeira etapa do Programa, totalizando R\$ 20.000,00. Este desconto teria sido feito pelo INCRA e o valor, transferido diretamente à AUREMAG, para ser aplicado em suas despesas, com o devido consentimento daqueles. Desse modo, repassou-se aos usuários R\$ 2.300, já efetuado o desconto em tela¹¹⁸.

Pelo que se pôde verificar em campo, aparentemente houve o entendimento de que esse alistamento implicava na condição de associado da AUREMAG. Teve-se conhecimento de que, após assembléia ocorrida em cinco de janeiro de 2008, para aclamação de nova diretoria, houve protestos por parte de um grupo de usuários, por se sentirem excluídos do processo eleitoral. Protestaram, ainda, contra o fato de não ter sido realizada, até então, nenhuma assembléia geral envolvendo esses 2.000 supostos sócios, os quais, segundo o estatuto da AUREMAG, se enquadrariam na categoria de sócios admitidos¹¹⁹. E, em abaixoassinado, solicitaram a impugnação da diretoria aclamada, solicitando novas eleições com a sua participação.

Não foi possível conhecer com exatidão o desfecho desse processo, principalmente devido à resistência de alguns interlocutores em se manifestar sobre o assunto (BATISTA, 2010, 2009, n. c.). É certo, porém, que as demandas dos pleiteantes não foram atendidas, pois a composição da AUREMAG não foi alterada e se manteve o direito de voto apenas aos sócios fundadores¹²⁰. Essa questão é um dado relevante a ser considerado haja vista que a população usuária da RESEX envolve aproximadamente 6.000 famílias, distribuídas em 52 comunidades.

A despeito das ações desenvolvidas pela referida entidade em prol dos extrativistas, pescadores e pequenos agricultores locais, as quais serão elencadas adiante, evidencia-se minimamente uma certa desproporcionalidade entre o número de representantes e o de representados. A considerar-se que pelo menos 1/3 dos membros da AUREMAG residem na

¹¹⁸ Em entrevista, o funcionário do INCRA, Milton Vilhena, responsável pela execução do projeto em Mãe Grande, confirmou tal ocorrência, prevista na Norma de Execução (NE) nº 40, de 30 de março de 2004. De acordo com esse interlocutor, o recurso financeiro em questão seria utilizado para custear despesas de transporte, alimentação e hospedagem dos membros da AUREMAG no exercício das funções inerentes ao cargo, como viagens, tomadas de preço etc.

¹¹⁹ Com efeito, o Art. 5º do Estatuto da AUREMAG estabelece que esta possui as seguintes categorias de sócios: fundadores, admitidos e beneméritos.

¹²⁰ Conforme informações verbais dadas por Manoel Gomes e Alcinei Negrão Flexa, sócios fundadores e respectivamente tesoureiro e segundo secretário na atual diretoria da AUREMAG.

sede do município, configura-se uma sub-representação das comunidades do interior, já que os membros dos CCR não são filiados àquela.

5.1.4 O Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande

O conselho gestor deliberativo e o plano de manejo, são os instrumentos principais de gestão de UC de uso sustentável – RESEX e RDS – definidos pelo SNUC¹²¹. De acordo com o Art. 2º da Instrução Normativa (IN) n. 02, de 18 de setembro de 2007, do ICMBIO, os conselhos deliberativos representam “[...] o espaço legalmente constituído de valorização, discussão, negociação, deliberação e gestão da Unidade de Conservação e sua área de influência referente a questões sociais, econômicas, culturais e ambientais”.

Nestes termos, são colegiados integrados por representantes do poder público, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais da UC (INSTITUTO..., 2007b). A pensar como Vianna (2008), a criação deste órgão gestor representou uma mudança significativa na percepção de conservação de áreas protegidas. Por certo, tal iniciativa introduziu a concepção de gestão compartilhada das UC, concretizando instrumentos para a participação das populações afetadas e/ou envolvidas nesse processo.

No decurso de execução do PGP, as ações passaram a convergir para a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande, um dos seus objetivos principais, sendo realizadas várias assembleias para a discussão específica deste tema. No contexto de articulações para a implantação do Conselho, criou-se associações diversas, umas comunitárias e outras relacionadas às atividades produtivas peculiares entre os usuários da Reserva e/ou à conservação de fontes d’água e áreas “verdes” no município, conforme se relaciona abaixo:

1. Associação dos Amigos do Bosque e Iupura;
2. Associação dos amigos do Bosque Boa Lembrança / Reserva Peixe-Boi;
3. Associação Comunitária Boa União do Candeu;
4. Associação Comunitária de Pedras Grandes;
5. Associação de Moradores da Comunidade de Pinheiro;
6. Associação das Mulheres Amigas do Mangue;
7. Associação Comunitária do Bairro Novo de São Pedro;
8. Associação das Marisqueiras de Caratateua;

¹²¹ Nas demais modalidades de UC o conselho gestor é consultivo.

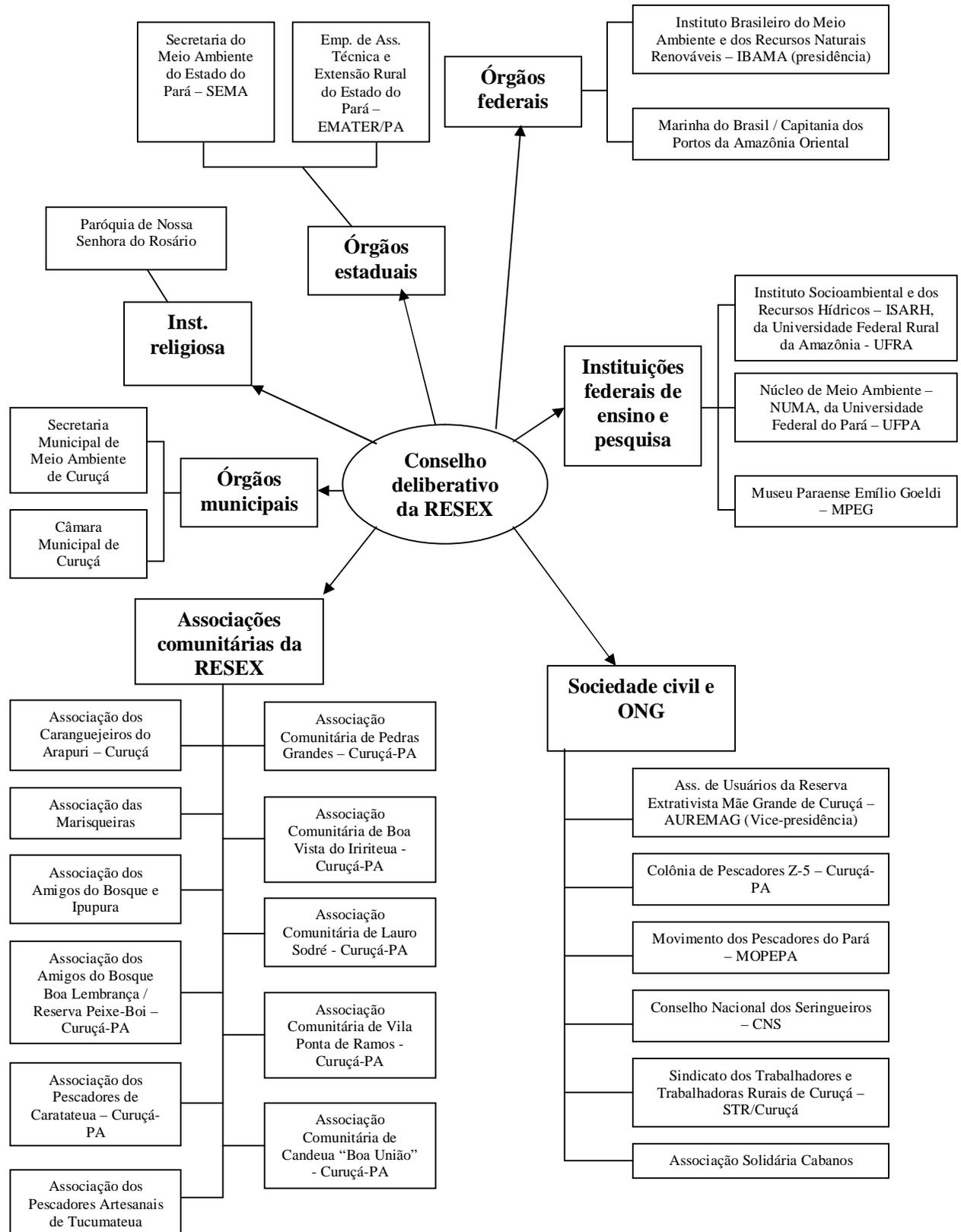
9. Associação das Marisqueiras de Valentim;
10. Associação das Marisqueiras do polo Cidade;
11. Associação dos Caranguejeiros de Arapuri.

A constituição de tais entidades evidencia uma estratégia de fortalecimento das organizações representativas dos usuários da RESEX.

Com efeito, o relatório de avaliação do Convênio 019/2004 (BRASIL, 2004), no âmbito do FNMA, aponta como um dos principais impactos do projeto a inclusão de novas lideranças comunitárias locais no processo de gestão da UC e a legalização de associações. E, esse contexto de reuniões, assembléias e debates culminou com a criação do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande, no dia 23 de novembro de 2005 (ROCHA, 2007). Em sua composição foram integrados representantes da sociedade civil local, de órgãos públicos das diversas esferas e das populações tradicionais, totalizando 27 membros, conforme o organograma 1, na página seguinte.

A criação do conselho, regulamentada pela portaria nº 24, de 09 de março de 2006, do IBAMA, representou um marco fundamental no processo de implementação da RESEX Mãe Grande, constituindo-se “[...] fórum permanente de debate da sociedade civil curuçaense” (ROCHA, 2007). Consoante às expectativas geradas, almejava-se, através da instituição deste colegiado, a democratização dos processos decisórios concernentes àquela UC, a divisão de atribuições e a ampliação das possibilidades de disseminação das políticas públicas e ações a serem implementadas na área (BRASIL, 2004). E, de acordo com a proposta de seu regimento interno, o órgão gestor nortear-se-ia pelos princípios da sustentabilidade, transparência e agregação de parcerias, além da proposição sistemática de diretrizes, ações e programas com o fito de compatibilizar, integrar e/ou otimizar a relação com a população tradicional da RESEX.

A despeito das diversas problemáticas existentes, a demandar a ação urgente do Conselho, este, enfrentou uma série de óbices, inclusive de ordem institucional, os quais retardaram o início de suas atividades formais. Cumpre ressaltar que durante parte do processo de implementação de Mãe Grande, as UC eram geridas pelo CNPT. No entanto, em abril de 2007, com a criação do ICMBIO, tal atribuição passou à alçada deste órgão.



Organograma 01: Composição do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá. Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.

Desse modo, e de acordo com Flávio Cerezo¹²² e com a ata da primeira reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX (RESERVA... 2008a) a protelação das atividades do órgão tiveram motivações diversas. As mudanças internas no IBAMA, que culminaram com a sua divisão, bem como a situação de indefinição organizacional do recém-criado instituto e a greve dos servidores, insatisfeitos com tal contexto, praticamente inviabilizaram quaisquer ações naquela conjuntura. Some-se a este quadro a redução do número de servidores, sobrecarregando os remanescentes, os quais assumiram os encargos de RESEX diversas.

Em consequência, o Conselho não se reuniu ao longo de todo o ano de 2007, pois, de acordo com a legislação, a presidência do colegiado é exercida pelo servidor do órgão ambiental lotado como chefe da UC. Com a nomeação de um novo analista ambiental e a liberação dos primeiros recursos financeiros, no segundo semestre daquele ano, foi possível iniciar gradativamente as atividades, encetadas por missões de monitoramento, fiscalização e apoio institucional local¹²³. A partir de 30 de abril de 2008, quando ocorreu a sua primeira reunião ordinária, o órgão gestor passou a se reunir com certa regularidade e a exercer atividades de monitoramento e proteção dos recursos naturais existentes na RESEX e ações de educação ambiental.

Nesse contexto, a formulação do Plano de Manejo da UC, a discussão acerca de empreendimentos potencialmente impactadores da biosociodiversidade local, e a realização de pesquisas de diversas matrizes científicas, e com objetivos os mais distintos, na esfera da RESEX adquirem relevância na pauta do Conselho. Este espaço também passa a ser utilizado para veicular denúncias de práticas de manejo predatórias no interior e entorno da RESEX. E, como canal de expressão de segmentos sociais distintos, reflete, certamente, as expectativas, interesses e objetivos de seus membros, muitas vezes divergentes.

5.2 PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DA RESEX MÃE GRANDE: PERSPECTIVAS ANALÍTICAS

A análise dos dados coletados em campo indica que na fase inicial de implementação da RESEX Mãe Grande, pautada por um processo de mobilização, já assinalado, fez-se

¹²² Analista ambiental do ICMBIO responsável pela implementação da UC em Curuçá. Informação verbal repassada a à autora em maio de 2010.

¹²³ Idem à nota anterior.

necessário “provocar” a participação da população potencialmente usuária nos debates em curso através de determinados agentes. Estes, já possuíam uma trajetória de atuação na sociedade local, seja na militância política, na esfera educacional, religiosa, comunitária ou no campo da extensão rural. As experiências e conhecimentos acumulados por estes sujeitos foi utilizada num processo de sensibilização da comunidade local acerca da importância da utilização racional dos recursos naturais através da criação de uma unidade de conservação, para o desenvolvimento da região.

A pensar como Bordenave (2007), tais agentes podem ser identificados como “núcleos de liderança”, ou seja, grupos que estimulam e sustentam a organização e a mobilização de agrupamentos sociais diversos. Sua atuação é salutar na medida em que “[...] podem facilitar a canalização de recursos, informações e ideias entre o grupo comunitário e as instituições sociais extracomunitárias” (BORDENAVE, 2007, pp. 59-60). Contudo, é mister cuidar para que esses instrumentos não sejam desvirtuados dos interesses e propósitos da comunidade e/ou utilizados em causa própria.

A execução do Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande de Curuçá foi uma iniciativa relevante, no sentido de promover a participação da sociedade local, sobretudo as populações tradicionais, no processo de implementação da UC. No entanto, as evidências coletadas em campo demonstraram fatores diversos, a condicionar a participação dos distintos sujeitos sociais envolvidos na gestão desta RESEX. Entre estes fatores, destaca-se a falta de informação e conhecimento acerca das próprias atribuições do Conselho Deliberativo e dos CCR. De fato, os membros destes comitês, contatados no decurso da pesquisa, demonstraram falta de clareza sobre os objetivos e competências da UC que estão a representar nas comunidades.

A considerar os ensinamentos de Bordenave (2007), Dowbor (2008) e Nogueira (2005), a informação e a comunicação são fundamentais para garantir a qualidade dos processos participativos.

A qualidade da participação fundamenta-se na informação veraz e oportuna. Isto implica num contínuo processo de criação de conhecimento pelo grupo, tanto sobre si mesmo como sobre seu ambiente, processo que requer a abertura de canais informativos confiáveis e desobstruídos (BORDENAVE, 2007, p. 50).

As evidências coletadas no processo de realização da pesquisa revelaram a ausência e/ou ineficiência de comunicação entre estes e as lideranças da UC, sobretudo as da direção da associação representativa dos seus usuários.

A ausência de estratégias comunicativas por parte de tais lideranças esteve presente desde o início do processo de composição dos comitês comunitários como demonstra o depoimento abaixo:

Eles chegaram aqui pra uma reunião e queriam cinco pessoas pra se responsabilizar aqui pela vila [...] vocês escolhem cinco pessoas que queiram ficar responsáveis pelo comitê. Ninguém se manifestou! Ninguém queria! Ninguém queria! O China chegou, se manifestou: “bóra, entra aí”. Por ele, eu assinei. Falamos pra Cleide, a Cleide também aceitou. Perguntaram pro pessoal da reunião: vocês querem que esse pessoal fique? [...] Porque tudo era o China que tinha que tá no meio, é o único que se manifesta¹²⁴.

Esta fala, emblemática do processo de escolha dos membros dos comitês nas comunidades, evidencia que esta iniciativa não foi precedida de um debate acerca das funções, competências e objetivos de tal instituição. Como estas variáveis não foram devidamente explicitadas aos comunitários, o engajamento destes neste canal de “participação” na gestão da RESEX ficou prejudicado sobremaneira.

Desse modo, a escolha dos membros acabou recaindo sobre indivíduos que já exerciam algum tipo de liderança, formal ou informal, na comunidade, independente de seu grau de conhecimento acerca da função a ser exercida ou mesmo de disponibilidade de tempo para ocupar tal cargo. Não se registrou nenhuma comunidade onde, após a sua composição, os cinco membros dos comitês tenham se reunido alguma vez para discutir as questões socioambientais existentes em suas localidades ou tenham mobilizado os demais comunitários para tal. Por conseguinte, abstrai-se que a existência dos CCR não está a garantir a apregoada participação das comunidades na gestão da RESEX.

A pensar como Dowbor (2008, p. 41), o espaço local, neste caso a comunidade é um *locus* privilegiado de democratização das decisões, posto que “[...] o cidadão pode intervir com muito mais clareza e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança e dos quais tem conhecimento direto”. Nesta direção, há que se ressaltar que a finalidade da criação dos comitês comunitários é louvável. Esta, em termos formais, consiste em apoiar as ações da RESEX no nível da comunidade.

Nesta perspectiva, competiria aos comitês comunitários identificar e fomentar a discussão das problemáticas socioambientais, bem como zelar por práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais no território das comunidades, inclusive efetuando denúncias de eventuais infrações. A realidade demonstra, contudo, que estas competências não foram

¹²⁴ Paulo da Silva Ferreira, Informação verbal repassada à autora em abril de 2010.

internalizadas pelos membros dos comitês, seja pela ineficiência das estratégias de comunicação, seja pela ausência de infraestrutura e apoio institucional a estes¹²⁵.

Por seu turno, a AUREMAG, associação dos usuários da reserva, também está a enfrentar dificuldades diversas. Sócios fundadores desta associação, inclusive membros do seu quadro diretor, contatados no decorrer da pesquisa, relataram reiteradamente a falta de comunicação existente na instituição (BATISTA, 2010, 2009, n. c.) Segundo tais interlocutores a AUREMAG não tem se reunido há vários meses, contrariando o estatuto, que prevê, no mínimo quatro reuniões ordinárias por ano, a ser convocadas pelo seu presidente ou presidente. Outrossim, a própria diretoria não estaria se reunindo para deliberar acerca das questões pertinentes ao funcionamento da entidade.

Em campo, vislumbraram-se indícios de centralização decisória pela atual presidente da associação. Com efeito, a ausência de distribuição de funções e a inexistência de prestação de contas dos atos realizados em nome da RESEX é uma tendência dominante no âmbito da AUREMAG. Também, a participação em eventos de caráter técnico, científico e/ou acadêmico, como seminários, congressos, palestras etc. denota estar circunscrita à presidente, inviabilizando assim, a aquisição de conhecimentos novos por parte dos demais membros da instituição.

Tal postura acentua uma tendência a dificultar a capacitação de novas lideranças, potencialmente aptas a continuar as atividades da associação. Ademais, segundo interlocutores da pesquisa, membros da AUREMAG, o mandato da atual diretoria expirou há seis meses, porém o processo eleitoral para a substituição da mesma foi suspenso. Isto devido a modificações que estariam sendo feitas no estatuto social da associação pelo MPF.

Nesse ínterim, e conforme constatado em campo encontra-se em curso um processo de tentativa de cooptação de lideranças da RESEX pelo poder público municipal para “bater chapa” com a atual presidente. Tal processo se justificaria, segundo interlocutores pertencentes aos quadros da administração pública, que pediram para não ser identificados, pois segundo seu entendimento, a “postura radical” e “fechada ao diálogo” da presidente, são considerados empecilhos para a realização de uma parceria efetiva entre a Reserva e a administração municipal.

Ressalte-se que tal percepção é compartilhada por sócios da AUREMAG, que lamentam os rumos tomados pela instituição. Convém enfatizar, porém, que os insatisfeitos com estas

¹²⁵ Com efeito, membros diversos de comitês comunitários referiram que não tem apoio institucional dos órgãos competentes para fiscalizar e coibir ações predatórias dos recursos naturais na esfera das comunidades (BATISTA, 2010, 2009, n. c.).

questões, os quais somam uma quantidade expressiva, até o momento não tomaram nenhuma atitude prática para tentar reverter este quadro. Essa postura de omissão acaba, então, por legitimar e fazer perdurar a situação atual.

No que tange ao Conselho Deliberativo da RESEX, há que se ressaltar a sua constituição como um espaço diversificado e complexo de atuação no cenário sociopolítico local. Ressalte-se que esta esfera foi historicamente marcada pelo domínio de grupos familiares detentores de poder econômico (FAVACHO, 2003). A pensar como Abers, Keck (2008), os conselhos gestores destacam-se como fomentadores de práticas e procedimentos novos, constituindo-se em arenas para o debate e a tomada de decisão.

Desse modo, esse órgão gestor destaca-se como uma instância de discussão e intermediação entre populações tradicionais, instituições públicas, academia e o poder público nas esferas municipal, estadual e federal. Sua importância pode ser medida, inclusive, pelos pedidos de instituições locais diversas para fazer parte da composição do mesmo na condição de membros. Neste espaço competem, convergem ou se articulam interesses pessoais e/ou coletivos, lícitos e/ou escusos, políticos, econômicos e inclusive partidários.

De fato, no processo de finalização da pesquisa, teve-se conhecimento de que seis instituições locais solicitaram ingresso na composição do Conselho, a saber: Associação Comercial e Industrial de Curuçá (ACIC), Sindicato do Produtor Rural de Curuçá, Instituto Tapiaim, Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), seção Curuçá e Associação de Produtores Rurais Nova Vista de Curuçá (APRONOVIC) (RESERVA ..., 2010). A justificativa apresentada pelo representante da ACIC ao solicitar a admissão como membro do Conselho norteadada pela concepção de que “[...] a RESEX não envolve mais assuntos de interesse exclusivo dos pescadores, mas do município como um todo” (RESERVA..., 2010a, p. 6) é emblemática da dimensão adquirida pela UC no contexto local.

A se considerar a problemática deste trabalho, sobretudo no que respeita à participação dos usuários da RESEX Mãe Grande no processo de gestão desta UC, é pertinente estabelecer algumas interfaces com os pressupostos teóricos abordados. Bordenave (2007) destaca como eixo fulcral da participação a relevância das decisões a cuja formulação os sujeitos têm acesso, bem como o seu grau de controle sobre tais decisões. De acordo com os graus de participação elencados por Bordenave (2007, p. 32), o órgão gestor da RESEX estaria no plano da cogestão, no qual “[...] a administração da organização é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade” onde “[...] comitês, conselhos ou outras formas colegiadas são usadas para tomar decisões”.

Nestes termos, todos os membros do Conselho Deliberativo da RESEX estariam em igualdade de condições e aptos a exercer a participação plena, em que cada indivíduo exerce igual influência nas deliberações e decisões (PATEMAN, 2002). Pois, formalmente, todos têm direito a voz e a voto no plenário desta instituição. Todavia, a análise das atas do Conselho Deliberativo, bem como a participação em algumas reuniões no decorrer da pesquisa de campo, revela que o processo participativo no contexto desta organização é condicionado por uma série de fatores, que limitam a participação, sobretudo dos membros representativos das associações comunitárias.

Em que pese a relevância das discussões efetuadas no âmbito do órgão gestor, observa-se que, de modo geral, os componentes de tais associações não dispõem das informações necessárias para argumentar acerca das questões a ser deliberadas. Nesse sentido, os representantes dos órgãos públicos e da academia, bem como os dirigentes das entidades de classe, mostram-se mais bem preparados para defender seus pontos de vista nas reuniões. Poucas intervenções são feitas pelos representantes das AC no contexto das reuniões, limitando-se, geralmente, a denúncias pontuais de uso inadequado dos recursos naturais nas comunidades.

O acesso a educação formal pode ajudar a explicar este quadro. Dos 11 representantes de AC da RESEX no período em que a pesquisa foi desenvolvida, seis possuíam ensino fundamental menor incompleto, um nunca estudou, embora possa ser considerado autodidata, pois aprendeu a ler, escrever e efetuar cálculos por conta própria, e apenas quatro concluíram a 8ª série e/ou o ensino médio. Por seu turno, os demais membros do Conselho possuem o ensino médio completo ou graduação e pós. Aqueles – pescadores, catadores de caranguejos, marisqueiras, atividades que dependem dos ciclos das marés – precisam “perder” um dia de trabalho para participar das atividades do Conselho. Estes, geralmente funcionários públicos, são liberados de suas ocupações, sem nenhum prejuízo de seus salários.

As deficiências culturais, educacionais e de capacitação técnica e a influência da estrutura social são apontadas por Bandeira (1999), Bordenave (2007), Frey (2005), Simonian (2003) e Silva (2007, 2003) como limitações à participação. Decerto, a gestão participativa é suscetível a obstáculos, dificuldades e problemas, os quais constituem os custos da participação (NOGUEIRA, 2005). No caso em tela, as dificuldades de deslocamento, as falhas e/ou atrasos na comunicação – muitas vezes os representantes de AC não são informados a tempo das reuniões, e a falta de capacitação técnica para entender o jargão técnico-científico usualmente adotado nas discussões, revelam-se os mais patentes. Esta

realidade remete ao problema da desigualdade, apontado por Abers, Keck (2004), como um dos obstáculos à participação.

A pensar como Nogueira (2005), quando os custos crescem demais, a participação tende a refluir. Na esfera do órgão gestor da RESEX Mãe Grande isto se reflete nas faltas às reuniões ordinárias e extraordinárias e em uma postura passiva diante dos debates efetuados. A considerar os postulados teóricos de Bordenave (2007) a participação de tais sujeitos, então, pode ser enquadrada no grau de consulta em relação a uma temática, o que segundo Pateman (1992), configura uma pseudo-participação.

Cabe ressaltar que não é este o objetivo do Conselho. Pois, embora o órgão seja dividido em instâncias – presidência, vice-presidência, plenário, grupos de trabalho e secretaria executiva, estatutariamente, de acordo com o artigo 10 de seu regimento interno, o plenário é a instância soberana e deliberativa. E, em termos formais, institui princípios que promovem a participação de seus membros, indistintamente. Com efeito, o Artigo 11 do seu regimento interno elenca, entre outras, as seguintes atribuições dos conselheiros:

- a) *Requerer* ao presidente, *informações, providências, esclarecimentos e vistas* dos processos e documentos;
- b) *Discutir* e votar todas as matérias;
- c) *Apresentar propostas e sugerir matérias* para apreciação do conselho;
- d) Solicitar ao presidente a convocação de reuniões extraordinárias;
- e) *Propor inclusão de matéria na ordem do dia*, bem como priorizar os assuntos dela constantes (RESERVA..., 2006, p. 3, grifos da autora).

No entanto, em entrevista com o atual presidente do órgão gestor, Rodrigo Jorge Pinto, este informou que a maioria das matérias discutidas nas reuniões foi proposta por sua iniciativa, de acordo com as problemáticas que foram se apresentando.

Em menor proporção, a agenda seguida foi pautada por demandas de instituições como órgãos públicos e empresas particulares. Neste caso, tratou-se geralmente de solicitação para autorização de empreendimentos na área da RESEX. E ainda, por pedidos de instituições de ensino, pesquisa e extensão, com vistas a desenvolver tais atividades no contexto da UC.

Nessa perspectiva, há que se ressaltar, a exigência legal de se garantir a maioria de representantes das populações tradicionais na composição de conselhos deliberativos de RESEX e RDS¹²⁶. Inclusive, o regimento interno do órgão gestor de Mãe Grande assegura, exclusivamente, às representações das comunidades de usuários a condição de mandato vitalício, ao passo que dos demais membros o mandato é de quatro anos, cuja possibilidade de

¹²⁶ De acordo com o inciso III, do artigo 9º da Instrução Normativa (IN) 02, de 18 de setembro de 2007, que disciplina as diretrizes, normas e funcionamento do Conselho Deliberativo de RESEX e de RDS.

renovação é condicionada à aprovação daqueles. Mas, de modo geral, evidenciou-se que os representantes das categorias de usuários da UC não dispõem de organização social e política articulada e eficiente para defender os interesses das comunidades no âmbito do conselho.

Exemplar nessa direção é o caso das 11 associações criadas no âmbito do PGP, já mencionadas acima. Destas, seis fazem parte do conselho. Porém, com uma exceção, todas encontram-se com a documentação atrasada, não possuem sede própria e, como seus sócios não se reúnem há vários meses, não houve eleição para renovar o mandato das diretorias, as quais vêm se mantendo desde a sua fundação. Portanto, tais entidades não têm nenhuma atuação efetiva, embora sejam convocadas regularmente a participar das atividades do órgão gestor, como reuniões ordinárias, extraordinárias e formação de grupos de trabalho. A fotografia 22, abaixo, retrata um desses momentos, precisamente a oitava reunião ordinária do Conselho Deliberativo.



Fotografia 22: Plenário da 8ª reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande, ocorrida em 22 de junho de 2010, na Casa do Pescador.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

A considerar os pressupostos do capital social, apregoados por Moraes (2003), Putnam (2002) e Woolcock, Narayan (2001), infere-se que, no contexto estudado, as relações sociais não extrapolam ações solidárias pontuais, como os mutirões de ajuda mútua. Desse modo, a organização coletiva em defesa dos interesses comunitários não é potencializada. O processo de criação, implementação e gestão de uma UCUS, ao mobilizar e envolver atores representativos dos mais diversos segmentos sociais e institucionais, certamente representou uma possibilidade de fomentar nesse *locus* relações mais transparentes, representativas e democráticas. O capital social baixo existente, bem como os óbices à participação efetiva, porém, minimizaram este potencial.

As evidências encontradas demonstram, por conseguinte, que entre os pressupostos teóricos e institucionais propagadores da participação plena e as práticas existentes, mediadas por condicionantes diversos, existe uma lacuna. Nessa direção, projetos por vezes contrários ao ideário da sustentabilidade socioambiental preconizado pela RESEX, oriundos do poder público municipal, estão sendo aprovados nas assembleias do Conselho. Emblemático nesse sentido foi a aprovação recente, em reunião extraordinária (RESERVA..., 2010b), do projeto Orla dos Andirás.

Este empreendimento exercerá efeitos diretos e indiretos sobre o ecossistema manguezal e os usuários que dependem dos recursos naturais existentes neste meio. E, embora esta questão tenha sido levantada pelo representante do CNS no plenário (RESERVA..., 2010) e não se tenha esclarecido as ações mitigadoras de tais impactos, o projeto em questão foi aprovado por unanimidade. Consta-se, então, *in loco*, a primazia de obras de infraestrutura, que são garantia de visibilidade e projeção política a seus executores, sobre as questões socioambientais.

De acordo com Vianna (2008), a luta pela incorporação da variável ambiental nas políticas públicas tem demonstrado que a conservação da biodiversidade e gestão dos recursos naturais confronta interesses e domínios diversos nas esferas econômica, política, cultural, ideológica etc. Por certo, no espaço do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande competem, convergem, ou se articulam interesses os mais diversos, conforme assinalado anteriormente. A multiplicidade de tais interesses é verificada nos debates sobre os potenciais empreendimentos a serem instalados no município, a saber uma estação de transbordo de minério de ferro e um superporto para escoamento da produção regional, questões em pauta atualmente na agenda do Conselho, sobretudo em reuniões extraordinárias¹²⁷.

¹²⁷ Dadas a complexidade das questões que envolvem estes empreendimentos, inclusive as de caráter legal, a multiplicidade de sujeitos sociais implicados e os impasses políticos que vêm postergando esse processo, se

Nota-se, de um lado, os representantes das populações tradicionais preocupados com os impactos de tais empreendimentos na biodiversidade local, e conseqüentemente, na reprodução socioeconômica dos usuários da RESEX. Por seu turno, representantes do poder público, em nome do crescimento econômico do município, da suposta geração de empregos e incremento da receita, através da captação de impostos, defendem a sua instalação. Esse embate reflete, de certo modo, o dilema entre conservação e desenvolvimento, que tradicionalmente norteou os debates acerca dos modelos de desenvolvimento regional da Amazônia.

A análise dos fóruns e canais de participação aqui abordados – Conselho Deliberativo, AUREMAG e comitês comunitários – denota que, em termos formais, estes representam espaços privilegiados de atuação. Isto, na medida em que se propõem a fomentar a gestão participativa da RESEX Mãe Grande, através da inclusão das populações usuárias neste processo. Todavia, os fatores condicionantes da participação assinalados demonstram que não basta criar instrumentos participativos e instâncias deliberativas.

É necessário, minimamente, que os sujeitos que tomarão parte nos processos decisórios adquiram informações pertinentes, consistentes e fidedignas acerca das questões a serem deliberadas. Isto não parece estar ocorrendo em relação às populações tradicionais, sobretudo no que concerne aos representantes das associações comunitárias no Conselho Deliberativo. Estes sujeitos estão a exercer, então, um patamar moderado de participação, restringidos a se manifestar sobre questões suscitadas por outros agentes, raramente externalizando proposições ou questionamentos. A persistir este quadro, tal espaço tende a ser instrumentalizado para a legitimação de escolhas já efetuadas, em plano técnico, acadêmico, administrativo e/ou político partidário prévio, cuja sanção pelas populações tradicionais, apenas satisfará o critério de *participação* apregoado institucionalmente pelos mais diversos atores.

optou por não aprofundar uma discussão acerca das mesmas. Por certo, tais problemáticas constituem um campo de estudo profícuo, em diversas áreas do conhecimento, o qual ainda está por ser explorado.

6 IMPLICAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIOAMBIENTAIS DA RESEX MÃE GRANDE DE CURUÇÁ

As UCUS podem ser consideradas como parte de um processo social de construção de alternativas aos padrões desenvolvimentistas vigentes até décadas recentes. O contexto estudado revelou que a criação de uma UC em território curuçaense, produziu efeitos diversos na sociedade local. Nesta perspectiva, parcerias, intercâmbios e convênios foram viabilizados, promovendo circulação de ideias, debates, projetos e aspirações. Engendrou-se a implantação de políticas públicas no município, direcionadas precisamente às populações tradicionais, historicamente excluídas. Ademais, a implementação da RESEX inseriu decisivamente as problemáticas socioambientais na agenda local.

Todavia, em que pese os avanços obtidos, constata-se, ainda, a persistência de práticas insustentáveis no manejo dos recursos naturais existentes. Neste capítulo, discute-se as implicações políticas, econômicas e socioambientais da RESEX Mãe Grande no município de Curuçá. Nestes termos, analisa-se suas relações institucionais no cenário político local, o projeto de habitação para as populações extrativistas autóctones, bem como aborda-se as tendências recentes em termos de apropriação e uso dos recursos.

6.1 RESEX MÃE GRANDE: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM CURUÇÁ?

Em consonância com as transformações ocorridas no papel do Estado, resultantes dos ditames da globalização econômica, a redemocratização da sociedade brasileira e a emergência do socioambientalismo¹²⁸ nos anos 1980 (FURRIELA, 2002; SANTOS, 2005; VIEIRA, 2001; VIOLA, 1992) fomentou-se um processo gradativo de institucionalização, formulação e implementação de políticas públicas na área ambiental. Em termos formais, no ano de 1981 criou-se a Lei n. 6.938, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), representando um marco na política ambiental brasileira¹²⁹ (FURRIELA, 2002; SANTOS, 2005). A Constituição Federal

¹²⁸ A respeito da emergência dos movimentos ecológicos na América Latina e de sua trajetória histórica, ver VIOLA, E.J. (1990).

¹²⁹ A PNMA criou importantes instrumentos de gestão e fiscalização, como o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental e os Estudos de Impactos Ambientais e respectivos Relatórios

de 1988 acentuou decisivamente esse processo, dedicando um capítulo (artigo 225) ao meio ambiente.

O texto constitucional reflete o ideário do Relatório Brundtland, ao reconhecer os direitos da população a um ambiente sadio, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras (SANTOS, 2005), incorporando, desta maneira, uma noção central do conceito de desenvolvimento sustentável. A formulação de diretrizes legais, aliada a percepção dos efeitos deletérios do modelo de desenvolvimento praticado anteriormente, explicitada sobretudo pelas populações atingidas por tais efeitos, ensejou a construção de alternativas novas de desenvolvimento, as quais incorporaram a sustentabilidade, em suas várias dimensões.

Neste contexto, as políticas públicas voltadas às questões ambientais incorporam, ainda, mudanças de atitudes e enfoques em relação à preservação da natureza, tradicionalmente orientadas por concepções conservacionistas que consideravam o meio ambiente estritamente em sua dimensão biológica ou natural (DIEGUES, 2000), dissociado das sociedades humanas. Destaque-se nesse processo, a atuação do socioambientalismo ou “[...] ecologismo dos movimentos sociais no Brasil”¹³⁰ (DIEGUES, 2000, p. 21). Este pautou-se pela inserção das variáveis socioeconômicas, políticas e culturais que permeiam a interação do homem com a natureza na agenda ambientalista.

A atuação destes movimentos engendrou perspectivas novas acerca das políticas conservacionistas vigentes, propondo a participação de comunidades tradicionais no planejamento e gestão dos territórios a ser conservados. E, através da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que, de acordo com seu artigo 1º (UNIDADES, 2008, p.15) estabelece “[...] critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação”. Segundo Vianna (2008), a conquista de espaços pelas comunidades tradicionais durante o processo de discussão do SNUC foi resultado do fortalecimento da mobilização social dessas populações.

De fato, contrariando a lógica dominante nas políticas ambientais, cuja atuação norteava-se pelo viés preservacionista, através da criação de áreas protegidas,¹³¹ disseminou-se o entendimento de que as políticas públicas para o meio ambiente deveriam considerar os aspectos socioculturais das populações locais. As lutas de sujeitos tradicionalmente

de Impactos Ambientais (EIA/RIMA), regulamentados em 1986 pela Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) (SANTOS, 2005).

¹³⁰ Segundo Diegues (2000) este “ecologismo social” foi incorporado por organizações como o CNS, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, Movimento dos Pescadores Artesanais, Movimentos indígenas etc., os quais organizaram o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, no município de Altamira, em fevereiro de 1989.

¹³¹ Tal lógica parte do princípio de que a natureza para ser conservada tem que estar separada das sociedades humanas, configurando o mito moderno da natureza intocada (DIEGUES, 1996).

marginalizados e excluídos como indígenas, seringueiros, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu e extrativistas de modo geral, em defesa de seus modos de vida e de reprodução socioeconômica foram essenciais nessa conjuntura. Nesse contexto, e em particular na Amazônia, a criação de unidades de conservação de uso sustentável, na modalidade de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável (RDS) passa a ser considerada alternativa à promoção do desenvolvimento sustentável.

A combinação de eficiência econômica com o uso racional da natureza e o bem estar social dos grupos humanos que vivem da exploração dos recursos naturais tornou-se um objetivo a ser alcançado. Em conformidade com esses parâmetros, e através do Decreto s/n, de 13 de dezembro de 2002, foi criada a Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá, objeto de análise desta dissertação. A referida RESEX é uma UC de uso sustentável, localizada no litoral paraense, precisamente no município de Curuçá, conforme visualiza-se no mapa 1, na introdução desta dissertação.

Mãe Grande abrange uma área de aproximadamente 37.062 hectares de estuário, zona de transição entre as águas dos rios e o oceano, que forma o ecossistema manguezal. Esta UC é constituída de 52 comunidades de pescadores artesanais e agricultores familiares distribuídos ao longo de rios, ilhas, praias e furos e também à margem de estradas (PAE ..., 2007). A reprodução socioeconômica de seus usuários está diretamente relacionada ao manejo dos recursos naturais ali existentes. Deste modo, a pesca, a agricultura de subsistência e a extração de moluscos, mariscos e crustáceos são atividades cotidianamente praticadas no contexto da RESEX.



Fotografia 23: Placa demarcadora da RESEX Mãe Grande na comunidade Caratateua.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

A rica biodiversidade destes ecossistemas e o manejo de seus recursos tem uma importância estratégica não apenas à sobrevivência das populações tradicionais, mas também na economia regional, particularmente no que respeita ao potencial pesqueiro (RELATÓRIO..., 2005). Estudos realizados no contexto amazônico por Furtado (1993), Isaac (1994), Maneschy (1993), Mello (1994), Silva (2007), Simonian (2004, 2003), Witkoski (2007), Ximenes (1996) entre outros revelam problemáticas diversas a persistir em tais contextos.

Dificuldades de organização social decorrente de legados socioeconômicos deletérios, como o aviamento (SILVA, 2007); construção de rodovias em áreas de manguezal (FIGUEIREDO, 2007); recrudescimento de processos de erosão em ecossistemas costeiros provocados por desmatamentos decorrentes de atividades econômicas as mais diversas (RELATÓRIO..., 2005) e manejo negativo dos recursos naturais (SIMONIAN, 2000) são realidades encontradas em distintas localidades da Amazônia.

Transformações na esfera econômica, acentuadas pela aceleração dos processos de reprodução do capital também são apontadas

O desenvolvimento da pesca comercial e/ou industrial e os incrementos tecnológicos nas pescarias da Amazônia, nas últimas décadas, exerceram uma reconhecida influência na diminuição da abundância dos seus estoques pesqueiros. [...] Ao mesmo tempo, a explosão demográfica dos grandes centros urbanos amazônicos aumentou a demanda de pescado, contribuindo também para a intensificação da exploração dos principais estoques, os quais também começaram a escassear (RELATÓRIO..., 2005, p. 60-61).

As mudanças ocorridas, e em curso, refletem-se no *modus vivendi* das populações tradicionais amazônicas na medida em que a diminuição dos recursos naturais causada pela pressão dos mercados, afeta diretamente os meios de vida capitais à sua reprodução socioeconômica.

Tais problemáticas refletem políticas de modernização adotadas na Amazônia concebidas a partir da “[...] *racionalidade técnico-instrumental*, representada, por sua vez, por conceitos como ‘produtividade’, ‘custo-benefício’, ‘competitividade’ etc.” (MELLO, 1994, p. 475, grifos do autor), produzindo mecanismos desarticuladores dos modos de trabalho e de vida de segmentos populacionais expressivos, particularmente pequenos agricultores, extrativistas e/ou pescadores.

O fato é que, devido a impactos provocados pelos chamados “projetos desenvolvimentistas” e demais políticas públicas (incluída a legislação), excludentes da maior parcela da população, as comunidades pesqueiras na Amazônia (Pará, em particular) – como em geral ocorre com outros segmentos da economia agrária – vêm experimentando ao longo das duas últimas décadas um processo de progressivo *empobrecimento*, aqui entendido como deterioração das condições de trabalho, de subsistência, garantias de reprodução social, níveis de saúde/educação), resultante da combinação de inúmeros fatores, entre os quais se destacam: a) a construção de barragens e represas; b) poluição de rios e lagos; c) privatização de terras na orla marítima e fluvial; d) urbanização e concorrência mercantil; e e) sobrepesca e depredação ambiental (MELLO, 1994, p. 477).

Esse quadro constatado pelo autor em meados da década iniciada em 1990, com algumas variações, ainda persiste.

Com efeito, acompanha-se, através da imprensa, os impasses entre populações tradicionais do Xingu, empresas privadas e governo envolvendo a construção da hidrelétrica de Belo Monte, as manifestações de famílias que ocupam há várias décadas a orla do rio Guamá e que serão remanejadas devido a execução do projeto Portal da Amazônia. Importa mencionar, ainda, os conflitos fundiários. Esses, não raro, culminam em assassinatos de lideranças atuantes em defesa da reforma agrária e do desenvolvimento sustentável, a exemplo da missionária Dorothy Stang e de inúmeros trabalhadores rurais.

As diversas etapas da pesquisa em campo revelaram a existência das condições constitutivas do processo de empobrecimento apontado por Mello (1994), sobretudo no que tange à educação formal. Precisamente, a maioria absoluta dos extrativistas arrolados na pesquisa possui apenas o ensino fundamental incompleto, conforme visto no capítulo 4. Isto também foi constatado por Brasil (2000), no processo de coleta de dados para elaboração do laudo socioeconômico de viabilidade da UC.

No entanto, além das limitações de ordem material, os usuários da RESEX Mãe Grande são afetados por fatores diversos, que estão a ameaçar e a restringir suas perspectivas de reprodução. Emblemáticos nessa direção são a fragilidade organizativa das comunidades, a diminuição progressiva dos recursos existentes no estuário e a provável instalação de dois grandes empreendimentos potencialmente impactadores da biosociodiversidade de Mãe Grande: uma estação de transbordo de minério de ferro e um terminal portuário. Desse modo, a criação da RESEX ensejou perspectivas novas, no que concerne ao desenvolvimento local.

Com efeito, a análise dos dados coletados em campo e o exame da documentação consultada no processo da pesquisa que fundamentou a elaboração desta dissertação revela que a implementação de uma unidade de conservação no município de Curuçá provocou um impacto na correlação de forças políticas locais. Segundo o relatório final do Projeto Gestão Participativa na RESEX Mãe Grande (ROCHA, 2007), a criação desta, veio a contrariar as práticas políticas e econômicas prevalecentes na região, como o paternalismo, o assistencialismo sistemático e a dependência do atravessador, ainda predominante entre agricultores, pescadores e extrativistas do mangue e da maré. Representou, ainda, uma mudança na percepção do manejo dos recursos naturais existentes na área, desprovido de quaisquer políticas de ordenamento e de exploração racional, até então.

De fato, com o fito de atender aos objetivos de sua criação – “[...] assegurar o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis, protegendo os meios de vida e a cultura da população extrativista local” (BRASIL, 2002) – a RESEX Mãe Grande tornou-se um instrumento canalizador de repasses financeiros, sobretudo recursos do governo federal, para o município. Por outro lado, este território de conservação e produção, atraiu a atenção de instituições de ensino e pesquisa diversas, tornando-se campo profícuo para projetos de pesquisa e extensão, inclusive em nível de pós-graduação. Tais projetos, de modo geral, contribuem para o conhecimento das especificidades socioeconômicas, ambientais, biofísicas e culturais da região.

Nesse contexto, políticas públicas diversas foram executadas no município por intermédio da RESEX. Nessa direção, há que se destacar a construção da Casa do Pescador –

espaço de convivência e integração dos usuários da UC e sede da AUREMAG, cuja fotografia se vê, abaixo; e o reconhecimento institucional da população extrativista da RESEX como beneficiária do Programa Nacional da Reforma Agrária, viabilizando o acesso a créditos de instalação, construção de moradias e fomento à agricultura familiar via PRONAF. Ainda, ações no campo da prevenção de doenças, oficinas de artesanato e cursos de capacitação relacionados às atividades produtivas, como criação de mariscos, passam a ser desenvolvidas.



Fotografia 24: Casa do Pescador – sede da AUREMAG.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

A existência de uma unidade de conservação da natureza no município também veio a facilitar, ao menos em termos formais, a fiscalização e a ingerência dos órgãos competentes nas atividades predatórias dos recursos naturais. E, com o Projeto de Habitação do INCRA para os extrativistas curuçaenses, viabilizou-se uma oportunidade de inclusão social por meio da RESEX Mãe Grande. Em outros termos, esta UC obteve uma significativa “agregação de valor”, alcançando assim, ampla visibilidade.

Nesse contexto, a RESEX desempenhou um papel relevante no pleito municipal de 2008, sendo considerada por diversos interlocutores da pesquisa como decisiva para a vitória do atual gestor municipal. Naquela ocasião, um extensionista rural, integrante dos quadros do

escritório local da EMATER e professor de sociologia, apontado unanimemente como o principal articulador da criação de uma UC em Curuçá, integrou a chapa de oposição – Curuçá para Todos, como candidato a vice-prefeito, pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Conforme constatado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.), veicula-se localmente que esta “parceria”¹³² agregou o apoio dos extrativistas, tradicionalmente tratados como objetos de políticas meramente assistencialistas e excluídos de políticas públicas dinamizadoras de sua reprodução socioeconômica.

Se este apoio foi determinante ou não à vitória da chapa acima referida, não foi uma questão aprofundada por esta pesquisa. O exame dos dados coletados, no entanto, revela que a RESEX, naquela conjuntura, de certo modo, representava o novo, a perspectiva de mudança. É significativa, portanto, a sua inserção no campo discursivo da disputa política em nível municipal, através da defesa das bandeiras levantadas por esta nos palanques eleitorais. Nessa direção, destacaram-se entre as propostas de campanha a criação de uma Secretaria Municipal de Aquicultura e Pesca, com o objetivo de ordenar o gerenciamento dos recursos pesqueiros do município e uma Secretaria de Integração, com o fito de estreitar os laços entre o governo municipal e as comunidades.

Note-se que o prefeito em exercício na época, e candidato a reeleição, não obteve êxito, mesmo tendo como vice de chapa o então presidente licenciado do STTR. Isto contraria a tendência dominante que aponta para maiores possibilidades de êxito por parte de candidatos à reeleição a cargos majoritários, por disporem da “máquina” pública e não precisarem se licenciar dos cargos, podendo, então, exercer a bel prazer a manipulação de políticas públicas e recursos financeiros com fins eleitoreiros¹³³. Ressalte-se, ainda, que este gestor manifestava-se abertamente contrário à atuação da RESEX, negando-se a apoiar as ações desenvolvidas por esta (BATISTA, 2009, n. c.; SIMONIAN, 2008, n. c.). Com a vitória da chapa de oposição, apoiada pelas lideranças da RESEX, vislumbrava-se, então, uma perspectiva promissora de parceria entre esta UC e poder público municipal.

As secretarias mencionadas foram instituídas e a Prefeitura Municipal passou a prestar apoio logístico às atividades do Conselho Deliberativo, como o transporte de conselheiros e o

¹³² O atual prefeito municipal referia-se sistematicamente em seu palanque eleitoral como “parceiro da Reserva”. E, ainda na condição de candidato, doou o terreno para construção da “Casa do Pescador”, sede da AUREMAG (BATISTA, 2009, n. c.).

¹³³ A esse respeito, assim se manifestam Nakaguma e Bender (2006, p. 3): “A Emenda da Reeleição, ao criar a possibilidade do governante permanecer no cargo por mais um mandato, internalizou os benefícios e os custos da manipulação eleitoral das políticas públicas. De um lado, a possibilidade de reeleição aumentou os incentivos para a adoção de políticas eleitoreiras oportunistas, pois, agora, os seus benefícios serão usufruídos pelo próprio político, e não pelo seu sucessor”.

fornecimento de refeições na ocorrência de reuniões ordinárias e extraordinárias. Contudo, no plano geral, tais iniciativas, não representaram mudanças significativas no tratamento das questões socioambientais existentes no município, no sentido de fomentar efetivamente o desenvolvimento sustentável. Ademais, e conforme constatado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.) fatores de ordem partidária e/ou administrativa, entre o gestor municipal e lideranças da RESEX, acabaram por tolher a articulação institucional da efetivação de uma parceria entre esta e a administração pública, com vistas ao equacionamento das problemáticas vivenciadas pelas populações extrativistas locais.

6. 2 “CASAS DA RESERVA”: PROMOÇÃO DE QUALIDADE DE VIDA AOS EXTRATIVISTAS OU PLATAFORMA POLÍTICOELEITOREIRA?

No plano das políticas públicas, uma conquista importante na direção dos objetivos da RESEX ocorreu através da Portaria Interministerial nº. 13, de 19 de setembro de 2002, celebrada entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Tal documento expressa em seu artigo 1º o reconhecimento das populações extrativistas tradicionais das RESEX como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2002, p. 79), considerando estas como modalidades inovadoras de ocupação da Amazônia, “[...] constituindo-se em mais uma alternativa aos projetos de assentamento convencionais”. A partir deste reconhecimento, os usuários destas UC passam a ter acesso a políticas públicas até então direcionadas apenas para assentamentos da reforma agrária, institucionalizados no âmbito do INCRA.

No contexto da RESEX Mãe Grande, estas políticas foram materializadas através do Programa Créditos de Instalação, o qual permite o suporte inicial aos assentados do Programa Nacional da Reforma Agrária (PNRA), o acesso ao PRONAF, modalidade A e a construção de moradias. A concessão dos créditos iniciais, na modalidade Fomento, foi no valor de R\$ 2.400 por família (PAE..., 2007) e propiciou a obtenção de insumos necessários às atividades produtivas (redes de pesca, *freezers*, bicicletas, fogões a gás, canoas a remo, motores de pesca etc.), aquisição de cestas básicas etc.

Inicialmente procedeu-se ao cadastro das famílias que se enquadravam nos critérios determinados pelo órgão gestor da política, o INCRA. Desse modo, apenas sujeitos comprovadamente extrativistas, pescadores e/ou agricultores seriam contemplados, mormente

os que não possuísssem casas de alvenaria, excluindo-se então os proprietários de imóvel desta modalidade, bem como funcionários públicos.

De acordo com Milton Vilhena,¹³⁴ técnico do INCRA responsável pela instalação do projeto na RESEX Mãe Grande, o Projeto de Habitação previa a construção de 6.000 imóveis, sendo que deste montante, aproximadamente 1.350 já foram construídos, e os demais estão aguardando a execução das próximas fases. Segundo PAE... (2007), R\$ 6,5 milhões teriam sido investidos neste empreendimento.

Em que pese a intenção positiva original da proposta, de melhorar a qualidade de vida dos usuários da RESEX, através da melhoria das condições de habitação, este processo foi marcado por uma série de situações irregulares, no mínimo discutíveis (BATISTA, 2009, 2008. n. c.). Além disso, seus efeitos ficaram muito aquém do almejado e necessário para a minimização dos problemas existentes nas comunidades. Por outro lado, e segundo Reserva (2009a), o projeto acabou mudando o foco das atribuições da RESEX, voltadas à sustentabilidade dos recursos naturais, pois muitas pessoas passaram a associar esta UC à viabilização das “casas do INCRA”.

Conforme esboçado por vários interlocutores, o processo inicial de cadastramento das famílias obteve poucas adesões devido ao descrédito da população em relação à concessão dos benefícios. De acordo com Miguel Farias de Oliveira,¹³⁵ “[...] o pescador tava cansado de fazer cadastro pra isso, cadastro pra aquilo e nunca vinha nada, então muitas pessoas não fizeram o projeto com a desconfiança...”. O que é corroborado por Manoel Garcia Gomes¹³⁶ “[...] ninguém queria! Por conta da exclusão que já havia, era tanta promessa que ninguém acreditava, ninguém queria assinar, nem fazer cadastro”. Este entendimento é endossado por uma líder comunitária, interlocutora da pesquisa:

Elas [técnicas do INCRA] ficaram fazendo esse cadastro aqui até 5 horas da tarde, eles perguntaram por que que o povo não estava comparecendo, eu disse olha filha, eu vou dizer pra vocês, além de que o povo já está descreditado de muita coisa que vem, muita coisa não acontece que eles já pensam que tudo é mentira e eles não tão vindo, eles não tão acreditando. Eles disseram assim: eles não sabem o que é que eles vão perder, isto aqui não é brincadeira, isto aqui é verdade, não é mentira. Eu disse é, mas eles não tão sabendo, o que é que eu posso fazer?¹³⁷

¹³⁴ Entrevista concedida à autora em 21 de junho de 2010.

¹³⁵ Entrevista concedida à autora em 12 de janeiro de 2009.

¹³⁶ Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2010.

¹³⁷ Maria Odenize Ribeiro da Costa, presidente da AC de Irititeua. Entrevista concedida à autora em 17 de julho de 2009.

Estes pontos de vista, manifestado por vários interlocutores em campo, refletem, de modo geral, um estado de desânimo das populações tradicionais diante de promessas não cumpridas, políticas públicas ineficazes ou ausentes, práticas tão comuns na realidade amazônica.

O cadastro das famílias potencialmente beneficiárias do programa, efetuado em vários momentos, ficou a cargo das lideranças comunitárias, as quais deveriam coletar as informações necessárias, entre as quais o levantamento “[...] de quem tinha casa de alvenaria e quem não tinha”¹³⁸. As falas destas lideranças revelam, no entanto, falta de planejamento, falhas de comunicação entre os atores envolvidos na condução do processo e a comunidade e principalmente a ausência de informação a estas lideranças acerca dos objetivos e dos trâmites formais do projeto.

[...] Porque quando mandaram avisar aqui pra mim, seis e meia da tarde, pelo presidente que ainda era o sr. Maninho de Caratateua, ele mandou um bilhete por uma amiga minha que trabalhava pra lá, pra mim convidar os pescadores pra uma reunião dentro da comunidade, com os pescadores daqui. [...] Aí cinco horas da manhã, eu me levantei, fui ali pra sede (da associação comunitária), arrumei todinha a sede. Quando eu vim em casa tomar um banho pra me arrumar e esperar eles, tava cheio aqui ao redor, perguntando aonde ia ser a reunião, pra que ia ser essa reunião. Eu disse gente, eu vou falar uma coisa pra vocês: essa reunião eu não sei pra que é, só tive um aviso aqui que era pra convidar os pescadores, pra uma reunião com o INCRA. Agora eu não to mandando vocês ir embora, fiquem, que eles tão vindo, eles vão esclarecer melhor do que eu. [...] Quando deu 11 e meia eles chegaram aí no carro do INCRA [...] ¹³⁹.

O fato de o convite para participar de tal reunião ter sido direcionado a pescadores revela, ainda, o desconhecimento das peculiaridades locais.

No caso em questão, a líder comunitária refere que em sua comunidade apenas seis indivíduos vivem exclusivamente da atividade da pesca, pois segundo ela, no município de Curuçá as atividades de pesca e agricultura são indissociáveis. Nestes termos, e conforme verificado em campo em todas as comunidades visitadas, entre a população usuária da RESEX predomina a combinação das atividades extrativas, pesqueiras e agrícolas. A depender da distância e do acesso aos recursos naturais, pode haver o domínio de uma atividade sobre outra, mas no geral elas são complementares.

A vivência desta realidade levou a interlocutora a prestar esclarecimentos à equipe técnica:

[...] Depois de tudo que ela falou eu pedi um pouquinho da atenção delas também, que eu queria reforçar o caso delas. E eu perguntei na hora da fala delas, que eu escutei elas dizerem assim, que essa reunião era pra pescador, aí foi que eu disse, [...] eu só quero reforçar aqui, dizer que dentro das comunidades que pertencem ao município de Curuçá eu quero dizer que tem duas famílias que elas morrem juntas e

¹³⁸ Conforme informação verbal de Paulino Duarte de Freitas, em fevereiro de 2010.

¹³⁹ Idem à nota de rodapé 137.

trabalham juntas, que é agricultura e pesca, porque quem pesca lavra e quem lavra pesca, porque nunca nós comemos o peixe sem a farinha¹⁴⁰!

A falta de conhecimento dos contextos autóctones praticamente deu margem à exclusão de segmentos importantes na reprodução socioeconômica das famílias locais, como é o caso das marisqueiras.

[...] E outra coisa que eu quero te perguntar, as marisqueiras daqui [que] eu quero dizer, elas não estão fanáticas na pescaria delas, mas elas pescam aqui numa praia chamada Maçarico, bem mais pra cima, elas não têm canoa, mas tem o caminho que elas pegam e vão embora e chegam lá e tiram camarão, caranguejo, turu, siri, ostra, maraquanim, e tudo elas trazem que até eu compro delas, mas não é todo dia que elas vão, isso é quando elas não têm o que comer pra levar pro campo, elas têm direito a fazer este programa? Elas disseram, com certeza, pode chamar. Eu peguei o meu guarda-chuva, foi em abril isso, era muita chuva e eu fui, mas era dia de semana e a maior parte não estavam em suas casas¹⁴¹.

Evidencia-se, então, que a inexistência de um processo prévio de divulgação e informação junto às comunidades no mínimo restringiu o raio de ação do projeto.

Os relatos dos comunitários contatados na pesquisa de campo assinalam indícios de irregularidades diversas tanto no cadastro como no decurso da construção dos imóveis e na distribuição dos insumos.

A pessoa chegava, simplesmente, apresentava o documento, não se fazia uma averiguação e aconteceu o que aconteceu, casas abandonadas. [...] na afoção, né, ou talvez se confiou muito nas pessoas, né. [...] teve pessoas que ganharam casa tendo casa, sendo assalariadas, né¹⁴²!

O não cumprimento dos critérios estabelecidos para a obtenção dos benefícios do PNRA é recorrente nas falas dos comunitários e lideranças locais. Segundo uma liderança ouvida no contexto da pesquisa,¹⁴³ “[...] eles [executores do programa] argumentaram que tiveram que fazer de qualquer jeito pra não perder o projeto”.

De fato, através dos dados coletados, sobretudo nas entrevistas informais, evidenciou-se que o descrédito por parte da população provocou índices muito baixos de registro de indivíduos enquadrados nos padrões exigidos. Desta maneira, flexibilizaram-se os critérios e “[...] foram praticamente aceitando qualquer um”¹⁴⁴. Por outro lado, há denúncias de que determinadas lideranças comunitárias privilegiaram o cadastro de seus familiares, em detrimento do conjunto da comunidade.

Outra reclamação recorrente diz respeito a qualidade das obras, precisamente na comunidade Boa Vista do Iriteua:

¹⁴⁰ Idem à nota anterior.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² Idem à nota de rodapé 103.

¹⁴³ Idem à nota de rodapé 97.

¹⁴⁴ Alcinei Negrão Flexa. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

De todos esses [inscritos] foram contemplados uns vinte e poucos. Desses vinte que foram, minha irmã, ainda tem gente que ainda não receberam essas casas. Tem gente que não tá morando debaixo da casa porque não tem condição de morar [...] até retrato de casa que caiu pedaço eu tirei [...] ainda tem casa por terminar, que não foi terminada por causa de um trabalho mal feito¹⁴⁵!

Com efeito, em campo, pôde-se verificar a pertinência desta constatação. Decorridos menos de quatro anos de sua construção, observou-se em comunidades diversas, imóveis inacabados, destoantes do projeto original, apresentando infiltrações e rachaduras. Exceção foi encontrada nas comunidades de Murajá e Candeua, onde, segundo os presidentes das associações comunitárias locais, os moradores exerceram uma fiscalização sistemática das construções, garantindo, assim padrões mínimos de qualidade.

A construção dos imóveis também não levou em consideração elementos fundamentais à qualidade de vida, como o saneamento básico. Muitas unidades foram construídas sem banheiro, os quais foram erguidos posteriormente pelas famílias que dispuseram de recursos para tal, o que de modo geral representa um número ínfimo¹⁴⁶. Não obstante o melhoramento das condições de habitação, posto que em sua maioria eram construídas em barro, como se vê nas figuras abaixo, parcela considerável dos beneficiários do programa não dispõe de recursos necessários para efetuar reformas e/ou melhorias nas residências. Deste modo, embora se observe algumas intervenções pontuais, grande parte destas casas não foi melhorada pelos seus moradores, dadas as dificuldades financeiras. E condições sanitárias insalubres persistem, como demonstra a fotografia 28, abaixo.



Fotografias 25 e 26: Casa de pescador antes do projeto e casa obtida pelo projeto.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

¹⁴⁵ Idem à nota de rodapé n. 137.

¹⁴⁶ No que concerne à ausência de banheiro na planta dos imóveis, o técnico responsável pela execução do projeto assinalou que, dadas as dimensões das casas – precisamente 42 m² – e o orçamento reduzido para a construção – R\$ 5.000,00 – tornou-se inviável a edificação daquele cômodo.



Fotografia 27: Instalações sanitárias feitas pela família Ferreira, em banheiro anexo a casa.

Fotografia 28: Banheiro a céu aberto utilizado pela maior parte dos beneficiários do Projeto de Habitação.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

É importante ressaltar que, diante desse quadro, houve reações, ainda que pontuais por parte de alguns líderes comunitários

Eles não mostraram o projeto da casa pra gente. Essa declaração aqui do projeto não foi assinada por nós, essa aqui não foi feita por aqui, ninguém assinou pra eles receberem o último repasse. O seu Luiz (empreiteiro) veio aqui com o Maninho, eu disse Maninho eu vou levar isso aqui mas eu não vou obrigar ninguém a assinar porque as casas não estão terminadas, pra vocês receberem o último repasse. Quando ele veio buscar cinco horas, ele tinha deixado uma cópia pra mim, eu agarrei e dei a original eu disse seu Luiz infelizmente ninguém assinou. Se eles receberam o dinheiro foi [com documento] falsificado, mas nós ninguém assinou, então até hoje as casas estão por terminar¹⁴⁷.

A recusa dos comunitários em assinar o termo de declaração de que a construção das casas estava em conformidade com os parâmetros estabelecidos no projeto arquitetônico naquela localidade, custou caro à líder local: “[...] então por isso eles me escantearam, porque eu visei muita coisa errada [...] então já na segunda remessa que veio já não participei mais, me escantearam. Tá bom, se não me quiserem o que é que eu posso fazer?”¹⁴⁸. A postura de questionamento acerca das irregularidades vislumbradas teria incomodado determinados atores ligados ao empreendimento que, então, alijaram esta liderança do processo.

A utilização de mão de obra local nas obras, recomendada pelo Ministério Público Federal do Pará, e que poderia representar um incremento à renda dos extrativistas, bem como garantir a qualidade dos imóveis, não foi acatada, conforme denota a fala abaixo:

¹⁴⁷ Idem à nota de rodapé n. 137.

¹⁴⁸ Ibidem.

Foi dito pelo Felício Pontes [procurador da República no estado do Pará] que quem ia receber as casas, aonde tivesse mestre na vila, eles tinham direito de pedir o mestre dali mesmo, mas não foi isso que aconteceu. Os empreiteiros já trouxeram tudo de Castanhal, não sei de onde...¹⁴⁹!

Inclusive, mencionam-se, desvios de materiais de construção por parte destes operários, oriundos de outros municípios.

Estas ocorrências foram confirmadas, em entrevista, por funcionário do CNPT, órgão responsável pela gestão das RESEX no período. Segundo este interlocutor, “[...] a ingerência política no processo foi muito grande”, por parte de determinados atores políticos ligados ao INCRA,¹⁵⁰. Isto teria oportunizado as situações apontadas pelos comunitários e lideranças. Destarte, ao dar visibilidade a RESEX e, por conseguinte, a seus articuladores, o projeto teria potencializado eleitoralmente sujeitos diversos, inclusive um candidato a deputado federal oriundo dos quadros de direção daquele órgão, o qual foi eleito no pleito de 2006, pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Ao ser questionado sobre tais ocorrências, o técnico responsável pela execução do projeto, no âmbito do INCRA,¹⁵¹ informou que, de acordo com o Relatório de Inconsistências de Beneficiários de 2008, 130 usuários da RESEX Mãe Grande estariam em condição irregular. Segundo este interlocutor, medidas cabíveis estariam sendo adotadas na esfera do MPF e da Polícia Federal (PF), órgãos responsáveis pela averiguação e adoção de procedimentos legais em casos de irregularidades ou desvio de aplicação dos recursos, de acordo com a Norma de Execução (NE) nº 40, de 30 de março de 2004¹⁵².

A realização de um segundo cadastro, com vistas a contemplar mais duas mil famílias, encontra-se em suspenso devido a trâmites burocráticos¹⁵³. Em campo, constatou-se a expectativa de várias famílias, as quais moram em condições insalubres, que estão a aguardar a etapa nova do projeto. Verificou-se, no entanto, uma disputa entre sujeitos diversos em torno dos potenciais recursos canalizados por este programa para os usuários da RESEX Mãe Grande. A tentativa de obtenção de dividendos políticos, aliás, marcou o contexto de execução desta política pública no município de Curuçá desde o seu início.

¹⁴⁹ Idem nota de rodapé n. 37.

¹⁵⁰ O interlocutor pediu para ter a identidade preservada, em função da natureza do cargo que ocupa.

¹⁵¹ Milton Vilhena. Entrevista concedida à autora em 21 de junho de 2010.

¹⁵² A NE em questão estabelece fluxo operacional para concessão, aplicação e prestação de contas do Crédito Instalação, no âmbito dos projetos de assentamento integrantes do PNRA.

¹⁵³ Idem nota de rodapé n. 144.

A fala do representante da associação comercial do município,¹⁵⁴ Moisés Feitosa da Silva, é emblemática desse processo:

[...] o recurso entrou no município, estagnou a economia local. O comércio deixou de vender, principalmente bicicletas, 500 e poucas que deixaram de ser vendidas [pois] quem ganhou deixou de comprar. A reserva é mais um órgão que mexe com recursos, que pode movimentar o município ou pode estagnar. [...] é preciso escoar o recurso pra gerar emprego e renda pro município¹⁵⁵.

Pelo que se pôde investigar, um dos fatores de descontentamento entre os comerciantes teria sido a aquisição em outros municípios dos equipamentos viabilizados por meio do Crédito de Instalação. Nesta perspectiva, a considerar o volume dos recursos envolvidos, haveria se perdido uma oportunidade excelente de dinamizar o comércio local.

Atualmente, veicula-se que o atraso na segunda fase do programa deve-se a uma “queda de braço” entre a administração pública municipal e lideranças ligadas à RESEX (BATISTA, 2010, n. c.). Embora esta questão não tenha sido aprofundada, no decorrer da pesquisa verificou-se circunstâncias diversas que sugerem, minimamente, um processo de disputa pelo controle da gestão da RESEX. Nessa direção, há que se destacar práticas de cooptação de lideranças pertencentes ao quadro da AUREMAG e tentativas reiteradas de instituições notoriamente dirigidas por funcionários de primeiro e segundo escalão da administração pública municipal de ingressar no Conselho Deliberativo da UC.

Em que pese a gravidade e o cinismo de tais questões, a construção de casas e, sobretudo o fornecimento dos insumos, representou, ainda que minimamente, uma alteração positiva na vida dos seus beneficiários. As péssimas condições de moradia da maioria da população das comunidades e a inexistência de políticas públicas direcionadas a este público evidenciam a relevância deste empreendimento. E, embora haja registros da comercialização de apetrechos obtidos e mesmo de casas, o que é legalmente proibido, a aquisição de bens de consumo duráveis como *freezers*, fogões, motores para barco, bicicletas, canoas e redes de pesca entre outros, representou melhores condições de trabalho.

O refrigerador, por seu turno, proporcionou a venda de determinados produtos como o gelo, bem como a possibilidade de consumo de produtos frescos. Isto é particularmente

¹⁵⁴ Informação verbal repassada à autora em 22 de junho de 2010.

¹⁵⁵ Um interlocutor que pediu para não ser identificado informou que, na época da instalação do projeto, o prefeito em exercício criou uma série de obstáculos à sua implementação, pois desejava que os repasses financeiros fossem viabilizados via prefeitura municipal. Todavia, conforme definido legalmente, pelo artigo 14 da NE nº 40, tais repasses são feitos por intermédio de conta corrente específica, em nome da associação dos beneficiários, no caso em tela, a AUREMAG. Segundo outro interlocutor, que também solicitou o anonimato, aquele gestor teria tentando impedir o ingresso de caminhões transportando os equipamentos adquiridos por meio dos Créditos de Instalação, pois não teriam gerado impostos para o município (BATISTA, 2010, 2009, n. c.).

relevante no Pará, estado em que, de acordo com o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o câncer de estômago é o terceiro que mais atinge a população (BRASIL, 2006), provocado precisamente pelo consumo sistemático de alimentos secos e/ou salgados.



Fotografias 29, 30 e 31: Respectivamente, Paulo Ronaldo da Silva Ferreira ao lado do freezer obtido através dos créditos de instalação, redes de pesca e placa de venda de gelo em uma “casa da reserva”.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

No entanto, em termos gerais, tal política de apoio à população extrativista de Curuçá exerceu efeitos modestos e/ou irrisórios. O modo como foi executada indica um distanciamento e desconhecimento da complexa realidade socioeconômica e cultural na qual

seus potenciais beneficiários estão inseridos. Ademais, e conforme já mencionado, a continuidade do Projeto encontra-se comprometida devido, entre outros fatores, às questões envolvendo o controle dos recursos financeiros direcionados à RESEX.

6.3 DIFICULDADES QUANTO À OPÇÃO PELA SUSTENTABILIDADE NA RESEX MÃE GRANDE

Fernandes e Guerra (2006), Frey (2005), Léna (2005) Mello (2006) e Simonian (2004, 2003, 2001), explicitam que, apesar da disseminação das concepções novas de desenvolvimento, e da proposição de modelos sustentáveis, como as unidades de conservação, a concretização da sustentabilidade enfrenta percalços diversos. Decerto, segundo Mello (2006, p. 64)

[...] as opções pelos modelos de desenvolvimento da Amazônia continuam sendo difíceis, e a conservação e o desenvolvimento permanecem em esferas excludentes. As experiências que começam a ser desenvolvidas têm pouca representatividade no plano macro.

Esta perspectiva analítica é endossada por Frey (2005, p. 112):

[...] um avanço bastante significativo existe em relação aos arranjos institucionais e às práticas de mediação que foram criados em consequência do debate ambiental. [...] porém, os resultados efetivos de todos estes arranjos ficaram muito aquém das expectativas e recomendações colocadas pelo movimento ambientalista. O sistema político parece incapaz de transformar o reconhecimento da premência da questão da sustentabilidade em políticas públicas efetivas, capazes de promover um modelo alternativo de desenvolvimento.

Fatores diversos são apontados como óbices à concretização da sustentabilidade, tais como: manejo negativo dos recursos naturais (SIMONIAN, 2007a, 2000), predominância de interesses economicistas e imediatistas nos processos decisórios (FREY, 2005), problemas na gestão nas áreas protegidas (MELLO, 2006), dificuldades de organização das populações usuárias de UC (SILVA, 2007) entre outros.

No contexto estudado, verificou-se óbices diversos à concretização dos objetivos almejados com a instalação de uma UC, sobretudo no que respeita à construção da sustentabilidade. Constatou-se, durante as pesquisas que subsidiaram esta dissertação, uma tendência ao manejo insustentável dos recursos naturais. Processo este aguçado por fatores distintos, tais como a utilização de técnicas novas de captura de espécies do mangue e da maré, as quais acirraram a pressão sobre os recursos; empreendimentos executados pela administração pública municipal que ignoram as especificidades socioambientais locais e

limitações técnicas e orçamentárias ao processo de fiscalização das práticas predatórias por parte do órgão ambiental competente.

6.3.1 Políticas públicas locais de desenvolvimento X sustentabilidade

Ações desenvolvidas no âmbito da administração municipal, visando promover o desenvolvimento do município, estão a agravar o cenário de insustentabilidade. Emblemático nessa direção é o Projeto Roteiro do Sol, cuja primeira edição ocorreu em julho de 2009, promovendo excursões turísticas na praia da Romana no período de férias escolares.



Fotografia 32: Bilhete de passagem para a praia da Romana pelo Projeto do Sol 2009, da Prefeitura Municipal de Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Esta praia, que até então era pouco explorada pelo turismo comercial, dada a dificuldade de acesso e a inexistência de infraestrutura, passou a fazer parte da política oficial com vistas a fomentar a atividade turística no município de Curuçá.

Com isto, intervenções diversas foram efetuadas na área, como a utilização de um veículo automotivo para o transporte de turistas, primeiro desta modalidade a circular na Romana, de acordo com José Corrêa,¹⁵⁶ morador da ilha. Note-se que no período em questão, constatou-se uma expressiva oferta de “piqueniques” particulares para a praia, estes sem qualquer regulamentação por parte do poder público municipal, seja no que se refere a segurança dos banhistas, seja em relação a medidas de conscientização sobre o tratamento do

¹⁵⁶ Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

lixo, exemplarmente. Aliás, mesmo no contexto do roteiro “oficial”, acompanhado por assessores da prefeitura, não se observou esta questão.

A produção e o acúmulo de lixo de diversos tipos é uma das consequências nocivas do crescimento gradativo do número de visitantes na praia. Esse processo é agravado pela inexistência de sistemas de esgotamento sanitário, causando o despejo de dejetos humanos diretamente no mangue¹⁵⁷. E, conforme verificado em campo (BATISTA, 2009, n. c.), os pescadores que possuem ranchos¹⁵⁸ no local já estão começando a se preocupar com a segurança dos apetrechos de pesca armazenados no local.

Por outro lado, a atividade turística representa uma maneira de as famílias de pescadores incrementarem a renda, ainda que temporariamente. São grupos familiares, mobilizados e/ou selecionados pela Prefeitura Municipal de Curuçá, ou por iniciativa própria, que garantem aos turistas o fornecimento de comida e bebida – água de coco, caranguejo, refrigerantes, cervejas etc. – durante a estada na praia¹⁵⁹. No entanto, segundo estes mesmos pescadores (BATISTA, 2009, n. c.), eles não são capacitados pelo órgão público para a realização destas atividades.

Há que se ressaltar que a praia da Romana constitui um cenário de beleza singular. Com uma extensão de aproximadamente 14 km e características naturais ainda preservadas, sua localização, afastada dos centros urbanos, a torna um ambiente atrativo à prática turística. A pensar como Quaresma (2003, p. 105), “[...] a busca de áreas naturais e litorâneas para o lazer e a contemplação tem sido reforçada pela crescente urbanização das metrópoles”. Todavia, a utilização deste espaço pelo turismo necessita levar em consideração as suas especificidades. Desse modo, e a considerar as práticas observadas em campo, conclui-se que a atividade turística na praia da Romana está a pautar-se por moldes rudimentares e inconsistentes com o ideário da sustentabilidade.

¹⁵⁷ Com efeito, como não há um sistema de esgotamento sanitário na praia, urina e fezes são despejadas diretamente no mangue.

¹⁵⁸ Moradias provisórias de pescador, ocupadas apenas nos períodos em que a pesca é efetuada na praia. Consistem geralmente em um compartimento, cercado com varas de madeira e coberto com palhas.

¹⁵⁹ Toda a mercadoria é transportada do continente, porém os resíduos são deixados no local.



Fotografias 33 e 34: Barraca oficial de apoio aos turistas e veículo transportando turistas, o primeiro a circular na praia.
Fonte, Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.



Fotografias 35 e 36: Embarque de retorno dos turistas na lancha do Projeto Roteiro do Sol e comunicado de passeio para a praia da Romana exposto no trapiche municipal.
Fonte, Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.



Fotografias 37 e 38: Lixo abandonado pelos turistas na Praia da Romana e latinhas de alumínio recolhidas por José Corrêa, pescador e um dos três moradores permanentes da praia, para posterior comercialização.
Fonte, Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.



Fotografias 39 e 40: Exterior da casa de José Corrêa e o pescador consertando rede de pesca no interior da residência. Note-se ao fundo os vasilhames para armazenamento de água.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2009.



Fotografias 41 e 42: Visão panorâmica da praia da Romana.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.



Fotografias 43 e 44: Lagos naturais na Praia da Romana formados pela água das chuvas.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Outra iniciativa do poder público municipal potencialmente impactadora do ecossistema local diz respeito ao projeto “Orla dos Andirás”, visualizado na fotografia 45, na página seguinte. Este empreendimento, que se encontra em fase de captação de recursos, prevê o calçamento da orla da sede do município, numa extensão de 400 metros. Pelo que se ouviu do representante da prefeitura municipal por ocasião da sexta reunião extraordinária do conselho deliberativo da RESEX (RESERVA..., 2010), tal iniciativa visa alavancar o potencial turístico do município.



Fotografia 45: Visão panorâmica do Projeto Orla dos Andirás. Imagem exibida no plenário da sexta reunião extraordinária do Conselho Deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá, no dia 22 de junho de 2010.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Preconizado pelos seus idealizadores como um projeto que irá gerar emprego e renda e fomentar a circulação de capital no município (RESERVA..., 2010), essa obra afetará diretamente o mangue e irá bloquear locais estratégicos de embarque e desembarque de pescadores artesanais (BATISTA, 2010, n. c.). Os possíveis desdobramentos e custos socioambientais dessa empreitada necessitam ser aprofundados. Mas, pelo que se viu e ouviu sobre esta questão no contexto da pesquisa, a discussão acerca de tais custos, bem como alternativas à sua atenuação, estão relegados a segundo plano.

É de se ressaltar que não se contesta os efeitos positivos que tal empreendimento presumivelmente trará ao município, sobretudo em termos de geração de postos de trabalho diretos e indiretos. Mas defende-se que sua execução considere as especificidades socioambientais concernentes à UC existente neste território. A nortear este processo há que se incrementar a participação dos potenciais afetados por essa obra – precisamente os usuários da RESEX Mãe Grande – nos debates acerca de sua implementação.

6.3.2 Tendências recentes quanto ao manejo dos recursos naturais na RESEX Mãe Grande

Conforme os ensinamentos de Simonian (2004, p. 65), uma RESEX define “[...] um território, um espaço e um modo de regularizar o acesso a ele e aos recursos naturais nele existentes, que são passíveis de utilização”. Então, ainda segundo essa autora, a criação dessa modalidade de UC representa a potencialização de uma possibilidade no que respeita à exploração e uso sustentável de tais recursos. No entanto, a considerar as problemáticas existentes em Mãe Grande, que indicam a persistência de um manejo negativo dos recursos naturais, infere-se que as transformações preconizadas pela criação da RESEX, no que se refere a construção da sustentabilidade, estão a ocorrer muito timidamente.

É de se ressaltar que o Plano de Manejo da RESEX Mãe Grande, o qual poderia disciplinar práticas nocivas à sustentabilidade da área, ainda encontra-se em processo de elaboração. A desistência do consultor contratado pelo ICMBIO para a formulação deste plano, por motivos pessoais (RESERVA..., 2009b), atrasou ainda mais esse processo. Atualmente, segundo informações do analista ambiental responsável pela UC, está a se aguardar os trâmites burocráticos para efetuar nova contratação e dar continuidade à construção do referido documento.

Neste ínterim, o Plano de Utilização – regulamento de utilização da área, elaborado pelos usuários e aprovado pelo órgão ambiental competente, que implementa as decisões, procedimentos e punições voltados à utilização sustentável das UC, é o instrumento formal e/ou mecanismo de ordenamento que está a reger a exploração dos recursos naturais existentes na RESEX¹⁶⁰. Este, em consonância com as premissas da sustentabilidade ambiental, proíbe o desmatamento, corte de raízes do mangueiro, retirada de cascas do mangue e o uso de substâncias icotóxicas, a exemplo do timbó (*Paullinia pinnata*, L. Sapindaceae). (PLANO..., 2005), práticas tradicionalmente efetuadas pelos extrativistas

¹⁶⁰ Este Plano está em vigor desde 21 de outubro de 2005.

locais. A captura de caranguejo, por exemplo, é condicionada à técnica conhecida por braceamento ou braço, com auxílio de gancho, sendo proibidos o uso do tapa ou laço.

Neste ponto, é mister uma descrição de tais modalidades, com vistas a embasar o entendimento acerca de seus usos e efeitos no âmbito da RESEX Mãe Grande. O modo de captura de caranguejo assinalado como predominante entre os usuários da RESEX é o braço ou braceamento, considerado por estes como o que menos afeta a manutenção do recurso. Tal método consiste na introdução do braço do coletor na toca até alcançar o crustáceo, retirando-o, então, para o exterior.

Por seu turno, o tapa consiste no bloqueio, com a lama do próprio mangue, da entrada dos esconderijos dos caranguejos, de modo a obstruir a entrada do ar e forçá-lo a subir à superfície para respirar, quando então é capturado. O laço é o método em que um fio de *nylon* com um pequeno pedaço de madeira ou galho é posicionado na entrada das tocas, aprisionando o crustáceo na saída. O gancho, por sua vez, implica na utilização de um ferro em forma de anzol na ponta de uma vara de madeira, de modo a facilitar a captura dos caranguejos dos buracos mais profundos¹⁶¹.

No contexto da pesquisa de campo, o uso destas técnicas foi apontado por interlocutores diversos como responsável, em parte, pela diminuição desses recursos. Segundo interlocutores da pesquisa, a utilização do laço, tapa e gancho estaria sendo intensificada, sobretudo por indivíduos oriundos de outras localidades. As implicações desse processo são ilustradas no depoimento abaixo:

[...] é uma captura que prejudica muito a nossa RESEX. Não só prejudica o caranguejo como também o próprio manguezal. O manguezal fica demais atolento, as árvores ficam caindo, a sustentação fica fraca [porque] no tapa se tapa os buracos do caranguejo e aí vai quebrando a raiz. O tapa mata não só o caranguejo grande mas o pequeno que tá ali, vizinho, do lado, que não tem aquela substância pra furar o bloqueio da lama¹⁶².

Destarte, tais práticas estão a comprometer a reprodução da fauna e flora do ecossistema manguezal e, por conseguinte, a própria reprodução socioeconômica de seus usuários. A pensar como Maneschy (2005), e no que se refere à espécie *Ucides cordatus*, essa conjuntura é um reflexo da ampliação da pressão comercial sobre esse produto e sua comercialização, mesmo em períodos cuja captura é proibida, como durante o “sauatá” (acasalamento).

Com efeito, este parece ser um processo relativamente recente. As práticas de uso dos recursos naturais tradicionalmente empregadas pelas populações extrativistas locais fazem parte de um modo de vida, que secularmente vem garantindo a sua sobrevivência, e cujas

¹⁶¹ Conforme informações verbais prestadas por interlocutores da pesquisa.

¹⁶² Emanuel Sousa Lima. Entrevista concedida à autora em 16 de julho de 2009.

estratégias e técnicas de manejo são transmitidas de geração a geração. Pelo que se pôde verificar no decurso da pesquisa, de modo geral, a combinação das atividades agrícolas, pesca artesanal e extrativismo, prevalente na maioria das comunidades, até décadas recentes exerceu impactos pouco expressivos sobre os recursos naturais em sua totalidade. Desse modo, presume-se que esse quadro está a ser alterado gradativamente por fatores exógenos de tipos diversos.

A pressão dos mercados consumidores também está produzindo impactos sobre a atividade pesqueira, sobretudo o recrutamento de pescadores oriundos “de fora”. Outrossim, a pressão demográfica, que torna o litoral curuçaense uma área de escape, influenciado pela expectativa de empreendimentos a exemplo do porto Espadarte (ROCHA, 2007), representaria um fator preponderante no declínio sistemático dos recursos naturais existentes na RESEX Mãe Grande e seu entorno.

Exemplares nessa direção são as transformações inseridas nas técnicas de pesca utilizadas na região, a exemplo da fuzaca e da estacada. Esta consiste na instalação de redes de pesca em larga escala, fixadas em varas de madeira, conhecidas localmente como estacas, dispostas em contigüidade, conforme se vê na fotografia 46, abaixo. Aquela é uma armadilha colocada à margem de rios, cuja espessura da rede é tão diminuta que captura indistintamente peixes grandes e pequenos, mas, sobretudo, estes últimos, os quais, sem valor comercial, geralmente são jogados fora pelos pescadores.



Fotografia 46: Técnica de captura de peixes conhecida como estacada.
Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Outra mudança introduzida diz respeito aos currais. Estes, produzidos com estacas de madeira, com redes e tarrafas esticadas à sua volta para capturar peixes e crustáceos na maré cheia, sempre foram tradicionalmente montados às margens das ilhas formadoras dos manguezais (BATISTA, 2009, n. c.; KOTSHO, 2007) (vide fotografia 47). Com a chegada de pescadores oriundos de outras localidades, instalados em barcos industriais, estas armadilhas pesqueiras passaram a ser montadas no meio dos cursos de água, como se visualiza na fotografia 48, constituindo um obstáculo à sua fluência e causando o assoreamento dos rios.



Fotografias 47 e 48: Currais instalados à margem e ao longo dos cursos d'água, respectivamente.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

É unânime entre os pescadores mais antigos a constatação de que no passado a piscosidade nas águas da região era bem mais elevada, possibilitando a realização da pesca em locais mais próximos de suas residências e obtendo uma produção em menor tempo. Atualmente, ao contrário, a escassez gradativa dos estoques pesqueiros tem obrigado um deslocamento a distâncias cada vez maiores para obter uma quantidade satisfatória do produto, de modo a atender as necessidades da família.

A fala de um pescador experiente¹⁶³ ilustra esta situação: “[...] o peixe tá ficando mais longe [...] o tanto de peixe que nós pegávamos há 20 anos atrás, aqui na foz desse rio com 400 anzóis nós só pegamos hoje com 2.000 anzóis”. Esta realidade também se estende aos crustáceos. De acordo com Francisco José Silva de Sousa, catador de caranguejo,¹⁶⁴ “[...] antigamente quando chegava oito horas pra tirar caranguejo, 11, 12 horas tava saindo com

¹⁶³ Naziazeno Ferreira Caxias, entrevista concedida à autora em 22 de janeiro de 2009.

¹⁶⁴ Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

200, 300 caranguejos uma pessoa. Hoje, entra seis da manhã e sai seis da tarde pra tirar 30, 20 caranguejos!”.

Nesse contexto, evidencia-se uma apreensão generalizada acerca da “invasão” sistemática de pescadores e coletores de municípios vizinhos, como São Caetano de Odivelas, Vigia e Marapanim entre outros nos territórios de pesca e coleta de crustáceos localizados dentro e no entorno da RESEX e tradicionalmente utilizados pelos seus usuários.

Tudo quanto é mangal é explorado pelo pessoal de São Caetano, antes era de Colares [...] a exploração é muito grande. Agora tem muito barco, muita gente. A gente olha pro oceano à noite na Romana, é uma iluminação como na cidade. Muito barco, um perto do outro, até onde a vista alcança. (Vindos) de Curuçá, Vigia, São Caetano [...] antigamente era pouca gente, pouca rede. Nos anos 60, o peixe zoava que a gente ouvia a quilômetros de distância. Hoje pra pegar dez quilos de peixe, rebola [sic]¹⁶⁵.

Segundo interlocutores da pesquisa nas comunidades contatadas, e conforme já assinalado, este processo está a intensificar a exploração dos recursos naturais existentes na RESEX, ameaçando, a médio prazo, a manutenção dos meios de vida das populações locais, sobretudo no que respeita ao caranguejo.

Maneschky (2005) argumenta que a pressão dos mercados, provocada pela elevação da demanda, sobretudo em centros urbanos regionais e extrarregionais, tem provocado o recrudescimento da extração do caranguejo nos manguezais do litoral paraense. Ainda segundo esta autora, além de promover a diversificação das técnicas e reorganização do trabalho familiar nas comunidades produtoras do crustáceo, tal processo engendrou a abertura de novas áreas de exploração.

Em São Caetano de Odivelas, os tiradores referem-se à prática da “baixada”, quando passam dias seguidos em manguezais distantes, supostamente mais produtivos, o termo baixada refere-se ao fato de que, em geral, procuram áreas à jusante dos rios, ou ao longo do litoral, como é o caso da *Praia da Romana*, no município vizinho de *Curuçá* (MANESCHY, 2005, p. 152, grifos nossos).

A considerar a intensificação da comercialização do produto no mercado, o cenário de exploração predatória deste recurso por agentes externos no contexto da RESEX Mãe Grande tende a se agravar. Inclusive, com elevadas probabilidades de ocorrência de conflitos entre estes e as comunidades autóctones¹⁶⁶.

¹⁶⁵ Claudomiro Pinheiro Barbosa, Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

¹⁶⁶ Soube-se em campo que diversos destes sujeitos efetuam práticas intimidatórias face aos usuários da RESEX, como o porte de armas de fogo, na atividade de extração do caranguejo em território da UC (BATISTA, 2009, n. c.).

Nessa conjuntura, o período de defeso do caranguejo (IBAMA, 2003), instituído precisamente para coibir a sua extração intensiva tem sido sistematicamente desrespeitado, conforme verificado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.) e veiculado pelos meios de comunicação, os quais têm relatado com frequência a apreensão deste produto no período mencionado. Ademais, portaria recente, proibindo a comercialização da massa cozida do caranguejo, por razões sanitárias, conforme veiculado pelos meios de comunicação, também vem sendo burlada, sobretudo nos mercados consumidores extrarregionais.

A considerar que as práticas sociais de utilização dos recursos naturais existentes na RESEX seguem minimamente critérios internalizados pelo grupo, de modo a garantir sua reprodução, a ação dos forasteiros configura-se como deletéria e contrária aos preceitos da sustentabilidade almejados com a implantação de uma UC no município de Curuçá. Abstrai-se, então que os atores externos sem nenhuma ligação cultural com estes territórios exploram seus recursos de modo predatório, desconhecendo quaisquer critérios no sentido de garantir a sua manutenção.

[...] os que vêm de fora derrubam o mangueiro [...] como é que o caranguejo pode se criar? Cadê a folha do mangueiro? [...] na comunidade é feita a captura (de caranguejo) no braço, os que vêm de fora, é a captura no tapa”. A gente tá sendo prejudicado pelo pessoal de São Caetano, que tira de rede, no tapa, no laço, aí vêm todos – condessa, miúdo – quando eles vêm só tira o grande e esmigalha o pequeno, a condessa¹⁶⁷.

Ademais, as limitações de recursos materiais, financeiros e humanos, além das dimensões do território não permitem o exercício de uma fiscalização sistemática por parte do órgão ambiental competente, de modo a coibir tais práticas. A pensar como Vianna (2008), tais limitações, longe de representarem um caso isolado, são frequentes em UC de uso sustentável.

Trabalho recente desenvolvido junto a pescadores artesanais do estado do Amazonas Witkoski (2007), aponta os efeitos nefastos do “imediatismo predatório” da sobrepesca nos estoques pesqueiros da Amazônia, implicando, inclusive em risco de extinção de espécimes da fauna aquática.

A pesca seletiva, subordinada à lógica do mercado, não levando em consideração a biodiversidade capturada, compromete dia-a-dia o estoque da ictiofauna amazônica. [...] Investindo indiscriminadamente em todos os ambientes, sem respeitar o processo de reprodução da fauna aquática, utilizando-se essencialmente de apetrechos e estratégias predatórias – redes de arrasto, malhadeiras com malhas de tamanhos diferentes e comprimentos diversos, puçás, batição, uso de narcóticos (timbó), bombas etc., - sem condições de armazenamento adequado para o transporte do pescado, a dizimação do estoque pesqueiro da maior bacia de água doce do planeta tem assumido proporções catastróficas. [...] Como a sobrepesca não

¹⁶⁷ Raimundo Pereira de Sousa. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

tem respeitado os limites naturais da reprodução da fauna aquática, algumas espécies estão correndo risco de extinção.

Decerto, os recursos naturais existentes no município de Curuçá estão escasseando (CURUÇÁ, 2009a; SIMONIAN *et al.*, 2010). Conforme detectado em campo, e de acordo com pescadores entrevistados, espécies como o mexilhão, ostras e o espadarte (*Xiphias gladius*), peixe de grande porte que abundava na região,¹⁶⁸ estariam em vias de extinguir-se. Por seu turno, e ainda conforme a percepção dos locais, espécies como tainha (*Mugil brasiliensis* – MUGILIDAE; Mullet) e os camarões estão a diminuir gradativamente de tamanho.

Os pescadores curuçaenses atribuem esta escassez dos recursos a introdução das novas tecnologias de pesca e o conseqüente aumento da capacidade de captura dos peixes e mariscos. Os depoimentos abaixo, ouvidos junto a moradores antigos¹⁶⁹ ilustram esta percepção:

- O que estraga mesmo é companhia grande, de Icoaraci, da Vigia, que trabalha com arrastão: dois barcos levando aquela rede contra a maré, quando recolhe é três, três toneladas e meia de peixe e não aproveita nem a metade, só pescada amarela e dourada. O resto é jogado fora¹⁷⁰!
- Antes era a pesca só de tarrafa, de espinhel e de linha de mão, pegava cada tainha (grande) que hoje não pega mais”¹⁷¹;
- [...] de primeiro não tinha tanta rede que consumisse, era só na tarrafa, no curral. Hoje tem tanta rede, que espanta o peixe. [...] de primeiro não tinha tanta canoa motorizada, hoje tem muita¹⁷²!

Outras ocorrências, pontuais, porém não menos graves, têm estado a contribuir com este quadro de insustentabilidade. Em campo, precisamente na comunidade Ponta de Ramos, soube-se pelos pescadores locais de construções recentes de imóveis por pessoas estranhas, oriundas da capital do estado do Pará, que estariam a aterrar áreas de mangue para construção de muros. Segundo Paulo Ronaldo da Silva Ferreira,¹⁷³ “[...] o pessoal tá fechando, fazendo tapagem, tão botando muro por dentro do mangal, um cara de Belém”. Esta prática, além de

¹⁶⁸ Conforme Fernando Cruz, atual prefeito municipal, em entrevista concedida à autora em 22 de janeiro de 2009. A anunciada extinção deste peixe, segundo este interlocutor é facilitada pela sucessiva liberação de licenças de pesca pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, o que estaria a intensificar a pesca de arrasto no litoral de Curuçá, sobretudo em frente a praia da Romana.

¹⁶⁹ Com idade superior a 65 anos.

¹⁷⁰ Idem à nota de rodapé n. 153.

¹⁷¹ Domingas Negrão, entrevista concedida à autora em 23 de janeiro de 2009.

¹⁷² Rosil Monteiro Cabral. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

¹⁷³ Informação verbal repassada à autora em abril de 2010.

terminantemente proibida pela legislação ambiental, estaria praticamente a impedir o acesso dos pescadores aos portos tradicionalmente utilizados para embarque e desembarque de suas canoas e demais apetrechos de pesca.

Os crustáceos também estariam sendo afugentados, comprometendo a alimentação dos extrativistas locais pois [...] cercaram o mangue, tirou a raiz do mangue e os caranguejos se mudam todinho, quando não, morre! A beira tá quase toda tomada, daqui a pouco a gente vai ficar sem porto”¹⁷⁴. O local indicado foi visitado pela autora, que constatou *in loco* tal situação, ilustrada nas fotografias 49, 50, 51, 52, 53 e 54, abaixo.



¹⁷⁴ Idem à nota anterior.



Fotografias 49 a 54: Construções imobiliárias que promoveram o aterramento do mangue na comunidade Ponta de Ramos.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

Por sua vez, na comunidade Caratateua, um dos maiores polos da RESEX, com aproximadamente 193 famílias,¹⁷⁵ o lençol freático que abastece a localidade encontra-se contaminado, impróprio para consumo humano e provocando problemas de saúde os mais diversos, principalmente dermatológicos. Segundo os moradores locais o fator de contaminação seria um empreendimento de carcinicultura (cultivo de camarões), localizado às proximidades da comunidade. E, de acordo com o presidente da AC local denúncias já teriam sido dirigidas aos órgãos competentes, porém providências no sentido de sanar o problema não teriam sido tomadas.

A ata da segunda reunião ordinária do Conselho Deliberativo da RESEX, realizada em 03 de dezembro de 2008 (RESERVA..., 2008b) revela a abordagem desta problemática naquela ocasião. Convidado a dar esclarecimentos, o responsável pela atividade alegou que teria licenciamento da prefeitura municipal e do Serviço de Inspeção Federal (SIF). Porém, ainda de acordo com este documento, foi bastante questionado devido ao fato de as espécies cultivadas serem exóticas (*Litopenaeus vannamei*, Boone) e não nativas do mangue, estando a provocar um desvirtuamento dos objetivos de criação da RESEX, ao que foi respondido que existem poucos estudos sobre o camarão nativo, o que dificultaria a mudança da espécie criada pela regional.

A leitura das atas e demais documentos das reuniões ordinárias e extraordinárias subsequentes demonstrou que este assunto não foi mais tratado, pelo menos no âmbito do Conselho. E, a comunidade portanto, continuou a arcar com os prejuízos decorrentes de tal empreendimento, que inclusive é financiado pelo BASA, conforme vislumbra-se na fotografia 55, abaixo.

¹⁷⁵ Conforme registrado no Posto Saúde da Família (PSF) local.



Fotografia 55: Unidade produtora de camarão marinho na comunidade de Caratateua, área da RESEX Mãe Grande de Curuçá.

Fonte: Iane Batista, pesquisa de campo, 2010.

As atas de reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX registram denúncias de ocorrências diversas com prejuízos às atividades de subsistência de seus usuários, e outras, efetuadas por estes, tais como: prática de pesca esportiva na área da reserva, sem licença, com o uso de embarcações de pequeno porte do tipo voadeira e a retirada de madeira do mangue para a confecção de carvão. Ressalte-se, no caso da primeira atividade, a utilização de pescadores autóctones como “guias” devido ao conhecimento profundo da paisagem local¹⁷⁶. Com isto, tais pescadores obtêm, a curto prazo, um incremento na renda familiar.

A conformação deste cenário desvela uma realidade distante dos pressupostos do desenvolvimento sustentável que se pretende consolidar na região. Nesse contexto, a implantação de uma UC na área destaca-se como um instrumento potencial ao imperioso enfrentamento destas problemáticas, bem como à construção de alternativas para seu equacionamento. A instituição da RESEX, de certo modo, representou uma intervenção no

¹⁷⁶ A esse respeito, em campo, precisamente na comunidade Caratateua, soube-se de um senhor – Antônio da Costa Neves, vulgo Baiacu – cujos serviços são muito solicitados pelos pescadores esportivos. Segundo a esposa deste senhor, tais pescadores são oriundos principalmente de Castanhal e Belém, trazem seus próprios equipamentos de pesca e contratam-no devido aos conhecimentos que o mesmo possui acerca dos rios, igarapés e ilhas da região (BATISTA, 2009, n. c.).

modo de vida tradicional da população extrativista local, que sempre praticou suas atividades livremente, sem restrições.

Em que pese a persistência de práticas negativas de manejo, verifica-se minimamente alguns avanços no que tange ao acatamento dos mecanismos de ordenamento dos recursos. A perspectiva de punição também se revela um fator importante nesse contexto. Os depoimentos abaixo são ilustrativos a esse respeito¹⁷⁷.

- Colegas meus que todo dia iam lavar veneno já estão conscientes que não podem fazer isso. A gente mesmo tá respeitando a época do caranguejo. Lei é lei, senão isso [recursos naturais] vai acabar¹⁷⁸;
- [...] no caso do sauatá, botava muita rede pra pegar caranguejo, depois da RESEX, o Abel [presidente da associação comunitária] andou dando em cima (sic) e o pessoal parou mais¹⁷⁹;
- Houve uma pequena mudança, mas a conscientização ainda não é suficiente pra alcançar o patamar que a gente quer¹⁸⁰;
- Mudou um pouco. Antigamente o pessoal botava muita rede pra pegar caranguejo, mas na rede pega tudo: pequeno, condessa [fêmea do caranguejo], e o presidente [da associação comunitária] proibiu, agora diminuiu o uso da rede, só algumas pessoas que ainda usam a rede. [...] o presidente disse que se pegar a rede, ele prende [o equipamento] [...] ele explicou pro pessoal na reunião e o pessoal deixou de pegar. Aí o pessoal ficou receoso, porque se o IBAMA pegar, ele leva mesmo¹⁸¹.

Conforme constatado em campo (BATISTA, 2010, 2009, n. c.), esste processo varia de acordo com o nível de conscientização existente em cada localidade e com a atuação dos líderes comunitários

A considerar os pressupostos da sustentabilidade preconizados na literatura consultada e as práticas existentes no contexto da RESEX Mãe Grande, abstrai-se que muito ainda há que ser feito com vistas à superação do cenário atual. O alcance limitado das iniciativas de conservação nesta UC exige tipos diversos de intervenção. No que tange ao aspecto coercitivo, é urgente uma atuação mais efetiva do órgão fiscalizador no sentido de refrear práticas predatórias engendradas por sujeitos exógenos e assegurar condições para que as

¹⁷⁷ Estas falas são alusivas ao seguinte questionamento: “percebe alguma mudança nas práticas de manejo da pesca e extrativismo após a criação da RESEX?”

¹⁷⁸ Josiel Pinheiro dos Santos. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

¹⁷⁹ Jonilson Pereira Macedo. Informação verbal repassada à autora em fevereiro de 2009.

¹⁸⁰ Eremito Monteiro de Almeida. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

¹⁸¹ Ilza Negrão. Informação verbal repassada à autora em julho de 2009.

próprias comunidades possam ser parceiras nesse processo. Desse modo, a conclusão do plano de manejo da RESEX é imperativa.

Por seu turno, no que respeita ao aspecto preventivo, atividades como criação de ostras, apicultura, artesanato – a partir de materiais diversos – entre outras, representam um potencial a ser considerado em termos de políticas públicas de geração de renda a ser direcionadas aos usuários desta UC. Ademais, a garantia do seguro-defeso aos pescadores artesanais e trabalhadores do mangue, ao assegurar a estes uma fonte de recursos financeiros em épocas de reprodução de crustáceos e espécies pesqueiras, representaria uma possibilidade de amenizar a utilização destes recursos em tais períodos, contribuindo, a médio e longo prazos, à sua manutenção.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca da ocupação sustentada do território configura-se como premissa fundamental das áreas de conservação extrativistas, através da conciliação do uso sustentável dos recursos naturais ao longo do processo produtivo com os objetivos econômicos, o que implica uma modalidade nova de relação com o meio. Assim, a construção desta relação há que ser alicerçada no local, espaço de vida, de trabalho, de experiências comunitárias, de sociabilidade etc. Nessa perspectiva, as RESEX são defendidas como modelos de sustentabilidade, posto que, por sua definição legal elas apresentam condições de articular crescimento econômico, conservação dos recursos naturais e qualidade de vida para suas populações.

Nestes termos, tais UC constituem alternativas não apenas para a exploração racional dos recursos naturais, mas também para a conservação da biodiversidade e minimização do problema fundiário, sobretudo na região amazônica, onde tais problemáticas dominam a pauta socioambiental. A criação da RESEX Mãe Grande, pleiteada a partir da mobilização de sujeitos diversos representou, portanto, uma possibilidade de implementação de um modelo novo de desenvolvimento no município de Curuçá, condizente com os princípios da sustentabilidade. A considerar-se a conjuntura histórica local, assinalada pela inexistência de políticas públicas dirigidas às populações extrativistas e a ausência de mecanismos de ordenamento e de utilização racional dos recursos naturais, a pertinência da instituição desta UC é incontestável.

Com base no preceito da gestão participativa, implantou-se arranjos institucionais e estratégias de mediação, com vistas a garantir a participação dos usuários nos processos de implementação e gestão da RESEX, como a AUREMAG, os comitês comunitários e o Conselho Deliberativo da Reserva. Por seu turno, instrumentos passíveis de determinar procedimentos voltados à utilização sustentável dos recursos existentes na área, a exemplo do plano de utilização e plano de manejo, passam a ser formulados, visando o manejo racional de tais recursos.

No entanto, a pesquisa que embasou esta dissertação revelou que embora tenha representado um avanço importante tanto para a conservação dos recursos naturais como para a organização social das populações tradicionais locais, a RESEX Mãe Grande ainda apresenta problemas de diversas ordens para a concretização de seus objetivos. De modo geral, o manejo insustentável dos recursos naturais persiste apesar das campanhas de

conscientização desenvolvidas pela direção da RESEX. A pesquisa revelou que esta tendência está sendo acentuada tanto pela introdução de modalidades novas de captura de peixes e crustáceos, de dificuldades de fiscalização de práticas predatórias, quanto por parte das instituições competentes como por iniciativas adotadas na esfera do poder público local.

No que tange à organização social, as evidências produzidas indicaram uma fragilidade sociopolítica e/ou organizativa da população usuária da UC em questão, dificultando a construção de um efetivo projeto de desenvolvimento local. Tal realidade apresenta desdobramentos diversos, a saber: desarticulação e disputa política/ideológica das entidades representativas dos usuários; a persistência de ações clientelistas e assistencialistas; a falta de articulação entre a população local e o poder público; a falta de renovação nos quadros dirigentes das associações comunitárias etc.

A literatura consultada demonstra que os projetos de desenvolvimento consolidados na Amazônia foram caracterizados historicamente por diretrizes alheias aos sujeitos envolvidos de modo direto. A construção do desenvolvimento numa perspectiva de sustentabilidade pressupõe instituições locais organizadas e fortalecidas. Com efeito, a implementação de políticas públicas sólidas e eficazes requer a participação de uma sociedade civil capaz de discutir e formular demandas, estabelecer prioridades, fiscalizar ações e avaliar resultados, enfim, participar dos processos decisórios em sua totalidade.

Na conjuntura estudada, verificou-se que o debate acerca da criação de uma UC envolveu um campo diversificado de sujeitos e instituições. Desse modo, questões socioambientais vivenciadas *in loco* – como a redução dos estoques dos recursos do mangue e da maré, provocado por fatores distintos –, com implicações diretas na reprodução socioeconômica das famílias extrativistas, adquiriram visibilidade. E, a partir do nível elementar, precisamente das comunidades, seus integrantes e lideranças buscaram construir parcerias no sentido de sanar tais problemáticas.

Ainda que de modo incipiente, a RESEX configurou-se, então, como um espaço coletivo complexo e interessante de atuação e intervenção no cenário local. Isso tem permitido que se viabilize políticas públicas, assumindo atribuições e estabelecendo relações institucionais com diversas esferas de poder. Todavia, evidenciou-se dificuldades de engajamento da população usuária num processo articulado de formulação de demandas e discussão sistemática dos problemas existentes na UC, bem como busca de soluções para seu equacionamento.

Pelo que a pesquisa revelou, tais óbices refletem práticas diuturnamente exercidas no contexto local, a ressaltar: o assistencialismo, manutenção *ad infinitum* de grupos familiares

e/ou de indivíduos na direção das entidades representativas e associativas, notadamente STTR, CP-Z5 e associações comunitárias em geral, dificultando a emergência de lideranças novas e desestimulando a alternância nos cargos e funções; ausência de prestação de contas; uso do cargo para promoção pessoal e obtenção de benefícios etc. Em consequência, delineou-se um descrédito generalizado entre a população quanto à ação efetiva destas instituições representativas no sentido de implementar projetos geradores de benefícios à coletividade.

Esse cenário, aliado à falta de informação e capacitação, índices baixos de escolaridade, disputas políticas e divergências ideológicas, condiciona, de maneira negativa, a participação dos usuários da RESEX no seu processo de gestão. Ressalte-se que, no plano geral, a população não foi instrumentalizada para o exercício de funções gerenciais e escassas oportunidades de formação foram disponibilizadas neste sentido, geralmente apropriadas por poucos (e sempre os mesmos) indivíduos. Desse modo, os instrumentais criados para fomentar a participação comunitária na gestão da UC – Conselho Deliberativo, comitês comunitários e associação de usuários da RESEX – tiveram resultados pouco efetivos no que se refere à participação qualitativa dos extrativistas locais.

Com base nesse panorama, abstrai-se que o contexto de criação e implementação da RESEX Mãe Grande não se construiu concomitantemente um projeto político norteador do processo de desenvolvimento socioeconômico local. E isso apesar de ter representado uma oportunidade de articulação dos diversos agentes sociais em uma ação coletiva potencialmente favorável. Desse modo, a capacidade organizacional, entendida como a habilidade de mobilização e aquisição dos expedientes necessários ao alcance dos objetivos propostos pelo grupo, não logrou eficácia.

Desprovidos de informação e/ou insuficientemente esclarecidos acerca das questões concernentes à iniciativa em curso, o segmento de usuários da UC, a saber tiradores de caranguejo, marisqueiras, pescadores artesanais, agricultores de porte pequeno etc., não se engajou efetivamente em tal processo. Essa situação produziu patamares apenas moderados de participação desse grupo na gestão da RESEX. De certo modo, isso contraria os postulados teóricos e legais que preconizam o envolvimento das comunidades contempladas e/ou afetadas por políticas públicas, sobretudo as que implicam conservação e manejo de recursos naturais.

Por outro lado, conforme constatou-se durante as pesquisas que fundamentaram esta dissertação, está em curso uma sobre-exploração dos recursos existentes no território da RESEX Mãe Grande, o que compromete diretamente seus objetivos de sustentabilidade

socioambiental. Nesses termos, ocorrem dificuldades de fiscalização de práticas predatórias por parte da instituição pública gestora, principalmente devido à deficiência de estrutura e recursos materiais e humanos escassos. Também, é de destacar-se dentre os fatores determinantes desse processo, a inexistência do seguro-defeso e a carência de projetos de geração de renda nas comunidades.

Note-se ainda, que a concessão de créditos para o fomento das atividades produtivas, posto que desvinculada de assistência técnica compatível com as especificidades da área, não promoveu os resultados esperados e gerou inadimplência entre os extrativistas em relação às instituições financiadoras. Um primeiro impacto dessa situação foi a inviabilização da aquisição de empréstimos novos por parte dos usuários inadimplentes. Por seu turno, as pendências legais das organizações comunitárias junto às instituições públicas competentes dificultam a construção de alternativas para superar esse quadro no âmbito do associativismo.

A superação das limitações evidenciadas na presente dissertação é condição *sine qua non* para fomentar a gestão participativa e a consolidação dos objetivos propostos pela RESEX estudada. Os desafios são complexos. Nesse contexto, se torna imperativa a articulação institucional de parcerias entre o poder público municipal, colônia de pesca, sindicato de trabalhadores rurais, associação de usuários da RESEX, associações comunitárias, instituições de ensino, pesquisa e extensão, ONG entre outros, no sentido de fomentar o enfrentamento das problemáticas apontadas. É importante a superação das ações meramente assistencialistas e a descontinuidade das políticas públicas provocada pela troca de governos.

É imprescindível, ainda, a garantia de uma fonte de renda como o seguro defeso aos usuários da RESEX, nos períodos de reprodução das espécies, em que a coleta de crustáceos e a pesca são proibidas. Inclusive, é de reiterar-se que tal direito, embora instituído legalmente, ainda não é assegurado aos extrativistas e pescadores de Curuçá. Viabilizar condições para que os comunitários possam fiscalizar e denunciar, com segurança, práticas predatórias efetuadas em suas localidades por agentes externos também é um fator importante nessa conjuntura.

Por fim, é de se ressaltar a necessidade de capacitação dos usuários para o exercício da gestão compartilhada da área. Esse processo requer fundamentalmente a propagação de informações às comunidades a respeito dos objetivos, atribuições e competências das UC e dos modos adequados de manejo dos recursos naturais. Mas ao se efetivar tal disseminação, é fundamental que se respeite as especificidades culturais, socioeconômicas e ambientais endógenas.

As instituições que fazem parte do órgão gestor da RESEX, sobretudo as de ensino, pesquisa e extensão, como a UFPA, UFRA e MPEG, dispõem de recursos técnicos e humanos qualificados para contribuir incisivamente com esse processo. Por certo, usuários informados e capacitados de modo adequado terão condições mais favoráveis para participar ativamente da gestão da RESEX Mãe Grande de Curuçá. Só assim eles poderão contribuir para a construção do desenvolvimento sustentável nessa UC. Uma tal perspectiva terá reflexos nas condições socioambientais da região do Salgado paraense, notadamente nas demais UC ali existentes.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; KECK, M. E. Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 99-112, jan./abr. 2008.

_____. Comitês de Bacia no Brasil: uma abordagem política do estudo da participação social. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 55-68, 2004.

ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 37, jun. 1998.

ALLEGRETTI, M. Políticas para o uso dos recursos naturais renováveis. In: SACHS, I.; CLUSENER-GODT, M. (Org.). **Extrativismo na Amazônia brasileira: perspectivas sobre o desenvolvimento regional**. Paris: Compêndio MAB 18 UNESCO, 1994b. p. 14-31.

_____. Reservas extrativistas: parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ARNT, R. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a. p. 17-48.

ALMEIDA JÚNIOR, J. B. de. O estudo como forma de pesquisa: a pesquisa bibliográfica. In: CARVALHO, M. C. de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica, fundamentos e técnicas**. Campinas: Papirus, 1989.

ALMEIDA, R. H. Apanhados do chão: folhas sobre a história recente do campesinato no sudeste do Pará. In: ALMEIDA, R. H. **Araguaia-Tocantins: fios de uma história camponesa**, 2006.

ALMINO, J. A filosofia política do ecologismo. In: FERNANDES, M.; GUERRA, L (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. BELÉM: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 2006, p. 27-50.

ALTVATER, E. **Ilhas de sintropia e exportação de entropia: custos globais do fordismo fossilístico**. Caderno do NAEA, Belém: n. 11, 1993.

ANDERSON, A. B. Extrativismo vegetal e reservas extrativistas. In: ARNT, Ricardo (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 227-246.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X.; ROSALDO, R. **The anthropology of globalization: a reader**. Oxford: UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

ARNT, R. (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023 – Informação e documentação – Referências – Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 6024 - Informação e documentação –Numeração progressiva das seções de um documento escrito – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 6027 - Informação e documentação –Sumário – Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. NBR 10520 - Informação e documentação – Citações - Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. NBR 14724 - Informação e documentação – Trabalhos acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília, DF: IPEA, 1999. (Texto para discussão, n. 630).

BARROS, J. D´A. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BASTOS, M. N. C. A importância das formações vegetais da restinga e do manguezal para as comunidades pesqueiras. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, MPEG, v. 11, n. 1, p. 41-56, 1995.

BATISTA, I. M. S. **A influência da Igreja Católica na constituição da sociedade bragantina**. 2001, 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFPA, Bragança, 2001.

_____. **Produção e conservação no contexto do projeto de assentamento agroextrativista Praia Alta Piranhiera-PA**. 2004, 60 f. Monografia (Especialização). UFPA/NAEA, Belém, 2004.

_____. Anotações efetuadas em caderno de campo. Curuçá, 2010. (Arquivo Pessoal).

_____. Anotações efetuadas em caderno de campo. Curuçá, 2009. (Arquivo Pessoal).

_____. Anotações efetuadas em caderno de campo. Curuçá, 2008. (Arquivo Pessoal).

BECKER, B. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, B.; MIRANDA, M. (Org.). **A geografia política do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

BEZERRA, A. M. **Amazônia – lendas e mitos**: Curuçá sua terra, sua gente. Belém: BASA, Cecafoam, 1995.

BOBBIO, N. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

BORDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOUDON, R.; BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de sociologia**. São Paulo: Ática, 2001.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **As faces da memória**. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1996.

BRASIL. Decreto s.n. de 13 de dezembro de 2002. Cria a Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 16 de dezembro de 2002. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/brasil/PA/resex-mae-grande-de-curuca/downloads/decreto-de-13-de-dezembro-de-2002>>. Acesso em: 04 mai.2008.

_____. Instituto Nacional do Câncer. **A Situação do Câncer no Brasil**. Rio de Janeiro, 2006. 119 p. Disponível em: <<http://www.inca.gov.br/situacao/>>. Acesso em: 25 fev.2010.

_____. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Informações Cadastro Único. Disponível em <http://www.mds.gov.br/adesao/mib/matrizview.asp?IBGE=1502905&z_IBGE=%3D%2C%2C>. Acesso em: 03 jun.2010.

_____. Lei nº 10.779, de 25 de novembro 2003. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 26 de novembro de 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Ministério do Meio Ambiente. Portaria Interministerial Nº 13, de 19 de setembro de 2002. Reconhece as populações extrativistas tradicionais das RESEX como beneficiárias do PNRA. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 set., 2002, seção 1, p. 79.

_____. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA. Projeto CVI 019/2004. [Brasília], 2004. 8 p.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Estudo socioeconômico & laudo biológico: RESEX Curuçá, PA. Curuçá, IBAMA-CNPT, set. 2000. 32 p.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2010.

BRITO, D. C. Reforma do Estado e sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas na Amazônia. In: COSTA, M.J.J (org). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**, Belém, EDUFPA, 2001.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; 1995.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

CABRAL N.; MATHIS, A.; GLASER, M. Políticas públicas, capital social e participação na pesca artesanal no nordeste paraense. In: GLASER. M.; CABRAL L., RIBEIRO, A. (Org.).

Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005, p. 207-222.

CARDOSO, D. M. Políticas públicas e desenvolvimento local. In: _____. **Processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local:** rio Arraiolos – Almeirim-Pará. f. 22-67. 2006, 288 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

CARDOSO, F.H.; FALLETO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina.** Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

CARDOSO, M. L. A ideologia é uma forma de conhecer. A ideologia é uma forma de dominação. Ideologia do desenvolvimento. In: **Ideologia do desenvolvimento:** Brasil JK-JQ. São Paulo: Paz e Terra, 1978. p. 76-84; 87-91.

CARVALHO, J. M. de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CASTRO JUNIOR E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CASTRO, E. Políticas de estado e atores sociais na Amazônia contemporânea. In: BOLLE, W.; CASTRO, E.; VEJMEKKA. **Amazônia:** região universal e teatro do mundo. São Paulo: Ed. Globo, 2010, p. 105-122.

CASTRO, E. M. R. de; PINTON, F. **Faces do trópico úmido:** conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Editora CEJUP, 1994.

CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo, Cortez, 1995.

COELHO, M. C. N; CUNHA, L. H.; MONTEIRO, M. A. Unidades de conservação: populações, recursos e territórios. Abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

COELHO, M. C; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N. (Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia:** gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP, UFPA/NAEA, 2000.

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável.** Belém: UFPA/NAEA, 2000.

COTA, R. G.; COELHO, M. C. N. Desenvolvimento, meio ambiente e Amazônia: uma revisão crítica. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G. de M.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D. (Org.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2008.

CUNHA, P. de T. M. **Curuçá no passado, Curuçá no presente: história do município de Curuçá.** Belém, 2007.

CURUÇÁ Prefeitura Municipal de. Secretarias de Integração Municipal, Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura e Agricultura. **Diagnóstico do Município de Curuçá.** Curuçá, 2009a. 87 p., il.

_____. Secretaria de Integração Municipal. **Relatório de viagem**, de 18 a 22/05/2009. Curuçá, 2009b. 9 p., il.

_____. Secretaria de Integração Municipal. **Proposta de Integração Municipal.** Curuçá, 2009c. 9 p.

D'INGAO, M. A., SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização.** Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

DAHL, R. A. **Um prefácio à teoria democrática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

DALLARI, D. de A. Direito de participação. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade.** São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

DANIEL, J. **Tesouro descoberto no Rio Amazonas.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976. (Separata dos Anais da Biblioteca Nacional, v. 95, t. 1-2, 1975).

DEMO, P. **Participação é conquista: noções de política social participativa.** Fortaleza: EUFC, 1986.

_____. **Pobreza política.** São Paulo: Cortez, 1988.

DIÉGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, NUPAUB/USP, 2000.

_____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

DOIMO, A. M. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

EQUIPE RENAS. Diagnóstico etnoecológico da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá: Relatório Parcial. [S.l.; s.n.], 2003.

FARIAS, M. N. **O imaginário simbólico nas narrativas dos pescadores de Curuçá**. 2008, 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPA, Castanhal, 2008.

FAVACHO, F. R. F. **Migração e periferização da cidade de Curuçá-PA: um estudo sobre o crescimento socioespacial do bairro Rodoviário**. 2003, 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso, UFPA, Castanhal, 2003.

FERNANDES, M; GUERRA, L. **Contradiscorso do desenvolvimento sustentável**, BELÉM: UNAMAZ/NAEA/UFPA, 2003.

FERREIRA, L. da C. Ambientalismo brasileiro nos anos 1990: crise e oportunidade de mudança social. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPEPS, 2001.

FERREIRA, P. H. dos S. **Fragmentos históricos de Curuçá**. Curuçá, PA, 2005.

FIGUEIREDO, E. M. Uma estrada na reserva: impactos sócio-ambientais da PA-136 em Mãe Grande, Curuçá (PA). 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, MPEG, EMBRAPA, Belém, 2007.

FLORIANI, D. Disciplinaridade e construção interdisciplinar do saber ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p. 33-37, jul./dez., 2004. Editora UFPR.

FREY, K. Concepções de desenvolvimento sustentável e as perspectivas da gestão local. In: COELHO, M. C; MATHIS, A. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local na Amazônia**: uma agenda de debates. Belém, UFPA/NAEA, 2005.

FRIEDMAN, T. **O mundo é plano**: uma breve história do século XXI. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

FURRIELA, R. B. **Democracia, cidadania e proteção do meio ambiente**. São Paulo: Anablume: FAPESP, 2002.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque históricoestrutural. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, L. G. Experiências de desenvolvimento sustentável em comunidades haliêuticas na Amazônia. In: TEISSERENC, P.; ROCHA, G.; MAGALHÃES, S. B.; GUERRA, G. A. D.(Org.). **Coletividades locais e desenvolvimento territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008.

FURTADO, L. G.; SANTANA, G.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **Cadernos da Pesca**: informes de pesquisa. Belém: MPEG, 2009, v. 4. 112 p.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLASER, M.; BERGER, U.; MACEDO, R. A sustentabilidade na gestão de florestas de manguezal sob condições de ilegalidade. In: GLASER. M.; CABRAL L., RIBEIRO, A. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005 p. 69-86.

GLASER, M.; OLIVEIRA, R. Direitos e deveres no comanejo costeiro do Brasil. In: GLASER. M.; CABRAL L., RIBEIRO, A. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005 p. 69-86.

GLASER. M.; CABRAL L., RIBEIRO, A. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa**: manejo transdisciplinar no manguezal. Belém: NUMA/UFPA, 2005.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais:** a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONG e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2008. (Coleção Questões da nossa época).

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade.** v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago 2004.

_____. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** São Paulo: Contexto, 2008.

GUERRA, A. J. T., COELHO, M. C. N. (Org.). **Unidades de Conservação:** abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa *versus* pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa,** Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mar.ago. 2006.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira:** 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia, Belém, EDUFPA, 2004, vol. II.

HERMET, G. **Cultura e desenvolvimento.** Petrópolis: RJ: Vozes, 2002.

HISTÓRIA ORAL. **Revista da Associação Brasileira de História Oral,** n. 1, jun. 1998.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HURLEY, J. As joanninas no Pará – ‘folk-lore’ curuçaense. Itaranã (Pedra Falsa): lendas, mythos, itaranãs e ‘folk-lore’ amazonicos. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará,** Belém, v. 9, p. 143-152, 1934.

_____. **Traços Cabanos**. Belém: Off. Graphics do Instituto Lauro Sodré, 1936.

IANNI, O. **Sociologia da sociologia na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

IBAMA. Portaria n. 24, de 9 de março de 2006. Cria o Conselho deliberativo da Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 10 mar. 2006, seção 1, p. 77.

IBGE. Banco de dados online. Cidades@ Curuçá-PA. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150290>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. Instrução Normativa (IN) 02, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação e funcionamento do conselho deliberativo de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 2007b, Seção 1, p. 102.

_____. Instrução Normativa (IN) n. 1, de 18 de setembro de 2007. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidades de Conservação Federal das categorias Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 2007a, Seção 1, p. 101.

JACOBI, P. R. Poder local, políticas sociais e sustentabilidade. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, vol. 8, nº 1, p. 31-48, fev. 1999.

_____. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

KOTSHO, R. Histórias de vida e morte nos santuários ameaçados dos manguezais de Curuçá. **Revista Brasileiros**, n. 2, p. 57-65, ago. 2007.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, [1949] 1997.

LEITE, S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1943. v. 3.

_____. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949. v. 7.

LÉNA, P. OLIVEIRA, A. E. de. (Org.). **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. Belém, MPEG/ORSTOM, 1991.

LEVI, G. Sobre a microhistória. In: BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992. p. 133-161.

MACIEL, R. C. G. **Ilhas de Alta Produtividade: inovação essencial para a manutenção dos seringueiros nas Reservas Extrativistas**. 2003, 66 f. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2003.

MALINOWSKI, B. **Os argonautas do Pacífico ocidental**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANESCHY, C. A. Socioeconomia: trabalhadores e trabalhadoras nos manguezais. In: FERNANDES, Marcus E.B. (Org.). **Os manguezais da costa norte brasileira**. Maranhão, Fundação Rio Bacanga, 2003. p. 135-165.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MANZINI-COVRE, M. de L. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros passos).

MEILLASSOUX, C. O sucesso da política de ajuda ao subdesenvolvimento dos países ricos. In: ARANTES, R. D. (Org.) **Desenvolvimento e direitos humanos: a responsabilidade do antropólogo**. Campinas, SP: UNICAMP, 1992. p. 27-48.

MELLO, A. de M. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo: Annablume, 2006.

MELLO, A. F. de. Movimentos sociais na pesca: breve balanço bibliográfico; novos desafios teóricos. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, Belém, MPEG, v. 11, n. 1, p. 19-39, 1995.

MENDONÇA, M. C. **A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)**. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963.

MENEZES, Mário. As reservas extrativistas como alternativa ao desmatamento na Amazônia. In: ARNT, Ricardo (Org.). **O destino da floresta: reservas extrativistas e desenvolvimento sustentável na Amazônia**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 49-72.

MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. de A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

MONTEIRO, M. de A. A opção possível e desejável por um novo modelo de desenvolvimento. In: MONTEIRO, D. M. C.; MONTEIRO, M. de A. (Org.). **Desafios na Amazônia: uma nova assistência técnica e extensão rural**. Belém: NAEA/UFPA, 2006.

MONTENEGRO, A. T. **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto, 1992.

MORAES, J. L. A. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORRÊA, S. M. de S. (Org.). **Capital social e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p. 123-148.

MOREIRA, E. **Tradição em tempos de modernidade: reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém: EDUFPA, 2004.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MOURA, I. Ethnographia Historica do Pará: contribuição para o Dicionário Histórico, Geographico, Ethnographico e Biographico do Brasil, publicado em setembro de 1922. In: **Revista do Instituto Historico e Geografico do Pará**, Belém, v. 9, p. 252-255, 1934.

MUNIZ, P. **Colonização e imigração no Estado do Pará (1616-1916)**. Belém: 1917.

NAKAGUMA, M. Y.; BENDER, S. A Emenda da Reeleição e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Impactos sobre Ciclos Políticos e Performance Fiscal dos Estados (1986-2002). **Revista de Economia Aplicada**. Ribeirão Preto, v.10, n.3, jul./set. 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A025.pdf>>. Acesso em: 08 jun.2010.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisa em Administração**. São Paulo, v. 1, n. 3, 2º sem. 1996.

NOVAES, S. C. Imagem, magia e imaginação: desafios ao texto antropológico. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 455-475, 2008.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

PÁDUA, J. A. (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: Editora UFMG, São Paulo: Peirópolis, 2009.

PAE Mãe Grande de Curuçá: Recursos beneficiam assentamentos na costa amazônica. **Revista Terra da Gente**: MDA;INCRA, p. 15-17, out. 2007. Edição especial.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PHILIPHI JÚNIOR A. *et. al* (Org.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000.

PROST, M. T. R. C.; MENDES, A. **Ecosistemas Costeiros: Impactos e Gestão Ambiental**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2001.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia – a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

QUARESMA, H. D. A. B. **O desencanto da princesa: pescadores tradicionais e turismo na área de proteção ambiental de Algodual / Maiandeuá**. Belém: NAEA, 2003.

RAYOL, D. A. **Motins políticos** ou história dos principais acontecimentos políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1885. Belém: Ed. da UFPA, 1970. 3v. (Coleção amazônica, Série José Veríssimo).

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

RELATÓRIO do projeto MEGAM: estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico. Belém: UFPA/NAEA, 2005, 128 p.

RESERVA EXTRATIVISTA MÃE GRANDE DE CURUÇÁ. Conselho deliberativo. Ata da quinta reunião ordinária. Curuçá, 04 jun. 2009. 3 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2009a.

_____. Conselho deliberativo. Ata da primeira reunião ordinária. Curuçá, 30 abr. 2008. 5 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2008a.

_____. Conselho deliberativo. Ata da segunda reunião ordinária. Curuçá, 03 dez. 2008. 5 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2008b.

_____. Conselho deliberativo. Ata da sétima reunião ordinária. Curuçá, 19 mar. 2010. 7 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2010a.

_____. Conselho deliberativo. Ata da sexta reunião extraordinária. Curuçá, 22 junr. 2010. 7 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2010b.

_____. Conselho deliberativo. Ata da quarta reunião extraordinária. Curuçá, 12 nov. 2009. 12 p. digit. (Arquivo do ICMBIO), 2009b.

_____. Estatuto Social da Associação dos Usuários da RESEX Mãe Grande de Curuçá - AUREMAG. Curuçá, 2003. 9 p. (digit.), 2003.

_____. Plano de utilização. Curuçá, 2005. 6 p. (digit.).

_____. Regimento Interno do conselho deliberativo da RESEX Mãe Grande de Curuçá. Curuçá, 2006. 6 p. (digit.).

RIBEIRO, M., A. Origens mineiras do desenvolvimento sustentável no Brasil: ideias e práticas. In: PÁDUA, J., A. (Org.). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: Editora da UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009, p. 64-117.

ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico** (um manifesto não comunista). Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

RUEDA, R. P. Reservas extrativistas no Brasil. In: ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento**. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, UNESCO, 1997, p. 171-177.

RUEDA, R. P.; MURRIETA, J. R. **Reservas Extrativistas**. Cambridge: UICN, Gland, 1995.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SALLES, V. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

_____. **O negro no Pará sob o regime da escravidão**. Belém: IAP; Programa Raízes, 2005.

SAMAIN, E. “Ver” e “dizer” na tradição etnográfica: Bronislaw Malinowski e a fotografia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 1995.

SANTOS JÚNIOR, G. da S. **Ações e políticas do Estado e da sociedade acerca da geração de renda na Reserva Extrativista Marinha de Soure / Marajó**. 2006, 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

SANTOS, A. D. dos. **Metodologias participativas**: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, E. M. A. M. dos. **Dos cometas do nordeste aos tesouros da Amazônia**: os jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no contexto das Ciências Naturais do século XVIII. 2006, 316 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SARDELICH, M. E. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 455-475, maio/ago. 2006.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPEPS, 2001.

_____. **Movimentos sociais**: um ensaio de interpretação sociológica. Florianópolis: UFSC, 1984

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr., 2006.

SCHRODER, P. Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina? **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 83-100, 1997.

SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. São Paulo: Zahar, 1984.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, I. G. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da nossa época).

SILVA, J. B da. **Sustentabilidade institucional e participação comunitária na Reserva Extrativista Rio Cajari**. 2003, 149 f. Dissertação (Mestrado). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.

_____. **Unidades de conservação e organizações de populações tradicionais sul-amapaenses: problemas, tendências e perspectivas**. 374 f. Tese (Doutorado) Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SIMÕES, A.; L. H. R. SIMÕES. Os desencontros dos diversos agentes sociais na gestão dos recursos naturais: um campo de mediação a ser construído. In: GLASER, M.; CABRAL L., RIBEIRO, A. (Org.). **Gente, ambiente e pesquisa: manejo transdisciplinar no manguezal**. Belém: NUMA/UFPA, 2005, p. 167-187.

SIMONIAN, L. T. L. Pesquisa em Ciências Humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Ciências Humanas, 7, Belém, MPEG, v. 1, n. 2, p. 119-134, 2005.

_____. **Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura**. Belém: NAEA/UFPA, 2001. 270 p. il. .

_____. (Org.). **Gestão em ilha de muitos recursos, história e habitantes: experiências na Trambioca (Barcarena, PA)**. Belém: NAEA-UFPA; Projeto NAEA/Fundação Ford, 2004.

_____. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia brasileira. In: COELHO, M. C; SIMONIAN, L. T. L.; FENZL, N.

(Org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: CEJUP, UFPA/NAEA, 2000, p. 9-53.

_____. Tendências recentes quanto à sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN VACA, L. E. (Org.) **Populações e meio ambiente na pan-Amazônia**. Belém: NAEA/UNESCO, 2007a.

_____. Devastação e impasses para a sustentabilidade dos açais no vale do rio Maracá, AP. In: JARDIM, M. A. G; MOURÃO, L.; GROISSMAN, M. (Org.). **Açaí**: possibilidades e limites para o desenvolvimento sustentável no estuário amazônico. Belém: MPEG, 2004. p. 233-252.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAHWAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). **Imagem & pesquisa na Amazônia**: ferramentas de compreensão da realidade. Belém: Ed. Alves, 2007. p. 15-52.

_____. *et al.* **Pacamorema / RESEX Marinha Mãe Grande**: terra de feiticeiras ou metáfora para impasses ao desenvolvimento? Belém: Editora do NAEA, 2010/no prelo. III. [ISBN 978-857143-087-7].

SORRENTINO, M. (Org.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SOUSA, R. V. de. **Campesinato na Amazônia**: da subordinação à luta pelo poder. Belém: NAEA/UFPA, 2002.

SOUZA, M. L. de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, C. Construção e consolidação de instituições democráticas: papel do orçamento participativo. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 84-97, 2001.

STEINBRENNER, R.; HURTIENNE, T.; POKORNY, B. Participação e comunicação: dilemas e desafios ao desenvolvimento. In: CASTRO, E.; HURTIENNE, T.; SIMONIAN, L.; FENZL, N. (Org.). **Atores sociais, trabalho e dinâmicas territoriais**. Belém: NAEA/UFPA, 2007.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

THOMPSON, P. **A voz do passado, história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e pesca: redes sociais no estuário amazônico**. Belém: Cejup, 2004.

UNIDADES de Conservação da Natureza. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

VAINFAS, R. **Os protagonistas anônimos da história**. São Paulo: Campus, 2002.

VENDRAMINI, C. R. Pesquisa e movimentos sociais. Revista **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

VIDAL, J. P. **Atores coletivos como agentes de mudança social na Amazônia**. Belém: NAEA, 2006. (Paper do Naea, n. 205).

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

VIOLA, A. La crisis do desarrollismo y el surgimiento de la antropologia del desarrollo. In: _____. (Org.). **Antropologia del Desarrollo**. Barcelona: Paidós, 2000. p. 9-64.

_____. A degradação sócio-ambiental e a emergência dos movimentos ecológicos na América Latina. In: LARANJEIRA, S. (Org.). **Classes e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: HUCITEC, 1990.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 1. Brasília: UnB, 2004

WEHLING, A.; C.M. WEHLING, M. J. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WOOLCOCK, M.; NARAYAN, D. **Capital social**: implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo, 2001. Disponível em: <<http://www.worldbank.org/poverty/scapital.library.index.htm>>. Acesso em: 22.mar.2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p. il.

ZAPATA, T. (Org.). **Desenvolvimento Local e Participação Social**. Recife: IADH, 2006.